

Orientes do Português

VOL. 6

2024



U. PORTO

FICHA TÉCNICA

Orientes do Português
Volume 6 - 2024

ISSN (Impresso): 2707-3122
ISSN (Eletrónico): 2707-3130

Periodicidade: anual

Editores
Universidade Politécnica de Macau
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Diretores
Im Sio Kei, Marcus
Paula Pinto Costa

Diretoras adjuntas:
Lei Ngan Lin, Vivian
Zulmira Santos

Diretores Executivos
Carlos Ascenso André
Zhang Yunfeng, Gaspar
Isabel Margarida Duarte
Rui Gama Fernandes

Conselho Redatorial
Carlos Ascenso André
Sónia Rodrigues

Conselho Editorial
Anabela Rato — Carlos Morais — Catarina Xu — Cristina Martins — Diana Zhang — Esther Rinke
— Frederico Fernandes — Fuqiang Zhou — Gonçalo Santos — Hu Jing, Helena — Iva Svodobová —
Joice Guimarães — Jorge Alexandre Pinto — Liao Yiran, Lígia — Liliana Inverno — Lucila Etsuko Gibo
— Luís Gonçalves — Margarete Schlatter — Margarita Correia — Michael J. Ferreira — Min Xuefei,
Ângela — Nelson Viana — Nildiceia Aparecida Rocha — Perpétua Gonçalves — Rui Pereira — Sabrina
Sedlmayer — Sílvia Yan — Sofia Minfeng Zhan — Teresa Cid — Zhou Miao

Organização gráfica
Mariana Selas

Os artigos publicados estão sujeitos a “peer review”.

<https://orientes-do-portugues.mpu.edu.mo/>

DOI <https://doi.org/10.21747/27073130/ori6>

Sumário

Nota de apresentação	
Carlos Ascenso André	005-007
Português no Índico: evidências de nativização do português moçambicano	
Augusto Soares da Silva	009-038
<i>A Grammatica Portuguesa para uso da Escola Portuguesa de Trangambar e o contraste entre línguas</i>	
Maria Filomena Gonçalves	040-073
Nomes a bordo: práticas de nomeação e variação regional das alcunhas em Portugal (1935-1975)	
João Paulo Silvestre	075-090
O léxico nos anúncios de emprego: um estudo em países lusófonos	
Sílvia Ribeiro	092-109
Constantes e variáveis: apontamentos sobre a construção de palavras em diferentes variedades do português	
Rui Pereira	111-127
Orientes - Aracne e a teia literária de Judith Teixeira (1880-1959)	
Martim de Gouveia e Sousa	129-148
As Semelhanças e Diferenças Semânticas: Uma Análise contrastiva do Futuro Simples em Português Europeu e o advérbio temporal “jiang” em Chinês	
Rafael Francisco Lam Cuerva	150-167
The development of materials for teaching Portuguese in East Timor: an analysis of the manuals produced for the Anticorruption Committee (CAC)	
Susete Albino	169-200

Nota de apresentação

Carlos Ascenso André

Sai agora a público o número 6 da revista *Orientes do Português*. Assim se honra um compromisso assumido pela actual equipa responsável, o de colocar a revista em dia com o calendário; este é o número de 2024 e vê a luz do dia a dois meses do final do ano a que respeita.

O nome da revista deixa bem claros, na sua abrangência semântica, os objectivos que se propõe desde a sua fundação, em 2019, ano da publicação do primeiro número.

Não é inocente, de facto, o plural *Orientes*. Esta é a primeira revista científica de língua portuguesa sobre temas que têm a ver com essa língua portuguesa, mas feita a partir do Oriente. Ora esse Oriente é plural, como bem sabemos, nos seus territórios e nas suas geografias: vai da Índia ao Japão e a Timor e abrange espaços tão vários como esses três, mas também o Vietname, a Coreia, o Camboja ou o Laos, o Sri Lanka e tantos outros lugares que a designação "Oriente" por via de regra inclui; os espaços, afinal, onde floresceu e se enriqueceu, em tempos diversos da história, a língua portuguesa, num fascinante e fecundo diálogo intercultural que ainda hoje nos surpreende.

E se é plural a primeira palavra das duas que fazem o título da revista, não menos plural é tudo quanto cabe na segunda, apesar de se exprimir no singular. "Português", de facto, é bem mais que a língua que o lexema designa, é tudo quanto faz a identidade dessa mesma língua e que assume particular valor e especial dimensão na parte do mundo que a primeira palavra representa. "Português" comporta, para além de uma língua, a multiplicidade das culturas que nela se exprimem ou que nela se exprimiram, as culturas que nessa língua fizeram uma viagem de séculos nos caminhos da História sem cada uma delas perder a sua identidade, antes repetidamente a afirmando.

Dito por outras palavras, "Português", aqui, é língua e linguística, é história, é literatura e literaturas, é património, é sociedade em todos os seus componentes, numa palavra é cultura e culturas.

Orientes do Português é tudo isso, razão pela qual cabem nas suas páginas estudos sobre cultura (ou melhor, culturas), sobre linguística, sobre literaturas, sobre história, num permanente e duradouro diálogo do Português (e não dos Portugueses) com os povos com quem desde há mais de cinco séculos vem dialogando essa língua oriunda de um pequeno país situado no ponto onde "a terra se acaba e o mar começa", para parafrasear Luís de Camões, nome maior dessa língua e cujos 500 anos se celebram neste 2024.

Orientes do Português pretende, pois, ser um diálogo plural, como plural é, nas suas múltiplas identidades, o espaço linguístico a que essa língua dá alguma coesão, sem perda ou diminuição da essência de cada um dos povos que o habitam.

O presente número da revista não se afasta deste desígnio. Concebido, em larga medida, a partir de um seminário realizado em Abril de 2024, no formato de videoconferência organizada a partir de Macau, congrega trabalhos estruturados em torno de um eixo central onde predomina a área da linguística — ou melhor, de um dos seus diversos domínios — mas a que subjaz uma outra ideia, a da pluralidade geográfica da língua portuguesa.

Assim se reflete sobre "O Português no Índico", para tratar de algumas demonstrações de "nativização" da língua portuguesa falada em Moçambique (Augusto Soares da Silva) ou sobre as virtualidades de uma velha gramática usada no século XVIII em Trangambar, na Índia (Maria Filomena Gonçalves); um terceiro trabalho dedica-se a uma forma deveras interessante e pouco usual de estudar uma língua, apreciando as alcunhas dos marinheiros registados em navios de pesca no primeiro quartel do século XX (João Paulo Silvestre); dois outros estudos são orientados para a área da lexicologia — um deles estudando a linguagem de anúncios de emprego em países de língua portuguesa, com especial incidência nos nomes de profissões ou funções (Sílvia Ribeiro), e o outro especificamente sobre a formação vocabular, mais concretamente a "construção de palavras em diversas variedades do Português" (Rui Pereira). O último dos trabalhos resultantes do seminário realizado em Abril de 2024 é voltado para a literatura, sem deixar de dar atenção à dimensão vocabular da autora estudada, Judith Teixeira, em cuja obra destaca a presença do fascínio por um certo orientalismo (Martim de Gouveia e Sousa).

Aos seis trabalhos desenvolvidos a partir da apresentação feita no seminário que teve lugar em Abril juntam-se dois outros que não tiveram essa origem, de um estudioso e de uma estudiosa que os submeteram para publicação e que, pela sua qualidade e pela sua pertinência foram acolhidos: um deles, inequivocamente da área da linguística, aborda, em análise contrastiva, o futuro simples no português europeu e o advérbio

"jiang" em chinês (Rafael Francisco Lam Cuerva); o segundo debruça-se sobre um caso específico do ensino do português como língua estrangeira, na circunstância em Timor Leste (Susete Albino).

A todas essas autoras e a todos esses autores a *Orientes do Português* agradece a disponibilidade para colaborarem neste volume da revista e assim a enriquecerem com a partilha das suas reflexões e dos seus saberes, contribuindo desse modo para a consolidação do prestígio da revista junto da comunidade científica.

O seminário realizado em Abril teve a coordenação científica e a dinamização do Professor Rui Pereira, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e que já tinha estado ligado à revista no momento da sua criação; para ele vai, pois, uma palavra de especial reconhecimento.

Com o presente número consolida-se a parceria, em boa hora iniciada, entre a Universidade Politécnica de Macau e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, instituições que assumem em conjunto a edição desde há dois anos. Uma tal parceria é também, em si mesma, uma manifestação de diálogo intercultural, a qual faz jus ao nome da revista: *Orientes do Português* assume-se, se é consentido dizê-lo, como ponte fecunda entre dois territórios unidos pela imensidão de mares que, afinal, cada vez menos os separam.

Português no Índico: evidências de nativização do português moçambicano¹

Augusto SOARES DA SILVA
Universidade Católica Portuguesa – CEFH
assilva@ucp.pt

Alice MEVIS
Universidade Católica Portuguesa – CEFH
alice.mevis@gmail.com

Resumo

No contexto do crescente pluricentrismo do português, analisamos a nativização das variedades africanas, no enquadramento do “modelo dinâmico” elaborado por Schneider (2007) para as variedades nacionais do inglês, com incidência no português moçambicano (PM). São descritos os principais dados sociolinguísticos do PM, como a percentagem de falantes do português como L1/L2 e das línguas bantu locais, a projeção social do português em Moçambique e os fenómenos de diglossia e de “language shift” das línguas bantu para o português. Analisamos, em seguida, alguns dos principais indicadores linguísticos de *nativização* do PM: fonológicos, como a reestruturação silábica; sintáticos, como clíticos, marcação diferencial do objeto, transitivação, duplos objetos, emergência de novas construções, como a passiva dativa; e lexicais, como empréstimos e neologismos. Finalmente, discutimos as questões de contacto e grau de influência das línguas bantu, estádios de estabilização do PM, reestruturações da gramática do português europeu e (re)interpretação *dinâmica* e *sociocognitiva* da nativização do PM.

Palavras-chave: português moçambicano, nativização, contacto de línguas, línguas bantu, pluricentrismo

Abstract

In the context of the growing pluricentricity of Portuguese, we analyze the nativization of African varieties of Portuguese within the Dynamic Model framework developed by Schneider (2007) for national varieties of English, with a particular focus on Mozambican Portuguese (MP). We start by providing key MP

¹ O presente estudo foi apoiado por fundos nacionais portugueses atribuídos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) ao Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos (CEFH) através do programa de financiamento UIDB/00683/2020. Alice Mevis beneficiou ainda da bolsa de doutoramento UI/BD/150881/2021, atribuída pela FCT.

sociolinguistic data, such as the percentage of speakers of Portuguese (as either L1 or L2) and of the local Bantu languages, the social projection of Portuguese in Mozambique, the diglossic distribution and gradual language shift from Bantu languages towards Portuguese. Second, we analyze some of the main linguistic indicators of the *nativization* of MP: at the phonological level, with syllabic restructuring; at the syntactic level, with clitics, differential object marking, transitivization, double objects, and the emergence of new constructions such as the Recipient passive; and at the lexical level, with loanwords and neologisms. Finally, we discuss issues of language contact and degrees of influence from Bantu languages, stages in the stabilization of MP, and the restructuring of the European Portuguese grammar, leading to a *dynamic and sociocognitive* (re)interpretation of the nativization of MP.

Keywords: Mozambican Portuguese, nativization, language contact, Bantu languages, pluricentricity

1. Pluricentrismo crescente do português

O português é uma língua *pluricêntrica*, no sentido mais restrito e prototípico, institucionalizado por Clyne (1992), de possuir diferentes normas nacionais, apresentando duas variedades nacionais bem estabelecidas – o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB) – e variedades africanas em desenvolvimento, como, entre outras, o português moçambicano (PM) e o português angolano (PA). Considerando as normas cultas do PE e do PB, o português é uma das poucas línguas que se aproxima da rara condição de *pluricentrismo simétrico*. Isso deve-se ao balanceamento entre a supremacia temporal do PE e a supremacia espacial do PB, à elevada codificação dos dois padrões nacionais e ao crescente reconhecimento da importância internacional do bilinguismo PE-PB em termos sociopolíticos, económicos e culturais. Há, no entanto, assimetrias, sendo a mais relevante a grande exposição de que o PB goza em Portugal e noutros países lusófonos, em oposição à exposição mínima ou mesmo nula do PE no Brasil. A norma do PE é seguida nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), em Timor-Leste e noutros territórios asiáticos.²

Três fatores principais estão na base do pluricentrismo crescente do português. Um é a divergência acentuada e contínua entre PE e PB, confirmada em termos sociocognitivos e letométricos no âmbito do projeto CONDIV – CONvergência e DIVergência entre variedades nacionais do português (e.g. Soares da Silva 2010, 2014, 2016, 2024). Na perspetiva da sociolinguística cognitiva (e.g. Kristiansen & Dirven 2008, Geeraerts et al.

² Uma caracterização do pluricentrismo da língua portuguesa pode encontrar-se em Soares da Silva (2016, 2018, 2020, 2021, 2022).

2010, Soares da Silva 2014, Kristiansen et al. 2021) e trabalhando, não com uma coleção pré-selecionada de dados, mas com *perfis onomasiológicos* de conceitos (lexicais e gramaticais) e com a letometria baseada em perfis (Geeraerts et al. 2023) para agregar um vasto conjunto de diferentes variáveis e quantificar con/divergência e estratificação interna, analisamos, com base num extenso *corpus* de jornais e revistas dos anos 50, 70 e 2000 e de chats e blogues, variáveis lexicais de futebol e vestuário, variáveis construcionais de alternâncias preposicionais, infinitivas, ordem de palavras, presença/ausência do clítico em construções de *se* e relativa canónica/cortadora, e variáveis atitudinais. Os resultados obtidos confirmam a *divergência* entre PE e PB ao longo dos últimos 70 anos, o bicentrismo *simétrico* PE-PB, patente na ausência de qualquer orientação significativa de uma variedade em relação à outra, e ainda mais mudanças e maior distância estratificacional no PB do que no PE.

Um segundo fator é a emergência das variedades africanas do português, especialmente a nativização do PM, do PA e de outras variedades africanas, de que nos ocuparemos neste estudo principalmente em relação ao PM. Finalmente, o terceiro fator é prospetivo e baseia-se nas projeções demográficas e demolinguísticas para os países lusófonos até ao final do século XXI, que apontam para um aumento muito acentuado da população e de falantes do português nos PALOP, sobretudo em Angola e Moçambique. De acordo com os dados de projeção da população mundial (*World Populations Prospects – WPP*) das Nações Unidas, na sua versão mais recente (a Revisão de 2019 de WPP), a população dos países africanos de língua portuguesa quase duplicará até ao final do século, aumentando de 289,442 milhões em 2019 para 514,512 milhões em 2100, com um fortíssimo aumento sobretudo em Angola, de 31,825 milhões para 188,283 milhões, e em Moçambique, de 30,366 milhões para 123,647 milhões. Ao mesmo tempo, a população do Brasil diminuirá de 211,050 para 180,683 milhões e a de Portugal de 10,226 para apenas 6,985 milhões. Angola e Moçambique juntos representarão então 60,6% da população dos países de língua portuguesa, enquanto a percentagem do Brasil cairá para 35,1%. Considerando o aumento de falantes de português como L2 ou L1 nos PALOP nas últimas três décadas, bem como a urbanização e a escolarização crescentes da população e o aumento rápido do acesso aos meios de comunicação de massa, como os telemóveis e a internet, nos PALOP, é expectável que praticamente toda a população moçambicana e angolana fale português nos próximos 40 ou 50 anos, quer como L2 quer, já numa percentagem elevada, como L1. O número de falantes de português no mundo provavelmente duplicará até 2100, passando dos atuais 260 milhões para 515 milhões.

Todos estes dados poderão conduzir (salvo circunstâncias/razões adversas) a uma mudança gradual no processo de standardização: de uma standardização hegemonicamente bicêntrica (PE-PB) para uma standardização mais pluricêntrica, com quatro principais normas nacionais – PB, PM, PA e, embora minúsculo mas ainda com prestígio, PE –; o surgimento de novos centros de standardização, para além de Lisboa e São Paulo-Rio de Janeiro; e a desejada gestão já não bi- mas multilateral das normas nacionais (Oliveira 2016; Soares da Silva 2018, 2022).

Tendo como pano de fundo este contexto de crescente pluricentrismo da língua portuguesa, analisaremos neste estudo evidências de nativização do PM. Na secção 2, caracterizaremos o processo de *nativização* das variedades africanas do português, no enquadramento teórico do “modelo dinâmico” proposto por Schneider (2007) para as variedades nacionais do inglês, com foco no PM. Seguidamente, na secção 3, são descritos os principais dados sociolinguísticos do PM, especialmente a percentagem de falantes do português como L1 e L2 e das línguas bantu locais e a projeção social do português em Moçambique (Firmino 2024, Gonçalves 2010), bem como os fenómenos de diglossia e de “language shift” das línguas bantu para o português (Chimbutane & Gonçalves 2023). Com base na literatura disponível e em observações e levantamentos efetuados no âmbito de um trabalho de campo realizado em Moçambique durante três meses pelo segundo autor do presente estudo, registamos na secção 4 alguns dos principais indicadores de nativização do PM, sejam fonológicos, sejam morfossintáticos e sintáticos, sejam ainda lexicais. Discutiremos, na secção 5 e na secção final de conclusões, a inevitável influência bantu no PM e os seus graus de inter/transferência, os estádios de estabilização do PM, as reestruturações da gramática do português europeu, e proporemos elementos *dinâmicos* e *sociocognitivos* para a (re)interpretação da nativização do PM.

2. Nativização das variedades africanas, com foco no PM

As variedades africanas do português, especialmente o PM e o PA, emergiram nas últimas duas décadas do século XX e foram inicialmente adquiridas como L2, num contexto marcado pelo contacto linguístico e consequente bi/multilinguismo e pela exposição inexistente ou mínima ao padrão do PE (Gonçalves 2013, Hagemeijer 2016). Efetivamente, a independência e a descolonização das antigas colónias portuguesas, especialmente a fuga dos colonos portugueses, levaram a um grande afastamento em relação ao português padrão falado e, ao mesmo tempo, facilitaram o desenvolvimento

de certas características distintivas das variedades africanas do português, divergentes do PE. Admite-se que grande parte das inovações desenvolvidas pelas variedades africanas do português, nomeadamente de Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe, quando comparadas com a norma do PE, resulta da interferência das línguas bantu (Gonçalves 2010, 2013; Inverno 2011, 2018; Mingas 2000; Firmino 2021, 2024; Gerards & Meisnitzer 2024; Hagemeyer 2024).

O PM e o PA vivem hoje uma tensão entre um processo endógeno e contínuo de *nativização* ou *indigenização* linguística e a pressão exógena e normativa do PE. Por um lado, a norma do PE é amplamente desconhecida para a maioria dos falantes, incluindo os próprios professores (Chimbutane 2018, Inverno 2018). A grande maioria dos professores em Moçambique e em Angola fala variedades nativizadas dos seus respetivos países e recebeu a sua formação e profissionalização em instituições locais. Além disso, as escolas moçambicanas, angolanas e de outros países africanos de língua portuguesa funcionam como um agente de cristalização das características locais do português, sendo pois parte importante do processo de nativização das variedades africanas. Por outro lado, o PM e o PA, bem como as outras variedades africanas do português, estão (e continuarão a estar) sujeitas à influência contínua do PE, sendo expectável que essa influência se intensifique no contexto das relações e dos intercâmbios pós-coloniais e com o desenvolvimento da educação em Moçambique, Angola e noutros PALOP (Baxter 2018: 308).

Aplicando o influente e bem sucedido Modelo Dinâmico elaborado por Schneider (2007) para a descrição da evolução dos vários e diversos *inglês* pós-coloniais no mundo e, assim, para a compreensão do multifacetado processo de desenvolvimento das variedades nacionais do inglês, podemos dizer que as variedades africanas do português, especialmente o português de Moçambique, de Angola e de São Tomé e Príncipe, se situam atualmente, em termos gerais e no seu conjunto, no estágio de *nativização*, provavelmente mais avançado em Moçambique e aí já com alguns sinais do estágio seguinte de *estabilização endonormativa*.

Schneider (2007) identifica cinco estádios sucessivos no estabelecimento gradual das novas variedades do inglês: (1) fundação, (2) estabilização exonormativa, (3) nativização, (4) estabilização endonormativa e (5) diferenciação. O primeiro estágio é o da implantação do inglês (ou outra língua colonial) num novo ambiente cultural e sociolinguístico (comunidades de emigração, postos comerciais e/ou fortalezas militares), acompanhado de contacto linguístico e de bilinguismo marginal por parte de um pequeno

conjunto da população nativa. O segundo estágio caracteriza-se pela difusão do inglês nos sistemas educativo, administrativo e jurídico e pelo aumento de mudanças na língua colonial. O terceiro estágio, o de *nativização*, é a fase crucial da transformação cultural e linguística, da mais profunda reestruturação linguística e da emergência de uma variedade linguística partilhada, caracterizada por um conjunto extenso e diversificado de traços e formas linguísticos locais (Schneider 2007: 44–48). O estágio seguinte, o da *estabilização endonormativa*, ocorre geralmente após a independência da antiga colônia e envolve processos, geralmente sequenciais, de aceitação e adoção das expressões locais como corretas e adequadas, de estabilização da nova variedade percebida e avaliada como homogênea, de codificação da nova variedade, especialmente através de dicionários e, menos frequentemente, de gramáticas, e ainda de afirmação simbolicamente expressa na adoção, por parte dos escritores literários, das novas formas de expressão lexicais ou gramaticais (Schneider 2007: 51-52). É este quarto estágio o pré-requisito e a componente essencial de uma nova norma nacional ou regional, ou *epicentro*. O estágio final de *diferenciação* é o da autossuficiência tanto política quanto cultural e linguística, abrindo espaço para a diferenciação económica, social e pessoal, e corresponde, por um lado, ao processo de consolidação, como consequência do sucesso de uma identidade nacional recém-estabelecida, e, por outro lado, a um novo processo de inovação, quando a identidade nacional está garantida e emergem identidades locais, sejam dialetos ou socioletos (Schneider 2007: 53–4). Naturalmente que uma variedade específica do inglês, do português ou de outra língua pode conformar-se, em maior ou menor grau, a este cenário dinâmico prototípico de cinco estádios.

A Tabela 1 aplica o Modelo Dinâmico de Schneider (2007) ao desenvolvimento do PM, especialmente ao seu processo gradual de nativização.

Schneider (2007)	PM
(1) fundação	início do séc. XX: os “assimilados” e a obrigação de falar PE
(2) estabilização exonormativa	independência de Moçambique (1975): a oficialização do PE
(3) nativização	pós-independência e hoje: primeira geração de falantes do PE como L1 e desvios estruturais do PE – mudanças fonológicas, morfossintáticas e sintáticas, empréstimos lexicais
(4) estabilização endonormativa	hoje: primeiros indicadores – e.g. <i>Dicionário do Português de Moçambique</i>
(5) diferenciação	

Tabela 1. Modelo dinâmico de nativização do PM

Depois da presença inicial dos portugueses nas costas do Índico, principalmente em Moçambique, e nas outras antigas colónias, desde o séc. XV, e do início da colonização efetiva de África nos finais do séc. XIX, no período que se segue ao acordo alcançado pelas potências coloniais na Conferência de Berlim (1884-1885), incluindo naturalmente também a colonização portuguesa de Moçambique (com mais afinco depois do derrube da monarquia portuguesa em 1910 e, posteriormente, com a instalação do Estado Novo, em 1933), a fase *fundacional* de implantação do português (PE) na colónia moçambicana ocorre no início do século XX. Isso deve-se sobretudo à necessidade de contratação de população nativa, dada a escassez de colonos portugueses brancos, para trabalhar na então importante cidade portuária de Loureço Marques (capital da colónia, renomeada, depois da independência, como Maputo), e ao conseqüente treinamento dessa população nativa acompanhado pelo uso do português. É o período dos chamados *assimilados* – um grupo de afro-europeus e africanos, aos quais foi concedida a cidadania portuguesa (ao contrário da maior parte dos africanos, considerados nativos ou *indígenas*) com a condição de falarem português, sobretudo em ambientes institucionais e na interação com os colonos portugueses, embora mantendo o uso das suas línguas locais (Firmino 2024: 812-813).

O estágio da *estabilização exonormativa* da língua portuguesa no território moçambicano corresponde ao período da independência de Moçambique, conseguida pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) em 25 de junho de 1975, altura em que o português (PE), falado sobretudo nos centros urbanos por um grupo minoritário e elitista de moçambicanos como L2 e aprendido na escola, foi instituído como língua oficial e símbolo principal de unidade nacional, passando a ser a principal língua usada em contextos públicos, na instrução em todas as escolas, nos media, pelas elites políticas, sociais e culturais, ou mesmo a única língua permitida nas instituições do Estado. A oficialização, a instrumentalização como estratégia eficiente de coesão territorial e social interna e de unidade nacional e o prestígio social do PE em Moçambique (Firmino 2024: 814) conduziram, no período pós-independência até aos dias de hoje, a um aumento significativo de falantes do português (de que se dará conta na secção seguinte), à difusão do seu uso diário e informal nos centros urbanos – já não confinado apenas ao mero papel de instrumento político e administrativo –, à sua aprendizagem e ao seu uso em todas as escolas principalmente como L2 e, nas áreas rurais, como língua estrangeira, à primeira geração de falantes do português como L1 e ainda ao uso quase exclusivo do português nos meios de comunicação social. Tudo isto está na base da *nativização* do PM, a qual se consubstancia linguisticamente numa série de desvios estruturais do PE e na emergência,

difusão, aceitação e convencionalização (mesmo, embora em parte e/ou em contextos menos formais, pelas autoridades públicas, pelos professores e pelos escritores) de um conjunto de mudanças fonológicas, morfossintáticas, sintáticas e lexicais, que serão elencadas na secção seguinte. Embora o PE seja ainda hoje dominante na administração pública, na vida política, nas escolas e nos media e seja visto pelas elites sociais como o modo perfeito e correto (“mais puro”) de falar o português (Firmino 2024: 821), pode dizer-se que, passados cerca de 50 anos da independência de Moçambique, a variedade do PM se encontra atualmente numa etapa avançada do processo de nativização – o qual não implica a rejeição do padrão do PE, mas a sua reavaliação e reestruturação (Firmino 2024: 821) – e já com um pé na fase seguinte do modelo dinâmico de Schneider. De entre os indicadores linguísticos, ainda incipientes, de *estabilização endonormativa* do PM ao nível da sua standardização e, mais especificamente, de processos de codificação do PM, destaca-se o projeto lexicográfico em curso de elaboração do *Dicionário do Português de Moçambique* (DiPoMo), coordenado por Inês Machungo e que inclui a construção do *Corpus do Português de Moçambique*, os quais servirão de base para a criação de recursos didáticos e computacionais adequados a Moçambique.

3. Panorama sociolinguístico de Moçambique

A sociedade moçambicana é, ainda hoje, acentuadamente multilingue e multicultural (Ngunga 2012: 2, Langa & Chaúque 2024: 260). Em Moçambique, a língua portuguesa coexiste com aproximadamente 20 línguas africanas de origem bantu e um número equivalente de dialetos ou variantes destas línguas, representadas na Tabela 2.³ A enciclopédia online *Ethnologue*, que cataloga mais de 7.000 línguas vivas do mundo, lista para Moçambique 43 línguas, das quais 41 são línguas bantu. Há, todavia, grandes desigualdades neste multilinguismo moçambicano, desde logo uma relação *diglóssica* entre o português, língua de prestígio e de mobilidade socioeconómica, eleita pelo poder político como língua de unificação nacional nas primeiras horas da independência, e todas as línguas bantu, geralmente confinadas a ambientes familiares e zonas rurais e associadas aos valores regionais e tribais de identidade, cultura e tradição (Firmino 2021: 170, Chimbutane & Gonçalves 2023: 272).

³ Informação disponibilizada pelo Centro de Estudos de Línguas Moçambicanas da Universidade Eduardo Mondlane (NELIMO).

Língua	Falantes L1 (5 anos ou mais)	Província
Macua (P31)	26,1 % – 5,813,083	Cabo Delgado, Nampula, Niassa
Changana (S53)	8,6 % – 1,919,217	Gaza, Inhambane, Maputo, cidade Maputo
Nyanja (N31a)	8,1 % – 1,790,831	Niassa, Tete
Lomwe (P32)	7,1 % – 1,574,237	Niassa, Zambézia
Sena (N44)	7,1 % – 1,578,164	Manica, Sofala, Tete, Zambézia
Chuabo (P34)	4,7 % – 1,050,696	Zambézia
Ndau (S15)	3,8 % – 836,038	Manica, Sofala
Tswa (S51)	3,8 % – 836,644	Inhambane
Outras línguas africanas	11,8 % – 2,633,088	Cabo Delgado, Gaza, Inhambane, Manica, Maputo, cidade Maputo, Niassa, Sofala, Tete
Total	81,1 % – 18,031,998	

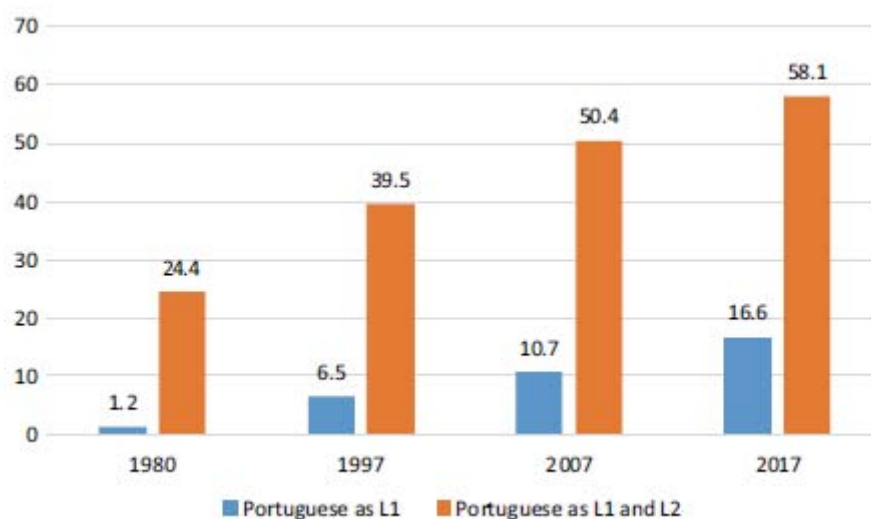
Tabela 2. Principais línguas africanas locais (adaptado de Firmino 2024: 811)

Estas desigualdades sociais, culturais e políticas entre as línguas faladas em Moçambique estão refletidas na evolução dos dados sociolinguísticos recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE). Os censos realizados entre 1980 e 2017 apontam para um avanço significativo do português desde a independência de Moçambique em 1975, acompanhado de uma redução do número de falantes de uma língua bantu como língua materna. De acordo com os dados mais recentes, recolhidos em 2017, 47,4% dos moçambicanos declaram falar o português fluentemente, sendo esta percentagem maior em contexto urbano (83,1%) do que em contexto rural (45,3%) (Firmino 2024: 810, Chimbutane et al. 2023: 30).

O número de falantes do português como L2 e L1 em Moçambique tem crescido de forma constante desde a independência. Enquanto, no primeiro censo efetuado cinco anos depois da independência, um quarto da população afirmava ter algum conhecimento do português (24,4% em 1980), 37 anos depois este número quase duplicou (47,4% em 2017), como também duplicou a população total de Moçambique (de 11 milhões em 1980 para 22 milhões em 2017). A população moçambicana hoje é estimada em cerca de 30 milhões e, como vimos na secção inicial, as projeções demográficas apontam para um aumento populacional continuado e muito forte até finais do século. O censo de 2017 mostra um aumento considerável do número de moçambicanos que tem o português como língua materna (de 1,2% em 1980 para 16,6% em 2017, como expresso na Figura 1), o que indicia o surgimento das primeiras gerações de falantes nativos monolíngues de português em Moçambique. Esta mudança dá-se sobretudo nas cidades e entre as gerações

mais novas, com destaque particular para a capital (cidade de Maputo), onde esta percentagem chega a 62,5%. É esperado que estes falantes adquiram a variante nativizada do português, isto é, o PM.

Figura 1. Distribuição dos falantes de português L1 e L2 entre 1980 e 2017 (Chimbutane & Gonçalves 2023: 274)

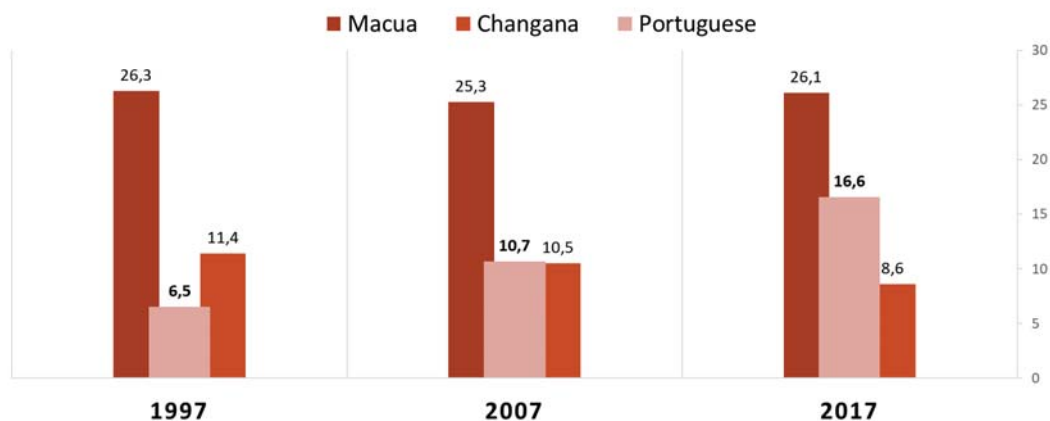


Por outro lado, tem-se registado uma tendência decrescente no uso e na transmissão das línguas africanas. Entre 1980 e 2017, a percentagem de falantes de língua bantu como língua materna passou de 98,8% (ou seja, quase a população inteira) para 81,1%. De acordo com algumas projeções, a este ritmo, a população com língua materna bantu poderá cair para 75,5% em 2027 (Chimbutane et al. 2023: 11). Apesar deste recuo, as línguas bantu continuam a ser as línguas maternas da maior parte da população moçambicana (cerca de 80%), sendo o português, para este segmento da população, adquirido como L2 a partir dos 5 ou 6 anos, isto é, quando a criança ingressa no sistema escolar.

O censo de 2017 mostra que a língua macua (ou Emakhuwa), no norte de Moçambique, se mantém como a língua materna com a maior percentagem de falantes em Moçambique (26,1%), como indicado na Figura 2. O português, por sua vez, afirma-se já como a segunda língua materna principal (16,6%). Embora em terceiro lugar (8,6%), a língua changana (ou Xichangana) destaca-se por ser a principal língua de contacto com o português dentro da capital. Considerando que os grandes centros urbanos e, em particular, as capitais são o ponto focal para as inovações linguísticas que subsequentemente se espalham pelo resto do território nacional, pode inferir-se que o

changana teve (e ainda está a ter) um papel de relevo na formação e na nativização do PM.

Figura 2. As três línguas de Moçambique com maior número de falantes como língua materna (INE)



De um modo geral, a tendência crescente de falantes do português como língua materna tem-se revelado inversamente proporcional à tendência decrescente da proporção de falantes de línguas bantu como línguas maternas. Com efeito, a perda de falantes das diversas línguas bantu, seja como língua materna seja como língua mais falada em casa, tem beneficiado o crescimento dos falantes de português, sobretudo no sul de Moçambique, nas áreas urbanas e entre a população mais jovem (Chimbutane et al. 2023: 78-79). Estes dados são indicadores de um processo de mudança de língua (*language shift*), das línguas bantu para a língua portuguesa, particularmente evidente na cidade e província de Maputo.⁴ Este processo de *language shift* é naturalmente motivado pela situação de diglossia, já referida acima, vigente em Moçambique, e é particularmente estimulado, como mostram Chimbutane & Gonçalves (2023), pela política de língua familiar que leva os pais da classe média, pressionados por forças sociodemográficas e político-ideológicas, a investir na transmissão do português aos seus filhos em detrimento das línguas bantu.

Chimbutane et al. (2023: 18) apontam uma correlação entre o uso do português ou das línguas bantu e o estatuto socioeconómico dos recenseados. Os dados revelam que “cerca de 50% dos recenseados de estatuto socioeconómico mais privilegiado têm o português como língua materna, contra apenas 3,9% de recenseados de estatuto

⁴ Cerca de metade (49,5%) da população da província de Maputo e cerca de dois terços (62,5%) da população da cidade de Maputo têm o português como língua materna (Chimbutane et al. 2023: 78-79). O Xichangana, por sua vez, é língua materna de 36,6% da população na província de Maputo e de 24,5% na cidade de Maputo (Chimbutane et al. 2023: 25-26).

socioeconómico mais desfavorecido”, ou seja, “quanto maior for o estatuto socioeconómico do recenseado, maior é a probabilidade de ter o português como língua materna”. Isto explica a distribuição dos falantes de português em zonas urbanas vs. rurais, já que é nas áreas urbanas “onde se concentram as famílias socioeconomicamente favorecidas, aquelas que tendem a optar pela transmissão da língua portuguesa e não das línguas bantu às novas gerações” (Chimbutane et al. 2023: 18).

Se, por um lado, a situação de diglossia, motivada por uma ideologia monoglótica herdada do período colonial (Chimbutane & Gonçalves 2023: 272), continua a atribuir ao português um estatuto superior, o que leva a uma certa *elitização* do português, por outro lado, esta mesma ideologia, que adotou a língua portuguesa como símbolo de unidade nacional, suscita grande adesão por parte da população em geral. Os moçambicanos abraçaram o português como meio de comunicação interétnica e aproveitaram as possibilidades oferecidas por esta língua, imprimindo-lhe gradualmente novas funções, usos e características estruturais. A massificação do ensino e o acesso cada vez mais fácil às redes sociais agiram como fatores disseminadores da língua portuguesa por todo o país (Firmino 2021: 171-172). Embora ainda dependente do estatuto socioeconómico do falante, a língua portuguesa está a *democratizar-se* em Moçambique. É usada por um número crescente de falantes e já se transmite como língua materna, e já não necessariamente em conjunto com uma língua bantu. Traços estruturais e usos tipicamente moçambicanos testemunham o desenvolvimento autónomo do PM, divergindo do PE. Na secção seguinte, vamos identificar alguns indicadores da nativização do PM.

4. Indicadores de nativização do PM

4.1. Fonologia

A primeira manifestação do processo de nativização dá-se geralmente a nível fonológico, resultando no desenvolvimento de um sotaque característico, ou melhor, de uma pluralidade de sotaques caracterizados pela interferência de algumas particularidades do sistema fonético de cada uma das línguas bantu moçambicanas no português.⁵ Uma primeira tendência, potencialmente comum a todas as línguas bantu moçambicanas, é a propensão para a reestruturação silábica (Langa & Chauque 2024: 273, 284). Com exceção da sílaba nasal, nas línguas bantu a sílaba é aberta e obedece à estrutura (C)V-

⁵ Ver o trabalho recente de Langa & Chauque (2024: 255-295) para uma descrição detalhada da emergência de uma variante nativizada do PM com base nas línguas do sul de Moçambique.

CV. É natural que os falantes do PM recorram a várias estratégias para produzir sílabas abertas, mesmo nos casos em que são fechadas em português, por exemplo inserindo vogais epentéticas, como em *acreditar* [akeriditari]. Uma segunda tendência, igualmente resultante da interferência do sistema fonológico das línguas bantu, é a pré-nasalização das consoantes (Langa & Chaúque 2024: 271). Enquanto no português são as vogais que são nasalizadas, nas línguas bantu são tipicamente as consoantes que são pré-nasalizadas. Esta propriedade reflete-se por vezes na nasalização da vogal inicial de algumas palavras, como *enxigir* [ẽziʒir] ou *enconomia* [ẽkonomiɐ̃]), e também na vogal medial, como *convinte* [kõviⁿte]. Apesar de ser uma característica tipológica comum às línguas bantu, este fenómeno é uma das características mais marcantes do português falado por nativos de changana, com mais frequência no sul de Moçambique (Ngunga 2012: 10, Langa & Chaúque 2024: 271).

Uma terceira propriedade, característica da (e restrita à) região norte, onde se fala a língua macua, é o ensurdecimento das oclusivas sonoras, como em *dedo* [tetu] ou *engraçado*, pronunciado *encaraçado* [eⁿkarɛsadu]). Sabendo que em português o traço ‘voz’ das consoantes é contrastivo, os falantes nativos de macua produzem ambas as versões (sonora e surda) das consoantes, mas geralmente errando a sua distribuição, o que os leva a trocar o /z/ pelo /ʒ/, o /d/ pelo /t/ ou o /b/ pelo /p/ (e vice-versa), como em *bortuguês* ‘português’ e *prasileiro* ‘brasileiro’. Outro caso de metátese encontra-se na língua ndau, para a qual as consoantes líquidas [l] e [r] são variações alofónicas do mesmo fonema, ao contrário do que ocorre português, o que pode levar a produções como *plobrema* ‘problema’. Finalmente, outras línguas do norte de Moçambique, como as línguas yao e maconde, não possuem o som [r], donde a desvibração do som líquido, passando a vibrante [r] a ser pronunciada como lateral [l], como em *Maliya* ‘Maria’.

Como Langa & Chaúque (2024: 285-287) fazem notar, estas mudanças fonológicas configuram, já não uma mera interferência, mas uma reestruturação autónoma do sistema vocálico e consonântico do português (PE) com base nas línguas do substrato. Todavia, nem todas as características das línguas bantu se encontram nesta variedade do português – por exemplo, o PM é apenas acentual, ao passo que as línguas bantu têm acento e tom (Langa & Chaúque 2024: 284). Os autores argumentam em favor de uma variedade *nativizada*, mostrando como o PM tende a cristalizar-se num sistema fonológico consolidado, partilhado por uma comunidade de falantes, e a desenvolver estruturas novas, que não são próprias nem do PE nem das línguas bantu.

4.2. Morfossintaxe: clíticos & marcação diferencial de objeto

Para além do sistema fonológico, já se encontram outros tipos de mudança no PM que envolvem uma reestruturação profunda e estável em algumas áreas gramaticais. Trata-se de produções inovadoras, divergindo tanto do PE quanto do PB, que já parecem caracterizar a variedade moçambicana na sua totalidade, para além das suas inevitáveis variações dialetais. Essas novas características do PM podem ser chamadas de *emergentes* na medida em que, embora carreguem a marca de ambas, não são redutíveis nem ao PE nem às línguas bantu de contacto.

Uma primeira mudança gramatical deu-se no domínio dos clíticos, justamente uma das áreas mais sensíveis à variação e à mudança. Desviando-se do PE (e também do PB), observa-se no PM uma tendência para o uso do clítico dativo *lhe* em contextos acusativos, como em (1).⁶ Esta mudança verifica-se quase exclusivamente com objetos diretos animados, como em (1) e (2).⁷

(1) *Eu vi-lhe ontem* (Firmino 2024: 819)

(2) *Não sei onde vou lhes buscar; não lhes deixem sair daqui; tenho que lhe compreender; não consigo lhe perceber; vocês lhe esquecem* (OL)

Esta mudança na área dos clíticos parece estar relacionada com outra tendência do PM: o uso generalizado da preposição *a*, encabeçando objetos diretos animados em contextos em que esta preposição não é exigida no PE, como nos exemplos (3)-(7).

(3) *informar aos moçambicanos sobre* (OL)

(4) *apoiar aos colegas* (OL)

(5) *convidei ao meu colega* (OL)

(6) *felicito aos dois oradores* (OL)

(7) *escolher a vida protege aos que te amam* (OL)

⁶ A maior parte dos exemplos provém da observação do segundo autor em contexto de trabalho de campo realizado em Moçambique durante três meses – vão assinalados como OL (observação no local). Outros exemplos provêm da literatura ou outras fontes, sendo mencionada a respetiva fonte. Outros ainda são construídos a título ilustrativo, sendo apresentados sem qualquer referência.

⁷ Esta mesma tendência também se regista no português angolano, embora o seu funcionamento pareça ser diferente (Gonçalves et al. 2024: 65).

Todavia, esta segunda mudança não se dá com a mesma frequência da primeira. Nos dados do *Corpus PALMA* (português oral de Maputo), Gonçalves et al. (2024: 59) registam apenas 2,2% de ocorrências de sintagmas nominais e 25,2% de pronomes tónicos com função de objeto direto introduzidos pela preposição *a*, contra 43,4% de ocorrências do clítico *lhe* nos mesmos contextos. Embora estas duas mudanças pareçam estar relacionadas, não se trata de um paralelismo estrutural perfeito. Parece, antes, estarmos perante um caso de *Differential Object Marking* (marcação diferencial de objeto): ambas as variantes são mantidas, mas passam a assumir funções distintas ou introduzem algum contraste semântico, donde a emergência de uma alternância gramatical. Para confirmar a hipótese de marcação diferencial de objeto, será, porém, necessário identificar com maior precisão o contributo semântico da variante preposicionada e os contextos em que ocorre com mais frequência. Por outro lado, o clítico *lhe* com função de objeto direto é a inovação mais estável e consolidada, independentemente da escolarização (Gonçalves et al. 2024: 64).

Estas duas inovações parecem ser sintomáticas de uma mudança mais profunda induzida por contacto de línguas. É possível que tais alterações gramaticais encontrem a sua origem numa característica tipológica das línguas bantu, que são línguas de objeto primário. Nestas línguas, ambos os objetos – direto e indireto – têm um estatuto equivalente, sendo fatores semântico-pragmáticos que determinam qual deles ganha características de objeto primário. Já em línguas que obedecem à distinção entre objeto direto e objeto indireto, o objeto indireto tende a funcionar como adjunto ou como argumento periférico, tornando-se assim mais marcado semanticamente e restringido a um conjunto menos diversificado de contextos sintáticos. Esta hipótese de *shift* tipológico do PM permitirá também dar conta de outras mudanças, particularmente de regência verbal e emergência de novas construções, como veremos a seguir.

4.3. Sintaxe e regência verbal

Outra área de grande instabilidade e propensa à mudança diz respeito às propriedades de seleção categorial dos verbos. Os trabalhos de Perpétua Gonçalves são pioneiros nesse domínio. Tendo encontrado vários casos em que a estrutura argumental dos verbos do PM diverge da do PE, Gonçalves (2010: 49) formula a hipótese da *transitivização* dos verbos do PM, isto é, da tendência para a construção com objeto direto. O exemplo mais claro e emblemático é a transitivização do verbo intransitivo *nascer*, como em (8) e, já com uma extensão semântica metonímica para o significado de ‘educar’, em (9).

(8) *Tu também podes nascer um filho saudável* (Timbane 2017: 30)

(9) *Teu pai nasceu mulheres competentes.* (OL)

Outros casos de transitivação envolvem a perda das preposições regidas pelo respetivo verbo, como nos exemplos (10)-(13). Enquanto os dois primeiros ocorrem com bastante frequência no registo oral dos moçambicanos, os dois últimos são mais esporádicos. Esta assimetria justifica um estudo sistemático sobre a produtividade da transitivação de verbos com complemento preposicional no PM.

(10) *subir chapa; subir avião* (em vez de *subir a/para*) (OL)

(11) *você saiu sem me despedir?* (em vez de *se despedir de*) (OL)

(12) *tem que investir os jovens* (em vez de *investir em*) (OL)

(13) *na cidade, você acostuma coisas caras* (em vez de *se acostumar a*) (OL)

Gonçalves (2010) considera que uma consequência sintática da transitivação dos verbos no PM é a formação de novas estruturas passivas, agramaticais ou de aceitação duvidosa na norma do PE, como em, respetivamente, (14) e (15). Outra é a emergência da construção de duplo objeto (CDO), resultante da suposta perda da preposição *a* regendo objeto indireto, como em (16).

(14) *O Raul foi nascido em Pemba.* (Justino 2012)

(15) *A menina foi engravidada pelo jovem.* (OL)

(16) *Entregou o emissário a carta.* (Gonçalves 2010: 52)

Há, no entanto, dados linguísticos que parecem contradizer a hipótese de transitivação e o paralelismo estrutural que a mesma implica. Em primeiro lugar, dados de *corpora*, tanto orais (*Corpus PALMA*) quanto escritos (*Corpus do Português* (Davies 2016)), apontam para a manutenção da preposição *a* (ao invés do que ocorreu no PB), inclusive nos contextos em que encabeça o objeto indireto. Segundo, vimos na secção anterior que o PM apresenta casos de marcação diferencial de objeto que contradizem a direção da mudança para graus mais elevados de transitividade. Terceiro, a ocorrência de CDO prototípicas, com ambos os objetos expressos em sintagmas nominais, é muito rara,

pelo que a hipótese de que o PM favorece a expressão do objeto indireto sem preposição perde evidência empírica.

Em contrapartida, os dados linguísticos observados apontam para a emergência de duas estruturas mais estáveis. Por um lado, a CDO ocorre com mais facilidade com verbos diretivos em construção completiva introduzida pela preposição/complementador *para*, como em (17)-(18). Por outro lado, a CDO é mais frequente com objeto direto nulo, como em (19)-(20) (ver também Gonçalves et al. 2022: 10-11).

(17) *Vou pedir os oradores da primeira parte para começar.* (OL)

(18) *Exigir os funcionários para se candidatarem à reforma antecipada.* (OL)

(19) *Estou a mostrar o afilhado.* (OL)

(20) *Tem alguma coisa que entregar o professor.* (OL)

De entre as construções passivas inovadoras, há uma que se destaca pela sua frequência, tendo chamado a atenção dos linguistas desde os primeiros trabalhos sobre o PM (Carvalho 1985, 1987; Gonçalves 1996). Trata-se da estrutura passiva em que o objeto indireto (recipiente/beneficiário) assume o papel de sujeito, sendo por isso chamada *passiva dativa*. Ngunga (2012: 16) aponta esta construção como “outro exemplo de interferência sintáctica das línguas moçambicanas na língua portuguesa”, contrastando a variante inovadora do PM *Eu fui dado um livro* com a variante padrão *Foi-me dado um livro*. Num estudo recente (Mevis & Soares da Silva 2023), procuramos mostrar que já não se trata de uma mera interferência, mas antes de uma *construcionalização* (Traugott & Trousdale 2013), no sentido de que o PM está a desenvolver uma nova construção passiva – a passiva de recipiente, como em (21) – ao lado da passiva padrão – a passiva de tema, como em (22). Deixamos para a secção seguinte uma muito breve análise desta nova construção passiva.

(21) *Uma estudante tinha sido oferecida uma bolsa de estudo para estudar nos Estados Unidos.* (OL)

(22) *Essa bolsa foi oferecida ao melhor aluno.*

4.4. Emergência de novas construções

A passiva dativa (ou passiva de recipiente) é um exemplo emblemático da formação de novas construções gramaticais no PM. Pudemos comprovar, com base num amplo

estudo de *corpus*, que a passiva dativa se tem estabelecido como construção estável e sistemática do PM, com a sua própria coerência semântica interna, prototipicamente estruturada à volta do traço semântico de ‘transferência’ (Mevis & Soares da Silva 2023). Além disso, a sua distribuição, em alternância com a passiva de tema, é motivada principalmente por fatores pragmáticos e semânticos: o objeto indireto (recipiente) precisa de ser conceptualizado como tópico discursivo para poder preencher a posição de sujeito da passiva (Mevis, submetido). Quer isto dizer que a passiva de recipiente é uma construção de tópico, motivada e condicionada pelo contexto discursivo. Importa observar que a construção passiva dativa participa da tendência do PM, provavelmente induzida pelo contacto com as línguas bantu, de conceptualizar participantes humanos e afetados como objetos sintáticos plenos (argumentos internos) e não como adjuntos.

Entre as outras construções emergentes do PM, podemos referir brevemente as seguintes: (1) o uso da preposição *com* para introduzir o agente da passiva, como em (23), ou para veicular a noção de separação, como em (24); (2) o uso generalizado de *haver de* para a expressão do futuro (25); (3) alterações em construções aspetuais, envolvendo o apagamento da preposição, como em (26), ou a sua substituição, como em (27); e (4) o uso “nu” do advérbio *ainda* (em vez de *ainda não*) para fazer referência a uma situação que ainda não foi realizada, como em (28).

(23) *Fui ralhado com a minha mãe. Fui abusado com miúdos.* (DRVPM)

(24) *Foi na altura que eu separei com os meus pais.* (Hagemeijer 2016: 53)

(25) *Hei de lhe perguntar.* (OL)

(26) *Está aprender de forma correcta os hábitos e costumes da nossa sociedade.* (OL)

(27) *Chegou de falar com ela?* (OL)

(28) *Já falou com o seu chefe? – Ainda.* (OL)

Outra construção bem estabelecida no PM é a relativa resuntiva, exemplificada em (29)-(31): o relativizador *que* é seguido de um pronome que serve de retoma anafórica do antecedente. Alguns trabalhos têm mostrado que o PM parece privilegiar a estratégia resuntiva em relativas de objeto direto (29), de oblíquo (30) e de genitivo (31). Hagemeijer (2016: 56-57) esclarece que a estratégia de resunção é típica de algumas línguas bantu da zona oriental, como o zulu ou o changana: o antecedente da relativa é, nestas línguas, frequentemente retomado sob a forma de um prefixo de concordância de objeto, afixado ao verbo.

(29) *Há passagens do texto que podemos vê-las.* (Hagemeijer 2016: 55)

(30) *Havia rapazes que nós não brincávamos com eles.* (Hagemeijer 2016: 55)

(31) *Os meios de transporte que vi os nomes deles.* (Hagemeijer 2016: 55)

4.5. Léxico: empréstimos e neologismos

Para encerrar a visão geral dos indicadores de nativização do PM, não poderíamos deixar de lado as inovações linguísticas de ordem lexical – domínio geralmente mais permeável ao contacto e à mudança linguísticos. Também na área do léxico é necessário distinguir entre as criações pontuais e relativamente efémeras e as inovações duradouras que passam a caracterizar a variedade na sua totalidade (Sengo 2010). É possível identificar duas fontes de inovações lexicais externas ao português, de que resulta uma quantidade considerável de empréstimos lexicais no PM: as línguas bantu, como exemplificado em (32), e o inglês sul-africano, em (33). Enquanto a influência das primeiras é óbvia e expectável, o impacto do segundo revela frequentes trocas migratórias entre os dois países e grande influência económica. Este duplo jogo de influências está bem sintetizado na expressão famosíssima em Moçambique *maningue nice* ‘muito fixe’.

(32) empréstimos das línguas bantu: *khanimambo* ‘obrigado’, *maningue* ‘muito’, *mahala* ‘gratuito’

(33) empréstimos do inglês: *txilar* ‘celebrar’, *djobar* ‘trabalhar’, *txunar* ‘melhorar’

As inovações lexicais no PM não se restringem, porém, ao contacto linguístico. A permeabilidade natural à influência externa é, até certo ponto, balanceada pelas criações lexicais internas, tipicamente da categoria de neologia semântica, como exemplificado nos neologismos listados em (34). A análise de alguns destes neologismos semânticos – especificamente a reconstrução da origem da inovação, bem como do caminho de evolução semântica – é tarefa difícil e desafiante. Por exemplo, *matabicho* e *matabichar* (ou *mata-bicho*, *mata-bichar*) no sentido de ‘pequeno-almoço’ e ‘tomar o pequeno-almoço’ são registados como angolanismos (cf. *Dicionário de Angolanismos*, de Óscar Ribas), mas são também usados no mesmo sentido tanto em Moçambique como em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau. Mais ainda, foram muito usados sobretudo em zonas rurais de Portugal, e são ainda assim reconhecidos, no sentido de ‘bebida alcoólica tomada de manhã e em jejum’, não sendo difícil admitir também no PE o seu uso por extensão

metonímica, se não tipicamente de ‘pequeno-almoço’, pelo menos de qualquer comida ou bebida ingerida de manhã e em jejum.

(34) neologismos: *animar* ‘saber bem, estar bom’, *cabrito* ‘pessoa corrupta’, *cabritar* ‘subornar’, *calamidades* ‘roupa em segunda mão e outros artigos recebidos como donativos para apoiar vítimas de calamidades naturais’, *campainhar* ‘tocar à campainha’, *desconseguir* ‘não conseguir’, *matabicho* ‘pequeno-almoço’, *matabichar* ‘tomar o pequeno-almoço’, *quiosque* ‘barracas onde se vende tudo e qualquer coisa’.

Ainda no domínio lexical dos neologismos e dos empréstimos, merece referência o *Observatório de Neologismos de Moçambique*, coordenado por Inês Machungo e disponibilizado pela Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira da Universidade Eduardo Mondlane.⁸

5. Línguas em contacto: a incontornável influência bantu

As línguas nativas de Moçambique, chamadas “línguas nacionais” na Constituição da República de Moçambique e comumente referidas como “línguas maternas”, são todas de origem bantu e partilham um conjunto de características tipológicas que estão a deixar, de forma dinâmica, algumas marcas no PM, em todos os níveis do sistema linguístico desta variedade nacional do português. É pois expectável que a grande maioria das inovações linguísticas do PM que se encontram num processo avançado de nativização tenha a sua origem num intenso contacto com as línguas bantu de Moçambique. Com efeito, o contacto linguístico ainda faz parte da realidade quotidiana do falante moçambicano, que vive num país multilingue onde a maioria das crianças aprende uma língua bantu antes de começar a aprender o português na escola, aos 6 anos. Sendo inevitável a influência bantu no PM, importa, porém, compreender a dinâmica deste processo, abandonando, desde já, a ideia de uma influência *mecânica*, na forma de uma simples transferência de alguns elementos estruturais de uma língua para outra.

O contacto de línguas é um processo eminentemente *dinâmico*, envolvendo, muitas vezes, mudanças conceptuais, culturais e pragmáticas, cristalizadas em novas formas e

⁸ Ver também os trabalhos de Timbane (2013) e de Nhatuve (2022), a dissertação de Sengo (2010) e o glossário de *Moçambicanismos* de Vítor Lindegaard (<https://mocambicanismos.blogspot.com/2009/02/b.html>).

usos linguísticos (Palacios 2011, 2017). Quer isto dizer que cada transferência oriunda de contacto linguístico passa por um processo de acomodação ao sistema linguístico da língua-alvo, incorporando novos usos e significados nas estruturas linguísticas já existentes. Além disso, existem *graus* no processo de transferência de traços linguísticos, num contínuo que vai de mudanças mais diretas a outras mais indiretas. A este propósito, Ngunga (2012: 1) estabelece uma distinção entre *empréstimo*,⁹ quando a transferência de um traço linguístico se dá de forma estável e generalizável, e *interferência*, quando a transferência é esporádica e a nível (quase) individual. Importa, no entanto, compreender que estas categorias são dinâmicas e, mais especificamente, que a variação e a mudança induzidas por contacto constituem pontos difusos dentro de um contínuo dinâmico (Palacios 2011: 22).

A título ilustrativo do PM, podemos assinalar como resultado da interferência direta das línguas maternas na produção de alguns falantes (com pouca proficiência em português) as inconsistências na concordância de número e género. Com efeito, as línguas bantu seguem uma estratégia diferente da do português para marcar o número e o género¹⁰ das palavras: estas categorias gramaticais são marcadas nas línguas bantu no início das palavras por meio de um prefixo, que varia segundo a classe morfológica à qual pertence a palavra, o que pode causar dificuldades de aprendizagem e processamento. No outro lado do contínuo, encontram-se mudanças quase totalmente gramaticalizadas e nativizadas, que já ocorrem naturalmente nas produções de falantes monolíngues do PM, como parece ser o caso da transitivação de *nascer* (Justino 2012), das passivas dativas (Mevis & Soares da Silva 2023), ou do sistema fonológico emergente do PM (Langa & Chaúque 2024).

Como foi referido na secção anterior, as passivas dativas do PM passaram por um processo de adaptação ao sistema gramatical do português. Este processo incluiu uma seleção mais restrita do que em bantu dos verbos que participam na nova construção, bem como a definição de um contexto semântico específico – um processo de transferência

⁹ O empréstimo pode ser tanto lexical quanto gramatical. Tem havido discussão na literatura sobre a possibilidade de transferência gramatical entre línguas tipologicamente afastadas. Palacios (2011) mostra que o empréstimo estrutural ou gramatical se dá com profusão entre o espanhol e as várias línguas indígenas com que tem estado em contacto na América Latina. O intenso e recíproco contacto entre o português e as diferentes línguas bantu em África pode proporcionar mais evidências empíricas a favor do empréstimo gramatical.

¹⁰ Nas línguas bantu, o género gramatical é uma categoria muito gramaticalizada. Além disso, não se trata de uma oposição binária com alguma ligação com o sexo, como é o caso em português, mas existem tantos géneros gramaticais quantas as diferentes classes semântico-morfológicas (em média 10).

cujo recipiente é discursivamente saliente e totalmente afetado. Tudo aponta para um processo de *reestruturação* interna de uma propriedade bantu dentro do sistema do PM. Já em casos como a transitivação do verbo *nascer*, em linha com as línguas bantu de Moçambique, cujo verbo correspondente é transitivo direto, estamos perante uma mudança induzida por contacto mais *direta*.

Um outro exemplo de grau direto de transferência, que envolve também aspetos culturais e pragmáticos, é o das estratégias de polidez. É comum, no sul de Moçambique e também na capital Maputo, usar-se a expressão *estou a pedir* para fazer algum pedido (de comida ou bebida, por exemplo), sem recorrer à expressão *por favor*. Isto acontece porque não existe nenhum equivalente para traduzir *por favor* nas línguas bantu do sul do país. Trata-se, assim, de uma tradução literal de línguas como o changana e o xitshwa, para as quais a fórmula *estou a pedir* é a estratégia de cortesia mais comum para fazer pedidos. Este exemplo aponta para a necessidade de se tomar em conta outros aspetos, para além dos estritamente linguísticos, para analisar e entender os resultados da dinâmica do contacto linguístico.

Existem evidências de que as três mudanças acima referidas (passiva dativa, *nascer* transitivo e expressão *estou a pedir*) já se encontram na fala de moçambicanos que têm o português como língua materna. Já as inconsistências em termos de género e número são tipicamente de falantes com pouca educação, que falam o português como língua segunda, sendo assim sociolinguisticamente marcadas e não uma característica intrínseca do novo sistema do PM.

Variedades marcadas pelo contacto de línguas são, muitas vezes, atitudinalmente avaliadas em termos negativos: traços que se desviam da norma padrão (neste caso, do PE) são estigmatizados por serem considerados como resultantes de uma aquisição imperfeita ou incorreta da língua. Mas quando o contacto de línguas se dá num período de tempo mais longo, o processo de contacto torna-se mais complexo, já que vai aumentando o número de falantes bilingues, que são os verdadeiros vetores de mudança, e emerge uma geração de novos monolinguês cujas gramáticas internas já são marcadas pelas mudanças ocorridas. Esta situação resulta num contínuo sociolinguístico dinâmico em que cada categoria de falantes (monolinguês, bilingues consecutivos e bilingues simétricos) desempenha um papel fundamental. Tanto o dinamismo inerente a situações de contacto como os primeiros indicadores de nativização do PM mostram a necessidade de se abandonar noções como ‘desvio’, ‘erro’ ou ‘divergência normativa’, geralmente atribuídas a uma aprendizagem deficiente do português, para se adotar uma abordagem

centrada na *criatividade* do falante (Palacios 2011: 22), que explora as potencialidades de ambas as línguas que domina, mas baseando-se nos recursos estruturais da língua-alvo, para expressar matizes e significados que a variedade padrão não tem ou talvez não consiga expressar tão bem.

6. Conclusões

Elencamos neste estudo um conjunto representativo de indicadores, principalmente linguísticos e alguns também sociais, de *nativização* do PM, que permitem justificar a emergência e uma certa estabilização de uma variedade linguística nacional do português distinta e partilhada por muitos moçambicanos como L2 e alguns como L1, caracterizável em termos de uma série de traços, formas e construções fonológicos, semânticos, lexicais, gramaticais e pragmáticos locais. De entre esses indicadores linguísticos, que puderam ser diretamente observados em trabalho de campo, destacam-se (1) na fonologia, a reestruturação silábica, a pré-nasalização das consoantes e o ensurdecimento das oclusivas sonoras; (2) no léxico, empréstimos das línguas bantu e do inglês sul-africano, neologismos lexicais e semânticos e processos de extensão semântica metafóricos e, mais frequentemente, metonímicos; e (3) na gramática o uso do clítico *lhe* para marcar objeto direto, a transitivação de alguns verbos intransitivos ou preposicionais e as novas construções passiva dativa, relativa resuntiva, de duplo objeto (mas com verbos diretivos em construção completiva ou com objeto direto nulo) e mudanças em construções preposicionais, passivas, aspetuais e temporais. Este inventário de indicadores linguísticos de nativização do PM, necessariamente incompleto dentro dos limites do presente estudo, acompanha, por vezes com algumas divergências descritivas e interpretativas, os valiosos estudos linguísticos existentes sobre o PM (e.g. Gonçalves 1996, 2010, 2013; Chimbutane 2018; Firmino 2021, 2024).

Importa (re)interpretar os indicadores de nativização do PM. Esperamos ter deixado algumas pistas, pelo menos, para esta urgente e complexa tarefa. Em primeiro lugar, defendemos a perspetiva de um *modelo dinâmico* de nativização do PM, adaptando o modelo dinâmico elaborado por Schneider (2007) para a descrição da formação e evolução das variedades nacionais do inglês. Os diversos indicadores de nativização do PM aqui registados devem ser interpretados como pontos (uns mais, outros menos) estabelecidos de um contínuo dinâmico. A sua relativa sistematicidade e produtividade, bem como a sua relativa sedimentação e convencionalização – que aguardam confirmação mais fundamentada com base em estudos empíricos (de *corpus* e

experimentais) sistemáticos – indiciam um estágio avançado de nativização. Ao mesmo tempo, encontram-se já algumas manifestações do estágio subsequente do modelo dinâmico, de *estabilidade endonormativa* do PM ao nível da codificação linguística (embora ainda incipiente e mais lexical do que gramatical), expressas nos projetos em curso do *Dicionário do Português de Moçambique*, do *Corpus do Português de Moçambique* e do *Observatório de Neologismos de Moçambique*, bem como, até certo ponto, em recursos léxico-gramaticais, mais descritivos do que normativos, como o *Dicionário de Regência de Verbos do Português de Moçambique* e o *Dicionário de Verbos do Português de Moçambique* e em materiais didáticos para o ensino do português, mas ainda quase exclusivamente exógenos, na direção do PE. Além disso, as referidas projeções demográficas e demolinguísticas de fortíssimo aumento, ao longo do presente século, da população moçambicana e de falantes do PM como L1 são a esperança, juntamente com a desejada melhoria das condições educacionais e socioeconómicas e o desejado investimento em políticas e recursos endonormativos, de que o PM possa alcançar nas próximas décadas a sua *estabilidade endonormativa*, o seu estatuto *cêntrico* e mesmo o estágio final da sua maturidade, isto é, a sua *diferenciação*. No entanto – e como é também próprio de um modelo dinâmico, que pode não atingir os seus estádios finais –, outras circunstâncias diferentes e adversas, a ausência de políticas linguísticas adequadas, dificuldades de ordem prática e outras razões (por exemplo, de conveniência económica e cultural e de falta de prestígio, acompanhada de preconceitos linguísticos, da variedade moçambicana em comparação com o padrão do PE ou até do PB) poderão dificultar ou mesmo inviabilizar estes dois últimos estádios de evolução do PM, o mesmo é dizer, a autonomização, o estabelecimento da norma e a centricidade do PM.

Em segundo lugar, a inevitável influência das línguas bantu no PM deve ser entendida como um processo *dinâmico* de contacto de línguas, de diferentes graus de inter/transferência, de inter/transferências diretas e indiretas, contínuas e esporádicas, estabilizadas e precárias, generalizadas e restritas a certos dialetos e, especialmente, de acomodação às estruturas do português e, assim, de reestruturação da gramática do português. Um bom exemplo de adaptação e reestruturação do sistema gramatical do português é a construção passiva dativa (Mevis & Soares da Silva 2023), já estabilizada e normatizada. Exemplos de inter/transferência direta, generalizada e estabilizada são a transitivação de certos verbos, as novas estruturas fonológicas e novas formas de polidez, ao passo que as inconsistências na concordância em número e género são exemplo de inter/transferência direta mas restrita a falantes com pouca proficiência em português. Por

outro lado, importa referir também o contínuo linguístico afro-brasileiro (Petter 2009, Álvarez López et al. 2018), resultante de um substrato bantu comum e de mudanças induzidas pelo contacto de línguas e expresso num conjunto de traços linguísticos comuns às variedades africanas e ao PB e divergentes do PE, o que poderá despoletar novas convergências entre PM e PB. Para tal, poderá também contribuir o inegável aumento do prestígio do PB e da sua influência cultural e linguística nos demais países lusófonos (Soares da Silva 2022).

Finalmente, a descrição dos processos e dos indicadores de nativização do PM beneficiará de uma perspetiva *sociocognitiva*, no enquadramento da sociolinguística cognitiva, e de uma metodologia *letométrica* baseada em perfis, como as que temos utilizado no âmbito do projeto CONDIV, maioritariamente ainda na análise dos indicadores lexicais, gramaticais e atitudinais de divergência diacrónica entre PB e PE e que esperamos estender às variedades africanas do português. Como princípios sociocognitivos fundamentais, importa considerar o PM emergente como entidade dinâmica e *prototípica* (com componentes e usos mais representativos e outros menos, que podem ou não, aqueles e estes, ganhar maior saliência), que exprime e simboliza categorizações sociais e estas, por seu turno, representam entidades cognitivamente criadas e não “fronteiras naturais”. Descritivamente, consideramos importantes três tipos de estudos sobre o PM orientados na perspetiva sociocognitiva: (1) com base em *corpora* representativos e/ou através de métodos experimentais avançados, analisar todos os fatores de variação *semântica* lexical e gramatical, especialmente fatores conceptuais, pragmático-discursivos e de processamento cognitivo e a sua correlação com fatores estruturais e sociolinguísticos, de que as alternâncias construcionais (geralmente analisadas em termos apenas formais), como a alternância entre passiva de recipiente e passiva de tema, são bons exemplos; (2) analisar a variação onomasiológica e aplicar métodos letométricos baseados em perfis onomasiológicos, em combinação com métodos distribucionais de identificação semiautomática de significados em *corpora*, como o Vector Space Model, para medir divergência/convergência entre PM, PE e PB, estratificação interna do PM e outras distâncias; e (3) investigar as atitudes dos moçambicanos relativamente ao PM e ao PE – à semelhança do que Schneider (2014) fez para as variedades nacionais do inglês através de um extenso questionário e numa perspetiva sociocognitiva –, especialmente os modelos cognitivos e culturais dos moçambicanos de perceção, aceitação e avaliação da variedade nativizada (PM) e da variedade ainda padrão (PE).

Referências

- ÁLVAREZ LÓPEZ, Laura, Perpétua GONÇALVES & Juanito AVELAR (eds.) (2018). *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam: John Benjamins.
- BAXTER, Alan N. (2018). «Epilogue». Em *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*, ed. por Laura Álvarez López, Perpétua Gonçalves & Juanito Avelar, pp. 293-313. Amsterdam: John Benjamins.
- CARVALHO, Maria José Albarran (1985). «Passivas estranhas ao português europeu». *Angolê* 3:2-3.
- CARVALHO, Maria José Albarran (1987). «Um tipo de passivas no português oral de Moçambique?» Em *Actas do III Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 105–113. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.
- CHIMBUTANE, Feliciano (2018). «Portuguese and African languages in Mozambique: A sociolinguistic approach». Em *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*, ed. por Laura Álvarez López, Perpétua Gonçalves & Juanito Avelar, pp. 89-110. Amsterdam: John Benjamins.
- CHIMBUTANE, Feliciano & Perpétua GONÇALVES (2023). «Family language policy and language shift in postcolonial Mozambique: a critical, multi-layered approach». *Language Policy* 22:267–287.
- CHIMBUTANE, Feliciano, David LANGA, Carlos LAUCHANDE & Lísa LOPES (2023). Padrão linguístico em Moçambique: Análise dos Dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017. Maputo: INE.
- CLYNE, Michael (ed.) (1992). *Pluricentric languages. Different norms in different countries*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- DAVIES, Mark (2016). Corpus do Português: Web/Dialects. One billion words; 4 countries. <http://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>
- Ethnologue* – Mozambique. Acessível em <https://www.ethnologue.com/country/MZ/>
- FIRMINO, Gregório (2021). «Ascensão de uma norma endógena do português em Moçambique: desafios e perspectivas». *Gragoatá* 26(54):163–192.
- FIRMINO, Gregório (2024). «Mozambique». Em *Manual of Romance Languages in Africa*, ed. por Ursula Reutner, pp. 809-824. Berlin: De Gruyter Mouton.
- GEERAERTS, Dirk, Gitte KRISTIANSEN & Yves PEIRSMAN (eds.) (2010). *Advances in Cognitive Sociolinguistics*. Berlin: De Gruyter Mouton.

GEERAERTS, Dirk, Dirk SPEELMAN, Kris HEYLEN, Mariana FONTES, Stefano DE PASCALE, Karlien FRANCO & Michael LANG (2023). *Lexical variation and change. A distributional semantic approach*. Oxford: Oxford University Press.

GERARDS, David Paul & Benjamin MEISNITZER (2024). «Angola». Em *Manual of Romance Languages in Africa*, ed. por Ursula Reutner, pp. 579-608. Berlin: De Gruyter Mouton.

GONÇALVES, Perpétua (1996). *Português de Moçambique. Uma variedade em formação*. Maputo: Livraria Universitária e Faculdade de Letras da UEM.

GONÇALVES, Perpétua (2010). *Génese do Português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

GONÇALVES, Perpétua (2013). O Português em África. Em *Gramática do Português*. Vol. I., coord. por Eduardo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura & Amália Mendes, pp. 157-178. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

GONÇALVES, Perpétua & Vítor JUSTINO (1986-2020). *O Dicionário de Regências de Verbos do Português de Moçambique (DRVPM)*. Acessível em <https://www.catedraportugues.uem.mz/drvpm>

GONÇALVES, Rita, Inês DUARTE & Tjerk HAGEMEIJER (2022). «Dative microvariation in African varieties of Portuguese». *Journal of Portuguese Linguistics* 21(6):1–39.

GONÇALVES, Rita, Inês DUARTE & Tjerk HAGEMEIJER (2024). «Objetos diretos em variedades africanas do Português: um estudo de caso de microvariação». Em *Para o estudo comparativo de variedades do Português: Questões teórico-metodológicas e análises de dados*, ed. por Sílvia Brandão & Sílvia Vieira, pp. 53–84. Berlin: De Gruyter Mouton.

HAGEMEIJER, Tjerk (2016). «O português em contacto em África». Em *Manual de Linguística Portuguesa*, ed. por Ana Maria Martins & Ernestina Carrilho, pp. 43–67. Berlin: De Gruyter Mouton.

HAGEMEIJER, Tjerk (2024). «São Tomé and Príncipe». Em *Manual of Romance Languages in Africa*, ed. por Ursula Reutner, pp. 609-623. Berlin: De Gruyter Mouton.

INE (Instituto Nacional de Estatística) (2017). *IV Recenseamento Geral da População e da Habitação 2017*. Maputo: INE.

INVERNO, Liliana (2011). *The restructuring of Portuguese morphosyntax in interior Angola – Evidence from Dundo (Lunda Norte)*. Universidade de Coimbra, Dissertação de Doutoramento.

INVERNO, Liliana (2018). «Angolan Portuguese: Its historical development and current sociolinguistic setting». Em *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*,

ed. por Laura Álvarez López, Perpétua Gonçalves & Juanito Avelar, pp. 111–33. Amsterdam: John Benjamins.

JUSTINO, Víctor (2012) «Podemos dizer “O Raul foi nascido em Pemba”?». Acessível em https://catedraportugues.uem.mz/storage/app/media/docs/Perguntugues_Nascer_Final.pdf

KRISTIANSEN, Gitte & René DIRVEN (eds.) (2008). *Cognitive Sociolinguistics: Language variation, cultural models, social systems*. Berlin: De Gruyter Mouton.

KRISTIANSEN, Gitte, Karlien FRANCO, Stefano DE PASCALE, Laura ROSSEEL & Weiwei ZHANG (eds) (2021). *Cognitive Sociolinguistics revisited*. Berlin: De Gruyter Mouton.

LANGA, David & Luís CHAÚQUE (2024). «Nativização do Português de Moçambique: evidência da formação da subvariedade do português com base nos substratos das línguas do grupo tsonga». Em *Morfossintaxe de línguas indígenas, de línguas bantu e do português dialetal*, ed. por Fábio Duarte, David Langa, Tânia Valias & Clauâne Carolino, pp. 255–295. São Paulo: Pontes Editores.

MACHUNGO, Inês (coord.) *Observatório de Neologismos de Moçambique*. Acessível online em <https://www.catedraportugues.uem.mz/observatorio>

MEVIS, Alice & Augusto SOARES DA SILVA (2023). «Exploring the productivity and systematicity of Recipient passives in Mozambican Portuguese». *Soletras* 45:190–222.

MEVIS, Alice (submetido). «Recipient passives in Mozambican Portuguese: a case of constructional alternation in the making».

MINGAS, Amélia (2000). *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.

NGUNGA, Armindo (2012). «Interferências de línguas moçambicanas em português falado em Moçambique». *Revista Científica da UEM, Letras e Ciências Sociais* 1:7–20.

NHATUVE, Diocleciano (2022). «Tendências genolexicais em adjetivos neológicos no português de Moçambique». *Cadernos de Estudos Linguísticos* 64:1–18.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de (2016). «The system of national standards and the demolinguiistic evolution of Portuguese». Em *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide. Part II: The Pluricentricity of Portuguese and Spanish. New Concepts and Descriptions*, ed. por Rudolf Muhr, 35–48. Frankfurt am Main: Peter Lang.

PALACIOS, Azucena (2011). «Nuevas perspectivas en el estudio del cambio inducido por contacto: hacia un modelo dinámico del contacto de lenguas». *Lenguas Modernas* 38:17–36.

PALACIOS, Azucena (2017). «Sobre los cambios lingüísticos en situaciones de contacto». Em *Variación y cambio lingüístico en situaciones de contacto*, ed. por Azucena Palacios, pp. 7–20. Frankfurt am Main: Vervuert Verlagsgesellschaft.

PETTER, Margarida M. (2009). «O continuum afro-brasileiro do português». Em *África-Brasil. Caminhos da Língua Portuguesa*, ed. por Charlotte Galves, Helder Garmes & Fernando Rosa Ribeiro, pp. 158–173. Campinas: Editora da Unicamp.

SENGO, Alice (2010). *Processos de enriquecimento do léxico do português de Moçambique*. Universidade Eduardo Mondlane, Dissertação de Mestrado.

SCHNEIDER, Edgar (2007). *Postcolonial English. Varieties around the world*. Cambridge: Cambridge University Press.

SCHNEIDER, Edgar (2014). «Global diffusion, regional attraction, local roots? Sociocognitive perspectives on the pluricentricity of English». Em *Pluricentricity: Language Variation and Sociocognitive Dimensions*, ed. por Augusto Soares da Silva, pp. 191–226. Berlin: De Gruyter Mouton.

SITOE, Bento & Armindo NGUNGA (eds.) (2000). *Relatório do II Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas realizado na Matola (Maputo), de 8 a 12 de março de 1999*. Maputo: Centro de Estudos das Línguas Moçambicanas.

SOARES DA SILVA, Augusto (2010). «Measuring and parameterizing lexical convergence and divergence between European and Brazilian Portuguese». Em *Advances in Cognitive Sociolinguistics*, ed. por Dirk Geeraerts, Gitte Kristiansen & Yves Peirsman, pp. 41–83 Berlin: De Gruyter Mouton.

SOARES DA SILVA, Augusto (2014). «The pluricentricity of Portuguese: A sociolectometrical approach to divergence between European and Brazilian Portuguese». Em *Pluricentricity: Language Variation and Sociocognitive Dimensions*, ed. por Augusto Soares da Silva, pp. 143–188. Berlin: De Gruyter Mouton.

SOARES DA SILVA, Augusto (ed.) (2014). *Pluricentricity: Language variation and sociocognitive dimensions*. Berlin: De Gruyter Mouton.

SOARES DA SILVA, Augusto (2016). «The cognitive approach to pluricentric languages and the pluricentricity of Portuguese: What's really new?» Em *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide. Part II: The Pluricentricity of Portuguese and Spanish. New Concepts and Descriptions*, ed. por Rudolf Muhr, pp. 13–34. Frankfurt am Main: Peter Lang.

SOARES DA SILVA, Augusto (2018). «O português no mundo e a sua estandardização: entre a realidade de uma língua pluricêntrica e o desejo de uma língua internacional». Em *O Português na Casa do Mundo, Hoje*, ed. por Henrique Barroso, pp. 111–132. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.

SOARES DA SILVA, Augusto (2020). «Portuguese: Normative grammars». Em *Manual of standardization in the Romance languages*, ed. por Franz Lebsanft & Felix Tracke, pp. 679–700. Berlin: De Gruyter Mouton.

SOARES DA SILVA, Augusto (2021). «Revisiting the Cognitive Sociolinguistic approach to pluricentricity». Em *Cognitive Sociolinguistics revisited*, ed. por Gitte Kristiansen, Karlien Franco, Stefano De Pascale, Laura Rosseel & Weiwei Zhang, pp. 477–489. Berlin: De Gruyter Mouton.

SOARES DA SILVA, Augusto (2022). «Portuguese, pluricentricity and Brazilian Portuguese: A case of a reverted asymmetry?». Em *Pluricentric languages in the Americas*, ed. por Rudolf Muhr, pp. 135–156. Graz/Berlin: PCL-Press.

SOARES DA SILVA, Augusto (2024). «Constructional changes in Brazilian Portuguese in the 20th century. Two cases of linguistic deletion». Em *Language change in the 20th century. Exploring micro-diachronic evolutions in Romance languages*, ed. por Salvador Pons Bordería & Shima Salameh Jiménez, pp. 261–289. Amsterdam: John Benjamins.

TIMBANE, Alexandre (2017). «A Variação Linguística do Português Moçambicano: uma Análise Sociolinguística da Variedade em Uso». *Revista Internacional Em Língua Portuguesa* 32:19-38.

TRAUGOTT, Elizabeth & Graeme TROUSDALE (2013). *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press.

A Grammatica Portugueza para uso da Escola Portugueza de Trangambar
e o contraste entre línguas

Maria Filomena GONÇALVES
Universidade de Évora/ECS_DLL
CIDEHUS.UÉ/FCT UIDB/00057/2020
mfg@uevora.pt

Resumo

Em Trangambar (Tranquebar), costa de Coromandel (Índia), entre 1725 e 1731, veio a lume uma *Grammatica Portugueza*. Publicada na missão dinamarquesa daquela localidade, a obra tem quatro partes, atentando cada uma em diferentes aspetos da língua portuguesa. O seu autor, Nikolaus Dal (1690-1747), era um alemão nascido na Dinamarca, que aprendeu português na Índia, língua na qual redigiu várias obras. A existência de uma escola portuguesa em Tranquebar, que nunca foi possessão portuguesa, mostra a importância do português naquela região, onde funcionava como “língua franca”, e justifica a impressão de uma gramática. O propósito deste trabalho é contextualizar a gramática de Dal na chamada “linguística missionária” e na gramaticografia portuguesa. São examinadas, entre outras, as seguintes matérias expostas nas quatro partes da gramática: o confronto da pronúncia do português com outras línguas europeias e com a língua local (tâmil), e alguns aspetos do léxico.

Palavras-chave: *gramática; português; Índia; missão dinamarquesa;*

Abstract

In Trangambar (Tranquebar), on the coast of Coromandel (India), between 1725 and 1731, a *Grammatica Portugueza* came to light. Published in the Danish mission of that locality, this work has four parts, each focused to different aspects of the Portuguese language. Its author, Nikolaus Dal (1690-1747), was a German born in Denmark, who learned Portuguese in India, a language in which he wrote several works. The existence of a Portuguese school in Tranquebar, which was never a Portuguese possession, shows the importance of Portuguese language in that region, where it functioned as a "lingua franca", and justifies the printing of a grammar. The purpose of this study is to contextualize Dal's grammar in the so-called "missionary linguistics" and in Portuguese grammaticography. The following subjects exposed in the four parts of the grammar are examined, among others: the comparison of the pronunciation of Portuguese with other European languages and with the local language (Tamil), and some aspects of the lexicon.

Keywords: *grammar; Portuguese; India; Danish mission*

Ha os Dialectos ultramarinos, e conquistas de Portugal, como India, Brasil, &c, os quaes tem muytos termos das linguas barbaras, & muytos vocabulos do Portuguez antigo (Argote 1725: 300).

1. Introdução

A “linguística missionária” tem-se vindo a afirmar, nas últimas décadas, como domínio especializado da Historiografia Linguística que se centra em textos que, resultantes do contacto de falantes de línguas europeias com línguas asiáticas, africanas e americanas (Zwartjes 2011), trouxeram ao conhecimento dos ocidentais a riqueza e diversidade linguística de paragens remotas e desconhecidas. Produzidos em contexto de missão religiosa, muitos desses textos constituem exercícios de linguística contrastiva *avant la lettre*, porquanto a descrição das características das chamadas línguas “exóticas” (Buescu 1983) implica necessariamente um “encontro cultural” (Lieban 2018) de línguas europeias europeu com línguas não europeias (Verdelho 2008), com diferente tipologia e tradição. Escritas por missionários, essas obras repartem-se, predominantemente, pela tríade gramática, dicionário e catecismo, à qual acresce a “cartilha”¹, texto didático que se destinava a iniciar os “gentios” na leitura da língua portuguesa para auxiliar a conversão dessas populações.

Em obra que hoje é uma referência obrigatória da linguística missionária relativa ao português, Zwartjes (2011) compulsou os trabalhos escritos por religiosos portugueses que evangelizaram na Ásia, em África e no Brasil, analisando a contribuição dos vários autores e obras que integram a tradição interlinguística que reúne o português e línguas daqueles territórios. É certo que anteriormente já dispúnhamos de alguns inventários dessa produção (Buescu 1983; Cardoso 1994; Verdelho 2008) que, fruto do labor missionário na sua maior parte, revelou, em português, a diversidade linguística. Esses textos, que derivam de um processo de “convívio linguístico” (Verdelho 2008: 2) e assentam na observação direta, ampliaram o conhecimento empírico de línguas ignotas ou das quais apenas se tinha, até então, notícia indireta.

¹ Os textos canónicos da chamada tríade codificadora são a gramática, a ortografia e o dicionário (Gonçalves 2018), géneros textuais metalinguísticos de escopo normatizador. No entanto, processos e mecanismos metalinguísticos ocorrem igualmente em géneros textuais sem objetivos metalinguísticos, como, por exemplo, as narrativas em que missionários e naturalistas descrevem a fauna e a flora com que se deparavam em territórios extra-europeus (Gonçalves & Murakawa 2009; Gonçalves 2019).

Dispomos, pois, de um quadro geral das gramáticas, dicionários, cartilhas e catecismos que, redigidos em língua portuguesa por missionários portugueses, atentam em línguas de diferentes tipologias, famílias ou ramos, línguas essas que ou eram ágrafas ou tinham sistemas de escrita distintos da alfabética (latina).

Na linguística missionária poder-se-ão incluir, contudo, os textos produzidos por missionários falantes de outras línguas maternas, os quais, para o convívio com as populações locais, tinham necessidade de aprender a língua portuguesa, porquanto esta funcionava como “língua franca”, vale dizer, língua de intercurso na prática do comércio, da evangelização e da comunicação quotidiana com aloglotas.

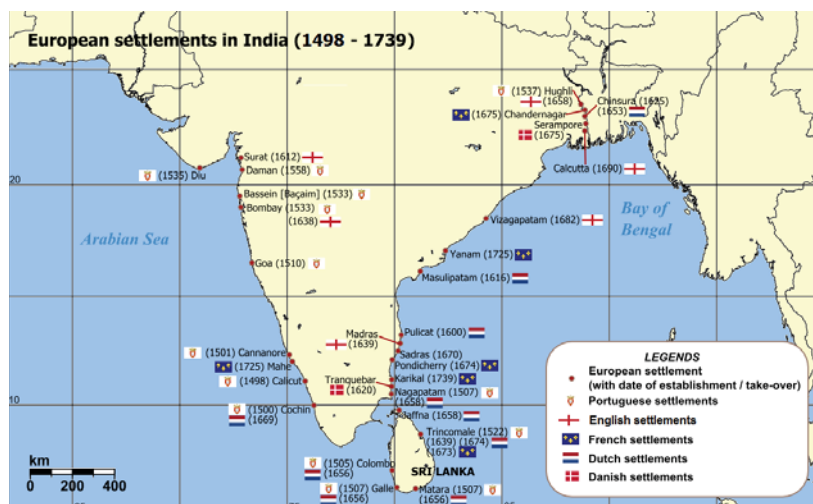
É neste capítulo da linguística missionária que se integra a gramática publicada, entre 1725 e 1731, na real missão dinamarquesa de “Trangambar” (i.e. Tranquebar), na costa de Coromandel (costa leste da Índia). A missão dinamarquesa, cuja história social e religiosa foi estudada por Lieban (2018), integrava-se na concorrência entre europeus pelos produtos da Índia, disputa que levava à criação de uma Companhia das Índias Orientais e ao envio de uma primeira missão para aquele território em 1618. O rei de Tanjor concedeu-lhes parte de Tranquebar, localidade próxima de Nagapatão (i.e. Nagappattinam). De 1624 a 1814, Tranquebar e os seus arredores permaneceram sob o controlo da Dinamarca, conquanto o número de dinamarqueses fosse extremamente reduzido durante boa parte do século XVII, e só a finais desse século, no reinado de Frederico V (1690-1730), se instalaram em Tranquebar os primeiros missionários protestantes (Lopes 1936: 22), a saber, Ziegenbalg (1682-1719), Plütschau (1677-1752) e Gründler (1677-1720). Este último, numa carta escrita do Cabo da Boa Esperança a amigos na Dinamarca e na Alemanha, comenta que nos dois meses a bordo se dedicou a aprender português (Lopes 1936: 49; Fluck 2021: 42). Em Tranquebar, os missionários mandaram vir de Batávia² (i.e. atual Jacarta) uma gramática da língua portuguesa para auxiliar na aprendizagem da língua. O malabar³ ou tâmul aprenderem-no em convívio quotidiano com a população local, embora durante cerca de dois anos se tenham socorrido de um intérprete malabar (Niecamp 1745: 5) que, além da língua materna, falava português, dinamarquês, holandês e alemão.

² Era a capital das Índias Ocidentais Holandesas.

³ O tâmil já tinha sido objeto de uma gramática redigida em latim por Ziegenbalg (1716), um dos primeiros missionários a instalar-se em Tranquebar: Ziegenbalg, B. (1716). *Grammatica Damulica, quae pervaria paradigmata, regulas & necessarium vocabulorum apparatus, vian brevissimam monstrat, que lingua Damulica seu Malabarica [...]*. Halle an der Saale: Orphanotrophei (Muru 2018). Ziegenbalg é também autor de um catálogo anotado de textos em tâmil – *Bibliotheca Malabarica* (Bartholomäus 2012), disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.ifp.625>.

A missão de Tranquebar, que seguia o modelo das “fundações protestantes de Halle”, na Alemanha, tinha uma oficina impressória⁴ e uma escola (Fluck 2021: 40).

Figura 1 – A missão dinamarquesa de Trangambar



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tharangambadi#/media/Ficheiro:European_settlements_in_India_1501-1739.png

Em contacto com as populações locais, em seguida aqueles missionários sentiram a necessidade de aprender português para interagirem com os vários grupos sociais que falavam a língua ou variedades indo-portuguesas. Foi Gründler quem, em 1719, indicou Nikolaus Dal (1690-1747) – alemão de origem dinamarquesa⁵ que estudara nas universidades alemãs de Jena e Halle – para a missão de Tranquebar, onde permaneceu até ao final da vida, trabalhando na tradução portuguesa da Bíblia e em outras obras igualmente em língua portuguesa (Lopes 1936: 147; Sletsjøe 1968: 53), com destaque para uma gramática.

Embora o nome de Nikolaus Dal não figure no frontispício de nenhuma das quatro partes da *Grammatica Portugueza*, os manuscritos depositados no arquivo da *Franckesche Stiftung* (Fundação Francke, Halle), em particular uma carta do próprio Dal (Lopes 1936: 174), confirmam a autoria da gramática.

⁴ Dos seus pelos saíram sobretudo obras religiosas, como *Os Livros Dogmáticos do Velho Testamento, convem a saber, o Livro de Job, os Salmos de David, os Proverbios de Salomão, os Cantares de Salomão, traduzidos na Língua Portuguesa pelo Reverendo Padre Joam Ferreira A. De Almeida, Ministro Pregador do Santo Evangelho na cidade de Batavia, Revistos e conferidos com Texto Original original pelos Padres missionários de Trangambar* (1744).

⁵ A maioria dos missionários tinha origem alemã (Niecamp 1746).

Na obra intitulada *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise* (1901), José Leite de Vasconcelos (1858–1941), ao tratar do “dialecto indo-português” e, em concreto, do português na Costa de Coromandel (Vasconcelos 1901: 143-144), declara conhecer duas obras sobre essa região: *Manual ou breve instructção (sic) que serve para uso d'as crianças que aprendem a ler e começam a rezar nas escholas portuguezas, que saõ Índia oriental, e especialmente 'na costa dos Malabares que se chama Cormandel* (1713); *Grammatica Portugueza para uso das escholas portuguesas de Trangambar* (1725).

No capítulo 5º de *A expansão portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*, Lopes (1936: 53-58) recenseia um total 29 obras impressas, em português, nos prelos da missão dinamarquesa⁶, entre as quais se contam as quatro partes da *Grammatica Portugueza* (1725-1731). Segundo informação de Dal, os ingleses enviaram para Tranquebar uma imprensa 1712, pelo que a partir desse ano era possível imprimir livros sem necessidade de os enviar para a Europa.

Escrita em Tranquebar por um missionário não nativo de português, esta gramática é um texto da linguística missionária e, também, uma fonte linguística que ainda carece de estudo.

2. Contexto histórico e linguístico da gramática de Tranquebar

Com motivações comerciais, políticas e religiosas, a expansão ultramarina iniciou-se em direção ao norte de África (Ceuta, 1415), prosseguiu ao longo da costa ocidental deste continente e, com a viagem épica de Vasco da Gama, chega à Índia, estendendo-se depois pelo continente asiático até ao extremo-oriental.

Numa breve recapitulação histórica, vejam-se alguns marcos cronológicos da presença portuguesa na Índia. A chegada de Vasco da Gama a Calecute, na costa ocidental da Índia, a 20 de maio de 1498, é o marco inicial de uma presença portuguesa que se traduziria, séculos depois, numa influência linguística, cultural, religiosa e política naquela região do mundo. Seguiram-se, entre muitos outros, os seguintes pontos da costa indiana: Cananor (1502), Cochim (1503), Chaul (1508), Diu (1509), Goa (1510), Baçaim

⁶ Entre 1817 e 1822, o filólogo e indo-europeísta dinamarquês Rasmus Rask (1787-1832) esteve na Índia para estudar as relações entre as línguas europeias e o sânscrito, tendo visitado Tranquebar e consultado várias obras produzidas na missão dinamarquesa, de acordo com Sletsøe (1968): «Rask avait été amené à faire un voyage aux Indes pour y poursuivre ses études sur les relations des langues européennes avec le sanscrit, et l'on présume qu'il séjourna un certain temps à Tranquebar. Dans son manuscrit portugais, il dit avoir examiné quelques livres imprimés par la mission».

(1535), Damão (1558), e, na costa oriental, Negapatão (1507). Cardoso (2006) sublinha a variabilidade da presença portuguesa nos vários territórios, já que alguns locais permaneceram, ininterruptamente, sob controlo português até ao século XX – veja-se o caso de Damão –, ao passo que em outros essa presença durou apenas 100 ou 150 anos. Esta expansão e, sobretudo, a permanência em paragens tão distantes e dispersas explicar-se-á, segundo Thomaz (1990: 314), pela “dominação política, o comércio e a missionação, atividades centrais no envolvimento português com a Ásia”, conquanto essas ações ocorressem em “geografias nem sempre coincidentes” (Cardoso 2016: 69).

Do contacto entre portugueses e falantes de línguas locais, resultariam as denominadas variedades de IP (indo-português) (Cardoso 2006: 1):

In South Asia, relatively stable varieties of IP were at some point to be found in Sri Lanka, in several ports of present-day Gujarat (e.g. Diu, Daman, Bassein, Surat) and Maharashtra (e.g. Bombay, Chaul/Korlai, Thane), Goa, as well as Karnataka and Kerala (e.g. Mangalore, Cannanore, Tellicherry, Mahé, Calicut, Cochin, Quilon) but also on India’s Eastern coast (e.g. Meliapor, Nagappattinam, **Tranquebar**⁷, Pondicherry, Pipli, Calcutta) and Bangladesh (e.g. Dacca, Chittagong).

Negapatão foi possessão portuguesa até 1657 (Cardoso 2006: 24), mas Tranquebar nunca esteve sob controlo político-administrativo de Portugal, pelo que a influência portuguesa – linguística e cultural – tem de ser examinada à luz do tecido sociolinguístico que compunha a comunidade com que se depararam os missionários dinamarqueses.

Entre os manuscritos da missão protestante em Tranquebar, à guarda do *Arquivo da Franckesche Stiftung* (Arquivo da Fundação de Francke, Halle, Alemanha), encontra-se o *Nachricht von den Portugiesen in Indien* (1733), isto é, o *Relatório sobre os Portugueses na Índia*, no qual Nikolaus Dal (Cardoso 2014: 90-93, 113-114) descreve a situação do português na região (*Apud* Lopes 1936: 54-55):

Há três espécies de língua portuguesa na Índia: a pura, a meio-deturpada e a completamente deturpada. A primeira é falada principalmente pelos Portugueses da Europa e pelos seus descendentes. A segunda é falada pelos indivíduos de origem mixta: os pretos também se servem dela na sua correspondência. Caracteriza-a a sua conjugação incompleta. A terceira é falada geralmente pelos Portugueses de origem mixta e sobretudo pelos completamente pretos. Difere da segunda em não ter conjugação. Apenas designa o futuro com a partícula *lo*, o pretérito com a partícula *já*, e o infinitivo não tem *r*. [...] Esta língua é impropria

⁷ Destaque da autora deste trabalho.

para a correspondência e muito mais para o discurso. Por isso os Portugueses pretos se servem da segunda quando oram a Deus. É também nesta que se exprimem os Ingleses, Dinamarqueses, os Holandeses e os Franceses quando se não podem entender nas línguas respectivas, mas estes também se servem da primeira, se a instrução o permite.

E acrescenta Dal (*Apud* Lopes 1936: 55-56):

Os nossos missionários pregam a palavra de Deus não só na língua do país – o tâmul, a que commumente se dá o nome de malabar –, mas também na portuguesa. Aquela é a língua materna dos indígenas, mas alguns pagãos do país sabem falar regularmente o português na forma de deturpado – raramente sabem ler essa língua. Houve quem dissesse que os nossos missionários tomavam os filhos indígenas que não sabiam português e os levavam para a escola portuguesa para fazerem assim deles Portugueses. [...] Isso não é verdade; mas fazem-no, todavia, os Europeus daqui às crianças que compram aos pagãos como escravos. E não se lhes deve fazer censura por isso: como eles não sabem falar tâmul com os seus escravos e estes não percebem o dinamarquês, escolham ambos, pois, a língua franca para se poderem entender. Por sua parte, se os missionários não ensinassem a palavra de Deus também em língua portuguesa fechariam as portas da Igreja evangélica [...].

Entre os grupos mencionados por Dal, destaca-se o dos escravos (“completamente pretos”), que comunicavam numa variedade crioula, indo-portuguesa, a qual, segundo aquele missionário, era uma língua portuguesa “completamente deturpada”. No entanto, conforme salienta Cardoso (2014: 90), baseado no depoimento de Dal:

in India, the term “Portuguese” was applied to anyone who spoke Portuguese and dressed in a Portuguese fashion – these being their most salient identity markers – but covered a considerable racial diversity: whites, blacks (in his words), and several intermediate categories reflecting interracial ancestry (“Mestissen”, “Castissen”, “Postissen”).

Embora o impacto da população escrava tenha sido, com efeito, muito relevante (Sløtsjoe 1968: 53), a questão envolve fatores contraditórios (Cardoso 2010):

Le portugais parlé par les esclaves des colonisateurs était une sorte de «pidgin» ou «crioulo», une langue formellement réduite, héritée de leurs aïeux, et qui leur servait de véhicule, permettant

également aux différentes populations habitant les ports de la côte orientale de communiquer entre elles (Sljetsjoe, 1968: 53).

Two sociohistorical factors seem to have contradictory implications for the linguistic assimilation of the slaves: on the one hand, it is clear that the influx of Mozambican slaves was constant until at least the early 19th century; on the other hand, it was also shown that a significant number of slaves were actually born in India of slave parents and possibly raised in an Indo-Portuguese (Catholic) context (Cardoso, 2010: 18-19).

Charles Boxer (2002: 140) confirma o quadro traçado por Dal a respeito do papel do português como “língua franca” (Matos 1968), cujo enraizamento se verificava em paragens que depois vieram a ser controladas por outros europeus:

a língua portuguesa (ou uma adaptação dela) tornou-se a língua franca da maioria das regiões costeiras que eles [portugueses] abriram ao comércio e aos empreendimentos europeus em ambos os lados do globo. Por ocasião do confronto com os holandeses, a língua portuguesa já criara raízes demasiado profundas para ser erradicada, mesmo nos domínios coloniais em que os holandeses tentaram substituí-la.

Ao descrever o dialeto indo-português de Negapatão (2017), localidade próxima de Tranquebar, Dalgado (1917) sublinha que, por diversas causas, os denominados “dialectos indo-portugueses” estariam já muito “reduzidos” ou “a ponto de desaparecer” (Dalgado 1917: 41-42). Porém, nos inícios de Setecentos, a situação seria bem distinta, pois a impressão de uma gramática da língua portuguesa traduz a importância desta língua – e das variedades que coexistiam sob a designação de “português” – para o intercâmbio linguístico entre falantes europeus e populações falantes de malabar ou de uma daquelas variedades de português, mais ou menos “deturpado”.

Tranquebar foi possessão dinamarquesa até 1807, ano em que os ingleses ocupam a localidade, que devolverão em 1814, vindo a comprá-la em 1845 (Lopes 1936: 22), encerrando-se assim o período dinamarquês daquele território.

3. A *Grammatica Portugueza* de Tranquambar

A publicação de uma gramática da língua portuguesa na missão dinamarquesa de Trangambar respondia, como referido anteriormente, à necessidade de ter um auxiliar didático para a aprendizagem do português quer por europeus que trabalhavam na missão, quer por alunos falantes de tâmul ou de uma variedade indo-portuguesa. Numa

comunidade em que o português, como língua franca, tinha espaço na expressão oral cotidiana, a maior dificuldade radicava na escrita, tanto mais que esta deveria plasmar uma variedade “pura” da língua, e não as variedades “semi-deturpada” e “completamente deturpada”, de acordo com a descrição de Dal. Isso justificará que a *Grammatica Portugueza* não se divida nas partes canônicas, derivadas da tradição greco-latina, a saber, prosódia, ortografia, etimologia, sintaxe. Como os missionários não eram falantes nativos de português, e em Tranquebar não dispunham de livros nessa língua, as fontes seriam escassas e pouco atualizadas, pois na missão existiria apenas uma gramática latino-portuguesa do jesuíta Bento Pereira (*Ars grammatica pro addiscenda lingua lusitana*, 1672), outra gramática manuscrita e um dicionário, igualmente manuscrito (Lopes 1936: 158).

Publicadas em anos diferentes, são estas as quatro partes em que Dal repartiu a gramática para uso da escola portuguesa da missão dinamarquesa de Tranquebar⁸:

Dal, Nicolau (1725) *Primeira Parte da Grammatica Portugueza, convem a saber, as Conjugações dos Verbos Regulares e Irregulares, para uso da Eschola Portugueza de Trangambar. Trangambar: na Officina da Real Missão de Dinamarca. (Reimpressa em 1733).*

Dal, Nicolau (1726) *Segunda parte da Grammatica Portugueza, convem a saber, a Prosodia ou Accentuação das Dicções Portuguezas, proposta em Regras e Exemplos, como tambem em Vocabulario de Nomes accentuados, Conforme a ordem do A, B, C. Para o uso da Escola Portugueza de Trangambar. Trangambar: Na Officina da Real Missão Dinamarquesa (Reimpressa em 1732).*

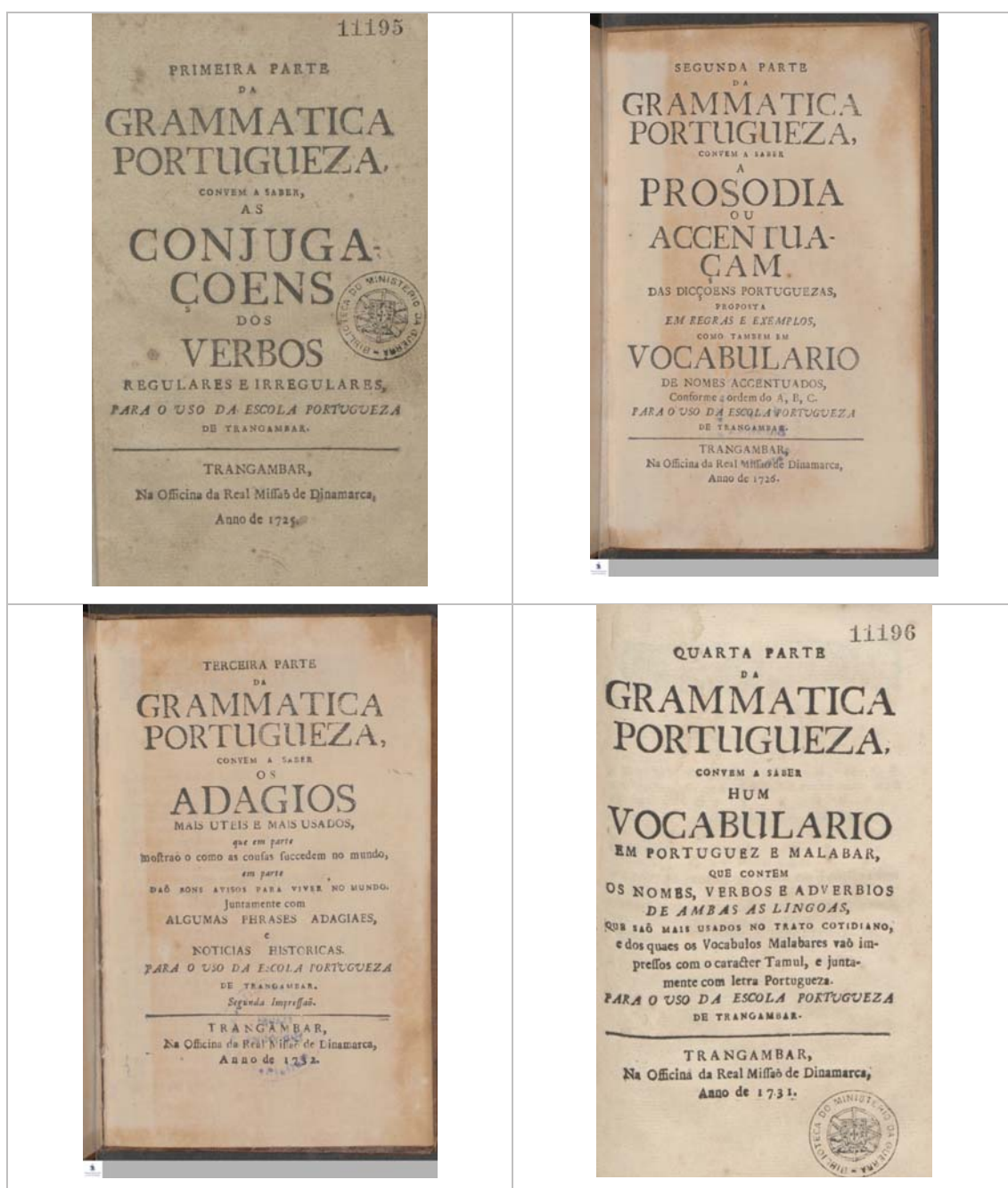
Dal, Nicolau (1726) *Terceira Parte da Grammatica Portugueza, convem a saber, os Adagios mais uteis e mais usados, que em parte mostraô o como as cousas succedem no mundo, em parte daõ bons Avisos para viver no Mundo. Juntamente com algumas Phrases Adagiaes e Noticias Históricas. Para o uso da Escola de Trangambar. Trangambar: Na Officina da Real Missão Dinamarquesa (Reimpressa em 1732).*

Dal, Nicolau (1731) *Quarta Parte da Grammatica Portuguesa, convem a saber hum Vocabulario em Portuguez e Malabar, que contem os Nomes, Verbos e Adverbios mais*

⁸ Da parte primeira e da quarta (Gonçalves 2018), existem exemplares na Biblioteca do Exército, obras que foram localizadas no âmbito de um projeto de inventariação e estudo dos fundos antigos dessa biblioteca (Freire da Silva & Miranda 2018). Os referidos exemplares devem ser os identificados por Lopes (1936: 162) na Biblioteca do Ministério da Guerra (B.M.G.L.), pertencentes ao Major Santos Ferreira. Da segunda e terceira partes, que não foram localizadas nesta biblioteca portuguesa, tem-se cópia graças à biblioteca digital da Fundação Francke (<https://digital.francke-halle.de/fsaad/content/titleinfo/497200>).

vulgares de Ambas as Lingoas, que são usados no trato cotidiano e dos quaes os vocábulos Malabares vão impressos com o caracter Tamul, e juntamente com letra Portugueza, para uso da Escola Portugueza de Trangambar. Trangambar: Na Officina da Real Missão de Dinamarca.

Figura 2 – *Grammatica Portugueza*: frontispício das quatro partes



À luz do contexto de Tranquebar e da missão dinamarquesa, a finalidade destas partes da gramática era responder às dificuldades de quantos pretendiam aprender, a falar e escrever a língua portuguesa “pura”, em palavras de Dal. Assim, se a variedade “semi-pura” do português se caracterizava, como acima se observou, pela “conjugação incompleta”, tornava-se necessário oferecer tábuas da conjugação verbal do português para auxiliar os aprendentes, fossem eles falantes de línguas europeias – e daí o contraste entre verbos portugueses e os correspondentes em italiano, castelhano, francês, dinamarquês, “tudesco”⁹ (i.e. alemão), inglês e flamengo (i.e. neerlandês) –, fossem falantes da língua materna local – o tâmul (Muru 2021), – ou de uma variedade indo-portuguesa.

De cariz exclusivamente prático, esta gramática não inclui qualquer paratexto – introdução, prólogo, dedicatória, nota ao leitor –, nem aduz as fontes portuguesas, embora se saiba que, em Tranquebar, estas eram limitadas.

As 64 páginas da *Primeira Parte da Grammatica Portugueza* (Dal 1725) distribuem-se em quinze lições que tratam dos verbos regulares e irregulares do português, confrontando-os, lado a lado, com os equivalentes das mencionadas línguas europeias, conforme pode observar-se nas imagens abaixo (Cf. Figura 3). A 2ª impressão da *Primeira Parte* (1733) inclui um suplemento à lição XV da 1ª impressão (1725), para acrescentar verbos que nesta não figuravam (atrair, prover, requerer, conduzir, jazer, luzir, entre outros), e bem assim um comentário acerca da confusão entre “ter” e “haver” – “Nas conjugações se troca ás vezes o auxiliar Ter com o verbo castelhano Haver, v.g. Havia visto, Houvera visto, Havendo visto” (Dal 1733: 4) –, anotação que mostra o desconhecimento de que “ter”, em português, preencheu o lugar de “haver” como auxiliar dos tempos compostos¹⁰.

⁹ De acordo com Cunha (1994: 796), que se baseia em Nascentes (1932: 794), é vocábulo “relativo aos, ou próprio dos antigos germânicos XVI”, emprestado do “fr. *tudesque*, deriv. do ital. *tedesco* e, este, a partir do lat. med. *Teudiscus*, adapt. do germ. *Thiudiska*”. Machado (1977: 348) documenta-o na Comédia Eufrosina, no século XVI.

¹⁰ Esse auxiliar manter-se-ia num registo formal e culto da língua.

Figura 3 - Confronto entre verbos (Dal, 1725)

 <p style="text-align: center;">CAPITULO PRIMEIRO. DOS VERBOS SUBSTANTIVOS E AUXILIARES. LIÇAM I. CONJUGAÇÃO DO VERBO SUBSTANTIVO SER.</p> <table border="0"> <tr> <td style="vertical-align: top;"> <p><i>Portuguez.</i></p> <p>Eu sou Tu es Elle he</p> <p>Nós somos Vós sois Elles são</p> <p>Eu era Tu eras Elle era</p> <p>Nós éramos Vós erades Elles eram</p> </td> <td style="vertical-align: top; text-align: center;"> <p><i>Italiana.</i></p> <p>Io sono Tu sei Egli è</p> <p>Noi siamo Voi siete Egliano sono.</p> <p>Io ero Tu eri Egli era.</p> <p>Noi eramo Voi erate Egliano erano.</p> </td> </tr> </table> <p style="text-align: center;">A 2</p>	<p><i>Portuguez.</i></p> <p>Eu sou Tu es Elle he</p> <p>Nós somos Vós sois Elles são</p> <p>Eu era Tu eras Elle era</p> <p>Nós éramos Vós erades Elles eram</p>	<p><i>Italiana.</i></p> <p>Io sono Tu sei Egli è</p> <p>Noi siamo Voi siete Egliano sono.</p> <p>Io ero Tu eri Egli era.</p> <p>Noi eramo Voi erate Egliano erano.</p>	<p style="text-align: center;">VERBO ESTAR. 7</p> <table border="0"> <tr> <td style="vertical-align: top;"> <p><i>Portuguez.</i></p> <p>Eu estáva Tu estavas Elle estáva</p> <p>Nós estávamos Vós estáveis Elles estávaõ</p> <p>Eu estive Tu estiveste Elle esteve</p> <p>Nós estivemos Vós estivestes Elles estiverão</p> <p>Eu estarei Tu estarás Elle estará</p> </td> <td style="vertical-align: top;"> <p><i>Castelhano.</i></p> <p>Yo estáva Tu estavas El estava.</p> <p>Nos estavamos Vos estavades Ellos estavan.</p> <p>Yo estuve Tu estuviste El estuvo.</p> <p>Nos estuvimos Vos estuvierades Ellos estuvieron.</p> <p>Yo estare Tu estarás El estará.</p> </td> </tr> </table> <p style="text-align: center;">A 4</p>	<p><i>Portuguez.</i></p> <p>Eu estáva Tu estavas Elle estáva</p> <p>Nós estávamos Vós estáveis Elles estávaõ</p> <p>Eu estive Tu estiveste Elle esteve</p> <p>Nós estivemos Vós estivestes Elles estiverão</p> <p>Eu estarei Tu estarás Elle estará</p>	<p><i>Castelhano.</i></p> <p>Yo estáva Tu estavas El estava.</p> <p>Nos estavamos Vos estavades Ellos estavan.</p> <p>Yo estuve Tu estuviste El estuvo.</p> <p>Nos estuvimos Vos estuvierades Ellos estuvieron.</p> <p>Yo estare Tu estarás El estará.</p>
<p><i>Portuguez.</i></p> <p>Eu sou Tu es Elle he</p> <p>Nós somos Vós sois Elles são</p> <p>Eu era Tu eras Elle era</p> <p>Nós éramos Vós erades Elles eram</p>	<p><i>Italiana.</i></p> <p>Io sono Tu sei Egli è</p> <p>Noi siamo Voi siete Egliano sono.</p> <p>Io ero Tu eri Egli era.</p> <p>Noi eramo Voi erate Egliano erano.</p>				
<p><i>Portuguez.</i></p> <p>Eu estáva Tu estavas Elle estáva</p> <p>Nós estávamos Vós estáveis Elles estávaõ</p> <p>Eu estive Tu estiveste Elle esteve</p> <p>Nós estivemos Vós estivestes Elles estiverão</p> <p>Eu estarei Tu estarás Elle estará</p>	<p><i>Castelhano.</i></p> <p>Yo estáva Tu estavas El estava.</p> <p>Nos estavamos Vos estavades Ellos estavan.</p> <p>Yo estuve Tu estuviste El estuvo.</p> <p>Nos estuvimos Vos estuvierades Ellos estuvieron.</p> <p>Yo estare Tu estarás El estará.</p>				
<p style="text-align: center;">10 CONJUGAÇÃO DO LIÇAM III. CONJUGAÇÃO DO VERBO AUXILIAR HAVER.</p> <table border="0"> <tr> <td style="vertical-align: top;"> <p><i>Portuguez.</i></p> <p>Eu hey Tu has Elle ha</p> <p>Nós hémos, ou havemos Vós heis, ou haveis Elles haõ</p> <p>Eu havia Tu havias Elle havia</p> <p>Nós havíamos Vós haveis Elles haviaõ</p> <p>Eu houveve Tu houvevete Elle houveve</p> <p>Nós houvevemos Vós houvevestes Elles houverão</p> </td> <td style="vertical-align: top;"> <p><i>Francez.</i></p> <p>J'ay Tu as Il a.</p> <p>Nous avons Vous avez Ils ont.</p> <p>J'avois Tu avois Il avoit.</p> <p>Nous avions Vous aviez Ils avoient.</p> <p>J'eus Tu eus Il eut.</p> <p>Nous eumes Vous eutes Ils eurent.</p> </td> </tr> </table> <p style="text-align: right;">Plus</p>	<p><i>Portuguez.</i></p> <p>Eu hey Tu has Elle ha</p> <p>Nós hémos, ou havemos Vós heis, ou haveis Elles haõ</p> <p>Eu havia Tu havias Elle havia</p> <p>Nós havíamos Vós haveis Elles haviaõ</p> <p>Eu houveve Tu houvevete Elle houveve</p> <p>Nós houvevemos Vós houvevestes Elles houverão</p>	<p><i>Francez.</i></p> <p>J'ay Tu as Il a.</p> <p>Nous avons Vous avez Ils ont.</p> <p>J'avois Tu avois Il avoit.</p> <p>Nous avions Vous aviez Ils avoient.</p> <p>J'eus Tu eus Il eut.</p> <p>Nous eumes Vous eutes Ils eurent.</p>	<p style="text-align: center;">14 CONJUGAÇÃO DO</p> <table border="0"> <tr> <td style="vertical-align: top;"> <p><i>Portuguez.</i></p> <p>Nós temos Vós tendes Elles tem</p> <p>Eu tinha Tu tinhas Elle tinha</p> <p>Nós tínhamos Vós tinheis Elles tñhaõ</p> <p>Eu tive Tu tiveste Elle teve</p> <p>Nós tivemos Vós tivestes Elles tiverão</p> <p>Eu tivéra Tu tivéras Elle tivéra</p> <p>Nós tivéramos Vós tivéreis Elles tivéirão</p> </td> <td style="vertical-align: top;"> <p><i>Dinamarquez.</i></p> <p>Vi have I have De have.</p> <p>Jeg havde Du havde Hand havde.</p> <p>Vi havde I havde De havde.</p> <p>Jeg haver haft Du haver haft Hand haver haft</p> <p>Vi have haft I have haft De have haft.</p> <p>Jeg havde haft Du havde haft Hand havde haft.</p> <p>Vi havde haft I havde haft De havde haft.</p> </td> </tr> </table> <p style="text-align: right;">Futuro</p>	<p><i>Portuguez.</i></p> <p>Nós temos Vós tendes Elles tem</p> <p>Eu tinha Tu tinhas Elle tinha</p> <p>Nós tínhamos Vós tinheis Elles tñhaõ</p> <p>Eu tive Tu tiveste Elle teve</p> <p>Nós tivemos Vós tivestes Elles tiverão</p> <p>Eu tivéra Tu tivéras Elle tivéra</p> <p>Nós tivéramos Vós tivéreis Elles tivéirão</p>	<p><i>Dinamarquez.</i></p> <p>Vi have I have De have.</p> <p>Jeg havde Du havde Hand havde.</p> <p>Vi havde I havde De havde.</p> <p>Jeg haver haft Du haver haft Hand haver haft</p> <p>Vi have haft I have haft De have haft.</p> <p>Jeg havde haft Du havde haft Hand havde haft.</p> <p>Vi havde haft I havde haft De havde haft.</p>
<p><i>Portuguez.</i></p> <p>Eu hey Tu has Elle ha</p> <p>Nós hémos, ou havemos Vós heis, ou haveis Elles haõ</p> <p>Eu havia Tu havias Elle havia</p> <p>Nós havíamos Vós haveis Elles haviaõ</p> <p>Eu houveve Tu houvevete Elle houveve</p> <p>Nós houvevemos Vós houvevestes Elles houverão</p>	<p><i>Francez.</i></p> <p>J'ay Tu as Il a.</p> <p>Nous avons Vous avez Ils ont.</p> <p>J'avois Tu avois Il avoit.</p> <p>Nous avions Vous aviez Ils avoient.</p> <p>J'eus Tu eus Il eut.</p> <p>Nous eumes Vous eutes Ils eurent.</p>				
<p><i>Portuguez.</i></p> <p>Nós temos Vós tendes Elles tem</p> <p>Eu tinha Tu tinhas Elle tinha</p> <p>Nós tínhamos Vós tinheis Elles tñhaõ</p> <p>Eu tive Tu tiveste Elle teve</p> <p>Nós tivemos Vós tivestes Elles tiverão</p> <p>Eu tivéra Tu tivéras Elle tivéra</p> <p>Nós tivéramos Vós tivéreis Elles tivéirão</p>	<p><i>Dinamarquez.</i></p> <p>Vi have I have De have.</p> <p>Jeg havde Du havde Hand havde.</p> <p>Vi havde I havde De havde.</p> <p>Jeg haver haft Du haver haft Hand haver haft</p> <p>Vi have haft I have haft De have haft.</p> <p>Jeg havde haft Du havde haft Hand havde haft.</p> <p>Vi havde haft I havde haft De havde haft.</p>				

<p>18 A PRIMEIRA CONJUGAÇÃO</p> <p><i>Portuguez. Tudesca.</i></p> <p><i>Imperfeito.</i></p> <p><i>Singular.</i></p> <p>Eu andava Ich wandelte Tu andavas Du wandeltest Elle andava Er wandelte.</p> <p><i>Plurar.</i></p> <p>Nós andávamos Wir wandelten Vós andáveis Ihr wandeltet Elles andavam Sie wandelten.</p> <p><i>Perfeito simples.</i></p> <p><i>Singular.</i></p> <p>Eu andei Ich habe gewandelt Tu andaste Du hast gewandelt Elle andou Er hat gewandelt.</p> <p><i>Plurar.</i></p> <p>Nós andámos Wir haben gewandelt Vós andastes Ihr habet gewandelt Elles andaram Sie haben gewandelt.</p> <p><i>Perfeito composto.</i></p> <p><i>Singular.</i></p> <p>Eu tenho andado Ich habe gewandelt Tu tens andado Du hast gewandelt Elle tem andado Er hat gewandelt.</p> <p><i>Plurar.</i></p> <p>Nós temos andado Wir haben gewandelt Vós tendes andado Ihr habet gewandelt Elles tem andado Sie haben gewandelt.</p> <p><i>Plusquamperfeito simples.</i></p> <p><i>Singular.</i></p> <p>Eu andara Ich hatte gewandelt Tu andaras Du hattest gewandelt Elle andara Er hatte gewandelt.</p> <p><i>Plurar.</i></p>	<p>EM IR. 23</p> <p><i>Portuguez. Ingez.</i></p> <p>Elle aprende He learneth.</p> <p><i>Plurar.</i></p> <p>Nós aprendemos We learn Vós aprendeis Ye learn Elles aprendem They learn.</p> <p><i>Imperfeito.</i></p> <p><i>Singular.</i></p> <p>Eu aprendia I learned Tu aprendias Thou learnedst Elle aprendia He learned.</p> <p><i>Plurar.</i></p> <p>Nós aprendíamos We learned Vós aprendíeis Ye learned Elles aprendião They learned.</p> <p><i>Perfeito simples.</i></p> <p><i>Singular.</i></p> <p>Eu aprendi I have learned Tu aprendeste Thou hast learned Elle aprendeo He hath learned.</p> <p><i>Plurar.</i></p> <p>Nós aprendemos We have learned Vós aprendestes Ye have learned Elles aprenderão They have learned.</p> <p><i>Perfeito composto.</i></p> <p><i>Singular.</i></p> <p>Eu tenho aprendido I have learned Tu tens aprendido Thou hast learned Elle tem aprendido He hath learned.</p> <p><i>Plurar.</i></p> <p>Nós temos aprendido We have learned Vós tendes aprendido Ye have learned Elles tem aprendido They have learned.</p> <p>B 4 Plus-</p>
<p>28 A TERCEIRA CONJUGAÇÃO</p> <p>LIÇAM III.</p> <p>A TERCEIRA CONJUGAÇÃO, que he dos Verbos que se acabão EM IR.</p> <p><i>Portuguez. Flamengo.</i></p> <p>INDICATIVO.</p> <p><i>Presente.</i></p> <p><i>Singular.</i></p> <p>Eu sirvo Ik dien Tu serves Gy dient Elle serve Hy dient.</p> <p><i>Plurar.</i></p> <p>Nós servimos Wy dienen Vós servis Gy-lieden dient Elles servem Zy dienen.</p> <p><i>Imperfeito.</i></p> <p><i>Singular.</i></p> <p>Eu servia Ik diende Tu servias Gy diende Elle servia Hy diende.</p> <p><i>Plurar.</i></p> <p>Nós servíamos Wy dienden Vós servíeis Gy-lieden diendet Elles servião Zy dienden.</p> <p><i>Perfeito simples.</i></p> <p><i>Singular.</i></p> <p>Eu servi Ik heb gediend Tu serviste Gy hebt gediend Elle servio Hy heeft gediend.</p> <p><i>Plurar.</i></p> <p>Nós servimos Wy hebben gediend Vós servistes Gy-lieden hebt gediend Elles servirão Zy hebben gediend.</p> <p>Perfei-</p>	

Tal como a anterior, a *Segunda Parte da Grammatica Portugueza* (1726) tem cariz bastante prático e atenta, ao longo de 40 páginas, na “prosodia ou accentuaçam das dicções portuguezas, proposta em regras e exemplos, como tambem em Vocabulario de nomes acentuados, conforme a ordem A. B. C.”

Para apontar a posição da tónica, a vogal é assinalada por meio de acento agudo e circunflexo – “guaríta”, “canéca”, “almário”, “enxúto”, “instância”, “indómito”, “indulgência”, “jubilêo”, “ironía”, “ladrôa” –, servindo o grave para marcar uma subtónica aberta, como seria o caso de “mòrdómo”. Estes exemplos foram extraídos do

vocabulário ilustrativo (páginas 13 a 40) que preenche a maior parte da Segunda Parte, já que as regras (com as suas exceções) ocupam as primeiras doze páginas.

Com esta parte da *Grammatica*, que corresponde *grosso modo* a uma parte canónica da gramática (a Prosódia), Dal procurava esclarecer dúvidas e hesitações relativas à pronúncia portuguesa, motivo por que reuniu abundante exemplificação num vocabulário que é de grande valia para o investigador atual. Ali se encontra um repertório de palavras que, decerto, ao menos entre os membros da missão, eram consideradas úteis, fosse pela sua frequência no uso oral, fosse pelas exigências inerentes à comunicação escrita.

Embora não seja objetivo deste trabalho analisar em pormenor o referido repertório, com vista a uma caracterização da variedade de português nele plasmada, em breve apontamento vale a pena aduzir alguns vocábulos que, noutra ocasião, merecerão atenção mais pormenorizada. É o caso dos seguintes: “beberrónia”, “bugigângara”, “cachágens”, “chamboíce”, “collobrína”, “palanfrório”, “somítego”.

Na *Terceira Parte da Grammatica Portugueza, convem a saber os Adagios mais uteis e mais usados, que em parte mostram como as cousas succedem as cousas no mundo. Juntamente com algumas Phrases Adagiaes e noticias históricas* (1826), da qual se consultou a 2ª impressão (1732), Dal compila por ordem alfabética exemplos da paremiologia portuguesa, isto é, frases proverbiais e sentenciosas que, em virtude da sua concisão semântica e economia verbal, tinham (têm até hoje) grande eficácia comunicativa, já que, em qualquer língua e cultura, sintetizam experiências, observações empíricas e juízos de valor que foram transmitidos ao longo de séculos, e que, por veicularem um conteúdo universal, continuam a servir em novos tempos, costumes, práticas e realidades.

À data da publicação, em Tranquebar, desta parte da *Grammatica Portugueza*, em Portugal já tinham vindo a lume compilações de adágios e sentenças similares, como as António Delicado (1651) e Bento Pereira (1655), assim como obras lexicográficas que ilustravam o uso dos vocábulos com esse género de frases, muitas delas vivas na memória coletiva até aos nossos dias. Dal conhecia a *Ars grammatica addiscenda pro lingua lusitana* (1672), de Bento Pereira (1605-1681), já que a missão dinamarquesa, como referido anteriormente, dispunha de um exemplar. Como não se tem notícia de que outras obras do jesuíta natural de Borba tivessem chegado à missão de Tranquebar, porquanto esta localidade nunca foi possessão portuguesa, nem ali existiu um colégio da Companhia de Jesus, é plausível que Dal se tenha socorrido daquela gramática, visto ela incluir um extenso rol de sentenças moralistas intitulada *Acroamata moralia* (Pereira, 1672: 231-

língua, caracterizada por ter uma colocação fixa de palavras da qual resulta um significado específico. Estes tipos de enunciado constituem um património linguístico, pois integram um acervo idiomático coletivo, partilhado e transmitido ao longo de séculos, o que certamente explica que entrem nas compilações antigas¹¹.

A simples comparação entre os adágios “Se queres ser bom juiz, ouve o que cada hum diz” (Dal 1726: 22), “O que á noite se faz, pela manhã aparece” (Dal 1726: 23) “Quem azeite mede, as mãos unta” (Dal 1726: 23), e “Vento e ventura pouco dura” (Dal 1726: 24), por um lado, e as expressões “A unhas e a dentes” (Dal, 1726: 25), “Dar no alvo” (Dal, 1726: 26), “Estar por hum fio” (Dal 1726: 27) e “Lágrimas de crocodilo” (Dal 1726: 28), por outro, mostra que, com efeito, os primeiros e as segundas são enunciados com distinta natureza e características formais. Contudo, nas antigas coleções, nem sempre a fronteira entre adágios e expressões idiomáticas ou colocações fixas é clara, existindo enunciados proverbiais no rol destas expressões.

No final desta parte da gramática, Dal apresenta um rol de “Notícias históricas” (Dal 1726: 32-43) com a datação das conquistas da Índia, da propagação do evangelho, da história da missão de Trangambar, dos reinos e províncias do mundo, das religiões, da história dos reinos do mundo e das festas da igreja da Dinamarca.

Na *Quarta Parte da Grammatica Portugueza* (1731), Dal (1731: 3-7) expõe a pronúncia, contrastando os sons portugueses com os das línguas europeias, cujos verbos já haviam sido confrontados, na primeira parte da gramática, com os do português. Esta secção da *Quarta Parte* tem paginação autónoma do vocabulário português-malabar, a peça mais extensa de todas as partes da gramática (Dal 1731: 1-67), e que é antecedida de uns aditamentos à *Terceira Parte da Grammatica Portugueza*. No final do Vocabulário, na sequência da paginação anterior, Dal acrescenta um “Suplemento” com “vocábulos esquecidos”, isto é, palavras que deveriam ter sido incluídas no rol anterior.

O vocabulário bilingue organiza-se em três colunas, sendo que a primeira, à esquerda, apresenta as palavras portuguesas em caracteres latinos, a do meio corresponde às palavras equivalentes em malabar, escritas com o alfabeto tâmil, e à direita, em caracteres latinos, a representação da pronúncia dessas palavras nessa língua (“malabar”, na denominação da época).

¹¹ O estudo dos provérbios (parémias) e o das expressões idiomáticas (fraseologismos) constituem, atualmente, domínios especializados (Hristova & Varga 2014; Granger & Meunier 2008). Todavia, numa fase inicial de delimitação epistemológica desses domínios de investigação, ambos os tipos de enunciados apareciam sob o termo lato de “fraseologia”.

Este vocabulário traduz o interesse dos missionários de Tranquebar pelas duas línguas em contacto naquela comunidade – o português e o tâmil, língua materna da maior parte da população local –, o que decorre da filosofia que pautava a missão dinamarquesa, que não procurava forçar a conversão dos nativos numa língua desconhecida, mas antes numa que tivesse influência cultural naquele território. Conhecedores das vantagens da comunicação em “tâmul” ou “malabar”, a língua materna local, os missionários também se aplicaram em aprender aquela língua dravídica, cuja escrita requeria o domínio do alfabeto tâmil.

3.1. Alguns aspetos linguísticos da *Grammatica Portugueza*

Produzida num contexto social e linguístico muito particular – uma escola portuguesa numa missão dinamarquesa em Tranquebar, na costa de Coromandel, um autor não nativo e destinatários falantes de línguas europeias, de tâmul e de variedades indo-portuguesas –, na *Grammatica Portugueza* observam-se alguns aspetos linguísticos que certamente refletem as variedades de Português que Dal conhecia diretamente, variedades que se caracterizariam por um certo grau de fossilização, posto que não teriam acompanhado a natural dinâmica da língua portuguesa na Europa. Ademais desse contacto direto, a referida fossilização dever-se-á igualmente às fontes escritas de que se socorreu o missionário.

Entre os aspetos que chamam a atenção na *Grammatica Portugueza* refiram-se, por um lado, a pronúncia de certas vogais, ditongos e consoantes, e, por outro, um conjunto de palavras que ou pertencem a uma camada antiga do léxico ou traduzem a influência da língua e cultura locais no português que circulava em Tranquebar.

3.1.1. A pronúncia do português

Na exposição da pronúncia das vogais portuguesas, Dal retoma o contraste entre línguas europeias, tomando o alemão e o italiano como referência para explicar a pronúncia das vogais que se representam com <a, e, i, o, u>, embora matize que <u> se pronuncia como “OU em Francez, OO em Inglez, e O em Flamengo” (Dal, 1731:3). Por sua vez, para a realização oral de <y> compara a portuguesa à pronúncia alemã e à francesa.

Segundo Dal, a realização de <ũ> tanto corresponde a uma vogal nasal como a uma vogal nasalada devido à epêntese de uma consoante bilabial nasal anti-hiática “ũ se

pronuncia como em Portuguez *UM* no fim, e em Dinamarquez *UNG*; v.g. *hũa, algũa, nenhũa* que tambem se podem escrever e ler *huma, alguma, nenhuma*” (Dal, 1731: 6).

Quanto à pronúncia das sequências gráficas <ej, ey> e <ou>, correspondentes aos ditongos decrescentes /ej/ e /ow/, Dal salienta que o primeiro se “pronuncia como *E* escuro, acrescentando-se-lhe algum tanto de *I*” (Dal 1731: 6-7) e “*Ou* se pronúncia com *O* escuro, acrescentando-se-lhe algum tanto de *U*” (Dal 1731: 7), donde se depreende que, no segundo caso, a pronúncia não incluía monotongação, muito embora esse traço estivesse em processo de difusão a partir a partir do XVI, vindo depois a integrar a chamada língua padrão no século XVIII (Gonçalves 2024; Marquilhas 2013: 30), aspeto em que a “norma” se distancia claramente das variedades portuguesas setentrionais, visto estas conservarem o ditongo decrescente /ow/ até à atualidade.

A respeito da sequência gráfica <aõ>, a descrição do autor da *Grammatica Portugueza* não esclarece bem se aquela representa o ditongo nasal /ẽw̃/ que, por analogia, se sobrepusera a outras terminações nasais, embora as palavras de Dal pareçam apontar no sentido de um nivelamento dessas terminações: “*Aõ* se pronuncia como em Portuguez *AM* no fim, e como em Dinamarquez *ANG*” (Dal 1731: 6). O contraste com o dinamarquês denuncia que os destinatários seriam os membros da missão dinamarquesa, e não, como é evidente, os alunos da escola portuguesa, porquanto estes desconheciam aquela língua europeia.

Para explicar a pronúncia das consoantes – <B, D, F, K, L, N, P, R, S, T, V, Z> –, Dal estabelece um paralelo com o francês e o dinamarquês. Para a pronúncia de <Ca, Que, Qui, Co, Cu> encontra semelhanças com o francês (“C, Qu”) e com o alemão (“K”); para a realização de <Ça, Ce, Ci, Ço, Cu> socorre-se do francês e do alemão (“SS”); para a de <CH> remete para o inglês, o castelhano e o alemão (“TSCH”), o que equivale à africada palatal surda /tʃ/, que muitos gramáticos portugueses (Feijó 1734; Monte Carmelo 1767) prescreviam no século XVIII como realização normativa, quando, na verdade, na língua padrão, que acompanhava as variedades centro-meridionais, já estaria nivelada com a fricativa palatal surda /ʃ/, grafada com <X>¹².

Entre os exemplos ilustrativos da pronúncia de uma africada, incluem-se topónimos de possessões portuguesas na Índia – Chaul e Cochim –, assim como a palavra “chingalas” (i.e. os habitantes da ilha de Ceilão), de origem cingalesa (“singalês-sâncs.

¹² Ressalvavam-se os casos de palavras de origem grega ou latina, em que <CH> correspondia a uma oclusiva velar surda.

simhala), documentada a partir de 1550, segundo Dalgado (1919: 274), e que tinha “chinglá” como única forma no Ceilão.

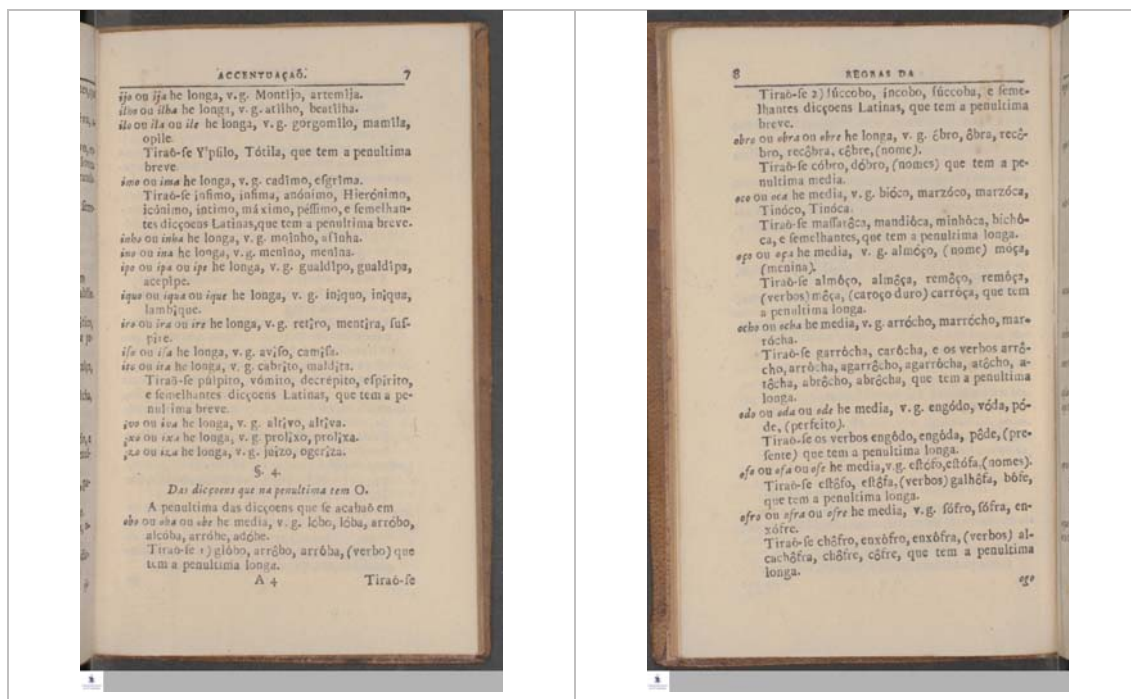
Para a pronúncia da oclusiva velar sonora /g/, Dal socorre-se do francês e do dinamarquês, cujas realizações são idênticas, mas, para a sequência de /gw/ (“guarda”, “lingua ou lingoa”, e também “guela”, “desagûa”, “averigûo”) aduz o castelhano e o italiano. Para a realização da fricativa palatal sonora /ʒ/, em português, aponta o francês, o flamengo e o dinamarquês; para a palatal lateral portuguesa, o francês, o italiano e o castelhano, línguas cuja palatal nasal também se assemelha à da consoante portuguesa. Por sua vez, a fricativa palatal surda do português, grafada com <X>, é contrastada com a do francês e a do alemão (“SCH”), sendo exemplificada com as palavras “próximo”, “trouxe”, “máxima”.

A propósito das sequências constituídas por duas ou três consoantes, Dal (1731: 7) sublinha que os portugueses não parecem tolerá-las, e, por isso, pronunciam “sucesso, suceder, acender, aflição, santo”, em vez de “successo, succeder, accender, afflictção, sancto”.

As anteriores semelhanças entre línguas europeias e o português não serviriam, como é evidente, aos alunos da escola portuguesa, pois estes desconheciam aquelas línguas; seriam, porém, de grande utilidade para os funcionários da missão, europeus que tinham várias línguas maternas (Sletsjøe 1968; Lieban 2018), conquanto a maioria dos missionários fosse de origem alemã ou conhecesse o alemão.

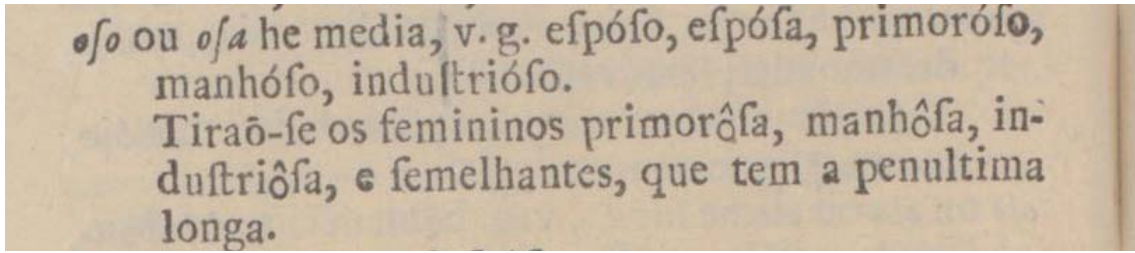
Na *Segunda Parte da Grammatica Portugueza* (1732[¹1726]), o autor retoma uma das dificuldades do português: a posição e o timbre da tónica. Expõe as regras e ilustra-as mediante uma extensa lista alfabética em que os acentos gráficos (agudo, grave, esdrúxulo) assinalam a vogal tónica e a sua abertura ou fechamento. Dal não propõe, portanto, regras de acentuação (orto)gráfica, mas, sim, formas de reconhecer o acento e o timbre como traços prosódicos, para tal recorrendo a três graus vocálicos: “longa” é a vogal tónica aberta; a “média” é a tónica fechada; a “breve” é a vogal átona. Assim, o autor atenta na oralidade, não na escrita, pelo que a exemplificação se reveste de grande valor informativo.

Figura 4 – Regras da acentuação: distinção entre “o aberto” e “o fechado”



A distinção entre /ɔ/ e /o/ motiva, mesmo entre nativos, hesitações e dúvidas, em especial quando se trata de palavras cuja pronúncia pode confundir-se com a de outra. Como Dal não era nativo e aprendeu o português em condições muito particulares, é natural que este aspeto atraísse a sua atenção, tentando auxiliar os aprendentes da língua portuguesa que certamente veriam naquela oposição fonológica uma dificuldade no exercício oral. Aquela oposição tinha especial repercussão na distinção entre algumas formas masculinas e as correspondentes femininas, conforme mostra o trecho abaixo reproduzido, onde se observa que o acento agudo marca a tónica fechada, e o circunflexo, por sua vez, a aberta. Ora, este modo de assinalar o timbre da tónica vai ao arrepio da tradição gramatical portuguesa, porquanto nesta o acento agudo indica uma vogal aberta e o circunflexo, pelo contrário, uma vogal fechada. Todavia, em algumas obras – veja-se o caso das *Regras da Lingua Portugueza. Espelho da Latina* (Argote 1725), gramática coetânea da de Dal –, por constringimentos tipográficos certamente, o impressor deita mão do acento grave para indicar a tónica aberta (“està” por está, “dirà” por dirá). Como se depreende da Figura 5, a vogal “média”, destacada com o acento agudo, é fechada.

Figura 5 – Distinção entre “o aberto” e “o fechado”



3.1.2. O vocabulário português-malabar

Integrado na *Quarta Parte da Grammatica Portugueza*, o *Vocabulario em Portuguez e Malabar* arrola as palavras que, de acordo com Dal, eram as mais usadas no “trato cotidiano”, com os “Vocabulos Malabares” “impressos com o caracter Tamul, e juntamente com letra Portugueza”.

Figura 6 – *Vocabulario em Portuguez e Malabar*

A

Abaixo	கீழே	kūre
abano	அரிசை	wifari
A, B, C	அரி அரி	ariwari
abelha	தேள்	tēni (du)
aberto estar	நிறந்திருக்கிறது	tīrand-irūkkira-
abóbora	பழங்காய	paṅghi-kāi
abóbora de agoa	சுண்டகாய	furei-kāi (du)
abraçar	கட்டிக்கொள்ளுகிறது	kaṭṭikkūghira-
abrir	நிறுக்கிறது	tīrakkiradu
abutre	கரூ	kaṭū
acabar de fazer	முடிக்கிறது	mūhikkiradu
acabou-se	முடிந்தது	aiṅhudu
acarretar	சுமக்கிறது	siṁakkiradu
ação	கேள்வியை	kirighei
acordar do sono	முழிக்கிறது	mūhikkiradu
acordar a outro	எழுப்புகிறது	ceṭūppughiradu
acoflumar-se	பழகிறது	pāghiradu
acredor	கடன்சூதாசன	kaḍan-kudūtta-
açafraõ	மஞ்சள்	māṅṅhæl (wæṅ)
acenar	சாண்டகாட்டுகிறது	ṣaḍei-kaṭṭughira-
		(du)
acender	பதகுதலிக்கிறது	pāṭṭaweikkiradu
acepillar	முடிக்கிறது	tīreikkiradu
aço	எஃகு	ceṅṅi
açoitar	உட்குகிறது	aḍikkiradu
açúcar pó	சீனி	ṣini
açúcar pedra	கமகண்டி	kaṭkāṇḍu

A achar

Importa elucidar, antes de mais, o significado de “malabar” ao tempo da missão de Tranquebar. De acordo com Dalgado (1919: 527), os estudiosos da chamada “língua

malabar” davam duas aceções a esse glossónimo, de origem toponímica: na primeira é sinónimo de “malaiala”, vale dizer, o “idioma falado no Malabar”; na segunda, é equivalente de “tamul (q.v.) falado na costa de Choromandel, por serem ambas as línguas muito parecidas”. “Tamul”, que em português tem as variantes “tamúlico” e “tamulense”, é palavra documentada desde o século XVI. A variante “tamil” assenta no glossónimo inglês. O tâmul é uma das línguas da família dravídica, falada na Índia meridional, mas no passado este nome abrangia toda a família linguística, e não apenas aquela língua. Por ser muito parecida com o malaiala, foi conhecida como “língua malabar”; porém, tâmul é o nome linguisticamente mais adequado (Dalgado 1919: 349). À data em que na missão dinamarquesa Dal redigia a sua *Grammatica Portugueza*, a denominação mais frequente era “língua malabar”, conforme se observa nos títulos de artes, dicionários e outras obras recenseadas por Lopes (1936).

Num breve parêntesis, vale a pena sublinhar que o conhecimento disponível sobre as línguas e as suas relações genéticas – não apenas as daquela região do mundo, mas também no ocidente – nos inícios do século XVIII não se ancorava em evidências morfológicas que só viriam a ser possíveis graças ao método histórico-comparativo. Ora, este desenvolveu-se no século seguinte, como consequência da revelação do sânscrito, o elo perdido, e da relação de parentesco entre línguas de várias famílias.

Do vocabulário do missionário de Tranquebar importa reter, por um lado, as palavras portuguesas que refletem as variedades da língua portuguesa com as quais contactava Nikolas Dal, e, por outro, aquelas que claramente espelham a influência da língua local, o tâmul ou tâmil que, como se viu, ao tempo da missão da Dinamarca se conhecia como “malabar”. Por limitações do escopo deste trabalho, apenas serão examinados alguns dos muitos exemplos que ilustrariam cabalmente cada uma das mencionadas camadas de léxico arrolado neste vocabulário bilingue.

Atente-se, então, em unidades lexicais que correspondem a um estrato antigo da língua. É o caso das seguintes: “acepilhar, acedor, alimpar (poindo, lavando, esfregando), almofaça¹³, amargoseira, despois de amanhã, ametade, apacentar, aqueitar, barrer, bassoura, bautismo, bautizar, bautizar-se, coceira¹⁴, corcova¹⁵, crecer, beatilha, cóvado,

¹³ De origem árabe, denomina uma “escova metálica para limpar cavalgaduras”, estando atestada no séc. XV (Houaiss 2001). A variante “almoface” tem registo no século XVI (Cunha 1994: 33).

¹⁴ Forma equivalente de “comichão, exalação”, palavra que se conservou no português brasileiro.

¹⁵ O mesmo que corcunda, geba ou giba (Houaiss 2001).

gorgoleta¹⁶, doudo, embigo, empola de agoa, empola no corpo, encruzar as pernas, engúrria, enveja, engatinhar, estar assentado, estar de cócaras, furar com verruma¹⁷, leicenso (i.e. leicenço), inchação, jubão (i.e. gibão¹⁸), lançol, lua cris¹⁹, maceira (i.e. macieira), ourina, ourinar, ourinol, pentem, escuridade, pirola, porçolana, rábão²⁰, sambixuga²¹, sarampão²², sobaco”.

Nas unidades lexicais acima reunidas, destacam-se as portadoras de “a-” inicial, todas elas características da língua antiga e clássica, e que, na língua padronizada e normativa, vieram a perder, na sua maioria, a referida vogal inicial, ficando aquelas formas relegadas para a esfera dialetal ou da linguagem popular. Do mesmo modo, foram reconstruídas formas como “enveja, embigo, empola, cocaras”, que até hoje circulam na linguagem popular.

A relatinização gráfica, a partir do século XV, levou a que “crecer”, forma antiga, fosse reconstruída graficamente com o grupo latino -SC-, que passou a ser pronunciado na língua padrão e normativa, conquanto em variedades dialetais conservadoras a realização antiga se mantenha.

Outros fenómenos relevantes são, por um lado, a oclusiva /b/ em *barrer*, *bassoura*, *sobaco*, e, por outro, as formas vernáculas *bautizar*, *bautizo*, fruto de vocalização, *doudo* (com o ditongo /ow/ sem alternância com /oj/), *pentem* (com a nasalidade final), *porçolana*, *lançol*, formas populares, e *ourina*, *ourinar*, *ourinol*, decorrentes da analogia semântica entre “ouro” e “urina”. O verbo *engatinhar* (i.e. andar à maneira do gato, gatinhar), que perdeu a vogal nasal inicial no português europeu, conservou-se, e é a forma geral, no português brasileiro; a mesma perda da nasal inicial se observa no verbo “encruzar” (i.e. pôr em forma de cruz, cruzar).

Refeito, na norma europeia, como “inchaço”, o nome “inchação” é infrequente no português europeu contemporâneo; porém, este nome conservou-se no português

¹⁶ É uma espécie de bilha de barro com gargalo longo e estreito, munido de ralo, por onde a água escoia, filtrando-se e fazendo um barulho característico (Houaiss 2001). Tem atestação em João de Barros (1540).

¹⁷ Instrumento, geralmente em ferro, para abrir furos na madeira.

¹⁸ Nome de uma antiga peça de vestuário que cobria os homens do pescoço até à cintura (Cunha 1994: 385). De origem árabe, foi veiculada pelo italiano antigo *gippone* (atual *giubbone*). A palavra está documentada desde o século XV.

¹⁹ Antiga denominação de eclipse lunar, documentada no século XV.

²⁰ Forma antiga de “rábano”, planta e sua raiz comestível.

²¹ Variante antiga de “sanguessuga”.

²² Antigo termo médico para “sarampo”, que é, por sua vez, um derivado regressivo daquela forma. Cunha (1994: 705) alvitra um empréstimo do “castelhano “sarampión”, deriv. do lat. SĪRĪMPIO, -ŌNIS”, com atestação em português desde século XVI. Já Houaiss (2001) situa-o no século seguinte (1661).

brasileiro. O caso de “escuridade” é um exemplo de mudança sufixal, porquanto o “afixo derivacional nominalizador” (Rodrigues 2013: 63) “-idade” foi substituído por “-idão”, igualmente nominalizador. Ambos os nomes assentam na base adjetival – “escuro”, pelo que são deajetivais (Rio-Torto e Rodrigues 2013: 136-137), mas o primeiro caracteriza um estado de língua mais antigo.

Na nomenclatura de Dal encontra-se a palavra “ciranda”, cuja origem é controversa, embora se aponte um étimo árabe (Nascentes 1932: 187; Machado 1977: 156; Cunha 1994: 185). Denomina uma “peneira” (Cunha 1994: 185) ou “aparelho para limpar a cal, a reia, etc. do cascalho, pedras, ou para limpar o grão das palhas” (Coelho 1890: 357).

No vocabulário bilingue de Dal figuram também nomes compostos “pedra de toque” e “pedra hume” (i.e. pedra-ume ou alúmen²³): o primeiro, com registo lexicográfico desde 1599 (cf. *Corpus Lexicográfico do Português*, <http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb.aspx>), designa o material com que se avalia a pureza das pedras preciosas; o segundo, registado desde Jerónimo Cardoso (1569-1570), denomina o alúmen (mistura de sulfato de alumina e potassa), substância com propriedades adstringentes que, na medicina e farmacopeia antigas, era usado como cicatrizante de feridas.

Entre os nomes de aves que entram na nomenclatura do vocabulário português-tâmul de Dal, figuram “adem”, ave palmípede ou pato-real, com atestação lexicográfica desde Jerónimo Cardoso (1562) e “adibe”, nome de uma “espécie de chacal”. Incluída na nomenclatura do *Thesouro* de Bento Pereira (1647: 4v), esta palavra era usada na Índia (Bluteau 1712: 128: “Em Goa chamão *Adibe*, ou *Adiva* à Raposa”), informação corroborada por Dalgado (1919: 11), que aponta a variante “adive”, esclarecendo:

(Do ar. *ad-dhib*). É mesmo que chacal, q.v. *canis aureus* de Linneu. O termo já era conhecido na península antes da viagem de Vasco da Gama, e é comumente usado na Índia Portuguesa. Os adibes andam em bandos, uivam em côro durante a noite nos montes, e infestam as capoeiras e o canavial. Diz-se que seguem a pista do tigre que fez presa, a fim de lhe apanhar os restos. O adibe representa na fabulística indiana o **papel da raposa** europeia. V. Dozy.

Não menos digna de nota é a unidade lexical “zumbaia” (“zumbaia fazer”), vale dizer, ‘grande reverência, salamaleque’. Proveniente do malaio *sembahyang* ‘saudação reverencial’, está documentada no século XVI (Cunha 1994: 839), mas só é incorporada

²³ A forma “ume” está documentada no século XV, mas “alumen” ocorre já em 1344, e que depois seria dicionarizada por Jerónimo Cardoso (1569-1570).

à nomenclatura lexicográfica do português²⁴ no século seguinte (Pereira 1647: 97v), recebendo depois, em Bluteau (1721: 650), a marca diatópica “termo da Índia”. Em outras partes deste território equivalia a “gromenar”²⁵, segundo Bluteau. Porém, a forma “antiga e legítima” é “sumbaia” que não se encontra, segundo Dalgado (1919), nos dicionários portugueses, que também não aludem à origem da palavra, não obstante esta ter sido acertadamente sugerida, em 1540, por João de Barros (Dalgado 1919: 445-446).

Além destes, no vocabulário português-malabar²⁶ encontram-se exemplos de nomes de tecidos – “beatilha”²⁷, “cambolim”²⁸ –, medidas – “côvado”²⁹ – e doenças – “engúrria”³⁰, “cámaras (doença)”³¹, “bexigas (doença)”, “leicenso”³², “bustela”³³ (i.e. *bostela*), aos quais se acrescentam outros, que aqui não serão examinados, relativos a: atividades ou profissões (bailadeira, bailador, barbeiro, caçador, carpinteiro, cozinheiro, curtidor, costureira, despenseiro, escrava/escravo, escrivão, feiticeira, gaiteiro, sapateiro, tintureiro, entre outras); instrumentos musicais (castanheta, i.e. *castanhola* ou *estalo* etim. esp); animais (bezerro, boi, bugio, camelo, carneiro, cordeiro, égua, enguia, falcão, galinha choca, galo, garça, rato, raposa, sapo); produtos alimentares (cebola, ervilha, erva doce, canela, rábão, tâmara, vinagre); calçado (alparca³⁴); partes do corpo (artelho, beijo, cabeça); partes da casa (privada³⁵); instrumentos (rabola³⁶); árvores (figueira do inferno³⁷, ou seja, *datura stramonium*, que tem vários nomes populares).

²⁴ Adolfo Coelho (1890: 1210) regista-a com a marca de “termo cómico”.

²⁵ De acordo com Dalgado (1919: 444), “gromenare” é a ‘saudação muito respeitosa no Japão, zumbaia’.

²⁶ Sobre as obras que oferecem um contraste entre o português e esta e outras línguas asiáticas, veja-se Lopes (1936: 77-93).

²⁷ Variante de “baetilha” ‘pano de algodão de que se faziam toucas’.

²⁸ Tecido da antiga Pérsia.

²⁹ Do lat. CŪBITŪS, i, antiga medida de comprimento equivalente a 0,66 m.

³⁰ Variante popular de “angúrria” dificuldade em urinar. No século XIX, a doença denominava-se “strangúria” (Vieira 1871: 422; Coelho 1890: 109) ou “estrangúria” que, segundo Nascentes (1932: 52), provém do “gr. *strangouria* ‘urina às gotas’, pelo lat. STRANGURIA”.

³¹ Antigo termo médico para “diarreia”.

³² Trata-se de “leicenso”, nome vulgar de ‘furúnculo’. É palavra de origem obscura (Nascentes 1932: 455; Machado 1977: 400; Cunha 1994: 468).

³³ Do lat. vulgar PŪSTELLA- (de PUSTŪLLA- ‘pústula, bolha’), é o nome de uma pequena ferida com crosta (Cunha 1994:120).

³⁴ É o nome antigo de um tipo de calçado: “alpercata”, “alparcata” ou “alpargata”. Nascentes (1932: 34-35) propõe o “vasconço” como origem remota, mas Cunha (1994: 35) indica uma origem no árabe hispano, a partir de um possível étimo pré-romano. “Alparca” está documentada no século XV (Cunha 1994: 35). Segundo Coelho (1890: 86), esta forma já havia caído em desuso.

³⁵ Antiga denominação de latrina, retrete ou vaso sanitário. Com esta aceção, está registada desde o século XIV (Cunha 1994: 635; Houaiss 2001).

³⁶ Variante popular de “rebola” – regressivo de verbal de “rebolar” –, é o nome de uma ‘pedra para afiar ou amolar instrumentos cortantes’, Esta ‘mó giratória’ também era conhecida como “rebolo” (Nascentes 1932: 678; Coelho 1890: 1025), forma que, segundo Cunha (1994: 116), tem atestação no século XVII.

³⁷ Nome vulgar da planta denominada “*datura stramonium*”, de acordo com a nomenclatura científica de Lineu (1707-1778) também chamada “herva dos bruxos ou dos mágicos” ou “herva do diabo” (Vieira 1873:

O vocabulário português-malabar, recolhido na *Quarta Parte da Grammatica Portugueza*, compreende unidades lexicais que, não obstante terem origem portuguesa, na Índia adquiriram uma aceção específica, e, ainda, outras que eram oriundas de uma língua asiática.

Dentre as primeiras, é bom exemplo a unidade complexa “açúcar pedra” que, de acordo com Dalgado (1919: 448) é “como se denomina na Índia e em Macau e Timor o açúcar candi”. (q.v.), khadi sàkar em concani. No crioulo macaísta diz-se sucre-pedra”. Das segundas, refiram-se “chiripos” ‘tamancos’, palavra que provém do “tamul-malaiala *cherippu*” (Dalgado 1919: 275), estava documentada desde 1560 e era corrente em Goa.

Também de origem asiática, “guingão” é o nome de um “tecido de algodão, fino e lustroso. Do malaio: Origem etimológica: malaio *guingong*” (Dalgado 1919: 449), palavra que está documentada desde 1552, e a cujo respeito esclarece Dalgado:

O termo *guingong* é comum às línguas do Arquipélago Malaio, com o sentido de «cotonina listrada ou axadrezada», talvez derivado do tam. *kindan*, que quer dizer o mesmo. É pois da Malásia que o termo veio para a Europa.

A palavra local, “jagra” (Dalgado 1919: 447) denomina um “açúcar mascavado de palmeira ou de cana, em torrões ou em bloco *gôd* em concani”.

Acrescenta ainda Dalgado:

O termo é corrente em toda a zona do ázio-português. Indo-ingl. *jaggery, jagry*; indo-fr. *jagra, jágara, jagre*. A jagra é o açúcar da generalidade da população da Índia Portuguesa; os gentios, porém, não se servem de jagra de palmeira, mas somente da de cana. A sura de uma palmeira produz anualmente duas mãos ou cerca de 75 quilogramas de jagra. [...]. O étimo imediato é malaiala *chákkara*, que se liga ao sanscr. *çarkara* por intermedio das formas neo-árnicas *xakar, sakar, sakhar* (Dalgado 1919: 475).

Documentada desde 1523, na lexicografia contemporânea a palavra “jagra” recebe a marca de “regionalismo da Índia” (Houaiss 2001).

No vocabulário português-malabar, encontra-se “cambolim”, nome de uma “manta de lã, de ordinário parda, muito usada na Índia e na Pérsia. Do conc. *kamblem, kambal* < sanscr. *kambala*”, palavra atestada desde 1514. No dicionário Houaiss (2001), esta

670). A forma “estramónio”, com atestação em 1788, no Tratado de Botânica de Avelar Brotero (Houaiss 2001), resulta do aportuguesamento do nome lineano.

unidade recebe uma marca diatópica e diacrónica: “Regionalismo: Índia. Diacronismo: antigo” (Houaiss 2001).

Como exemplo de vocábulos de influência asiática, vejamos-se, ainda, “faraz” e “nelle”: o primeiro denominava antigamente o “tratador de cavalos e esteiras”, embora o médico e naturalista Garcia de Orta (1499-1568) o usasse já com a aceção de “casta”, a mesma que lhe dá Dalgado (1919: 390); o segundo é o nome do “arroz em casca ou em planta”: “nelle”, cuja atestação remonta a 1554, equivale a “bate da zona árica”, sendo a denominação oriunda do “dravídico *nel, nellu*. A palavra é usada em “Macau e Timor e nos crioulos da Malásia” (Dalgado 1919: 104).

Os exemplos anteriores ampliam o rol de vocábulos que Dal incluiu na *Segunda Parte da Grammatica Portugueza* para ilustrar a prosódia portuguesa. Dessa extensa lista, apenas se examinarão aqui umas quantas palavras que mostram a riqueza do elenco vocabular compulsado na gramática portuguesa “para o uso da Escola Portugueza de Tranbambar”. Entre as unidades lexicais da *Segunda Parte*, destacar-se-ão as seguintes: “esfolagato” (Dal 1727: 19), vale dizer, ‘repreensão, censura’ e ‘maus tratos’, palavra já incluída na nomenclatura de Bento Pereira (1647: 48v), que Bluteau (1711: 241) regista como termo “chulo”, acrescentando que era uma ‘brincadeira de rapazes’; “enxacoco”, isto é, ‘falar mal uma língua estrangeira’, palavra de origem controversa, variante de “xacoco”³⁸ (Pereira 1647: 97); “pargana”, variante de “pragana”³⁹ ‘aresta, barba de uma espiga’, tem registo lexicográfico desde 1611; “gafém”⁴⁰ ‘antigo termo de medicina equivalente de “gafeira” (Bluteau 1713: 7), ou seja, “lepra” (Dal 1726: 20), palavra que entra na nomenclatura lexicográfica no século XVI (Cardoso 1562)⁴¹; “moêga” ‘peça de moinho, em forma de pirâmide invertida, onde se coloca o grão para moer’, também conhecida conhece como “canoura, dorneira, tegão, tremonha” (cf. *Dicionário Priberam*; Houaiss 2001); “parlanfroys” ‘perífrase, rodeio de palavras’, forma antiga incluída na nomenclatura do *Thesouro* (Pereira 1647: 73), equivalente a “parlanfrório” que, por sua vez, é popularmente “lábria” (‘conversa para enganar ou convencer’); “trangola” ‘homem alto, magro e feio’ entra na nomenclatura do *Thesouro* (Pereira 1647: 92v); “trancafio”

³⁸ É palavra de origem obscura.

³⁹ Tal como aquela, esta forma figura na nomenclatura lexicográfica do português desde 1611 (cf. *Diciweb*).

⁴⁰ Esta forma está documentada desde o século XIII (Cunha 1994: 374), enquanto que “gafeira” tem atestação no século XVI. Nascentes (1932) e Houaiss (2001) apenas incluem “gafa” e “gafeira”.

⁴¹ Nesta obra, ocorrem as duas palavras: “lepra” e “gafém” (cf. *Diciweb*, <http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb.aspx>). “Gafeira” tem, por sua vez, registo lexicográfico desde finais do século XVI (Pereira 1647: 55v). Também denominava a “gafa” ou “ronha”, isto é, a sarna do gado, sendo que a primeira já se encontra num dicionário quinhentista (Cardoso 1562) e a segunda está igualmente recolhida no *Thesouro* de Bento Pereira.

‘fio branco, delgado, usado pelos sapateiros’ é palavra atestada em Bento Pereira (1647: 93v), relativamente à qual acrescenta Bluteau (1721: 287-288) que “depois de encerado [o fio], serve para ajuntar o couro ao talão do sapato”.

Esta simples amostra da diversidade do léxico recolhido na *Grammatica Portugueza*, contemplando unidades lexicais de uma grande variedade de domínios, terminologias e níveis de língua, ilustra bem a riqueza da obra de Dal como fonte linguística.

Notas conclusivas

Estudada no âmbito de trabalhos relativos à missão dinamarquesa e à influência portuguesa na Índia, a *Grammatica Portugueza* ainda não tinha sido examinada do ponto de vista da história da gramática portuguesa e da história da língua. É uma obra redigida por um não nativo de português – Nikolaus Dal –, que o aprendeu em contexto de missão, tendo como destinatários alunos da escola portuguesa, também eles não nativos, que poderiam conhecer ou falar alguma variedade indo-portuguesa.

Como instrumento didático elaborado para a missão de Tranquebar, na qual trabalhavam missionários e funcionários que falavam ou conheciam várias línguas europeias, como se observou acima, a gramática ali impressa constitui um exercício multilíngue, porquanto, ademais do confronto entre o português e vários idiomas europeus, com destaque para o alemão, que era a língua materna de boa parte dos missionários, também contempla um contraste entre a língua portuguesa e o tâmil (a “língua malabar”). Ora, boa parte do interesse historiográfico desta obra reside precisamente nesse exercício contrastivo, num território em que o português não seria, em bom rigor, língua materna de ninguém, e, possivelmente, tendo em conta as considerações de Dal a respeito das categorias de falantes e de variedades da língua portuguesa em Tranquebar, nem sequer seria a L2 (segunda língua) da maioria dos que circulavam na missão dinamarquesa.

Era, contudo, uma língua que, também em Tranquebar, por força da influência portuguesa em vários territórios da Índia, tinha nas primeiras décadas de Setecentos um papel comunicativo suficientemente relevante para motivar a redação e a impressão de uma gramática adaptada ao contexto linguístico local. Com efeito, a divisão da gramática em quatro partes visa proporcionar um recurso didático que refletisse a diversidade de línguas maternas e não maternas usadas ou conhecidas na missão, procurando responder, ao mesmo tempo, às dificuldades específicas e às necessidades práticas dos aprendentes. É o que demonstra a *Primeira Parte da Grammatica Portugueza*, dedicada,

exclusivamente, à conjugação dos verbos, já que a redução da flexão verbal caracterizava as variedades crioulas indo-portuguesas. Outro tanto poderá concluir-se a respeito da *Segunda Parte*, que privilegia aspetos prosódicos que certamente dificultavam a aquisição de um português “puro”, na expressão de Dal. O mesmo se observa na *Terceira Parte* e na *Quarta*, focadas na dimensão fraseológica – enunciados proverbiais –, que de algum modo exemplifica a sintaxe.

Embora a análise dos exemplos aqui aduzidos não esgote a riqueza do material linguístico em apreço, ter-se-á mostrado que a *Grammatica Portuguesa para uso da escola Portuguesa de Trangambar* merece ser devidamente valorizada no contexto da gramaticografia portuguesa produzida fora da Europa, em concreto no continente asiático. Testemunho da influência portuguesa na costa do Coromandel, ainda nas primeiras décadas do século XVIII, esta gramática tem, como se viu, valor historiográfico e linguístico não só pelos vários exercícios contrastivos que oferece, como também pelos muitos dados relativos à língua portuguesa naquela região.

Referências bibliográficas

ARGOTE, D. Jerónimo Contador de (1725) *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Latina*. Segunda impressão. Lisboa Occidental: Na Officina da Musica.

BARTHOLOMÄUS (2012) «Introduction». Em *Bibliotheca Malabarica*, ed. e trad. por W. Sweetman & R. Ilakkuvan, (1-). Institut Français de Pondichéry. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.ifp.625>

BLUTEAU, D. Rafael (1712-1728). *Vocabulario Portuguez, & Latino*. 10 vols. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu (vol. 1 - Letra A, vol. 2 – Letras B-C; 3º vol. – Letras D-E, 1712; vol. 4 – F-J, Letras, 1713); Lisboa: Na Officina e Paschoal da Sylva (vol. 5 – Letras K-N; vol. 6 – Letras O-P, 1720; vol. 7 – Letras Q-S, 1720; vol. 8 L Letras T-Z, 1721); *Supplemento*, 1º vol. (1827). Lisboa: Na Patriarcal Officina da Musica; *Supplemento*, 2º vol. (1828). Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva.

BUESCU, Leonor Carvalhão Buescu (1983). *O estudo das línguas exóticas no século XVI*. Col. Biblioteca Breve. Lisboa: ICALP. Disponível em <<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/pensamento-e-ciencia.html?limit=20&limitstart=20>>. Acesso em: 10, abr., 2024.

BOXER, Charles (2002). *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras.

CARDOSO, Hugo C. (2006) «Challenges to Indo-Portuguese across India». Em *Proceedings of the FEL X*, ed. por R. Elangayan, R. McKenna Brown, N. Ostler & M.K. Verma, pp.23-30. Mysore: Central Institute of Indian Languages.

CARDOSO, Hugo C. (2010) «African slave population of Portuguese India: Demographics and impact on Indo-Portuguese». *Journal of Pidgin and Creole Languages* 25.1, 95-119.

CARDOSO, Hugo C. (2014) «Factoring sociolinguistic variation into the history of Indo Portuguese». *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, 5, 87-114.

CARDOSO, Hugo C. (2016) «O português em contacto na Índia». Em *Manual de Linguística Portuguesa*, ed. por Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho, pp. 68-97. MRL 16. Berlin/Boston: De Gruyter.

CARDOSO, Jerónimo (1562) *Hieronymi Cardosi Dictionarium Iuventuti studiosae admodum frugiferum*. Coimbra: João Álvares.

CARDOSO, Jerónimo (1569-1570) *Dictionarium latinolusitanicum & vice versa lusitanicolatinum cum adagiorum fere omnium iuxta seriem alphabeticam perutili expositione*. Coimbra: João de Barreira.

CARDOSO, Simão (compil. e org.) (1994) *Historiografia gramatical (1550-1920)*. Língua Portuguesa – Autores Portugueses. Porto: Faculdade de Letras.

COELHO, Francisco Adolfo (1890) *Diccionario Manual Etymologico da Lingua Portugueza contendo significação e prosódia*. Lisboa: P. Plantier-Editor.

CORPUS LEXICOGRÁFICO DO PORTUGUÊS. Universidade de Aveiro / Universidade de Lisboa. <<http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb.aspx>>. Acesso em 23, março, 2024.

CUNHA, António Geraldo da (1994) *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2ª ed., 6ª impress. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DAL, Nicolau (1725). *Primeira Parte da Grammatica Portugueza, convem a saber as Conjugações dos Verbos Regulares e Irregulares para uso da Escola Portugueza de Trangambar*. Trangambar: Na Officina da Real Missão da Dinamarca.

DAL, Nicolau (1726). *Segunda Parte da Grammatica Portugueza convem a saber A Prosodia, ou Accentuação das Dicções Portuguezas, Proposta em Regras e Exemplos, como tambem em Vocabulario de Nomes Accentuados, Conforme a ordem de A, B, C. para o uso da Escola Portugueza de Trangambar*. Trangambar: Na Officina da Real Missão da Dinamarca.

DAL, Nicolau (1732[1726]). *Terceira Parte da Grammatica Portugueza convem a saber os Adagios mais uteis e usados, que em parte mostram como as cousas succedem as cousas no mundo. Juntamente com algumas Phrases Adagiaes e Noticias Historicas. Para o uso da Escola Portugueza de Trangambar*. Segunda Impressão. Trangambar: Na Officina da Real Missão da Dinamarca.

DAL, Nicolau (1731). *Quarta Parte da Grammatica Portugueza, convem a saber hum Vocabulario em Portuguez, e Malabar, que contem os Nomes, Verbos, Adverbios de ambas as Lingoas, que são mais usados no trato cotidiano, e dos quaes os vocábulo*

malabares vão impressos para o uso da Escola Portugueza de Trangambar. Trangambar: Na Officina da Real Missão da Dinamarca.

DAL, Nikolaus (1733) «Nachricht von den Portugiesen in Indien». Em *Drey und dreyßigste CONTINUATION Des Berichts Der Königlichen Dänischen Mißionarien in Ost-Indien / Worin eine Ausfuehrliche Nachricht Von der gantzen Verfassung der Mißion, Wie auch Die Fortsetzung des Tage-Registers vom Jahr 1731. und einige Briefe der Herren Mißionarien enthalten, Nebst einem Anhang Von der Evangelischen Mission zu Madras*, publ. por Gotthilf August Francken pp. 917-924. Halle.

DALGADO, Sebastião Rodolfo (1917). «Dialecto Indo-Português de Negapatão». *Revista Lusitana*, 20, 40-53.

DALGADO, Sebastião Rodolfo (1919) *Glossário Luso-Asiático*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

DELICADO, António (1651) *Adagios portuguezes reduzidos a lugares comuns*. Lisboa: Domingos Lopes Rosa.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. On-line. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em 24, fev., 2014.

FEIJÓ, João de Moraes Madureira (1734) *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens / pelo seu mestre João de Moraes Madureyra Feyjo*. Lisboa Occidental: Na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca. Disponível em: < <https://purl.pt/13> >. Acesso em: 11, abr.,2024.

FLUCK, Marlon Ronald (2021) «A tradução e a distribuição da Bíblia em língua portuguesa através da missão de Tranquebar (1706-1765) como parte da história da mídia do protestantismo». *AD AETERNUM – Revista de Teologia*, nº 2, 39-63.

FREIRE DA SILVA, Mário J. & Tiago C. dos Reis MIRANDA (coord.) (2018) *Libros relege, volve, lege. O livro antigo na Biblioteca do Exército*. Lisboa: Biblioteca do Exército.

GONÇALVES, M^a Filomena (2009) «Contribuciones para el estudio de la paremiología portuguesa: el *Florilegio dos modos de fallar, e adagios da Lingoa Portugueza (1655)*». *Paremia*, 18, 153-162.

GONÇALVES, M^a Filomena (2018) «A língua portuguesa e a tríade codificadora». Em *Libros relege, volve, lege. O livro antigo na Biblioteca do Exército*, coord. por Mário J. Freire da Silva e Tiago C. dos Reis Miranda, pp. XXXX. Lisboa: Biblioteca do Exército.

GONÇALVES, Maria Filomena (2019) «El arte de definir en los *Tratados da Terra e Gente do Brasil* del misionero portugués Fernão Cardim». Em *Estudios de Lingüística en Homenaje a Emilio Ridruejo*, vol. I., coord. por Antonio Briz, M^a. José Martínez Alcalde, Nieves Mendizabal, Mara Fuertes, José Luis Blas, Margarita Porcar, pp. 623-636. València: Publicacions de la Universitat de València.

GONÇALVES, Maria Filomena (2024) «Contribuições para o estudo do português falado do século XVIII: o Compendio de Orthografia (1767) de Monte Carmelo». Em *Randromania im Fokus. Gesprochenes Galicisch, Portugiesisch und Rumänisch*, ed. por Aurelia Merlan e Barbara Schäfer-Prieß. Reihe Romanistische Arbeiten interkulturell und interdisziplinär, Herausgegeben von Rafael Arnold, Thomas Johnen, Aurelia Merlan, Jürgen Schmidt-Radefeldt und Rudolf Windisch, pp. 393-416. Lausanne – Berlin – Bruxelles – Chennai – New York – Oxford: Peter Lang.

GONÇALVES, Maria Filomena e, Clotilde MURAKAWA (2009) «Lexicografia implícita en textos del Padre Jesuita Fernão Cardim». Em *Missionary Linguistics IV – Lexicography*, ed. por O. Zwartjes, R. Arzápalo Marín, Th. Smith-Stark, pp-233-248. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

GRANGER, Sylviane & Fanny MEUNIER (eds.) (2008). *Phraseology: An interdisciplinary perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

HOUAISS, Antônio (2000aremioly1) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objectiva. CDRom.

HRISTOVA-GOTTHARDT, Hrisztalina & Melita Aleksa VARGA (ed.) (2014). *Introduction to Paremiology: a comprehensive guide to prover studies*. Berlin/Munich/Boston: De Gruyter.

LIEBAN, Heike (2018). *Cultural encounters in India. The local co-workers of the Tranquebar mission, 18th to 19th centuries*. Translat. from the German by Rekhe V. Rajam. London/New York: Routledge.

LOPES, David (1936). *A expansão da língua portuguesa no Oriente nos Séculos XVI, XVII e XVIII*. Barcelos: Portucalense Editora.

MACHADO, José Pedro (1977). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 5 vols.. Lisboa: Livros Horizonte.

MARQUILHAS, Rita (2013). «Fenómenos de mudança na história do Português». Em *Gramática da Língua Portuguesa*, I, org. por E. B. Paiva Raposo, M^a F. Bacelar do Nascimento, M^a Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura e Amália Mendes, pp.17-45. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MATOS, Luís de (1968). «O português como língua franca do Oriente. Em *Colóquios sobre as províncias do Oriente*, vol. 2. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 81, pp. 11-23. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar / Centro de Estudos Políticas e Sociais.

MONTE CARMELO, Fr. Luís do (1767). *Compendio de Orthographia* [...]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. Disponível em: <<https://purl.pt/9>>. Acesso em 24, mar., 2024.

MURU, C. (2018). «Early Descriptors and Descriptions of South Asian Languages from the 16th Century Onwards». *Journal of Portuguese Linguistics* 17(1), 8. doi: <https://doi.org/10.5334/jpl.202>

MURU, C. (2021). «How missionaries applied Portuguese and Latin descriptive categories in the classification and explanation of verb conjugations and *paired* verbs of Tamil». *Journal of Portuguese Linguistics*, 20(1), 8. <doi: <https://doi.org/10.5334/jpl.268>>

NASCENTES, Antenor (1932). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

NIECAMP, Jean-Lucas (1745). *Histoire de la mission danoise dans les Indes Orientales*, trad. de l'allemand. Genève: Chez Henri-Albert Gosse & Comp. Libraires & Imprimeurs.

PEREIRA, Bento (1647) *Thesouro da Língua Portuguesa*. Em Lisboa: Na Officina de Paulo Craesbeeck, & à sua custa.

PEREIRA, Bento (1655). *Florilegio dos modos de fallar, e adagios da lingoa portuguesa: dividido em duas partes: em a primeira das quaes se poem pella ordem do alphabeto as frases portuguesas, a que correspondem as mais puras, & elegantes latinas: na segunda se poem os principaes adagios portugueses, com seu latim prouerbial correspondente: pera se aiuntar a Prosodia, & Thesouro portugues, como appendiz, ou complemento*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, & à sua custa.

PEREIRA, Bento (1672). *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda latino idiomate proponitur*: in hoc libello, velut in quadam academiola divisa in quinque classes, instructas subselliis, recto ordine dispertitis, ut ab omnibus tum domesticis, tum exteris frequentari possint / authore P. Doct. Benedicto Pereira. Lugduni: Sumptibus Lautentii Anisson.

RIO-TORTO, Graça & Alexandra Soares RODRIGUES (2013). «Cap. 2. Formação de nomes». Em *Gramática derivacional do português*, 2ª ed., por Graça Rio Torto (coord.), Alexandra Soares Rodrigues, Isabel Pereira, Rui Pereira e Sílvia Ribeiro, pp. 135-240. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, Alexandra Soares (2013) «Capítulo 1. Noções basilares sobre a morfologia e o léxico». Em Graça Rio Torto (coord.), Alexandra Soares Rodrigues, Isabel Pereira, Rui Pereira e Sílvia Ribeiro, *Gramática derivacional do português*, 2ª ed., pp. 35-133. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SLETSJOE, Leif (1968). «Les premières études portugaises en Scandinavie (du XVIIème au XIXème siècle: la Grammaire de Trangambar – Le manuscrit de Rasmus Rask». *Revue Romane*, Bind 3, 52-65.

Disponível em: <https://tidsskrift.dk/revue_romane/article/view/28833/25279>. acesso em 22, fev., 2024.

SWARTJES, Otto (2011). *Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science. Series III, Studies in the History of the Language Sciences. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. (1990). "A língua portuguesa em Timor", Em *Actas do Congresso sobre a situação actual do português no mundo*, vol. 1, 2ª ed., pp. 313–339. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

VASCONCELOS, José Leite de (1987[1901]) *Esquise d'une dialectologia portugaise*, 3ª ed. por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

VERDELHO, Telmo (2008) *O encontro do português com as línguas não europeias. Exposição de textos interlinguísticos*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

VIEIRA, Fr. Domingos (1871-1874) *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*, 4 vols. (vol. 1, 1871; vol. 2. 1873; vol. 3, 1873; vol. 4, 1873 ; vol. 5, 1874) (Porto: Em Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes.

ZIEGENBALD, B. (1716) *Grammatica Damulica, quae pervaria paradigmata, regulas & necessarium vocabulorum apparatus, vian brevissimam monstrat, que lingua Damulica seu Malabarica [...]*. Halle an der Saale: Orphanotrophei.

**Nomes a bordo:
práticas de nomeação e variação regional das alcunhas em Portugal (1935-1975)**

João Paulo SILVESTRE
Centro de Línguas, Literaturas e Culturas - Universidade de Aveiro
jpsilvestre@ua.pt

Resumo

O estudo examina a prática da atribuição de alcunhas e a sua variação regional em Portugal, com base nos registos do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau, que abrangem o período de 1935 a 1975. Este arquivo, com cerca de 21.000 registos, inclui 4.200 alcunhas, evidenciando a sua relevância como marcadores identitários. Analise-se também a evolução das normas legais que, inicialmente restritivas, começaram a reconhecer o valor histórico e identitário das alcunhas, permitindo a sua incorporação como apelidos.

Palavras-chave: alcunhas; onomástica portuguesa; pescadores; variação regional.

Abstract

The study examines the practice of assigning nicknames and their regional variation in Portugal, based on records from the Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau, covering the period from 1935 to 1975. This archive, containing around 21,000 records, includes 4,200 nicknames, highlighting their relevance as identity markers. The study also analyses the evolution of legal norms that, initially restrictive, began to recognize the historical and identity value of nicknames, allowing their incorporation as surnames.

Keywords: nicknames; Portuguese onomastics; fishermen; regional variation.

1. Introdução

O estudo sobre as práticas de nomeação através de alcunhas é dificultado pelo facto de as recolhas serem, na sua maioria, assistemáticas, o que compromete a qualidade e a consistência dos dados. O presente trabalho propõe-se abordar as práticas de nomeação e a variação regional das alcunhas em Portugal, especificamente entre os pescadores de bacalhau, com base nos registos do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau (GANPB). Estes registos, que cobrem o período de 1935 a 1975, são

particularmente relevantes para a pesquisa linguística e lexicológica devido à sua natureza sistemática e abrangente. Contém cerca de 4.200 fichas de tripulantes com informações detalhadas, incluindo alcunhas, que representam cerca de 20% do total de registos. A importância destes dados reside não apenas na quantidade, mas também na qualidade e diversidade das alcunhas documentadas, oferecendo uma visão precisa e detalhada sobre as práticas onomásticas dentro de uma comunidade específica. Procuraremos evidenciar como as alcunhas desempenham um papel significativo na construção da identidade e na coesão social das comunidades piscatórias. Além disso, a análise destes registos permite observar variações regionais e compreender as dinâmicas sociais subjacentes às práticas de nomeação.

2. A alcunha e as normas legais

Os nomes e alcunhas presentes no arquivo documentam um longo período de modificações políticas e legislativas. Esta evolução reflete-se nas práticas de nomeação, especialmente na incorporação progressiva das alcunhas entre os apelidos, apesar dos impedimentos iniciais para que estas fossem parte do nome próprio.

Os nomes mais antigos do arquivo remontam a um período anterior à publicação do Código do Registo Civil em 1911, estabelecido pelo regime republicano. Este código foi pioneiro na regulamentação da atribuição e formação do nome, estipulando que «o nome próprio será livremente escolhido de entre os que se encontram nos diferentes calendários, ou de entre os que usaram as personagens conhecidas na história, e não deverá confundir-se com nomes de família, nem com os de coisas, qualidades, animais, ou análogos» (Decreto-Lei nº 41/1911, art. 143º).

Esta legislação, ao privilegiar a onomástica da tradição cristã, excluía nomes que representassem categorias lexicais comuns na criação de alcunhas (como coisas, qualidades e animais). Com a publicação do Código do Registo Civil de 1932, as regras foram mantidas com pequenas modificações, como a proibição de referências políticas. O Código de 1967, último relevante para o período em estudo, especificou ainda mais as unidades interditas, excluindo palavras que pudessem «confundir-se com meras denominações de fantasia, apelidos de família, nomes de coisas, animais ou qualidades, salvo tratando-se de nomes de uso vulgar na onomástica portuguesa» (Decreto-Lei nº 107/1967, artº 130, ponto 2). Apesar das restrições iniciais para a utilização de alcunhas como parte do nome próprio, a legislação permitiu que estas fossem integradas como apelidos, reconhecendo a função identificadora e o valor histórico-familiar das alcunhas.

De acordo com o Código de 1967: «Os apelidos são escolhidos entre os pertencentes às famílias dos progenitores do registando, devendo o último ser um dos apelidos usados pelo pai ou, na sua falta, um dos apelidos a cujo uso o pai tinha direito, ou pelo qual seja conhecida a sua família» (Decreto-Lei nº 107/1967, artº 130, ponto 4).

Esta cláusula reconhece implicitamente que, embora as alcunhas não pudessem ser oficialmente registadas como nomes próprios, elas desempenhavam um papel significativo na identificação familiar e social dos indivíduos. As restrições iniciais na legislação para a inclusão de alcunhas como nomes próprios refletiam uma tentativa de preservar uma onomástica formal e tradicional. No entanto, o reconhecimento do valor identitário e histórico das alcunhas levou à sua progressiva incorporação como apelidos, demonstrando a adaptabilidade das normas legais face às práticas sociais e culturais (sobre práticas posteriores a 1967, ver Castro 2017; Silvestre 2021; Rio-Torto 2023).

3. Fontes documentais

A partir de 1938, os homens que trabalhavam a bordo dos navios da pesca do bacalhau passaram a ser obrigados a inscrever-se no Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau (GANPB), uma entidade de organização patronal com função de representação profissional e regulação económica de carácter corporativo, com funcionamento e administração autónomos, dotada de personalidade jurídica. Este processo administrativo prolongou-se até 1974.

O acervo, depositado no Museu Marítimo de Ílhavo, compreende mais de 21.000 registos¹. O arquivo de tripulantes é extenso, mas há uma considerável heterogeneidade na forma como a informação é registada. As fichas abrangem indivíduos do sexo masculino, nascidos entre 1863 e 1957. Cada documento fornece elementos sobre os tripulantes, incluindo dados pessoais (nome, data de nascimento, naturalidade, filiação, descendentes, residência, situação militar), campanhas do bacalhau em que participaram, discriminadas por ano, com indicação da embarcação e da categoria a bordo (ver um exemplo das fichas disponíveis no portal *Homens e Navios do Bacalhau*, no Anexo 1).

Importa salientar que, em diversos estudos que exploram o repositório e a sua utilidade documental, raramente é mencionado que os registos incluem as alcunhas. Este

¹ Para a realização deste estudo foi essencial a colaboração de Nuno Miguel Costa (direção do Museu Marítimo de Ílhavo) e João Branco (investigador CIEMar-Museu Marítimo de Ílhavo), que gentilmente forneceram uma lista de fichas que contêm registos de alcunhas. Com este índice, foi possível consultar os registos biográficos dos marinheiros, através do portal *Homens e Navios do Bacalhau* (<https://homensenaviosdobacalhau.cm-ilhavo.pt>).

elemento informativo, tradicionalmente mais valorizado pela lexicologia e pela sociolinguística, não foi até agora objeto de estudo pela equipa de investigação do museu, que tem privilegiado aspetos históricos e sociológicos (Costa 2013, 2015; Carvalho 2013).

Em mais de 21.000 registos, 4.200 fichas contêm a indicação de alcunha declarada pelo inquirido, o que corresponde a aproximadamente 20% do total. É relevante notar que este campo não é de preenchimento obrigatório, sugerindo que os nomeados se identificam com as alcunhas e lhes atribuem uma função identificadora e distintiva.

Nesta amostra de 4.200 alcunhas, existem 2.300 unidades diferentes, evidenciando uma grande variedade que contribui para a distinção dos indivíduos. Este dado é particularmente significativo num contexto de onomástica portuguesa em que os nomes próprios mostram menor diversidade. Por exemplo, nos registos analisados, 843 homens têm *Manuel* como um dos primeiros nomes, e *António* aparece em 631 registos.

Prosseguindo a análise da frequência, verifica-se que das 2.300 alcunhas, 1.550 ocorrem uma única vez, 359 ocorrem duas vezes, e 44 têm uma frequência igual ou superior a dez. Estes dados indicam uma elevada dispersão e uma rica diversidade onomástica, refletindo a complexidade e a riqueza das práticas de nomeação no contexto dos trabalhadores da pesca do bacalhau.

4. Classificação das alcunhas

As alcunhas desempenham um papel fundamental na identificação de indivíduos e grupos, especialmente em contextos comunitários onde a oralidade e as tradições locais têm uma presença significativa. Este fenómeno é particularmente evidente nas comunidades de pescadores, onde a alcunha funciona não apenas como um marcador identitário, mas também como um elemento de coesão social.

Leite de Vasconcelos, no extenso estudo que dedicou à antroponímia portuguesa, distinguiu três tipos principais de alcunhas: geográficas, étnicas e pessoais. Reservando as duas primeiras para os estudos de etnografia portuguesa, Leite foca-se, no âmbito da antroponímia, na delimitação de várias classes de alcunhas que contribuíram para a formação de apelidos na onomástica portuguesa. A lista é extensa e inclui alcunhas alusivas ao ser humano (e.g., estado civil, fases da vida), posição social, qualidades físicas e morais, comparações com o reino animal, vegetal ou mineral, e alcunhas que refletem hábitos, vestuário, ideias mágicas e religiosas (Vasconcelos 1928: 176-281). Entre as que

se relacionam com a atividade da navegação, regista *fragateiro*, *marinheiro*, *marujão*, *patacho* (idem: 190).

Como fenómenos linguísticos e sociais, as alcunhas podem ser classificadas segundo vários critérios, destacando-se entre eles os atributos circunstantes e qualificadores, de acordo com a tipologia de Ramos & Silva (2002), que a seguir se apresenta.

Quanto ao tipo de transmissão, as alcunhas podem ser herdadas ou adquiridas. As alcunhas herdadas são transmitidas de geração em geração, mantendo uma continuidade familiar ou comunitária, reforçando assim os laços de identidade e pertença. Em contraste, as alcunhas adquiridas surgem em resposta a novas características ou eventos na vida de um indivíduo, sendo frequentemente resultado de episódios marcantes ou de traços distintivos reconhecidos pela comunidade.

Relativamente à forma de atribuição, as alcunhas podem ser individuais ou coletivas. As alcunhas individuais são atribuídas a um único sujeito, refletindo características particulares dessa pessoa. Por outro lado, as alcunhas coletivas são partilhadas por um grupo, seja ele familiar ou comunitário, servindo como um marcador de identidade comum e facilitando a identificação e a coesão dentro desse grupo.

No que respeita ao tipo de aceitação, a relação dos portadores com as suas alcunhas pode variar, resultando na sua rejeição ou assunção. As alcunhas rejeitadas são aquelas que os portadores recusam ou evitam usar, muitas vezes devido a conotações negativas ou depreciativas associadas. Em oposição, as alcunhas assumidas são aceites e integradas na identidade do portador, sendo por vezes valorizadas por refletirem características que são apreciadas ou socialmente reconhecidas.

Finalmente, quanto ao tipo de identificação, as alcunhas podem servir como formas de tratamento ou de referência. As alcunhas de tratamento são utilizadas em interações diretas, funcionando como formas de endereçamento familiar ou informal. As alcunhas de referência, por sua vez, são empregues para descrever ou identificar alguém em conversas, sem que o portador esteja presente, sendo assim um meio de reconhecimento dentro da comunidade.

Esta complexidade na categorização das alcunhas reflete a sua importância enquanto fenómeno social e linguístico, demonstrando como estes termos podem atuar como potentes marcadores de identidade e de relações sociais (Boléo 1955).

5. Variação regional na adoção de alcunhas

Apesar de a amostra ser limitada, é possível inferir a variação regional na adoção de alcunhas entre trabalhadores de diferentes zonas de Portugal. No Concelho de Lisboa, a adoção de alcunhas é significativamente menor em comparação com outras regiões. Dos 773 registos de trabalhadores, apenas 23% apresentam uma alcunha, correspondendo aproximadamente a 3% do total. As alcunhas predominantes estão associadas à toponímia e onomástica local, como *Casa Pia* e *Bica*. No entanto, observa-se que muitas das designações listadas como alcunhas são, na realidade, nomes de família preferenciais, substituindo os primeiros nomes. Alguns exemplos dessa prática são os nomes *Joaquim Almeida Saraiva* (alcunha *Saraiva*); *João Lopes* (*Lopes*); *Mário Alves Coelho* (*Coelho*).

Em contraste, o Concelho da Póvoa de Varzim apresenta a maior incidência de alcunhas. Dos 1006 registos analisados, 579 (58%) incluem uma alcunha. Este elevado índice sugere uma cultura local mais propensa à utilização de alcunhas como forma de identificação e reconhecimento social.

Outros concelhos também foram analisados, revelando variações interessantes na adoção de alcunhas:

Figura 1 – Variação de registos com alcunha declarada.

Concelho	Total de Registos	Registos com Alcunha	Percentagem de Registos com Alcunha
Póvoa de Varzim	1006	579	58%
Setúbal	597	107	17%
Viana do Castelo	1112	181	16%
Ílhavo	3541	359	10%

Ainda que a título exploratório, é possível estudar a adoção de alcunhas em função das categorias profissionais, nas atividades marítimas. Entre os trabalhadores com a função de capitão, 249 registos foram examinados, dos quais apenas 25 (10%) declararam uma alcunha. Este dado sugere que, em funções de maior responsabilidade e prestígio, a adoção de alcunhas é menos comum.

6. Alcnhas qualificadoras

As alcunhas contribuem para a identificação e caracterização dos indivíduos dentro de uma comunidade, refletindo características observáveis ou conhecidas. Estas

designações, frequentemente humorísticas ou pejorativas, funcionam como marcadores sociais que facilitam a coesão e a interação comunitária. Entre as várias categorias de alcunhas, destacam-se quatro que funcionam como qualificadores: físicas/anatómicas, geográficas, profissionais e comportamentais². Abaixo, detalham-se cada uma destas categorias com exemplos específicos recolhidos nas fichas.

6.1. Alcunhas Físicas / Anatómicas

As alcunhas físicas/anatómicas estão associadas às características físicas dos indivíduos, como altura, tamanho do corpo, particularidades físicas, defeitos ou atributos, e apreciações físicas. A altura pode ser descrita com alcunhas relacionadas com os adjetivos ou associações de tipo metafórico, como *Baixote*, *Piolho* ou *Cavalão*. Se as duas primeiras sublinham a estatura baixa de uma forma informal e, muitas vezes, afetuosa ou jocosa, *Cavalão* sugere grande altura e possivelmente força física.

Sobre o tamanho do corpo, encontramos *Gordo*, *Bucha* e *Repolho* (sinónimos de gordo, sobretudo por referências a formas arredondadas). *Pequeno* e *Petinga* referem-se a uma estatura menor, sendo *Petinga* uma comparação com um pequeno peixe, sublinhando a delicadeza ou fragilidade.

6.2. Alcunhas geográficas

As alcunhas geográficas referem-se ao local de nascimento, residência ou origem do indivíduo ou da sua família, facilitando a identificação das pessoas com base na sua proveniência. A diversidade destas alcunhas revela dois aspectos importantes: em primeiro lugar, a maioria das alcunhas geográficas refere-se a zonas litorais ou de tradição piscatória, sugerindo movimentos de migração interna em busca de trabalho mais qualificado e mais bem remunerado. Exemplos disso são *Afurada*, *Alcântara*, *Aveiro*, *Azambuja*, *Barreiro*, *Beira*, *Benagil*, *Esmoriz*, *Gafanha* e *Gaia*.

Por outro lado, a atribuição de alcunhas relacionadas com povoações do interior do país, especialmente do interior do Alentejo e da Beira, pode indicar que os detentores dessas alcunhas eram neófitos na actividade pesqueira, ou que essa não era uma tradição familiar. Exemplos de tais alcunhas incluem *Anadia*, *Aviz*, *Beiroto*, *Braga* e *Mangualde*.

Esta distinção entre zonas litorais e interiores, evidenciada pelas alcunhas, reflete dinâmicas socioeconómicas históricas, onde a migração para zonas costeiras era motivada

² Sobre alcunhas que resultam de metonímias e metáforas, ver Teixeira 2007.

pela procura de melhores oportunidades de trabalho e condições de vida. Ao mesmo tempo, as alcunhas derivadas de povoações interiores sugerem uma ligação às suas raízes originais, possivelmente marcando uma recente transição para novos contextos laborais e culturais.

6.3. Alcnhas Profissionais

Estas alcunhas derivam das atividades profissionais do próprio indivíduo ou dos seus familiares, funcionando como identificadores da ocupação ou do ofício. Quando cruzadas com os dados da primeira inscrição no registo, estas alcunhas podem servir como indicadores da profissão anterior, especialmente se os marinheiros não fossem jovens. Todavia, a atribuição da mesma alcunha a indivíduos que, de acordo com os registos, têm a mesma naturalidade ou pertencem à mesma família, formando grupos que representam várias gerações, sugere que estas designações foram inicialmente atribuídas a antepassados e continuaram a ser usadas pelas gerações seguintes, seja a título de homenagem ou como identificador familiar.

Por exemplo, têm a alcunha de *Carteiro*, *João Amblat* (nascido em 1904), *Manuel Gonçalves Amblat* (n. 1926) e *João do Carmo Amblat* (n. 1928). Este padrão sugere uma continuidade na utilização da alcunha, não apenas como referência à profissão, mas também como um marcador identitário transmitido através das gerações.

Assim, podemos assumir que são identificadoras da família as alcunhas *Barbeiro*, *Bombeiro*, *Caixeiro* e *Caixeirinha* (vendedor), *Canastreiro* (trabalhador em cestaria), *Cantadeira* e *Cantadeiro*, *Canteiro* (trabalhador em pedra), *Carteiro*, *Costureiro*, *Ferreiro*, *Funileiro* (trabalhador em folhas de metal), *Moleiro*, *Pedreiro* (trabalhador em construção). É também frequente encontrar indivíduos com alcunhas como *Pescador* ou *Piloto*. Estas designações seriam redundantes ou equívocas no contexto em que seriam usadas, uma vez que a maioria dos indivíduos nas comunidades piscatórias já estaria envolvida em tais atividades. Portanto, devemos concluir que estas alcunhas também servem uma função identificadora da família a que pertencem, perpetuando a memória das profissões ancestrais e a identidade familiar no seio das comunidades.

6.4. Alcnhas Comportamentais

As alcunhas comportamentais descrevem traços de personalidade ou comportamentos notáveis do indivíduo ou dos seus familiares, podendo ser categorizadas como positivas, negativas ou simplesmente distintivas. Estas designações funcionam

como marcadores sociais, refletindo a percepção comunitária acerca das características comportamentais dos indivíduos. As alcunhas positivas destacam qualidades apreciadas pela comunidade. como *Beijinho* (pessoa afetuosa), *Bravo* (pessoa corajosa). As alcunhas negativas são mais frequentes e apontam para traços de comportamento indesejados, como *Avarento* (pessoa sovina), *Baboso* (pessoa bajuladora), *Borracho* (pessoa embriagada) *Barafusta* (pessoa que se zanga facilmente), *Fumante* (pessoa que fuma), *Lambuço* (pessoa gulosa), *Vadio*, *Maluco* (pessoa excêntrica). Podemos ainda identificar alcunhas distintivas, que sublinham características notáveis que não são necessariamente boas ou más, ainda que se possa supor que sejam usadas como uma crítica a um comportamento fora da norma. Veja-se o exemplo das alcunhas que indicam loquacidade como traço negativo: *Garganta* ou *Tagarela* (pessoa que fala muito), *Laracha* (pessoa que fala de temas sem importância). As alcunhas comportamentais dão uma visão das percepções sociais sobre os indivíduos, funcionando como um reflexo das normas e valores da comunidade.

7. Práticas de nomeação e de formação de nome

A associação de alcunhas aos primeiros nomes resulta frequentemente na criação de novas estruturas de nomes próprios, especialmente quando os primeiros nomes são comuns. Nomes como António, João, Joaquim, José e Manuel são frequentemente acompanhados de alcunhas para distinção. Por exemplo, indivíduos com nomes completos como Joaquim da Silva Cação ou Joaquim Hilário Peixe são conhecidos pelas alcunhas Joaquim Batata e Joaquim Broa, respetivamente. Estas alcunhas substituem frequentemente os nomes de família na identificação cotidiana. Em contraste com a prática observada no Concelho de Lisboa, onde se utiliza frequentemente um dos nomes de família como alcunha, noutras regiões do país esta prática é rara. A tabela abaixo ilustra este fenómeno:

Tabela 2 – Formulação de nome com nome próprio e alcunha.

Nome Completo	Nome com Alcinha
Joaquim da Silva Cação	Joaquim Batata
Joaquim de Lemos	Joaquim Batateiro
Joaquim Hilário Peixe	Joaquim Broa
Joaquim Marques da Silva	Joaquim Caceira
Joaquim dos Santos Filipe	Joaquim Caleiro
Joaquim Caetano Batista	Joaquim Chaparro
Joaquim da Felismina Macatrão	Joaquim Coelho
Joaquim dos Santos Martins	Joaquim Lanho
Joaquim Leites da Silva	Joaquim Laru
Joaquim Petinga Saldanha	Joaquim Loiro
Joaquim Guincho Remígio	Joaquim Maçãs
Joaquim Chiquito Lombas	Joaquim Mateus
Joaquim Hilário da Capucha	Joaquim Mitó
Joaquim da Costa Júnior	Joaquim Nofre
Joaquim de Oliveira Pinto	Joaquim Pimenta
Joaquim Rato Figueira	Joaquim Pombinha
Joaquim Rodrigues Crista	Joaquim Russo

Observa-se também a transição de alcunhas antigas para nomes de família oficiais, um fenómeno que modifica a função original da alcunha, transformando-a em parte integral do nome legal. Isto é evidente em apelidos como *Cação*, *Peixe* e *Petinga*, que originalmente serviam como distintivos individuais, mas que, ao serem institucionalizados como apelidos, necessitaram de novas alcunhas para substituir a função distintiva original.

Tabela 3 – Alcinhas em substituição de apelido.

Nome Completo	Nome com Alcinha
Joaquim da Silva Cação	Joaquim Batata
Joaquim Hilário Peixe	Joaquim Broa
Joaquim Petinga Saldanha	Joaquim Loiro

Em alguns casos, os indivíduos indicam como alcunha uma palavra que já faz parte do seu nome oficial. Esta prática é comum quando o nome de família resultou da transformação de uma alcunha em apelido. Um exemplo claro é a família *Gomes Marafona* de Vila do Conde, onde vários membros utilizam *Marafona* como alcunha, apesar de este já ser um dos seus apelidos.

A análise mostra que a adoção de alcunhas está intimamente ligada à necessidade de distinção individual em contextos de nomes comuns, e que a transição de alcunhas para nomes de família oficiais é um processo dinâmico.

As alcunhas geográficas servem como marcadores dos movimentos migratórios internos. Estas alcunhas são inicialmente atribuídas para indicar o local de origem do indivíduo e, frequentemente, são mantidas pelas gerações seguintes, funcionando como identificadores da família. Por exemplo, *Joaquim António Sequeira*, nascido em 1896 em Lagos, era conhecido como *Algarvio*. O seu filho, *Manuel Sequeira*, nascido em 1919 na Figueira da Foz, continuou a ser identificado pela mesma alcunha. Este padrão repete-se em várias famílias, como no caso de *João António Terroso* (avô), *Manuel Agonia Gomes Terroso* (filho) e *João Faria Terroso* (neto), todos conhecidos como *Da Póvoa*, indicando uma memória persistente da migração interna.

7.1. Alcinha e nome de família

A análise dos registos revela que alcunhas inicialmente utilizadas para identificar indivíduos se transformam em nomes de família, sendo subsequentemente atribuídas aos descendentes. Esta transformação é particularmente observável através do estudo de registos familiares que incluem informações detalhadas sobre os filhos dos marinheiros.

Um exemplo deste fenómeno é o caso de *José Espírito Santo*, nascido em 1894. Após casar com *Maria do Carmo Santos* em 1915, José passou a ser conhecido pela alcunha *Casado*. O seu primeiro registo com esta alcunha data de 1916, um ano após o matrimónio, e a utilização deste nome perdurou até 1948. Todos os seus setes filhos foram registados com *Casado* como nome de família, evidenciando a consolidação da alcunha como apelido oficial.

A perpetuação da alcunha *Casado* como nome de família entre os descendentes de *José Espírito Santo* ilustra como as práticas de nomeação podem evoluir para refletir tanto eventos pessoais significativos (como o casamento) quanto a identidade social dentro da comunidade.

7.2. Alcunha e vínculos familiares

A prática de atribuir alcunhas revela não apenas características individuais, mas também vínculos e relações familiares, frequentemente utilizadas como homenagens a ascendentes. Estas alcunhas refletem a importância das relações genealógicas e a transmissão de identidade através das gerações.

Um exemplo claro desta prática é o caso de *Albino Neves da Silva*, natural de Vila do Conde, filho de *Aurora Rosa das Neves*. No seu registo, Albino é conhecido pela alcunha *Bino da Aurora*, evidenciando a ligação direta à sua mãe. De maneira semelhante, *Albino Mário Ramos Pereira*, filho de *Ana Ramos Martins*, é identificado como *Bino da Braga*, sugerindo uma alcunha derivada do nome da mãe, talvez associada ao topónimo Braga.

As alcunhas que explicam explicitamente a relação de parentesco, tais como *filho de*, respondem às redes familiares e permitem compreender as dinâmicas sociais dentro de uma comunidade.

Este modelo de formação de alcunhas, que explicita a relação de parentesco, geralmente é utilizado em contextos de referência indireta. As alcunhas indicam a filiação ou a relação de parentesco, mas não são usadas diretamente na interação com o portador. Em vez disso, são empregadas por terceiros ao se referirem ao indivíduo em questão.

A tabela abaixo apresenta exemplos de nomes completos e as respectivas alcunhas que evidenciam estas relações:

Tabela 4 – Alcnhas que exprimem relações familiares.

Nome Completo	Alcunha
José Domingos Manita	Filho do Coxo Manita
Jaime Filipe Ramos	Filho do Jacob
Manuel Fernandes Lajoso	Filho do Lajoso
Fernando de Sá Amorim	Filho do Zé Malote

Estas alcunhas funcionam não apenas como identificadores pessoais, mas também como marcadores de identidade familiar e de continuidade intergeracional.

8. Alcnhas assumidas: identidade e coesão na comunidade

É importante sublinhar que a declaração da alcunha no registo do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau não era obrigatória. Dos registos analisados, 80% não contêm uma alcunha. Este facto pode ser interpretado de várias maneiras: a

ausência de uma alcunha, a decisão do trabalhador de não a declarar, ou a rejeição de uma alcunha existente por ser considerada ofensiva ou irrelevante para a identidade do portador.

No entanto, algumas alcunhas, apesar de serem potencialmente ofensivas, são aceites e usadas pelos próprios portadores, indicando uma complexa relação identitária. Esta aceitação sugere que, no contexto específico de uso, estas designações podem não ter a conotação negativa que teriam em outros cenários.

No universo específico dos trabalhadores do mar, onde predominam homens afastados dos seus contextos familiares e comunitários, certas palavras que seriam normalmente vistas como tabu podem perder a sua conotação negativa. Termos que, em outros ambientes, poderiam ser considerados injuriosos, são aqui utilizados sem a mesma carga pejorativa. Isto sugere uma ressignificação das palavras dentro deste grupo, onde a aceitação e o uso das alcunhas refletem mais um marcador identitário e de integração no grupo do que uma ofensa.

A análise das alcunhas revela que, mesmo termos que podem ser considerados injuriosos em contextos mais amplos, são adotados sem reserva entre os trabalhadores. Esta prática é particularmente observável em ambientes exclusivamente masculinos, como os descritos, onde a necessidade de reafirmação identitária pode superar as conotações negativas associadas a certos termos. Assim, as alcunhas podem incluir referências a excrementos, órgãos sexuais ou interjeições de valor negativo, mas não são necessariamente percebidas como desqualificadoras no contexto interno.

A tabela abaixo apresenta uma lista de nomes completos e suas respectivas alcunhas.

Tabela 5 – Alcnhas assumidas.

Nome Completo	Alcnha
António Caniceiro de Oliveira	Coninha
Reinaldo de Jesus Lima	Burréco
David Peixoto Braga	Caga Libras
Fernando António Azevedo da Silva	Cagaitas
João Lopes Macieira	Caganho
António Gonçalves	Caganito
António Ferreira Afonso	Cagaruta
João Ferreira	Cagaruto

Nome Completo	Alcunha
Manuel Pereira da Silva	Carago
Afonso de Jesus Chicharro	Picha
Manuel Ribeiro Lourenço	Pixa
Manuel do Nascimento	Pixota

Estes termos, embora potencialmente ofensivos numa análise superficial, não carregam necessariamente a mesma conotação negativa entre os membros do grupo. A utilização de termos fortes e tabus pode funcionar como um mecanismo de inclusão e de fortalecimento dos laços entre os trabalhadores, um processo de ressignificação onde o insulto se transforma em símbolo de pertença. A aceitação e uso dessas alcunhas demonstram um tipo de resiliência identitária e uma forma de coesão grupal, que não desqualifica os indivíduos. Esta dinâmica pode ser observada na manutenção das alcunhas por gerações, o que sugere um processo de herança identitária, onde os descendentes aceitam e preservam a memória e a identidade construídas pelos seus antecessores.

A análise destas práticas de nomeação revela uma rede de significação que transcende a interpretação literal dos termos, evidenciando a complexidade da interação entre indivíduos e comunidade.

9. Conclusão

A análise das práticas de nomeação e o uso de alcunhas entre os marinheiros portugueses, especialmente aqueles envolvidos na pesca do bacalhau, revela como as alcunhas desempenham um papel na construção identitária e na coesão social. Este fenómeno é particularmente significativo em comunidades fechadas ou em situações em que os indivíduos passam longos períodos isolados, como a bordo dos navios. Numa comunidade onde os primeiros nomes são frequentemente repetidos, a adoção de uma alcunha torna-se quase uma necessidade para evitar confusões e reforçar a coesão do grupo.

Este estudo destaca a importância das alcunhas como um reflexo das dinâmicas sociais e culturais das comunidades piscatórias, onde a coesão e a identidade comunitária são fortemente reforçadas através da oralidade e da tradição. A variação regional na adoção de alcunhas, com exemplos como o Concelho da Póvoa de Varzim, onde 58% dos registos incluem alcunhas, em contraste com Lisboa, onde apenas 23% dos trabalhadores apresentam uma, evidencia diferentes atitudes e práticas culturais em relação à nomeação.

A continuidade do uso de alcunhas herdadas sugere uma forte ligação entre as gerações, perpetuando a memória e a identidade familiar, enquanto as alcunhas adquiridas refletem adaptações a novas realidades ou eventos significativos. A categorização das alcunhas em físicas, geográficas, profissionais e comportamentais permite uma compreensão mais detalhada dos valores e normas sociais que regem estas comunidades.

Para investigações futuras, a integração de métodos quantitativos mais robustos poderia permitir a identificação de padrões mais específicos e a análise da evolução das alcunhas ao longo do tempo, contribuindo para uma compreensão mais abrangente deste fenómeno linguístico e sociocultural.

Anexo 1

Exemplo de ficha

DECLARAÇÃO

Prestada ao Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau, para fins de inscrição no mesmo

Nome João Gomes Amela Alcunha Alcunha
 Data do nascimento 3 de Fevereiro de 1928 Natural de Santa Maria da
 Freguesia de Santa Maria da Concelho de V. Nova de Gaia
 Filiação (Nome do Pai Claudino Neves Amela
 Nome da Mãe Lucrecia d'Almeida Gomes
 Casado em ___ de ___ de ___ em ___ em ___
 com ___
 O casamento foi realizado na Igreja Católica? ___
 Estado Vívio desde ___ de ___ de ___
 Divorçado desde ___ de ___ de ___
 Amancebado com ___

RESIDÊNCIA (RUA, NÚMERO e LOCALIDADE) Alameda
 N.º DA CÉDULA MARÍTIMA: 11.5416
 PASSADA NA CAPITANIA DO PORTO DE: Ponte
 DATA EM QUE A CÉDULA FOI PASSADA: 7 de Setembro 1943

JÁ FOI A PESCA DO BACALHAU? Não
 Exerce a profissão de pescador de bacalhau desde o ano de ___
 Em que navio foi à pesca do bacalhau, pela última vez? ___
 Em que ano matriculou, e se não, para o quê, a pesca do bacalhau?
 Qual foi a profissão que exerceu a bordo?
 Se exerce a profissão de pescador, qual a quilómetros de bacalhau pesca?
 QUAL É A CATEGORIA EM QUE DESEJA MATRICULAR? Vivê
 Deixou de exercer a profissão em ___
 Situação militar: ___

PESSOAS A SEU CARGO

FILHOS MENORES			FILHOS MAIORES			
N.º	Nome	Data do nasc.º	Nome	Data do nasc.º	Estado	Profissão
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						

Na ausência do pescador a sua família muda de residência? ___
 Localidade para onde vai: ___ Rua ___
 Vai trabalhar? ___ Em que se ocupa? ___

Campanha	Navio	Categoria	Observações
1946	<u>Alcunha</u>	<u>pesca</u>	<u>1950</u>
1947	<u>Alcunha</u>	<u>pesca</u>	<u>Alcunha</u>
1948	<u>Alcunha</u>	<u>pesca</u>	<u>Alcunha A</u>
1949	<u>Alcunha</u>	<u>pesca</u>	<u>Alcunha</u>
1950	<u>Alcunha</u>	<u>pesca</u>	<u>Alcunha</u>
1951	<u>Alcunha</u>	<u>pesca</u>	<u>Alcunha A</u>
1952	<u>Alcunha</u>	<u>pesca</u>	<u>Alcunha</u>

Tem tido assistência médica do Grémio? ___ E sua família? Sim
 Localidade e data em que este impresso foi preenchido pelo interessado: Ponte, 4 de Janeiro de 1946
 (Assinatura do declarante) João Gomes Amela

(Este impresso, depois do preenchido pelo declarante, deverá ser visado pela Capitania do Porto ou Delegação Marítima da localidade da sua residência).

Espaço destinado ao carimbo da Capitania ou Delegação Marítima

N.º 5717

Fonte: <https://homensenaviosdobacalhau.cm-ilhavo.pt/header/diretorio/showppl/5717>

Referências

- BOLÉO, Manuel de Paiva (1955). «Os nomes étnico-geográficos e as alcunhas colectivas: seu interesse linguístico, histórico e psicológico». *Biblos* 31:1-19.
- CARVALHO, Márcia (2013). «Construído a Memória num Espaço Museológico: O Arquivo de Memórias da Pesca do Bacalhau do Museu Marítimo de Ílhavo». *Argos: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo* 1: 94-101.
- CASTRO, Ivo (2017). *A Estrada de Cintra. Estudos de Linguística Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COSTA, Nuno (2013). «O Recrutamento de Bacalhoeiros: Processos, Registos e Hegemonias». *Argos: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo* 1: 102-109.
- COSTA, Nuno (2015). «Homens e Navios do Bacalhau: Uma Construção da Memória em Rede». *Argos: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo* 3: 81-87.
- Decreto-Lei nº 41/1911. Diário do Governo, Série I. 1911-02-20.
- Decreto nº 22:018. Diário do Governo. Suplemento. Série I. 1932-12-22.
- Decreto-Lei nº 107/1967. Diário do Governo. Suplemento. Série I. 1967-05-05.
- GOUVEIA, Daniel (2003). *Alcunhas : génese e importância da caricatura verbal*. Lisboa: Hugin.
- HOMENS E NAVIOS DO BACALHAU. <https://homensenaviosdobacalhau.cm-ilhavo.pt>
- NUNES, Naidea (2004). «Alcunhas e nomes geográficos na literatura regional madeirense». Em *Novi te ex nomine. Estudos filológicos oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*, ed. por Ana Boullón Agrelo, pp. 509-517. La Coruña: Fundacion Pedro Barrié de la Maza.
- RAMOS, Francisco, SILVA, Carlos (2002). *Tratado das Alcunhas Alentejanas*. Lisboa: Edições Colibri.
- RIO-TORTO, Graça (2023). «Renovação da antroponímia em Portugal. O que os dados dos séculos xx e xxi mostram». *Estudos Da Língua(gem)* 21(1): 62-82. Disponível em <https://doi.org/10.22481/el.v21i1.10088>. Acesso em: 9 ago. 2024.
- SILVESTRE, João Paulo (2021). «A escolha do nome próprio: quadro legal e evolução da antroponímia contemporânea em Portugal». *Études romanes de Brno* 42(1): 217-231. Disponível em <https://hdl.handle.net/11222.digilib/144088>. Acesso em: 9 ago. 2024.
- TEIXEIRA, José (2007) «Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal». *Diacrítica. Série Ciências da Linguagem* 21(1):207-239.
- VASCONCELOS, José Leite de (1928). *Antroponímia portuguesa; tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional.

O léxico nos anúncios de emprego: um estudo em países lusófonos

Sílvia RIBEIRO

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda - Universidade de Aveiro

CLLC-Universidade de Aveiro

CELGA-ILTEC

sribeiro@ua.pt

Resumo

Este artigo visa contribuir para a descrição do léxico usado em anúncios de emprego, analisando especificamente os nomes de profissão/ocupação que figuram como títulos de 300 anúncios de emprego divulgados *online* em três países de língua portuguesa: Angola, Brasil e Portugal. O estudo envolveu a identificação e descrição dos principais processos de formação de palavras que operam na construção destas denominações, propondo uma análise comparativa dos dados advindos dos três países em escopo. Os resultados obtidos confirmam tendências encontradas noutras línguas românicas (Marchal & Torny 2003; Buvet 2018), constatando-se a prevalência de denominações de profissão/ocupação composicionais, sobretudo seguindo o esquema compositivo Nome-preposição-Nome, o que estará relacionado com a crescente tecnicidade e especialização destas designações. É também relevante o recurso a termos em inglês, sobretudo nos anúncios publicados em Portugal, o que reflete uma tendência já estudada noutros países (van Hooft 2015; Andreani & Pulcini 2016).

Palavras-chave: português; léxico; morfologia; anúncios de emprego; nomes de profissão/ocupação.

Abstract

This article aims to contribute to the description of the lexicon used in job advertisements, specifically by analysing the profession/occupation nouns that appear as titles in 300 job advertisements published online in three Portuguese-speaking countries: Angola, Brazil and Portugal. The study involved identifying and describing the main word formation processes that operate in the construction of these nouns, proposing a comparative analysis of the data from the three countries in scope. The results obtained confirm trends found in other Romance languages (Marchal & Torny 2003; Buvet 2018), with a prevalence of compositional profession/occupation nouns, mainly following the Noun-Preposition-Noun compositional scheme, which may be related to the growing technicality and specialisation of these nouns. The use of English terms is also relevant, especially in adverts published in Portugal, which reflects a trend already studied in other countries (van Hooft 2015; Andreani & Pulcini 2016).

Keywords: Portuguese language; lexicon; morphology; job advertisements; profession/occupation names.

1. Introdução

Este estudo visa analisar o léxico usado em anúncios de emprego publicados *online* em três países de língua portuguesa (Angola, Brasil e Portugal), centrando-se especificamente no estudo das denominações de profissão/ocupação usadas nestes textos.

Com base em 300 anúncios de emprego, recolhidos em março de 2024, procuraremos descrever os padrões de formação de palavras mais comumente usados para a formação das denominações que ocorrem como títulos destes anúncios e que indicam as profissões que são procuradas, de modo a complementarmos e atualizarmos trabalhos prévios dedicados aos estudo das denominações de profissão/ocupação em língua portuguesa, como, entre outros, os de Villalva e Correia (1999) ou Veríssimo e Pinto (2002).

Atualmente, os anúncios de emprego circulam maioritariamente na esfera digital, refletindo as profundas alterações societárias dos últimos tempos, associadas à globalização e à transformação digital, e apresentando características próprias, decorrentes da cada vez maior profissionalização desta ferramenta de recrutamento (Marchal & Torny 2013; Rodríguez Pereira 2016). Tratando-se de um género textual (ainda) pouco estudado, os anúncios de emprego têm registado significativas alterações ao longo das décadas (Walters & Fage-Butler 2014), nomeadamente no que respeita ao léxico neles utilizado (Rodríguez Pedreira 2016).

Assim, a próxima secção (2.) apresenta precisamente algumas reflexões sobre o léxico usado nos anúncios de emprego, conferindo-se especial atenção à definição e caracterização dos nomes de profissão/ocupação. Posteriormente, na secção 3. apresenta-se o estudo empírico desenvolvido. Na secção 4. encontram-se as considerações finais decorrentes deste estudo.

2. O léxico nos anúncios de emprego e os nomes de profissão/ocupação: algumas reflexões prévias

Os anúncios de emprego são textos usados, em diferentes meios de comunicação, para divulgar a existência de uma vaga de trabalho numa organização (Van Meurs *et al* 2015). Trata-se, portanto, de textos que procuram dar a conhecer necessidades de recrutamento específicas de uma dada organização e que apresentam características particulares, nomeadamente no que concerne aos seus objetivos comunicativos, à

estrutura informacional em que assentam e ao léxico que neles se usa (Catarrig 2013; Van Meurs *et al* 2015).

Como referem Rodríguez Pedreira (2016) e Planelles Ivánez (2017), no léxico usado nos anúncios de emprego refletem-se as mutações socioeconómicas que se vão sucedendo ao longo dos anos. As denominações das profissões/ocupação são das áreas em que são mais evidentes estas mudanças (Rodríguez Pedreira 2016; Buvet 2018). Importa, assim, caracterizar este subconjunto de nomes designativos de seres humanos, tendo em consideração que os nomes de profissão/ocupação são entendidos como

substantifs [qui] ont la particularité de fonctionner conjointement comme des arguments, en dénotant des entités, et comme des prédicats, en faisant état d'une activité. Par exemple, le substantif cultivateur dans *J'ai croisé un cultivateur ce matin* dénote à la fois un être humain et ce qui le caractérise sur le plan professionnel (Buvet 2018: 1).

Englobando uma extensa lista de denominações, os nomes de profissão/ocupação caracterizam-se, ainda, por pertencerem tanto à língua geral quanto a línguas de especialidade, por integrarem designações atestadas há muitos séculos, mas também criações recentes, muitas delas anglicismos, por, em termos morfológicos, assentarem em processos de formação bastante regulares e, ainda, por serem, com frequência, semanticamente transparentes (Buvet 2018).

Estudos recentes, aplicados a outras línguas românicas (Rodríguez Pedreira 2016; Planelles Ivánez 2017; Buvet 2018), têm tornado claro que a evolução do conjunto de nomes de profissão/ocupação resulta, maioritariamente, de três fatores: a) a crescente tecnicidade destas denominações, que reflete a cada vez maior especialização das profissões, b) a tendência ao uso abundante de designações eufemísticas, associado à substituição de denominações socialmente menos bem conotadas por outras mais inócuas a este respeito; c) o recurso muito frequente às denominações em inglês, por um lado devido à globalização dos mercados de trabalho e, por outro, devido à valorização de que esta língua é alvo na maior parte das áreas profissionais.

Ainda que procuremos verificar se estas tendências se repercutem no *corpus* selecionado, que testemunha usos atuais da língua portuguesa em três países diferentes, neste estudo, interessa-nos, sobretudo, compreender quais os processos formativos mais ativos na criação das denominações de profissão/ocupação atualmente usadas nesta língua. Com efeito, como afirmam Villalva e Correia

a nomeação de uma profissão é um acto de criação linguística que tem à sua disposição um razoável conjunto de recursos lexicais e gramaticais. Dos nomes com uma estrutura morfológica simples às projecções de um núcleo nominal derivado ou composto que integram um número variável de modificadores, vai uma extensa gama de possibilidades (Villalva & Correia 1999: 603)

Segundo estudos prévios, estes nomes são, na sua maioria, nomes morfológicamente complexos, sendo que, por exemplo, em francês, os nomes de profissão/ocupação morfológicamente simples correspondem apenas a 0,5% do total (Buvet 2018). Deste modo, a quase totalidade dos nomes de profissão/ocupação estudados pelo autor baseia-se na ativação de processos formativos bastante regulares, sejam estes assentes em mecanismos de sufixação ou de composição (Buvet 2018).

Em estudos precedentes aplicados aos nomes de profissão/ocupação do português registados nas últimas décadas do século XX, constatou-se que a 88% das ocorrências correspondiam a denominações resultantes de sufixação, ocorrendo 4% de compostos morfo-sintáticos e 3% de compostos morfológicos (Villalva & Correia 1999). Já em trabalho recente aplicado à língua francesa, Buvet (2018) percebeu que os nomes derivados são apenas 6% do total de ocorrências, sendo as unidades polilexicais as mais comuns neste *corpus* (93%).

Em português, os nomes de profissão/ocupação derivados assentam, maioritariamente, no uso de um conjunto restrito de sufixos, acoplados sobretudo a bases verbais e nominais, dos quais se destaca, pela grande proporção de uso, o sufixo *-dor* (Villalva & Correia 1999). São também identificadas por estas autoras muitas ocorrências de nomes de profissão com modificadores adjetivais e/ou preposicionados, como, por exemplo, *atador mecânico de teias*, *agulhador de feltro* ou *assedador mecânico*, cuja complexidade é variável, “podendo constituir-se cadeias hierarquicamente dependentes de modificadores”. As mesmas autoras realçam ainda que “a omissão de qualquer desses modificadores, não produzindo qualquer sequência agramatical, impede a especificação / individualização da designação ocupacional” e que “a alteração da ordem desses modificadores geraria ou sequências mal formadas, ou novas designações ocupacionais” (Villava & Correia 1999: 623).

Considerando estas características apontadas no estudo de Villalva e Correia (1999), estas denominações multilexicais podem ser percecionadas como denominações compositivas, afigurando-se como exemplos de nomes compostos, tal como propostos e

definidos por Ribeiro e Rio-Torto (2016). Assim, os nomes de profissão/ocupação multilexicais analisados serão perspetivados, no presente estudo, como compostos, sobretudo por serem “constituídos por um conjunto fixo de palavras e/ou radicais”, assentarem “numa forte coesão formal interna” e exibirem “forte unicidade semântica, sendo tipicamente portadoras de um sentido unitário/holístico, umas vezes composicional, outras lexicalizado/cristalizado em graus variáveis” (Ribeiro & Rio-Torto 2016: 462).

3. Estudo empírico

Tendo por base as reflexões acima compiladas, sobretudo as respeitantes às características de nomes de profissão/ocupação, assumiu-se como objetivo central desta investigação identificar e caracterizar as denominações usadas, em três países lusófonos (Angola, Brasil e Portugal), para nomear profissões/ocupações em anúncios de emprego divulgados na Internet. De forma mais específica, pretendeu-se, com este estudo, a) apontar os padrões formativos mais comuns para a denominação de profissões/ocupações neste género textual específico, procurando perceber se há diferenças significativas entre os dados dos países em análise e b) analisar, em termos morfológicos e semânticos, cada um dos principais padrões formativos.

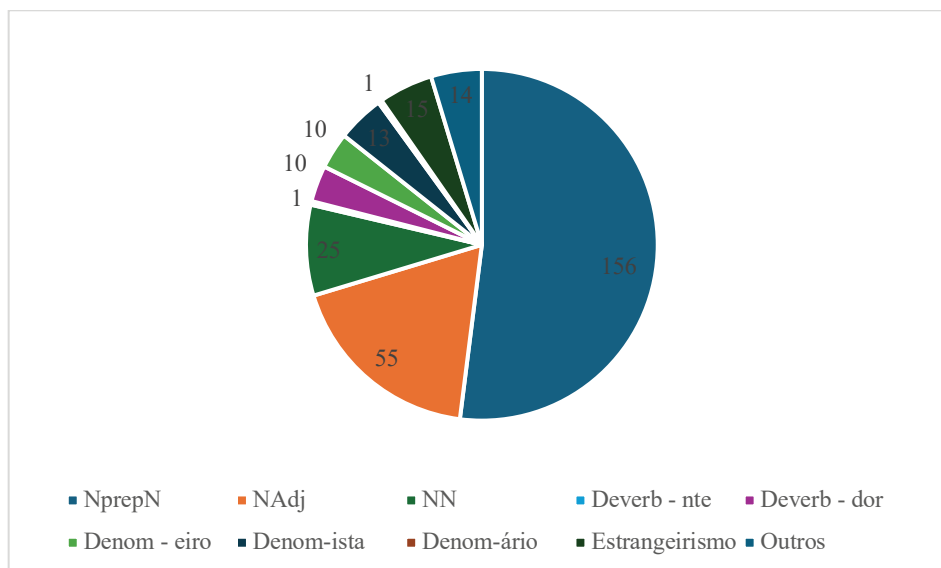
3.1. Metodologia

De modo a cumprirmos os objetivos acima elencados, recolheram-se, para cada um dos três países em análise, 100 anúncios de emprego, recorrendo a motores de pesquisa especializados: Anjo Emprego (<https://angoemprego.com/>), para Angola, Catho (<https://www.catho.com.br/>), para o Brasil, e Sapo Emprego (<https://emprego.sapo.pt/>), para Portugal. A pesquisa e seleção de anúncios foi realizada nos mesmos dias para os três países (entre 19 e 26 de março de 2024), tendo-se eliminado (i) os anúncios repetidos e (ii) aqueles que surgiam totalmente redigidos noutra língua (embora se tenham mantido os que exibiam a denominação da vaga noutra língua, mas que apresentavam a sua descrição em português). Posteriormente, procedeu-se à análise individualizada de cada um dos 300 registos compilados, considerando diferentes critérios de análise (sobretudo de cariz morfológico e semântico), e compararam-se alguns dados associados ao *corpus* de cada país em estudo.

3.2. Apresentação e discussão de resultados

Inicialmente, procurou-se perceber quais as principais tendências em termos de padrões de formação das denominações de profissão/ocupação integradas no *corpus* constituído. Os dados globais apresentam-se na Figura 1.

Figura 1 – Padrões de formação dos nomes de profissão/ocupação: dados dos 3 países¹



Assim, globalmente, os dados recolhidos permitem confirmar a prevalência das denominações multilexicais, seguindo estas, maioritariamente, a configuração Nome+preposição+Nome (NprepN), Nome+Adjetivo (NAdj) e Nome+Nome (NN). As denominações resultantes de operações de sufixação, tradicionalmente uma das formas mais comuns de formação de denominações de profissão/ocupação em Português (cf. Villalva & Correia 1999), correspondem a pouco mais de 10% do *corpus* global recolhido, permitindo questionar a existência de uma potencial alteração em curso nas estratégias de denominação de profissões/ocupações em português. Verifica-se que os estrangeirismos correspondem a 5% (n=15) do *corpus* coletado. O Quadro 1 inclui alguns exemplos dos dados recolhidos, agrupados consoante o esquema formativo e o país.

¹ Neste trabalho, por uma questão de facilidade de leitura, optou-se por apresentar os sufixos com as vogais de tema associadas.

Quadro 1 – Exemplos de nomes de profissão/ocupação, consoante os padrões de formação: dados dos três países.

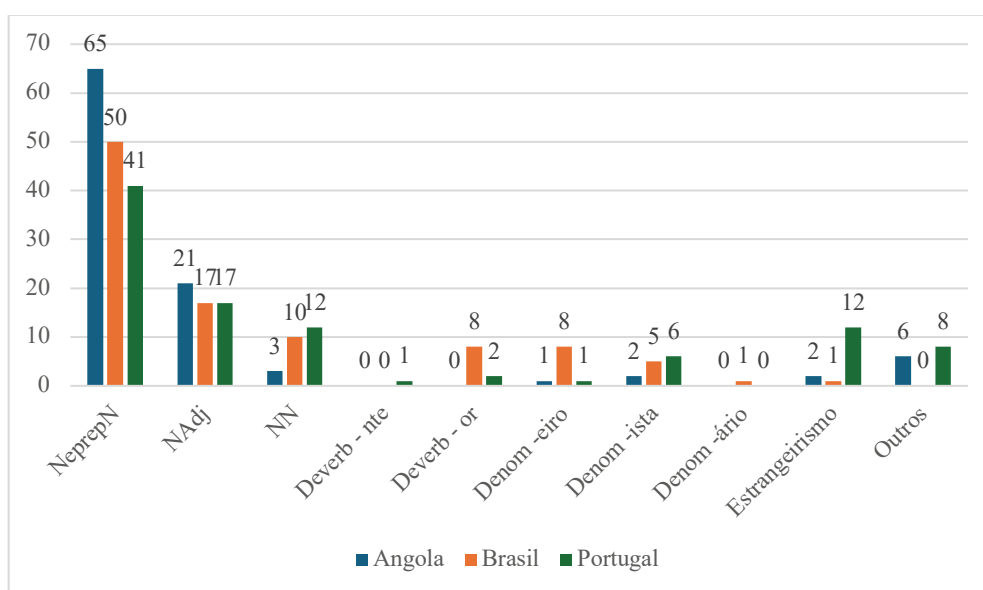
	Angola	Brasil	Portugal
NprepN	<i>Técnico de eletrónica</i> <i>Engenheiro de planeamento</i> <i>Diretor de projetos</i>	<i>Gerente de restaurante</i> <i>Assistente de compras</i> <i>Analista de escrita fiscal</i>	<i>Técnico de refrigeração</i> <i>Responsável de operações</i> <i>Empregado de refeitório</i>
NAdj	<i>Gerente financeiro e administrativo</i> <i>Contabilista financeiro sénior</i> <i>Engenheiro civil júnior</i>	<i>Analista operacional</i> <i>Gerente administrativo</i> <i>Rececionista bilingue</i>	<i>Programador informático</i> <i>Operador fabril</i> <i>Técnico comercial</i>
NN	<i>Gestor prestige</i> <i>Consultor Kaizen</i>	<i>Instrumentista montador</i>	<i>Engenheiro AVAC</i> <i>Soldador mig mag</i> <i>Motorista TVDE</i> <i>Vendedor auto</i>
Denominal (-ista)	<i>Lojista</i>	<i>Nutricionista</i> <i>Projetista</i> <i>Balconista</i>	<i>Orçamentista</i> <i>Rececionista</i> <i>Motorista</i>
Denominal (-eiro)	<i>Cozinheiro</i>	<i>Porteiro</i> <i>Copeiro</i> <i>Costureira</i>	<i>Pedreiro</i>

Uma análise mais especiosa dos dados, agora numa perspetiva comparativa entre as denominações recolhidas nos três países em apreço, permite verificar que os padrões formativos mais comuns são exatamente os mesmos para os três mercados de trabalho refletidos nesta análise: em Angola, Brasil e Portugal, as denominações mais frequentes

são construídas com base nos esquemas composicionais NprepN, NAdj e NN. Merece especial atenção a proporção de uso do esquema NprepN, que regista 65 ocorrências em 100 para os dados de Angola e 50 em 100 para os dados do Brasil. No caso português, o menos expressivo dos três, mesmo assim encontram-se 41 unidades denominativas deste tipo.

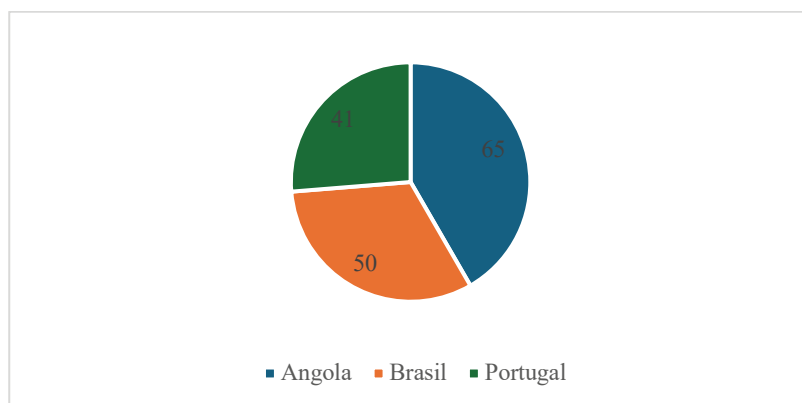
De entre os recursos sufixais, os mais comuns neste conjunto de denominações são aqueles em que ocorre o sufixo *-ista*, seguido dos sufixos *-eiro* e *-dor*. A importância dos estrangeirismos, que, na realidade, são maioritariamente anglicismos, é bastante evidente no *corpus* de Portugal, uma vez que 13 das 15 ocorrências totais registadas são recolhidas na plataforma portuguesa de pesquisas *Sapo Emprego*. O gráfico da Figura 2 exhibe estes dados com mais detalhe.

Figura 2 – Padrões de formação dos nomes de profissão/ocupação: dados globais por esquema e país.



Tendo-se verificado que o conjunto mais expressivo de denominações compiladas (156 unidades; 64%) seguem o padrão formativo NprepN, procedeu-se à respetiva análise e descrição. A sua distribuição por país é retratada na Figura 3.

Figura 3 – Nomes de profissão criados através do esquema Nome-preposição-Nome (distribuição pelos três países).



A análise dos nomes de profissão/ocupação que seguem este padrão formativo contempla, em primeiro lugar, a sua caracterização em termos morfossintáticos, apresentando-se, posteriormente, algumas reflexões sobre as suas propriedades semânticas.

Considerando que, de acordo com vários estudos prévios sobre a composição nominal em português, nestas estruturas NprepN o nome da esquerda (N1) assume-se como núcleo (cf. Ribeiro & Rio-Torto, 2016), começou-se pela sua caracterização, tendo-se verificado, em primeiro lugar, que estes N1 são usados de forma bastante repetitiva no *corpus*. Assim, por exemplo, em Portugal, 56% das denominações NprepN analisadas incluem como N1 o nome *técnico* (34% do total de NprepN portugueses) ou *operador* (22%), em exemplos como *técnico de farmácia*, *técnico de automação*, *técnico de compras*, *técnico de AVAC*. *Técnico* é também o N1 mais comum em Angola (em exemplos como *técnico de HST*, *técnico de eletrónica* ou *técnico de projetos*), embora seja muito residual nos dados do Brasil, ocorrendo apenas em três denominações: *técnico em edificações*, *técnico de segurança do trabalho e meio ambiente* e *técnico de segurança no trabalho*. Neste país, os N1 mais comuns são *operador* (18% do total de NprepN neste *corpus* específico), *analista* (10%) e *supervisor* (8%). Curiosamente, a designação *operador*, que é bastante expressiva em Portugal (ex.: *operador de armazém*, *operador de produção*, *operador de call center*) e no Brasil (ex.: *operador de mistura*, *operador de roçadeira*, *operador de monitoramento*), não tem registos no *corpus* angolano.

Ao nível morfológico, verificamos que os N1, independentemente do país de publicação do anúncio de emprego em causa, são, com muita frequência, nomes deverbais, principalmente sufixados em *-dor* (ex.: *administrador de bases de dados*;

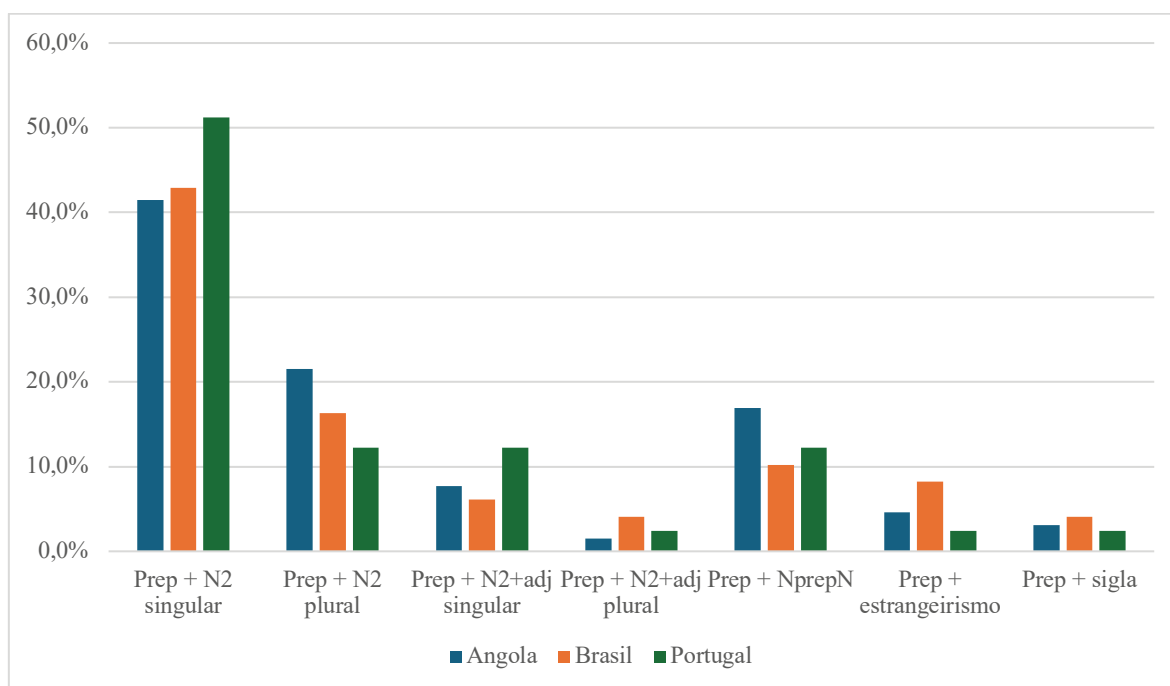
operador de produção) ou *-nte* (ex.: *gerente de abertura, assistente de compras*). Registam-se ainda casos de participios passados nominalizados (ex.: *encarregado de obras marítimas, encarregado de metalomecânica e serralharia, empregado de refeitório*).

Ainda no contexto das denominações NprepN, analisaram-se as principais propriedades do sintagma preposicional. A este nível, e também seguindo a tendência mais comum nas estruturas NprepN do português (cf. Ribeiro & Rio-Torto 2016), a preposição que se inclui nestas denominações é, maioritariamente, a preposição “de”. Porém, identificam-se casos em que opera outra preposição (ou esta preposição contraída com um artigo), ainda que sejam muito residuais. Eis alguns exemplos: *analista da qualidade alimentar* (Brasil); *médico do trabalho* (Brasil), *técnico em edificações* (Brasil), *colaborador para apoio domiciliário* (Portugal).

Já o N2 destas formações NprepN caracteriza-se por ser, maioritariamente – tanto no *corpus* total quanto no *corpus* de cada país em estudo –, um N2 singular, como em *técnico de eletrónica, auxiliar de cozinha* ou *operador de produção*. Em Angola e no Brasil, o segundo padrão mais comum é aquele em que a preposição é seguida de um N2 plural, como em *gerente de operações, perfilador de telhas* ou *motorista de pesados*. No *corpus* de Portugal, ocorrem com a mesma expressão (12,2% do total de sequências NprepN) três padrões formativos: N2 plural (ex.: *técnico de compras, caixeiro de peças, motorista de pesados*); N2 seguido de adjetivo no singular (ex.: *técnico de manutenção elétrica, colaborador para apoio domiciliário, promotor de crédito hipotecário*) e N2 seguido de sintagma preposicional (ex.: *operador [de central [de vapor]], ajudante [de mecânico [de pesados]], assistente [de apoio [ao cliente]]*). Esta última configuração encontra-se também muito presente nos dados de Angola, correspondendo a 16,9% do total de sequências NprepN e concretizando-se em exemplos como *técnico [de equipamentos [de segurança]], administrador [de bases [de dados]], técnico [de atendimento [ao cliente]]*.

Globalmente, a configuração do sintagma preposicional nas denominações NprepN distribui-se de acordo com a representação do gráfico da Figura 4.

Figura 4 – Configuração do sintagma preposicional nos nomes de profissão/ocupação que seguem o esquema NprepN: distribuição por país.



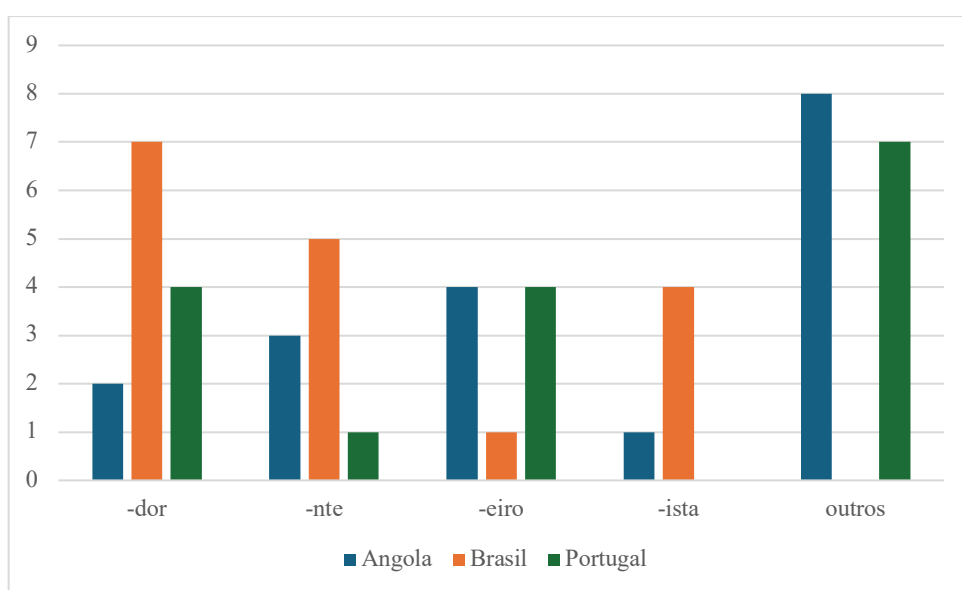
Ainda sobre os NprepN, procurou-se perceber o âmbito semântico do N2 (que integra o Sprep), uma vez que é ele que concretiza a referência à profissão/ocupação específica, diferenciando-a de outras em que também opera o mesmo N1. Assim, neste contexto, verificou-se que o N2 reflete, na maior parte dos casos, a área funcional de atuação daquele profissional, como em *auxiliar de limpeza*, *supervisor de vendas*, *técnico de atendimento ao cliente*. Também são relevantes, nos três países em causa, os N2 que definem a ferramenta ou técnica com que aquele profissional trabalha, como em *operador de injetora*, *operador de roçadeira*, *motorista de pesados*, *administrador de bases de dados*.

Como atestado nos dados acima representados no gráfico da Figura 1, o segundo padrão de formação de nomes de profissão/ocupação mais expressivo no *corpus* constituído corresponde ao padrão compositivo Nome+Adjetivo (NAdj). As características deste conjunto de denominações (55 no total do *corpus*, 18%) serão também apresentadas em dois momentos: primeiramente destacam-se as propriedades morfossintáticas mais relevantes, posteriormente apontam-se algumas das suas características semânticas.

Assim, no conjunto das denominações de estrutura NAdj, constatou-se que no Brasil os N1 mais comuns são aqueles em que operam os sufixos *-dor* (ex.: *vendedor*

especializado, operador fabril), *-nte* (ex.: *assistente comercial, gerente administrativo*) e *-ista* (ex.: *repcionista bilingue, analista operacional*). Já em Portugal e em Angola, e pela forte presença do nome *técnico*, que enquadrámos no grupo dos “outros”, é este o subconjunto mais significativo (ex.: *técnico comercial, técnico administrativo*). É também importante, nestes dois países, o sufixo denominial *-eiro* (ex.: *torneiro mecânico*). O gráfico da Figura 5 apresenta a distribuição quantitativa dos N1 integrados nas denominações NAdj, considerando as características morfológicas daqueles.

Figura 5 – Características morfológicas do N1 nos nomes de profissão/ocupação que seguem o esquema Nome-Adjetivo.



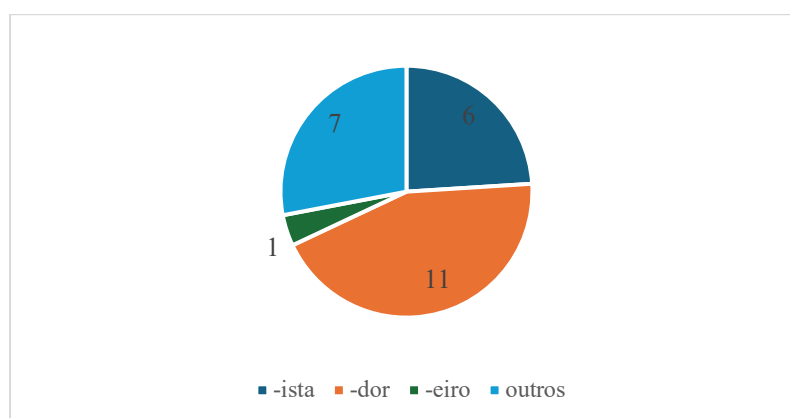
Relativamente aos adjetivos operantes nestas sequências NAdj, estes são, como assinalado em diversos trabalhos prévios (Ribeiro & Rio-Torto 2016), maioritariamente adjetivos denominais, sobretudo terminados em *-al* e *-eiro* (ex.: *predial, financeiro*) ou deverbais terminados em *-ivo* (ex.: *administrativo*). Ocorrem ainda, sobretudo nos dados de Portugal, muitos adjetivos não sufixados, como *externo, interno, júnior, sénior*, etc.

Na realidade, as denominações NAdj identificadas têm configurações diferentes ao nível do constituinte da direita. Assim, encontram-se neste conjunto, com grande expressão, denominações que incluem efetivamente apenas um Nome e um Adjetivo (ex.: *analista comercial, gerente geral, técnico comercial*). Porém, há também alguns casos de Nome + Adjetivo + Adjetivo (ex.: *consultor técnico sénior, engenheiro civil júnior*) e ainda situações em que se encontram sintagmas preposicionais à direita do adjetivo (ex.: *produtor sénior de teatro, técnico administrativo de estaleiro*).

Tal como nas unidades denominativas que seguem o esquema NprepN, também no caso das denominações NAdj, são os segmentos à direita que permitem verdadeiramente identificar a profissão específica que é procurada. Assim, considerou-se relevante, mais uma vez, tentar identificar padrões ou regularidades semânticas ao nível do adjetivo. Constatámos que, tal como acontecia nos NprepN, o elemento da direita permite identificar, maioritariamente, a área de atuação do profissional procurado. Acontece em ocorrências como *programador informático*, *engenheiro mecânico*, *gerente financeiro*, *encanador predial*. Também são frequentes as situações em que o adjetivo indica o grau de “expertise” pedido, como em *manicure profissional*, *comprador técnico*, *técnico superior de segurança*, e ainda aqueles que indicam a “senioridade” do profissional, como sucede em *produtor sénior de teatro*, *comercial sénior*, *engenheiro civil júnior*.

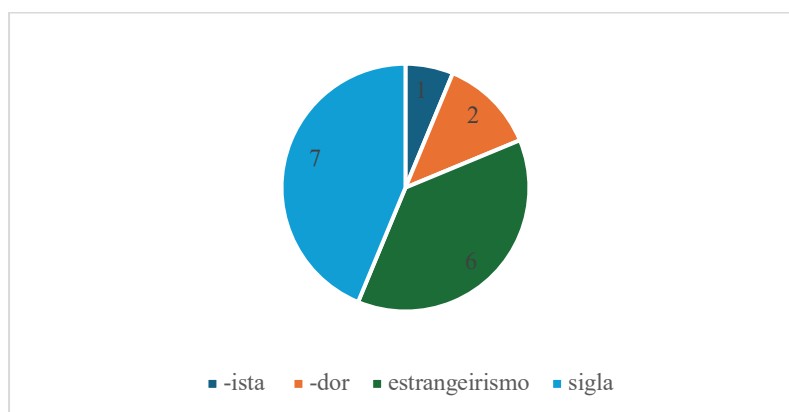
O terceiro padrão mais comum para formação das denominações em estudo corresponde, como indicado acima no gráfico da Figura 1, às estruturas Nome+Nome (NN), que totalizam 25 das 300 denominações compiladas. Nestas estruturas, constatou-se que o N1 nelas integrado é maioritariamente um nome derivado, destacando-se os derivados deverbais em *-dor* (ex.: *programador CNC*, *soldador mig mag*), seguidos dos derivados denominais em *-ista* (ex.: *analista orçamentista*, *instrumentista montador*). O gráfico da Figura 6 congrega as informações referentes à caracterização do N1 nas estruturas NN.

Figura 6 – Sufixos operativos no N1 usado nas denominações de esquema Nome-Nome.



Nestas denominações NN, o mais comum é que o N2 seja uma sigla, abreviatura ou acrónimo (ex.: *programador CNC*, *motorista TVDE*, *engenheiro AVAC*, *vendedor BB*) ou ainda um estrangeirismo (ex.: *gestor prestige*, *consultor kaizen*, *desenvolvedor full stack*), conforme se visualiza pela análise do gráfico da Figura 7.

Figura 7 – Características do N2 nas denominações de esquema Nome-Nome.



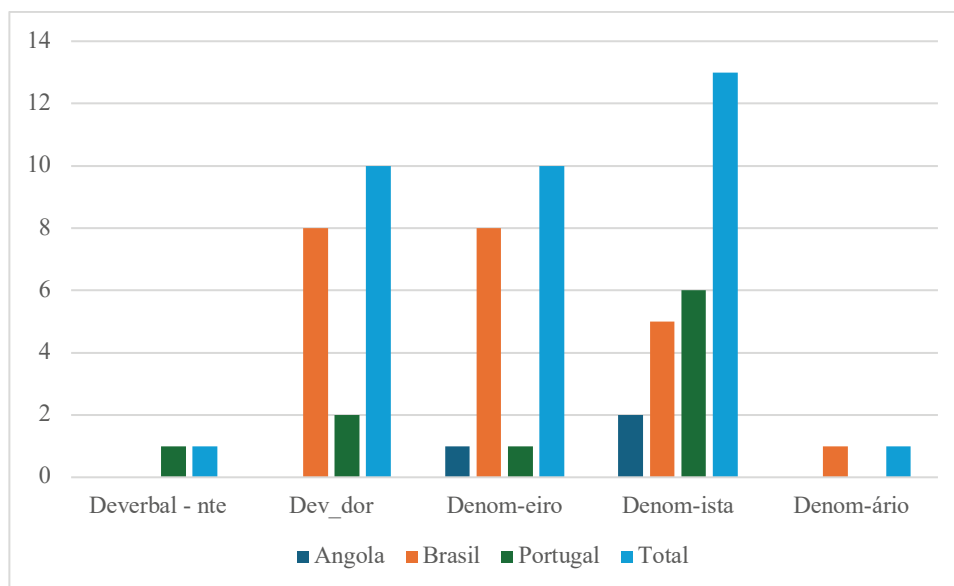
Tal como nas estruturas composicionais NprepN e NAdj, também neste caso se constata que, semanticamente, é o elemento à direita, o N2, que permite identificar com precisão a profissão/ocupação em causa. Este afunilamento semântico é conseguido, tal como nos padrões formativos antes descritos, sobretudo pela indicação da ferramenta ou técnica que o profissional em questão deverá usar (ex.: *CNC, AVAC, kaizen*). Em alguns casos, estas estruturas NN apresentam-se como nomes compostos coordenados (cf. Ribeiro & Rio-Torto 2016), sendo a ocupação/profissão em causa uma junção das duas denominações usadas, como em *analista-orçamentista* ou *motorista entregador*.

Os dados globais analisados tornaram claro que, ao contrário do que se registava noutros momentos do percurso da língua portuguesa, neste momento as denominações de ocupação/profissão são formadas maioritariamente a partir de padrões compositivos (79%), ao passo que os processos derivacionais registam percentagens de uso bastante menos significativas (aproximadamente 12% do *corpus* total). Esta preferência por denominações de profissão/ocupação compostas pode resultar de duas tendências, já estudadas noutras línguas (Marchal & Torny 2003; Rodríguez Pedreira 2016): a progressiva especialização e tecnicidade das designações, que reflete essa mesma sobre-especialização no mercado laboral, e a eufemização operada em algumas denominações, de forma a que, socialmente, tenham uma conotação mais favorável.

No conjunto das denominações de ocupação/profissão derivadas, sobressai quantitativamente o grupo dos derivados em que opera o sufixo *-ista*, como *motorista, rececionista, nutricionista, electricista*. O sufixo *-eiro* é muito usado nas denominações do Brasil (ex.: *copeira, costureira, porteiro, cozinheiro*), assim como o sufixo *-dor* (ex.: *vendedor, contador, demonstrador, instalador, soldador*), que, curiosamente, não ocorre

nos dados recolhidos em Angola. Estes resultados apresentam-se com mais detalhe no gráfico da Figura 8.

Figura 8 – Denominações com origem sufixal: dados por país e dados globais.



Finalmente, é também de notar a forte presença de estrangeirismos no *corpus* recolhido, quase todos integrados em denominações usadas na plataforma de pesquisa portuguesa. Efetivamente, no total, identificaram-se 15 denominações de ocupação/profissão de origem estrangeira, das quais 12 ocorrem no *corpus* de Portugal (ex.: *bartender*, *housekeeper*, *office assistant*), 2 no de Angola (*motoboy*, *steward*) e apenas 1 no do Brasil (*pizzaiolo*).

Esta é uma tendência já muito estudada noutras línguas (van Hoof 2015; Andreani & Pulcini 2016), sendo frequentemente associada à valorização social do inglês e, conseqüentemente, à maior capacidade de atração e persuasão dos anúncios com títulos nesta língua. Segundo os dados do *corpus* em estudo, o mercado laboral português estará mais aberto a esta tendência denominativa do que os mercados angolano e brasileiro.

4. Considerações finais

Neste artigo, que se baseou na recolha e análise de 300 anúncios de emprego publicados *online* em Angola, Brasil e Portugal, procedemos à identificação e caracterização dos padrões formativos em que assentam as denominações de profissão/ocupação usadas como título nestes anúncios.

Verificámos, antes de mais, que as designações de profissão/ocupação usadas são, maioritariamente, nomes compostos, com especial preferência para as denominações que assentam nos esquemas NprepN, NAdj e NN, que, conjuntamente, operam na formação de 79% dos nomes de profissão/ocupação compilados. Neste conjunto, os elementos da direita são os responsáveis pela especialização da denominação, permitindo, por exemplo, distinguir diferentes *técnicos*, em ocorrências como *técnico de eletrónica*, *técnico de farmácia*, *técnico de automação*. Esta especialização é conseguida, maioritariamente, através da referência à área de atuação do profissional em causa (ex.: *auxiliar de limpeza*), ou de ferramentas/técnicas que o mesmo usará na sua prestação (ex.: *operador de injetora*, *administrador de bases de dados*).

Importa referir, ainda, que em algumas situações este elemento da direita, sobretudo nas denominações NprepN e NN, integra uma sigla (ex.: *técnico de HST*) ou um estrangeirismo (ex.: *gestor prestige*).

Os nomes sufixados são pouco usados, por si só, no *corpus*, ocorrendo em denominações como *motorista*, *cozinheiro*, *soldador*. No conjunto dos nomes de profissão/ocupação sufixados, são mais frequentes aqueles em que ocorrem os sufixos -*ista* (4,3% do *corpus* total), e os sufixos -*dor* e -*eiro* (3% cada).

Sendo residuais como denominações autónomas de profissão/ocupação, os nomes sufixados ocorrem frequentemente como elementos constitutivos dos nomes compostos já referidos, nomeadamente os nomes sufixados com recurso a -*dor* ou a -*ista* (ex.: *operador fabril*, *vendedor especializado*, *motorista de pesados*, *instrumentista montador*).

Globalmente, estes dados afastam-se significativamente dos que tinham sido identificados, para a língua portuguesa, há cerca de duas décadas. Nessa altura, em estudos de Villalva e Correia (1999) aplicados a denominações usadas na segunda metade do século XX, concluiu-se que era a sufixação o padrão de formação mais comum nestas denominações. Todavia, os resultados obtidos no presente estudo estão em consonância com tendências verificadas noutras línguas românicas, nomeadamente no francês, tal como referido nos estudos de Marchal e Torny (2003), Rodríguez Pedreira (2016) e Buvet (2018). Acreditamos, tal como já referido nestes estudos internacionais, que esta tendência para o uso de denominações compostas poderá resultar da crescente especialização dos nomes de profissão/ocupação e da eufemização operada em alguns deles. É de referir, ainda, uma outra tendência, que replica o que tem sido registado noutras línguas românicas (van Hooft 2015; Andreani & Pulcini 2016) e que reflete um recurso

crescente a denominações de profissão/ocupação em língua estrangeira, correspondendo estas, nos dados em análise, a 5% do *corpus* total, sendo especialmente presentes no *corpus* de Portugal (onde ocorrem 12 dos 15 estrangeirismos).

À exceção desta preferência pelos estrangeirismos no *corpus* de Portugal, em termos comparativos, não se identificaram diferenças muito significativas entre os dados recolhidos nos três países de língua portuguesa selecionados para o estudo. Importa, ainda assim, alargar o estudo a anúncios de outros países de língua portuguesa e a outras plataformas de divulgação, de modo a reforçar este estudo e a compreender as tendências ao nível da renovação do léxico inerente a este género textual específico. Tratando-se os anúncios de emprego de textos nos quais convergem denominações próprias de diferentes áreas do saber/agir, a sua análise permitirá ter uma noção bastante detalhada do modo como se designam, atualmente, as profissões/ocupações nos países de língua portuguesa, aferindo, por exemplo, se aspetos culturais e socioeconómicos específicos de cada mercado laboral em causa têm ou não impacto nestas denominações.

Referências

ANDREANI, Angela & Virginia PULCINI (2016). «English job titles in italian : the case of *manager* and *engineer*». *Lingue & Linguaggi* volume 19:7-21. Disponível em < <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/lingue/linguaggi/article/view/15943/14297> >. Acesso em: 26, abril, 2024.

CATARIG, Anna-Teodora (2013). «L'offre d'emploi entre la visée d'information et la visée de captation». Em *Analele Universității din Oradea*, Seria Științe Economice, tom XXII, Vol. II. pp. 137-145. Disponível em < <http://anale.steconomieuoradea.ro/volume/2013/n2/013.pdf> > Acesso em: 25, junho, 2024.

BUVET, Pierre-André (2018) «Les noms de métier: diversité, non fixité et invariance». Em *Lexicologie(s): approches croisées en sémantique lexicale*, ed. por Xavier Blanco & Inés Sfar. Peter Lang. Disponível em <<https://sorbonne-paris-nord.hal.science/hal-01951069/document>> Acesso em: 25, abril, 2024.

MARCHAL, Emanuelle & Didier TORNAY (2003). «Des petites aux grandes annonces : le marché des offres d'emploi depuis 1960». *Travail et emploi* volume 95:59-72. Disponível em < <https://sciencespo.hal.science/hal-02138896v1/file/2003-marchal-tornay-des-petites-aux-grandes-annonces.pdf> >. Acesso em: 25, abril, 2024.

PLANELLES IVÁNEZ, Montserrat (2018). «Lexique et locutions euphémistiques dans le domaine de l'emploi». *Folia Literaria romanica* volume 12:47-55. Disponível em < <https://czasopisma.uni.lodz.pl/romanica/article/view/3112> >. Acesso em: 03, abril, 2024.

RIBEIRO, Sílvia & Graça RIO-TORTO (2016) «Composição». Em *Gramática Derivacional do Português*, coord. Graça Rio-Torto, pp. 461-520. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

RODRÍGUEZ PEDREIRA, Nuria (2016). «Les néologismes euphémiques dans les dénominations d'emploi». *La Linguistique* volume 52(2):201-222. Disponível em < [Les néologismes euphémiques dans les dénominations d'emploi | Cairn.info](#)>. Acesso em: 10, março, 2024. DOI 10.3917/ling.522.0201

Van HOOFT, Andreu (2015). «La presencia del inglés en la red de Internet en lengua española : las ofertas de empleo en [www.monster.es](#)». *Revista Signos. Estudios de Linguística* volume 48(88):250-259. Disponível em < <https://www.scielo.cl/pdf/signos/v48n88/a05.pdf> >. Acesso em: 11, março, 2024.

Van MEURS, Frank, Brigitte PLANKEN, Hubert KORZILIUS & Marinel GERRITSEN (2015). «Reasons for using English or the local language in the genre o job advertisements: insights from interviews with dutch job ad designers». *IEEE Transactions on Professional Communications*. 58(1):86-105. Disponível em < <https://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?tp=&arnumber=7108063> >. Acesso em: 03, abril, 2025.

VERÍSSIMO, Tânia & Marco PINTO (2002) «Recursos Morfológicos Disponíveis para a Formação de Nomes de Ocupação em Português». Em *Actas do XVIII Encontro da APL*, pp. 851-858. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.

VILLALVA, Alina & Clara CORREIA (1999) «Morfologia e semântica dos nomes-sujeito». Em *Actas do XV Encontro da APL -vol.2*, pp. 603-633. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.

WALTERS, Nina & FAGE-BUTLER, Antoinette (2014). «Danish job advertisements : inscreasing in complexity». *Communication and Language at Work* volume 3:38-52. Disponível em < <https://tidsskrift.dk/claw/article/view/16556/14348> >. Acesso em: 11, março, 2024.

**Constantes e variáveis:
apontamentos sobre a construção de palavras
em diferentes variedades do português**

Rui PEREIRA
Universidade de Coimbra, CELGA-ILTEC, Faculdade de Letras
rui.pereira@uc.pt

Resumo

Este artigo está estruturado em torno de dois conceitos, *constante* e *variável*, que, fazendo parte do léxico específico da morfologia derivacional (Booij 2016; Jackendoff & Audring 2016), são operativos quando se pretende analisar a variação que se atesta no domínio da construção de palavras em diferentes variedades do português. De facto, como já foi aforado por diversos investigadores (Mendes *et al.* 2016; Rio-Torto 2015; Soares da Silva 2010, 2014, 2018, 2022), o espaço idiomático que designamos como “português” é percorrido por um conjunto de continuidades e descontinuidades, que ora aproximam essas variedades ora as afastam. Se existe continuidade nos esquemas de construção de palavras que são usados, o mesmo não se passa quando comparamos as instâncias concretas desses esquemas, por força da opção por esquemas construcionais alternantes ou do recurso a bases lexicais específicas de uma determinada variedade, mas não de outras. Este estado de coisas pode ser observado, por exemplo, na construção de novas palavras na variedade moçambicana do português.

Palavras-chave: *português pluricêntrico; variação linguística; Português de Moçambique; léxico; formação de palavras*

Abstract

This article is structured around two concepts, *constant* and *variable*, which, being part of the specific lexicon of derivational morphology (Booij 2016; Jackendoff & Audring 2016), are operative in the analysis of variation that is attested in the domain of word construction in different varieties of Portuguese. In fact, as it has already been highlighted by several researchers (Mendes *et al.* 2016; Rio-Torto 2015; Soares da Silva 2010, 2018, 2022), the idiomatic space that we designate as “Portuguese” is covered by a set of continuities and discontinuities, which sometimes bring these varieties closer together and sometimes move them apart. If there is continuity in the word construction schemes that are used, the same does not happen when we compare the concrete instances of these schemes, due to the option for alternating constructional schemes or the use of specific lexical bases of a given variety, but not others. This situation can be observed, for example, in the construction of new words in the Mozambican variety of Portuguese.

Keywords: *pluricentricity; linguistic variation; Portuguese from Mozambique; lexicon; word formation*

1. Introdução

Não obstante os esforços encetados, a nível académico e fora dele, há ainda na mente de muitos falantes a ideia de que “que há uma só língua certa, homogênea e uniforme e todo o resto são aleijões linguísticos” (Faraco 2022: 53). Na realidade, o estigma sobre o uso da língua portuguesa em moldes não europeus é muito antigo, encontrando-se referências a isso já em meados do séc. XVI, em João de Barros, por exemplo.

Por q[ue] bem como os gregos e Roma aviã por bárbaras todas as outras nações estranhas aelles, por nam poderẽ formár sua linguágẽ: assy nós podemos dizer que as nações de Africa, Guine, Asia, Brasil, bárbarizam quando querẽ imitár a nõssa. (Barros 1540: 34)

Os linguistas vêm há muito assumindo e fazendo passar a ideia de que a língua é como é e não como deveria ser. Assume-se hoje a necessidade de acolher a variação linguística sem receios desagregadores, assumindo o português como é: uma língua pluricêntrica (Baxter 1992; Soares da Silva 2022), com variedades nacionais, histórica e geograficamente estabelecidas, e algumas variedades emergentes. Como resultado dos estudos empíricos entretanto realizados, tem vindo a consolidar-se um quadro de referência mais consistente dos fenómenos da variação linguística, substituindo uma visão estanque das variedades do português, muito assente na percepção de divergências, por uma visão de *continuum* que permite melhor dar conta da sua distribuição geográfica e social (cf. Faraco 2022), das (des)continuidades e da dinâmica das inter-relações que entre elas se estabelecem. Num mundo cada vez mais multilingue, talvez seja mais próximo da realidade (neuro)linguística, pensar nas línguas como faz de Bot:

we define language as a set of situation-specific utterances that only at the metalinguistic level can be labelled as belonging to a given language. There seems to be no reason to assume the existence of languages as separate entities in the brain that have their own demarcated substrates. (de Bot 2019: 16)

Propomo-nos neste artigo abordar a questão da variação que se atesta no domínio da construção de palavras em diferentes variedades do português com base nos conceitos de *constante* e *variável*, que fazem parte do léxico específico da morfologia construcional/relacional. Tentaremos demonstrar que o espaço idiomático que designamos como “português” é percorrido por um conjunto de continuidades e descontinuidades, que ora aproximam as diferentes variedades (institucionalizadas ou emergentes), ora as afastam,

como já foi aforado por diversos investigadores (Gonçalves 2013; Mendes *et al.* 2016; Petter 2008; Rio-Torto 2015, 2020, 2022; Soares da Silva 2010, 2014, 2018, 2022).

O artigo encontra-se organizado da seguinte forma: na primeira parte, caracteriza-se, sumariamente, o funcionamento da morfologia derivacional, assumindo como válidos os princípios postulados pela Morfologia Construcional (Booij 2010a, 2010b, 2016) e pela Morfologia Relacional (Jackendoff & Audring 2016, 2018, 2020); analisa-se, de seguida, a questão da variação linguística, pondo em evidência algumas linhas de continuidade e descontinuidade na construção de palavras nas variedades europeia, brasileira e africanas do português; na última parte, analisam-se os procedimentos de renovação lexical que caracterizam a variedade moçambicana, distinguindo o que é específico desta variedade daquilo que é transversal à língua portuguesa no seu todo.

2. Construção de palavras: *constantes e variáveis*

Todos os falantes de português, independentemente do contexto em que se dá a interação verbal (como língua materna ou língua segunda/adicional, em variedades dominantes ou não dominantes), possuem a capacidade de relacionar e construir palavras com base na sua experiência linguística. Une os falantes de língua portuguesa o conhecimento partilhado de um conjunto de esquemas e de mecanismos construcionais que permitem (i) o acesso, pela via (de)composicional, a palavras já existentes e (ii) a construção de novos lexemas ou das diferentes formas morfossintáticas (também designadas “formas de palavra” ou “palavras gramaticais”) de cada lexema.

A ideia de que os esquemas de construção de palavras são abstrações sobre conjuntos de palavras relacionadas no léxico tem uma longa tradição (ver, entre outros, Paul 1880; Bybee 1995; Booij 2005, 2016; Jackendoff & Audring 2016). As palavras construídas no âmbito da flexão e da derivação (tomada em sentido lato) são vistas como instanciações de esquemas mentais de construção. Por exemplo, o esquema (1), baseado no modelo proposto por Booij (2016: 425), representa o padrão de construção de nomes de agente profissional como *fadista*, *guitarrista*, *dentista*, etc.

$$(1) \langle [x]_{N_i} \text{ista} \rangle_{N_j} \leftrightarrow [\text{pessoa que realiza uma ação relacionada com SEM}_i]_j \rangle$$

À esquerda da seta dupla (\leftrightarrow), encontramos um padrão morfológico, o de uma palavra com uma base de categoria nominal (N) e o sufixo nominalizador *-ista*. À direita da seta dupla, encontramos a interpretação semântica desse padrão, indicando os índices subscritos relações de referência cruzada com as respetivas entidades à esquerda da seta

dupla. Por exemplo, SEM_i representa a semântica do item tomado como base derivacional (N_i).

O esquema (1) codifica, pois, a relação entre uma determinada palavra (por exemplo, *fadista*, *guitarrista*, *dentista*) e um padrão de construção do qual ela é uma instância. Cada esquema é caracterizado por um conjunto de **constantes** nos domínios da fonologia – a presença do segmento *-ista* –, da morfossintaxe – a indicação de que o segmento *-ista* se coloca à direita do radical de um nome (N) gerando assim outro N – e da semântica, na medida em que o produto gerado designa ‘uma pessoa que realiza uma ação relacionada com o significado (SEM) do nome-base’.

Estes esquemas também contêm **variáveis** que ocupam o espaço funcional representado por [x], cujas propriedades fonológicas, sintáticas e semânticas são coindexadas (através do índice _i) à forma e ao significado da palavra derivacionalmente relacionada. O elemento [x] representa cada uma das unidades lexicais que podem servir de base à construção lexical com *-ista* (por ex., [dent(e)] em *dentista*; [guitarr(a)] em *fadista* [fad(o)] em *fadista*).

Os esquemas construcionais têm duas importantes funções linguísticas: (i) uma função relacional, uma vez que capturam generalizações entre as palavras existentes, e (ii) uma função gerativa, pois podem ser usados na construção de novas palavras. Ou seja, o conhecimento dos esquemas construcionais permite que um falante, uma vez exposto a palavras com uma determinada estrutura morfolexical, infira a forma e o significado de outros possíveis membros desse paradigma derivacional, mesmo que nunca tenha contactado com eles. É isso que permite a codificação e a decodificação de palavras como *bloguista* ‘autor de um blogue’ ou *tuktukista* ‘condutor de um tuk-tuk’, por exemplo.

Se os esquemas formativos, e as *constantes* que os definem, são um elemento de continuidade entre as diferentes variedades do português, o mesmo não se pode dizer das bases lexicais, cujo conhecimento é variável intra- e intervariedades. Por este motivo, palavras como *Ucidista* (CV), *capianguista* (AN) e *txopelista* (MO) levantam problemas de interpretação a falantes que não pertencem à comunidade linguística no seio da qual são usadas.¹ Como a língua é uma realidade social e culturalmente marcada, o acesso e/ou processamento dos itens lexicais que vão sendo criados em diferentes contextos é afetado por um fator importante, a normativização / institucionalização. Uma vez criada, uma palavra necessita de ser aceite e ser usada pela comunidade de falantes.

¹ *Ucidista* ‘membro da UCID’ (partido político); *capianguista* ‘larápio; ladrão de coisa pequena’ (*capiango* ‘roubo, furto’); *txopelista* ‘condutor de txopela’ (*txopela* ‘motorizada de três rodas que serve de táxi’).

3. Variação linguística

A integração de novas palavras no léxico do português, seja pela integração de unidades lexicais que lhe eram exógenas, seja pela construção de itens com recursos endógenos (bases e afixos), não se processa da mesma forma nem com a mesma intensidade em todas as variedades do português. Há na literatura abundantes referências à variação tanto no uso de estrangeirismos e empréstimos, como no domínio da construção de palavras (ver, entre outros, Gonçalves 2013; Machungo 2001; Nascimento *et al.* 2008; Petter 2008; Rio-Torto 2015; Timbane 2012, 2014; Villalva & Silvestre 2014).

No âmbito da instanciação dos esquemas construcionais, seja para nomeação de novas realidades ou de realidades contextualmente situadas, seja com intuítos estilísticos, a variação pode manifestar-se de duas formas: (i) no uso de processos derivacionais ou de esquemas construcionais diferentes, entre aqueles que são permitidos pelo sistema; (ii) no uso de bases lexicais diferentes, que designam entidades, propriedades ou eventos característicos de determinadas áreas dialetais e/ou societais, sendo o seu conhecimento partilhado apenas pelos membros de uma comunidade de falantes específica. Assim, em linha com Rio-Torto, assumimos que

as unidades lexicais não são dissociáveis da comunidade em que são produzidas e usadas e dos cenários conceptuais e culturais que as enformam. [...] Não podemos alienar o léxico da realidade social e mental em que é usado, pelo que esse conjunto aberto de unidades e de produções socio-cognitivas dos sujeitos historicamente e culturalmente situados há-de necessariamente refletir-se na análise das competências e das práticas lexicais daqueles. (Rio-Torto 2015: 125)

Na literatura existente sobre este assunto têm sido apontados diversos conjuntos de dados lexicais que exemplificam a divergência no uso de processos e recursos afixais. Vejam-se, por exemplo, os contrastes lexicais entre as variedades brasileira (PB) e europeia (PE) do português, apontados em Rio-Torto (2015: 128-129).

(2) *Mesmo paradigma, afixos diferentes*

PB	PE
comparecimento	comparência
fichário	ficheiro
bolsista	bolseiro
bilheteria	bilheteira
fumante	fumador

(3) *Paradigmas diferentes para o mesmo valor*

PB	PE
contador	contabilista
desenhista	desenhador e designer
veranista	veraneante

(4) *Palavras monovocabulares vs. Unidades lexicais multipalavra*

PB	PE
filmadora	máquina de filmar
banheiro	quarto de banho
passarela	passadeira / passagem aérea de peões

Como é possível observar, nem sempre as palavras institucionalizadas nas duas variedades são coincidentes. Nuns casos, servem-se as duas normas de diferentes afixos (cf. 2). Noutros casos, são instanciadas diferentes relações semântico-categoriais entre base e o produto derivado (cf. 3); por exemplo, o PB usa *contador*, um nome deverbal, para se referir a uma entidade que em PE é designada por *contabilista*, um nome deadjetival. Noutros casos ainda (cf. 4), há a opção por esquemas de construção mais ou menos sintéticos de um e do outro lado do Atlântico.

Note-se que a variação também ocorre no seio de uma variedade linguística e, por vezes, até no decurso do discurso de um determinado falante. Vejam-se, por exemplo, as alternâncias lexicais atestadas em falantes do PE:

(5) *aceleração* ~ *aceleramento* (Eurosport, transmissão de prova de ciclismo, 02.03.2024)

(6) *abreviações* ~ *abreviaturas* (webinar orientado por Inês Amaral, 11.03.2024)

Não há, no entanto, diferenças substanciais no funcionamento morfológico. Os estudos realizados até ao momento demonstram a continuidade do funcionamento do sistema derivacional em diferentes variedades da língua portuguesa, quanto aos esquemas ativados, processos de seleção e de combinatória dos afixos (Areán-García 2009; Maronezze 2005; Maronezze & Alves 2008; Mendes *et al.* 2016; Rio-Torto 2007, 2015). Isso não significa que os produtos derivacionais sejam formalmente iguais, manifestem o mesmo semantismo ou sejam usados com igual frequência nas diferentes variedades. Como vimos, para além de não haver coincidência nos esquemas construcionais ativados no PB e no PE em determinados contextos (cf. *israelense* PB / *israelita* PE; *banheiro* PB / *quarto de banho* PE; *geladeira* PB / *frigorífico* PE), também não são necessariamente coincidentes as propriedades semânticas e/ou categoriais de alguns dos produtos lexicais construídos. Vejam-se, por exemplo, os casos de *pedestre* e *elétrico*, apontados por Rio-Torto (2015):

(7) PB Pedestre_N vs. PE pedestre_A (como nome usa-se *peão*)

(8) PB elétrico_{ADJ} vs. PE elétrico_{ADJ e N} (no Brasil, usa-se *bonde*)

Não obstante os diferentes graus de reestruturação linguística que têm vindo a ser percebidos e descritos nas últimas décadas nas variedades africanas da língua portuguesa, não parece haver também nestas variedades rurais no domínio da formação de palavras. Rio-Torto (2015) e Mendes *et al.* (2016), analisando, respetivamente, neologismos da variedade moçambicana do português (PM) (cf. 9) e do Corpus África (cf. 10), concluem que estes itens lexicais não configuram uma realidade diferente da que se verifica no PB e no PE.

(9) a. **-ncia**: *empolgância, limitância*

b. **-ção**: *desertação, desinfectação, emprestação*

c. **-mento**: *ajudamento, confeccionamento, engravidamento, estrategiamento*

(10) a. **-ção**: *alertação, roncação, defendição*

b. **-agem**: *plantagem, mulatagem*

c. **-mento**: *anestesiamento, vigiamento, concessionamento*

Não obstante tratar-se de palavras não usadas e/ou não esperadas pelas comunidades de falantes do PE e do PB, são instâncias de esquemas de construção de palavras conhecidos dos falantes portugueses e brasileiros.

Se os esquemas de construção de palavras, e as *constantes* que os definem, são um elemento de continuidade entre as diferentes variedades do português, o mesmo não se pode dizer das bases lexicais, as *variáveis*, usadas em cada variedade. Mendes *et al.* (2016) detetaram os seguintes casos no Corpus África:

- (i) Palavras construídas sobre uma base lexical de origem africana através de processos regulares de formação de palavras (e.g. *balantização* 'adquirir propriedades de Balanta'; *chambocada* 'uma pancada com um pau' (de *chamboco*, palavra Niungue (Moçambique));
- (ii) Palavras formadas sobre uma base lexical que, não sendo de origem africana, designa uma entidade ou situação específicas da realidade africana (e.g. *angolanização* 'tornar-se angolano'; *burundês* 'do Burundi').

As *variáveis* (as bases) que entram na construção de palavras podem ser itens lexicais conhecidos ou não da comunidade de falantes num determinado tempo/espço. Vejam-se, por exemplo, os casos de *suinguista*, *camanguista* (AN), *baruísta*, *muquerista* (MO)². O grau de transparência semântica destas construções é diretamente proporcional ao grau de conhecimento da semântica das unidades lexicais usadas como base (respetivamente, *suingue*, *camanga*, *Báruè*, *muquero*). Quando o português é uma língua não materna (língua segunda ou língua adicional), essas variáveis podem advir do acervo lexical multilingue memorizado pelo falante. Isso é muito visível na construção de palavras das variedades africanas do português, nomeadamente na variedade moçambicana (PM), cujas linhas de continuidade e descontinuidade são evidenciadas na secção seguinte.

4. Variedade moçambicana do português (PM)

É mais ou menos consensual a ideia de que a emergência das variedades africanas do português resulta “de diferentes graus de reestruturação linguística num cenário de aquisição de língua não materna (L2)” (Hagemeijer 2016: 43), sendo o grau de acesso e exposição à língua-alvo (o português) e o contexto sociolinguístico fatores absolutamente determinantes.

² *Suinguista* ‘farrista, bailarino’; *camanguista* ‘traficante de diamantes’; *baruísta* ‘(relativo ao) habitante do Barué, em África’; *muquerista* ‘pessoa que pratica o muquero’ (comércio transfronteiriço).

Três factos assumem um papel crucial na construção do português falado em Moçambique: em primeiro lugar, o facto de Moçambique ser um país multilíngue onde, para além do português, são faladas línguas bantu e algumas línguas asiáticas (urdu e o gujarati) (Timbane 2012, 2014); segundo, o facto de o Português não a ser língua materna da maioria da população, mas apenas a língua oficial, sendo falado especialmente em contexto urbano por pessoas escolarizadas; nos Censos de 2017, a maior parte dos cidadãos (79,2%) declara ter uma língua bantu como sua língua materna e apenas 16,5% o Português (INE 2023); e terceiro, o facto de, tal como no Brasil, existir em Moçambique um bilinguismo de convivência entre língua “popular” e “cultura”. Não estranha, pois, que os falantes, quando interagem em português, usem construções lexicais características deste contexto linguístico e geográfico muito particular, não partilhadas pelos falantes de outras variedades. Em primeiro lugar, devido à acomodação de empréstimos oriundos tanto de línguas bantu (cf. 11) como do inglês (cf. 12).

- (11) a. **guadjissar**: roubar, furtar (do xichangana; *ku guadjissa*)
 - b. **patchar**: evocar espírito dos antepassados (do xichangana, *ku patcha*)
 - c. **tchovar**: empurrar (do xichangana *ku tchova*)
- (12) a. **postar**: pôr no correio (cartas) (do inglês *to post*)
 - b. **spreiar, sprear**: pulverizar, usar um *spray* (do inglês *to spray*)

Acrescem a isso as palavras construídas no seio do PM, como *timbileiro, baruísta, canhoeiro, maçambiqueira, machambar*, etc. Embora os esquemas construcionais que ativam sejam similares aos usados no PE e no PB, por exemplo, estas palavras causam alguma sensação de estranheza a falantes de outras variedades pelo desconhecimento relativamente às bases lexicais instanciadas.

A análise de algumas bases de dados lexicais característicos do PM³ permite concluir que, nesta variedade emergente do português, os falantes usam produtivamente esquemas construcionais partilhados pelas restantes variedades geográficas do português. Para além de esquemas afixais, que integram prefixos (cf. 13a) e sufixos (cf. 13b-f), recorrem os moçambicanos também a esquemas compositivos (cf. 14) e conversivos (cf. 15), encontrando-se ainda alguns casos esporádicos de reduplicação (cf. 16).⁴

³ Fontes consultadas: Machungo (2024); Timbane (2012); Lindegaard (2021).

⁴ N, V e A são abreviaturas de Nome, Verbo e Adjetivo, respetivamente.

(13) Esquemas afixais

- a. [des [x]_V]_V: *desacontecer, desconseguir, desimportar, desmontar, despromover*
- b. [[x]_N aria]_N: *beixilaria, cabelaria, cunhadaria, sograria, vizinharia, zaragataria*
- c. [[x]_N eira]_N: *maçaniqueira, mafurreira, massaleira, moageira*
- d. [[x]_N eiro]_N: *farmeiro, cantineiro, timbileiro, taxeiro, canhoeiro*
- e. [[x]_N ismo]_N: *cabritismo, elefantismo, fecalismo, lambebotismo, nyusismo*
- f. [[x]_N ista]_N: *baruísta, batepapista, muquerista, tanguista*

(14) Esquemas compositivos

- a. [[x]_N do/de [y]_N]_N: *vaca-do-mato, palmeira do marfim, pata de ganso, morro de muchém*
- b. [[x]_N [y]_A]_N: *tomatinho preto, pau-rosa*
- c. [[x]_V [y]_N]_N: *mata-boi, mata-peixe*

(15) Esquemas conversivos:

- [[x]_N > [x]_V: *guevar, chambocar, djimar/gimar, djobar, timbilar, sonecar, fotar, lobolar, machambar, matacar (ou maticar)*

(16) Reduplicação

- [[x]_V [x]_V]_N: *ganho-ganho, mexe-mexe, bula-bula*

Note-se, porém, que, em linha com o que se passa noutras variedades africanas, atesta-se no PM um traço de descontinuidade em relação às variedades europeia e brasileira, o empréstimo morfológico, entendido como “transferência de elementos de sistemas morfológicos entre línguas em contacto” (Arkadiev & Kozhanov 2023: 1, tradução nossa). De facto, o PM usa, tanto no âmbito da morfologia flexional⁵ como da morfologia derivacional (cf. 17), prefixos transferidos das línguas bantu.

- (17) a. [ma [x]_N]_N: *madjermana, machuabo, machangana*
b. [mu [x]_N]_N: *mucaboverde*⁶

⁵ A variedade moçambicana usa alguns prefixos provenientes das línguas bantu para fins flexionais, nomeadamente na expressão do número ‘plural’ (e.g. *mabandido, mavassora, mazona*) (Laban 1999: 93-94).

⁶ Nos casos apontados em (17), os prefixos *ma-* e *mu-* indicam proveniência, origem étnica ou geográfica (Laban 1999: 93-94).

No que à reduplicação diz respeito (cf. 16), poder-se-á questionar se não estamos perante um caso de empréstimo de padrão de construção pois, não sendo este processo morfológico estranho ao português (Rodrigues 2016: 125-126), ganha nesta variedade uma produtividade renovada, motivada pelo contacto com as línguas bantu.

Note-se, ainda, que algumas palavras morfológicamente construídas são usadas pelos falantes moçambicanos com um significado muito próprio, não coincidente com o que é expresso noutras variedades (cf. 18). Este fenómeno, ao manifestar a apropriação e reestruturação da língua portuguesa por falantes moçambicanos, adaptando-a ao seu contexto sociocultural, afirma-se como um dos aspetos da moçambicanização da língua (Dias 2002, 2009).

- (18) a. *antepassado* ‘penúltimo’
b. *banqueiro* ‘jogador suplente (que fica no banco)’
c. *desmontar* ‘despromover’ (na passiva)
d. *engarrafar* ‘submeter, dominar através de magia, enfeitiçar’
e. *fumar* ‘matar a tiro’
f. *laminar* ‘falar incorretamente, dar calinadas’

Os dados apurados estão em linha com o descrito por Mendes *et al.* (2016) a propósito dos padrões de sufixação nominal encontrados nas variedades africanas do português. Parece haver, pois, um conjunto de instâncias dos esquemas de construção de palavras que são característicos do PM. Contudo, o carácter restrito do *corpus* analisado não permite confirmar ou refutar a ideia de que as variedades africanas diferem muito das variedades europeia e brasileira.

Confirma-se também a ideia de que a existência de afixos/esquemas construcionais isofuncionais, que competem entre si, pode promover diferenças regionais e/ou diferentes níveis de formalidade, status, entre outros (Areán-García 2010). Por exemplo, a palavra *taxeiro* ‘condutor de táxi’ é usada no PM, mas não no PE e no PB, que, para o mesmo significado, optam por *taxista*.

O facto de haver um conjunto de unidades lexicais que faz parte do léxico específico do PM não significa que o acesso ao significado desses itens esteja totalmente vedado a falantes de outras variedades português. Isso é possível graças à competência derivacional dos falantes e à superior unidade do sistema derivacional, que é transversal a todas as variedades da língua portuguesa. Desde que o falante consiga relacionar formal e semanticamente a palavra derivada com a *variável lexical* [x] que é tomada como base, o acesso e processamento da palavra é possível, mormente quando o contexto verbal ajuda,

isto é, quando a palavra derivada ocorre na vizinhança textual do termo que lhe serve de base derivacional.

- (19) “...ou seja, o *lambebotismo* um grupo sobre o qual [...] pior ainda, ele torna-se um *lambebotas* mesmo...” (JV, 16. mar. 2012; *apud* Timbane 2014: 52).

Podemos assim verificar que existe um conjunto de *constantes*, os esquemas construcionais (afixais e não afixais), que se aplicam a um conjunto de *variáveis*, as bases lexicais. Neste domínio da gramática, a descontinuidade entre as variedades linguísticas decorre sobretudo da especificidade de algumas bases lexicais ativadas no processo de construção de palavras. Ou seja, é sobretudo o (des)conhecimento destas que determina o maior ou menor grau de transparência morfossemântica ou motivação das palavras em análise.

Muitas das unidades lexicais derivadas e compostas denotam uma realidade específica de Moçambique, nomeadamente da sua fauna e da sua flora/realidade vegetal (cf. 20), podendo, em alguns casos, apresentar estruturas morfológicas onde figura uma base lexical de origem africana (cf. 21) ou inglesa (cf. 22).

- (20) a. Nomes de animais: *vaca-do-mato*, *peixe-pedra*
b. Nomes de plantas ou árvores: *canhoeiro*, *maçaniqueira*, *mafieiro*, *mafurreira*, *massaleira*; *tomatinho preto*, *pau-rosa*, *palmeira do marfim*, *mata-peixe*
- (21) a. *timbileiro*: ‘aquele que toca timbila’ (provém do xichangana; *mbila* é instrumento musical, uma espécie de xilofone (plural *timbila*)
b. *timbilar*: ‘tocar timbila’
c. *guevar*: ‘comprar em quantidade para revenda’ (de *gweva* ‘revendedor’, comum a várias línguas do sul de Moçambique)
d. *matacar*: ‘cobrir de lama a estrutura de madeira de uma casa; rebocar a barro’ (do macua *matthaka*, ‘lama’)
e. *muquerista*: ‘comerciante transfronteiriço informal, pessoa que pratica o muquero’ (comércio transfronteiriço informal, no Sul do país, com a Suazilândia e com a África do Sul)
- (22) a. *pauoso*: ‘que tem poder; poderoso’ (do ing. *power*)
b. *farmeiro*: ‘dono de uma quinta; agricultor comercial, por oposição a camponês’ (do ing. *farm*)
c. *biznisseeiro*: ‘negociante; que faz negócio’ (do ing. *business*)

Em suma: o léxico usado pelos falantes da variedade moçambicana do português inclui, a par de itens lexicais partilhados por toda a comunidade de falantes do português, um conjunto de itens que lhe são específicos, cujo uso está adstrito ao contexto socio-

dialetal de Moçambique. Em linha com Rio-Torto (2015), defendemos que as diferentes variedades do português (africanas e não africanas) servem-se dos

recursos e processos lexicais que possuem em comum, mas a partilha de um mesmo *input* não corresponde necessariamente ou sempre ao mesmo *output* lexical. Uma vez o *output* é comum, outras vezes não, porque se opta por outro processo ou por outro recurso equivalente. (Rio-Torto 2015: 139)

5. Conclusão

A descrição das produções lexicais de falantes de português em diferentes geografias permite observar inúmeros exemplos de variação e de contacto interlinguístico, incluindo dados relevantes quer para a compreensão do modo como a língua portuguesa se foi aclimatando a diferentes territórios, quer para a descrição das variedades linguísticas que se foram constituindo nesses lugares.

No seio de uma língua pluricêntrica como o português manifesta-se a interação de forças centrípetas e de forças centrífugas. No que à construção de palavras diz respeito, a força centrípeta resulta da continuidade do sistema derivacional do português, que é partilhado por todos os falantes da língua, independentemente da comunidade societal e dialetal de que façam parte. Como vimos, os esquemas construcionais (afixais ou não afixais) representam *constantes* na língua. Por sua vez, a força centrífuga é exercida pelo léxico específico em uso no seio de cada comunidade de falantes e pela diversidade e intensidade dos contactos com outras línguas. Com efeito, nas bases de dados do PM consultadas, encontram-se palavras derivadas ou compostas não atestadas nas restantes variedades, por instanciarem esquemas construcionais diferentes ou bases lexicais (*variáveis*) que denotam uma realidade específica de Moçambique. Entre estas, atestam-se alguns empréstimos de línguas bantu e do inglês.

Mais do que divergências em relação a uma variedade de referência, os dados devem ser ponderados com base na existência de um único sistema linguístico, com um conjunto determinado de esquemas de construção de palavras, e de diferentes variedades/normas, umas já consolidadas, outras ainda emergentes, que se apropriam do sistema derivacional de formas diversas, gerando assim produtos derivacionais nem sempre coincidentes com os construídos nas outras normas. Por conseguinte, não partilhamos a ideia de que existe neste domínio um “conflito” entre sistema e uso (Sandmann 1991: 75). O que existe é uma situação perfeitamente natural quando se pensa no português como uma língua

pluricêntrica: o sistema dispõe de um conjunto esquemas de construção isofuncionais, mas cada comunidade linguística particular usa e privilegia algumas palavras derivadas resultantes da aplicação, nem sempre coincidente, desses esquemas formativos.

Referências

AREÁN-GARCÍA, Nilsa (2009). «A variedade regional na sufixação». *Cadernos do CNLF* 13(4): 1573–1586.

AREÁN-GARCÍA, Nilsa (2010). «Concorrência entre sufixos: uma visão diacrônica». Em *Os estudos lexicais em diferentes perspectivas*, org. por I. M. Alves *et al.*, pp. 173–191. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

ARKADIEV, Peter & Kirill KOZHANOV (2023). «Borrowing of Morphology. With a Case Study of Baltic and Slavic Verbal Prefixes». Em *The Wiley Blackwell Companion to Morphology*, ed. por P. Ackema, S. Bendjaballah, E. Bonet e A. Fábregas, pp.1-33. Oxford: John Wiley & Sons.

BARROS, João de (1540). *Grammatica da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Apud Lodouicum Rotorigium.

BAXTER, Alan Norman (1992). «Portuguese as a pluricentric language». Em *Pluricentric languages: differing norms in different nations*, ed. por M. Clyne, pp. 11-23. Berlin, De Gruyter Mouton.

BOOIJ, Geert (2005). *The Grammar of Words. An Introduction to Linguistic Morphology*. Oxford: Oxford University Press.

BOOIJ, Geert (2010a). *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press.

BOOIJ, Geert (2010b). «Morphological Analysis». Em *The Oxford Handbook of Grammatical Analysis*, ed. por B. Heine e H. Narrog, pp. 507-529. Oxford: Oxford University Press.

BOOIJ, Geert (2016). «Construction Morphology». Em *The Cambridge Handbook of Morphology*, ed. por A. Hippisley e G. Stump, pp. 424-448. Cambridge: Cambridge University Press.

BYBEE, Joan (1995). «Regular morphology and the lexicon». *Language and Cognitive Processes* 10: 425–455.

DE BOT, Kees (2019). «Defining and Assessing Multilingualism». Em *The Handbook of the Neuroscience of Multilingualism*, ed. por J. W. Schwieter, pp. 3-18. Hoboken, NJ: Wiley Blackwell.

DIAS, Hildizina (2002). *Minidicionário de moçambicanismos*. Maputo: Edição da Autora.

DIAS, Hildizina (2009). *Português moçambicano: Estudos e reflexões*. Maputo: Imprensa Universitária.

FARACO, Carlos Alberto (2022). «Pedagogia da variação linguística: desafios e paradoxos». Em *Da Variação Linguística à “Pedagogia da Variação”*: descrição e ensino de português, org. por F. Brandão-Silva e E. C. Romualdo & H. B. Pereira, pp. 51-66. São Carlos: Pedro & João Editores.

GONÇALVES, Perpétua (2013). «O Português em África». Em *Gramática do Português*, ed. por E. P. Raposo *et al.*, vol. 1, pp. 157-178. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

HAGEMEIJER, Tjerk (2016). «O português em contacto em África». Em *Manual de Linguística Portuguesa*, ed. por A. M. Martins e E. Carrilho, pp. 43-67. Berlim: Mouton de Gruyter.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2023). *Padrão Linguístico em Moçambique*. INE.

JACKENDOFF, Ray & Jenny AUDRING (2016). «Morphological schemas: Theoretical and psycholinguistic issues». *The Mental Lexicon* 11(3): 467–493.

JACKENDOFF, Ray & Jenny AUDRING (2018). «Relational Morphology in the Parallel Architecture». Em *The Oxford Handbook of Morphological Theory*, ed. por J. Audring e F. Masini, pp. 390-408. Oxford: Oxford University Press.

JACKENDOFF, Ray & Jenny AUDRING (2020). *The Texture of the Lexicon*. Oxford: Oxford University Press.

LABAN, Michel (1999). *Mozambique: particularités lexicales et morphosyntaxiques e l'expression littéraire en portugais*. Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, Document accompagnant une demande d’habilitation à diriger des recherches.

LINDEGAARD, Vítor (2021). *Moçambicanismos: um glossário com algumas imagens*. Disponível em <<https://mocambicanismos.blogspot.com/>>

MACHUNGO, Inês (2001). *Neologisms in Mozambican Portuguese - a Morphosemantic Study*. University of Ghana, Tese de doutoramento.

MACHUNGO, Inês (coord.) (2024). *Observatório de Neologismos do Português de Moçambique*. Disponível em <<https://catedraportugues.uem.mz/observatorio-neologismo/2061>>

MARONEZE, Bruno (2005). *Um estudo da nominalização do português do Brasil com base em unidades lexicais neológicas*. USP, Dissertação de Mestrado.

MARONEZE, Bruno & Ieda Maria ALVES (2008). «Neologismos formados pelos sufixos -ção, -mento e -agem no português do Brasil». Em *As Ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*, vol. IV, pp. 95-112, org. por A. N. Isquerdo & M. J. B. Finatto. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MENDES, Amália; ESTRELA, Antónia; NASCIMENTO, Fernanda Bacelar do; PEREIRA, Luísa & Sandra ANTUNES (2016). «New words, old suffixes: Nominal derivation in the African varieties of Portuguese compared to European Portuguese». Em *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide. Part II: The Pluricentricity of Portuguese and Spanish. New Concepts and Descriptions*, ed. por R. Muhr [em colaboração com E. Duarte, A. Mendes, C. Amorós Negre & J. A. Thomas], pp. 129–144. Frankfurt am Main: Peter Lang Verlag.

NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; PEREIRA, Luísa; ESTRELA, Antónia; GONÇALVES, José Bettencourt & Sancho OLIVEIRA (2008). «Aspetos de unidade e diversidade português: as variedades africanas face à variedade europeia». *Veredas* 9: 35-60.

PAUL, Hermann (1880). *Prinzipien der Sprachgeschichte*. Halle: Max Niemeyer.

PETTER, Margarida (2008). «O léxico compartilhado pelo português angolano, brasileiro e moçambicano». *Veredas* 9: 61–81.

RIO-TORTO, Graça (2007). «Caminhos de renovação lexical: fronteiras do possível». Em *As ciências do léxico. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*, org. por A. N. Isquierdo e I. M. Alves, vol.3, p. 23-39. Campo Grande, São Paulo: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, Humanitas.

RIO-TORTO, Graça (2015). «Léxico, renovação e representações no Brasil e em Portugal». Em *Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações*, org. por André C. Valente, pp. 125-141. São Paulo: Parábola.

RIO-TORTO, Graça (2020). «Renovação do Léxico no Português brasileiro e europeu. Da neologia técnico-científica à neologia expressiva, humorística, lúdica». *LaborHistórico* 6(3): 196–223. Disponível em <<https://doi.org/10.24206/lh.v6i3.33323>>.

RIO-TORTO, Graça (2022). «O sufixo -NTE no português: convergência e divergência na formação de deverbais no português europeu, brasileiro e moçambicano». Em *Estudos do léxico: diferentes olhares e perspectivas*, ed. por M. Dores e M. Cordeiro, pp. 174-194. Rio de Janeiro: Letra Capital.

RODRIGUES, Alexandra Soares (2016). «Noções basilares sobre a morfologia e o léxico». Em *Gramática derivacional do português* (2.^a ed.), ed. por G. Rio-Torto *et al.*, pp. 35-133. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SANDMANN, Antônio José (1991). *Competência lexical. Produtividade, restrições e bloqueio*. Curitiba: UFPR.

SOARES DA SILVA, Augusto (2010). «Medindo a convergência e a divergência lexical entre o português europeu e o português brasileiro». Em *Língua Portuguesa: identidade, difusão e variabilidade*, org. por C. A. Gonçalves & M. L. L. de Almeida, pp. 89-109. Rio de Janeiro: AILP / UFRJ.

SOARES DA SILVA, Augusto (2014). *Pluricentricity: Language Variation and Sociocognitive Dimensions*. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton.

SOARES DA SILVA, Augusto (2018). «Variação linguística e pluricentrismo: novos conceitos e descrições». Em *Actas do XIII Congresso Internacional de Lingüística Xeral*, pp. 838-845. Vigo, Espanha: Universidade de Vigo.

SOARES DA SILVA, Augusto (2022). «Portuguese, pluricentricity and Brazilian Portuguese: A case of a reverted asymmetry?». Em *Pluricentric languages in the Americas*, editado por R. Muhr *et al.*, pp. 135-156. Graz, Áustria: PCL-Press.

TIMBANE, Alexandre António (2012). «Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique». *Cadernos de Estudos Linguísticos* 54(2): 289–306.

TIMBANE, Alexandre António (2014). «A Lexicultura no Português de Moçambique». *Linguagem: Estudos e Pesquisas* 18(2): 43–59.

VILLALVA, Alina & SILVESTRE, João Paulo (2014). *Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do Português*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Orientes - Aracne e a teia literária de Judith Teixeira (1880-1959)

Martim de GOUVEIA E SOUSA
ESAM - CEAR
martimdegouveiaesousa@gmail.com

Resumo

Tida por alguns como a única mulher no modernismo português, Judith Teixeira manifesta na sua obra, quase toda escrita na década de vinte do século anterior, um exotismo ético e um rubro cromatismo (o vermelho é a cor mais auspiciosa da China) que fazem da escritora, nessa viagem ao fundo do conhecimento de si, um caso de fulgor literário e de evasão orientalista.

Ora é a fábula mitológica de Aracne que parece aplicar-se ao percurso de Judith Teixeira: do ousio poético ao banimento, da quase morte à ressurreição, é justo que a ascese da escritora portuguesa incorpore uma orientação que mostre que os motivos e características da diferença orientalista constituem uma simbólica de eficácia e de novidade literárias.

Deseja-se ainda, por fim, cumprir o objetivo de desvelar o trajeto biobibliográfico de um nome que, não obstante o caminho feito, importa expandir e sujeitar a novos contributos e a outras leituras.

Palavras-chave: Judith Teixeira; modernismo português; orientalismo.

Abstract

Considered by some to be the only woman in Portuguese modernism, Judith Teixeira manifests in her work, almost all written in the 1920s, an ethical exoticism and a red chromaticism (red is the most auspicious color in China) that make her writer, on this journey to the depths of self-knowledge, a case of literary brilliance and orientalist evasion.

Now it is the mythological fable of Arachne that seems to apply to Judith Teixeira's journey: from poetic boldness to banishment, from near death to resurrection, it is fair that the Portuguese writer's asceticism incorporates an orientation that shows that the reasons and characteristics of difference orientalist forms a symbol of literary effectiveness and novelty.

Finally, the aim is to fulfill the objective of unveiling the biobibliographical trajectory of a name that, despite the path taken, is important to expand and subject to new contributions and other readings.

Keywords: Judith Teixeira; Portuguese modernism; orientalism.



A poetisa modernista Judith Teixeira (1880-1959).

© Arquivo de Fotografia de Lisboa, CPF.

0. Antestela

Não se pode dizer hoje que Judith Teixeira seja um caso de ausência na digladiacção literária ou até um exemplo de descaso¹, como acontecia há umas poucas de décadas na literatura portuguesa² e respetivas defluências. Sem denegação do lugar central no espectro literário macaense de Camilo Pessanha, esse génio poético de “orientalismo outro” (Pereira 2015: 59), e Henrique de Senna Fernandes³, “o mais representativo escritor de Macau” (Pereira 2015: 201), o orientalismo tem vindo a pontuar o discurso literário de um vasto conjunto de escritores portugueses, do século XVI até aos nossos dias. Não seria excesso, neste particular, trazer ainda à memória nomes como os de Gil Vicente, Camões, Amador Arrais, Fernão Mendes Pinto, de um sem número de historiadores, de Bocage,

¹ Lembro, a propósito, a realização do Colóquio em Homenagem a Judith Teixeira, entre os dias 28 e 29 de outubro de 2015, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e no Palácio da Independência, de que resultou uma publicação com três dezenas de ensaios plurímodos, em 2017.

² A escassez de reações até à publicação de *Poemas*, em 1996, é deveras evocativa: até então terão sido fundamentais para a permanência judithiana, independentemente da direção dos atos valorativos, as vozes de Aquilino Ribeiro, Fernando Pessoa, José Régio, Armando Vasconcelos de Carvalho, Raul Brandão, Albino Forjaz de Sampaio e António Manuel Couto Viana. Salvo a última, bem fundamental, todas as demais foram relativamente circunstanciais.

³ Senna Fernandes incorpora, com Maria Ondina Braga e Rodrigo Leal de Carvalho, o capítulo 12, sob a designação “As grandes sumas ficcionais de Macau”, do monumental e estimulante ensaio de José Carlos Seabra Pereira *O delta literário de Macau*.

Eça de Queirós, Tomás Ribeiro, Cristóvão Aires, António Feijó, António Patrício, Roberto de Mesquita, Alberto de Oliveira, Oliveira Soares, Eugénio de Castro, Alberto Osório de Castro, Wenceslau de Moraes, Ferreira de Castro, Miguel Torga, Eugénio de Andrade, António Manuel Couto Viana, Cruzeiro Seixas, Maria Ondina Braga ou de José Valle de Figueiredo que, de forma mais decorativa ou mais subtil e estruturada, imergiram nessa orientação de que a listagem supra é mero exemplo. Como muito bem diz Carlos Ascenso André, “a pequena cidade à beira do grande Delta foi-se afirmando na sua identidade de encruzilhada”, marca identitária essa “que atraiu poetas, prosadores, homens e mulheres das letras e das artes” (André 2015: 5), tenham ou não estado em Macau, servindo essa pegada histórica e cultural como fonte de inspiração, de dinamismo e de evasão superadora de anseios.

Tida por alguns como a única mulher no modernismo português, Judith Teixeira manifesta na sua obra, quase toda escrita na década de vinte do século anterior, um exotismo ético e um rubro cromatismo (o vermelho é a cor mais auspiciosa da China) que fazem da escritora, nessa viagem ao fundo do conhecimento de si, um caso de fulgor literário e de evasão orientalista.

Ora é a fábula mitológica de Aracne que parece aplicar-se ao percurso de Judith Teixeira: do ousio poético ao banimento, da quase morte à ressurreição, é justo que a ascense da escritora portuguesa incorpore uma orientação que mostre que os motivos e características da diferença orientalista constituem uma simbólica de eficácia e de novidade literárias.

Deseja-se ainda, por fim, cumprir o objetivo de desvelar o trajeto biobibliográfico de um nome que, não obstante o caminho feito, importa expandir e sujeitar a novos contributos e a outras leituras.

1. Primeira estela - Judith Teixeira: a vida, a obra e as vozes

Jacques Derrida cria um espaço para estas pessoas assim nascidas sob a influência da herança de um nome que é judaico. Judith Teixeira portando-o, isto é, libertando ostensivamente os sinais da inscrição, entronca naquilo a que o filósofo franco-argelino designou como situação de criança espectral e patriárquica mergulhada num mal radical suscitando uma “impaciência absoluta de um desejo de memória” (Derrida 2001: 9). E, pensando bem, contando com a vida e a morte, espaços inevitáveis sem aprendizagem, eis que, no caso de Judith Teixeira, ao silêncio da primeira noite sobrevém o dia iniciático, começado, é certo, mais atrás, naquele último quartel do século XIX, preso guturalmente

a uma cicatriz sociológica e geográfica de etiologia viseense. Uma marca decisiva, pois, na pele cultural de uma artista encravada *ab initio*, como vimos, entre a margem e a diáspora. Algo muito próximo daquela afirmação de Teixeira de Pascoaes que pulveriza e enlaça: “Mais do que o lugar em que nascemos para a morte, pertencemos àquele em que nascemos para a vida, que é puramente espiritual” (Pascoaes 1942: 47).

Estamos nesta área, neste lugar, sem cientismo, estaremos mesmo naquela que é mesmo “a mais portugueza e a mais bella de todas as nossas provincias” (Almeida 1890: 332), a portuguesa Beira Alta. No último quartel do século XIX, o continente e as ilhas não atingiam ainda os 5 milhões de pessoas (Girão & Velho 1944: 9), o que aconteceria em 1890 (Id. 1944: 9) e a zona central do país virá a sofrer alguma pressão demográfica por via dos “poucos recursos do solo” e à fuga para “a capital e outras terras portuguesas” (Id. 1944: 17).

Mas vamos a Judith Teixeira, a essa estela levantada em teia literária. Em 1880, Viseu era o que era – uma cidade rural, sem mais que mostrar do que um já combalido casco histórico, bastante delapidado por poderes pouco dados à conservação ali por inícios do século e com presença assinalada de judeus desde tempos remotos, “havendo notícias da sua fixação nesta zona muito antes da invasão dos mouros em 711” (Ferreira 2009: 544). País de bocados que nada consegue unir, aceite-se o asserto de José Mattoso e colaboradores que, em tom admonitório, adianta que “é sempre bom não esquecer a terra”, esse “ponto privilegiado que serve de foco ao nosso «retrato»” (Mattoso, Daveau, Belo 1997: 12). E nesse retrato, na grande e pequena cidade concelhia, junte-se a ideia de um aglomerado urbano de menos de 50 mil pessoas como se vê nos quadros estatísticos de Girão e Velho (1944).

Sobrevindo, Judith Teixeira ganha as luzes do palco cultural português e a década de vinte desse século XX só o poderia replicar no porvir. Mas não, que a conveniência não deixava. Atribui-se-lhe, pois, um lugar qualquer ou um não-lugar, seguindo-se a espectralidade derridaniana. Um escritor sem lugar há de ser um bom lugar literário, nomeadamente quando o presente arrasta consigo um bom número sem existência colado ao êxito e à sagração pública. Passada a usura, quantos animadores da coisa literária nossa coeva resistirão contra o tempo, como acontece com Judith Teixeira, deslembada em tempos e fulgurante mulher-poeta do século XX português, rompendo pelo presente século como se não houvesse morte?

Sem hesitações, é Judith Teixeira a única mulher no modernismo português e um caso de safismo literário que a torna expoente de uma deriva original que é uma face autêntica de modernidade artística e de coragem expressional.

Mas quem conhece, hoje, Judith Teixeira?

Quase esquecida, bem se pode dizer que Judith Teixeira é, no sentido de Luís Miguel Nava, um “... olhar que a solidão vai devagar apedrejando.” (Nava 1982: 32)

Longe vai aquele dia primeiro do mês de Fevereiro de 1880 em que um indivíduo do sexo feminino, de nome Judith, nascido na Viela de S. Francisco pelas 9 horas da manhã, foi solenemente batizado na Sé Catedral de Viseu. Neta paterna de avós incógnitos e neta materna de José Filipe e Maria Rosa, filha natural de Maria do Carmo e de pai incógnito, nascera Judith no dia 25 de Janeiro do ano mencionado e desde então aberto ficava um trajeto sob o signo do abandono e do dectivo.

No jornal progressista *O Districto de Viseu*, nesse mesmo dia em que Judith Teixeira veio ao mundo, publicava-se na primeira página um poema de Emília Motta sob a égide intitativa “À memoria da minha estimada amiga / D. Anna Amalia Barreto Gayo”. A isotopia da dectivo que irrompe do texto permite uma linha de conexão com o destino vital de Judith e, emblematicamente, o acúmulo de palavras e expressões como ‘orfandade’, ‘sem nada’, ‘tristeza’, ‘resignada’, ‘sepulcro’, ‘sem ninguém’, ‘imensa dor’, ‘luto’, ‘morte’ e ‘desterro’ parece indiciar o trajeto judithiano. No teatro da rua Escura, nesse domingo de 25 de janeiro de 1880, a Sociedade Dramática de Curiosos Viseenses, apresentava a primeira representação do drama em 4 atos “O Cigano”, original do sr. Cezar Perissi de Lucca, com bilhetes à venda na rua do Soar de Baixo. E isso é mais um indício ou uma casualidade estranha, se ligado à poetisa nascente e ao seu destino.

Um salto no tempo de mais de um quartel faz-nos encontrar uma Judith solteira-maior, com vinte e oito anos completos, vivendo na Rua do Arco do Carvalhão, na cidade de Lisboa. Só em 1908 a escritora veio a ser perfilhada por Francisco dos Reis Ramos, alferes de infantaria já falecido, através de ação judicial contra a mãe e uma tia, tendo o processo corrido na 5ª Vara da Comarca de Lisboa. Só então Judith dos Reis Ramos tinha direito ao nome. Em busca de um nome e de si, corre Judith Teixeira, casando-se e divorciando-se de Jaime Levy Azancot, para quase logo voltar a casar com o advogado e industrial Álvaro Virgílio de Franco Teixeira. Judith Teixeira virá a falecer em Lisboa, no ano de 1959, viúva e isolada, estranhamente sem família e sem bens, mais só do que Franz Kafka.

De acordo com depoimento da autora, os primeiros tentames poéticos terão acontecido antes do último lustro do século XIX, conhecendo-se, bem mais tarde, entre 1918 e 1919, incursões da autora pelo conto, sob o pseudónimo de Lena de Valois.

Pego, quase ao acaso, n' *A Capital* de 3 de Março de 1923 e leio, entre suicídios e greves de fome, nas notícias de última hora, sob o título “Literatura imoral”: “À polícia foi dada ordem para serem apreendidas as edições de mais livros tidos como literatura imoral.” A sanha persecutória relativamente a obras literárias, que não era súbita, caracteriza o estertor da 1ª República e aparece concretizada na mesma coluna do jornal do dia 5 de Março, debaixo da intitulação “Apreensão de livros”: “Em conformidade com instruções superiores foram apreendidos pela polícia os livros intitulados: *Sodoma Divinizada, Canções e Decadência.*” As obras de Raul Leal e de António Botto vieram a ser defendidas por Fernando Pessoa, que revelou a sua misoginia ao omitir o nome da poetisa. Ao contrário, um António de Monsanto, que, no mesmo diário, em asserto judicativo, considera a obra judithiana elevada, emotiva e delicada, estranhando a campanha vexatória contra a edição “notável de elegância” e de “sumptuosa combinação estética”.

Mas falar de Judith Teixeira é entrar na agitada década de 20 e presenciar «as orgias de morfina» e «as horas sensuais, / as horas delirantes», dos poemas “Fim” e “O meu chinês”, publicadas por José Pacheco, na sua *Contemporânea*, por 1922; o escândalo de *Decadência* (1923), com uma rede voluptuosa de sinais explícitos, como acontece no poema “A estátua”, onde uns “seios de bicos acerados” são a singular razão dos cuidados, ou no poema “Perfis decadentes”, onde “Os corpos subtilizados, / femininos” se enlaçam, mordendo-se as “bocas abrasadas, / em contorções de fúria, ensanguentadas!”.

Conhecer Judith Teixeira é ainda lembrar o equilíbrio cinéreo de *Castelo de Sombras* (1923); a coragem manifestada em *Nua. Poemas de Bisâncio* (1926), ao dedicar a obra aos “braços delgados, e brancos, e nus” da sua Quimera; a força assertiva da conferência *De Mim* (1926); ou a toada estranhizante das novelas *Satânia* (1927).

Para além de poeta, ficcionista, ensaísta e conferencista, Judith Teixeira foi também tradutora e cronista, tendo ainda dirigido a revista *Europa*, de que saíram três números, em 1925.

O último poema de *Decadência*, que tem o título “Última frase”, assume um tom admonitório:

Minha alma ergueu-se para além de ti...
Tive a ânsia de mais alto
- abri as asas, parti!

Outubro 1922
(Teixeira 1923: 77)

2. Segunda estela - Judith Teixeira, aracne e a coreografia

Conduzindo às chamas, as letras dizem, no sentido de Deleuze, não haver lugar para o medo nem para a esperança. A confusão instaurada desde cedo na cidade dos homens, com os jogos mediáticos e a sede de centralidade, fazem dos objetos impressos rostos sem face que conjugam o esquecimento com a “desmemória”. Ilude-se o escriba contra o fascínio ainda aurático dos dizeres que já não dizem. O arco hermenêutico dos dias sobreviventes trazem só o sal da morte e o sussurro burocrático. Ao fim da escuta, muitos dos melhores atos poéticos são ágrafos e brancos, sem borrão de tinta escurecida. No entanto, encontros e desencontros existem que cortam a algaravia citadina e são matéria legível. Ao encontro, pois, do espaço cego e do negativo-produtivo da desintegração.

Prospetivo, um salto no tempo leva-nos a Lisboa, ao palco das letras e à revista *Contemporânea*, “feita expressamente para gente civilizada” e “para civilizar gente”. Ousados, um nome desconhecido e um sonetinho abalam a pacatez da capital no ano de 1922. Judith Teixeira, outrora Lena de Valois, estreava-se verdadeiramente na faina literária, rodeada de grandes nomes (Sardinha, Almada, Sá-Carneiro, Raul Leal, Mário Saa e António Ferro são apenas alguns), aparecendo inserta no segundo número da revista modernista de José Pacheco. Trata-se do sonetinho “Fim” e da impossível alusão, no verso final, a umas “orgias de morfina”.

Regresso à década de vinte. O ano de 1922 foi para Judith Teixeira, como vimos, um período de tirocínio e de preparação para o embate de 1923. E, de facto, esse ano de 23, que é o da publicação do livro de poemas *Decadência*, não poderá ser dissociado da polémica da “literatura de Sodoma” que invadiu uma Lisboa cada vez mais conservadora. O fundamentalismo conservador e moralista, personificado por um conjunto de jovens integralistas chefiados por Pedro Teotónio Pereira, avança e acirra as autoridades no sentido da reacção àquilo a que eles chamavam “literatura dissolvente”. Nessa onda de incompreensão embarcam os responsáveis políticos e militares, que, sem pestanejar, ateam a fogueira, recriando, nessa patologia ígnea, os velhos autos-de-fé de tão ingrata memória. *Sodoma Divinizada* de Raul Leal, *Canções* de António Botto e *Decadência* de Judith Teixeira são arrestados das livrarias e queimados publicamente junto ao Governo

Civil. Pessoa defende Botto e Leal, mas nada diz sobre Judith. Aquilino Ribeiro não só defende a poetisa, como a diz “uma poetisa de valor”. Posição semelhante, no jornal *A Capital*, adota um António de Monsanto, o qual, para lá de ver na apreensão do livro judithiano um “excesso de zelo”, exalta o “belo espírito de artista” da poetisa e o renovador aspeto gráfico do livro de poemas. De resto, só um silêncio comprometido e um número não desprezível de vozes coléricas, que não de leitores. E, no entanto, esse livro debutante, se titularmente parece preso ao epigonismo decadentista – e lembro que, como o diz Calinescu, o Decadentismo é uma das faces da modernidade -, contém em si virtuosismos que permitem aproximá-lo do Modernismo, seja pelo vezo sáfico, seja ainda pelo dialogismo com as artes plásticas, não sendo despicienda ainda a sugestão surrealista que perpassa em alguns desses poemas. Lembro, por exemplo, o poema “A Estátua”, para que se não perca esta prova de ineditismo erótico e de ousadia expressional judithiana na década de vinte. Diz o texto:

O teu corpo branco e esguio
prende todo o meu sentido...
Sonho que pela noite, altas horas,
aqueces o mármore frio
do alvo peito entumecido...

E quantas vezes pela escuridão,
a arder na febre dum delírio,
os olhos roxos como um lírio,
venho espreitar os gestos que eu sonhei...

.....
- Sinto os rumores duma convulsão,
a confessar tudo que eu cisme!

.....
Ó Vénus sensual!
Pecado mortal
do meu pensamento!
Tens nos seios de bicos acerados,
num tormento,
a singular razão dos meus cuidados!
Fevereiro – Noite Luarenta
1922 (Teixeira 1923: 15-16)

De facto, esta estesia perante o corpo feminino que o sujeito poético manifesta, se, por um lado, convoca as mulheres esculturais de um Klimt (e lembro obras suas como “O Teatro de Taormina” (1886-1888), “A Escultura” (1896), “Nuda Veritas” (1899), “Judith I” (1901), “Judith II” (1909)..) e o conexo deslumbramento pelo narcisismo

lésbico, universo a que o mesmo Klimt (1862-1918) também aderiu (*uerbi gratia*, com “Serpentes de Água-II” (1904-1907)), não deixa ainda de ser verdade que nessa obsidência se tipifica uma indenegável e modernista estratégia da rutura. Aliás, a interatividade da obra literária judithiana com as artes plásticas, no bom sentido dos melhores modernistas, será uma constância (poemas “Por Quê?” e “Liberta”, ambos de *Decadência*, são exemplo suficiente), tendo a própria poetisa sido retratada por Carlos Porfírio (1922 ou 1923) e por Guilherme Filipe (1926), dois pintores de manifesta atualidade epocal.

Tal vertente homoerótica, projetada ou vivenciada pela poetisa, é, na sua constância sem exclusivismo, uma característica não despicienda à época – e relembro que falamos de 1923 –, transformando-se, nesse indefetível arrojo contra as vozes da turba escandalizada, em condição de originalidade poética sem sujeição. E é assim, de novo no rasto de Klimt, cuja obra Judith Teixeira parece ter conhecido e interiorizado, que encontramos no poema “Perfis Decadentes” uma intensa cena de deflagração lésbica do amor que a poetisa poderia perfeitamente ter ido “beber” à já mencionada “Serpentes de Água II” do pintor austríaco, obra que retrata, segundo Gilles Néret, “um mundo narcisista povoado de lésbicas que se enrolam em espirais nas correntes, feito de sonhos aquáticos”. Diz assim o poema:

Através dos vitrais
ia a luz espreguiçar-se
em listas faiscantes,
sobre as sedas orientais
de cores luxuriantes!

Sons ritmados dolentes,
num sensualismo intenso,
vibram misticismos decadentes
por entre nuvens de incenso...

Longos, esguios, estáticos,
entre as ondas vermelhas do cetim,
dois corpos esculpido em marfim
soergueram-se nostálgicos,
sonâmbulos e enigmáticos...

Os seus perfis esfíngicos
e cálidos
estremeceram
na ânsia duma beleza pressentida,
dolorosamente pálidos!

Fitaram-se as bocas sensuais!
Os corpos subtilizados,
femininos,
entre mil cintilações
irreais,
enlaçaram-se
nos braços longos e finos!

.....
E morderam-se as bocas abrasadas,
Em contorções de fúria, ensanguentadas!
(Teixeira 1923: 31-32)

Se, do ponto de vista temático, as semelhanças são iniludíveis, não deixa ainda de ser verdade que estilematicamente há traços afins que permitem afirmar haver relações de intertextualidade entre os dois autores e as duas obras citadas: os vitrais judithianos serão, afinal, a linfa klimtiana; as algas multicolores e coruscantes do pintor são transformadas por Judith “em listas faiscantes, / sobre as sedas orientais / de cores luxuriantes”; as rotas aquáticas em espiral da obra plástica são agora “nuvens de incenso” (e olhe-se o desafio!) e “as ondas vermelhas do cetim”; os corpos oblongos e estilizados do pintor Gustav são em Judith longos, “esguios, estáticos, /...corpos esculpidos em marfim”; os klimtianos rostos de mulher, misto de frigidez e efervescência, são pares dos judithianos “perfis esfíngicos, / e cálidos” que estremecem “na ânsia duma beleza pressentida, / dolorosamente pálidos!”; os compridos braços de dedos longilíneos das mulheres narcísicas do artista de Baumgarten (Viena) estão também presentes “nos braços longos e finos” das criações da mulher-poeta viseense; o halo irreal ou surreal que recobre o conjunto plástico de tonalidade onírica é equipolente da atmosfera de sonho que conquista o centro do poema através daqueles “corpos subtilizados, / femininos, / entre mil cintilações / irreais”; e, por fim, uma mesma dimensão de tragédia e de revolta decadentista-modernista na deflagração amorosa, citando eu o exuberante exemplo “E morderam-se as bocas abrasadas, / em contorções de fúria, ensanguentadas!”.

Tragédia decadentista e coragem modernista, eis o que se colhe desta interação textual. Judith Teixeira, influenciada pelas artes em geral e pelas artes plásticas em particular, desde o seu primeiro livro de poesia, de que citei exemplos evocativos, prova obedecer ao preceito de Georges Bataille segundo o qual a arte autêntica é forçosamente prometeica. A transgressão e o voo livre pelos interditos faziam de Judith Teixeira, desde 1923, um caso raro de afirmação de um lugar poético original e sem sujeição. Mas, como

sempre acontece, estar com os tempos modernos era ainda demasiadamente cedo para que a sua inscrição literária se viesse a fazer em época de fundamentalismo misógino e de gradual fechamento político. E, como o diria um Gil de Carvalho, já no último lustro de Novecentos, ela era um misto de Florbela Espanca e de Irene Lisboa, sendo, por isso, de lamentar tão grande silêncio dos escoliastas literários.

Não se fica pelo referido o virtuosismo literário de Judith Teixeira. De facto, uma outra voz coeva, que a poetisa portuguesa com toda a certeza desconhecia – e falo de Delmira Agustini (1886-1914), a cultuada pitonisa uruguaia do modernismo hispânico -, manifesta afinidades eletivas, poéticas e biográficas, com Judith. Aliás, essa convergência de articulação poética já foi notada por um René Garay, que defende que a subversão das imagens consagradas é comum em ambas: o cisne de Delmira nada deve à simbologia do modernismo hispânico glosada pelo seguidores de Ruben Darío, antes se subtilizando em desejo irreprimível no poema “El cisne” do livro *Los cálices vacíos* (1913), o que, afinal, também acontece com Judith Teixeira nos poemas “Ao Espelho” (“e eu vou pensando, / no cisne branco e mudo / que no espelhante lago adormeceu”) de *Decadência* ou na composição poética “Ilusão” de *Nua. Poemas de Bizâncio* (1926), que é, sem dúvida, uma fulgurante exemplificação da capacidade estranhizante das imagens judithianas, com a sua pregnância onírica animada por uma belíssima criatura “esculpida em neve” que tem sobre a nudez jovem do corpo “dois cisnes erectos”. Mas esta atinência é muito mais completa, passando não só pela coincidência biográfica (apodo de sáficas, recurso ao divórcio, colaboração em revistas, rebeldia e insubmissão, silenciamento...), como principalmente por uma “technê” criadora plena de sensualidade e de inferências decadentistas, modernistas e vanguardistas (“Os meus versos não têm escola – são Meus!”, gritará Judith Teixeira, em 1926, na importantíssima conferência *De Mim*).

Há um caminho que quem com poder deve traçar. Passam mais de cem anos sobre a vergonha da perseguição à chamada “literatura de Sodoma”. Nesse abismo persecutório, uma mulher de Viseu, a poetisa Judith Teixeira, que para das obras mencionadas escreveu ainda *Castelo de Sombras* (1923) e o livro de novelas *Satânia* (1927), sofreu digna e superiormente os golpes da intolerância. Em arte, as normas do pudor, essa “polícia dos enunciados que filtram as enunciações” (Hernando 1999: 14) de que fala Alberto Hernando, devem ser banidas.

Não faltando a coragem, corte-se o mal e a raiz. Espero, entretanto, não pensar por muito mais tempo naquele poema, o “landay” 92 de uma mulher afegã, que Sayd

Bahodine Majrouh resgatou do silêncio, e que aplico à circunstância: “Tenho na mão uma flor que murcha / Não sei a quem a dar nesta terra estrangeira” (Majrouh 2005: 68).

Como em Mishima, há um *seppukar*, um suicídio ritual em Judith Teixeira que foi silêncio angustiado e quase morte. Atentos, haja em Viseu, em Macau e no mundo um espaço para a memória e para uma “dimensão vertical” inscrita entre o corpo e o fel.

3. Terceira e derradeira estela – exotismo e orientalismo ético em Judith Teixeira

Do mesmo modo que no poema imortal a deusa Hera “vestiu uma veste ambrosial, que Atena / lhe tecera com alta perícia, urdindo muitos bordados” (Homero 2005: 287), assim esta tendência judithiana merece uma particular atenção e alguma perícia analítica – a isto chamaremos *uma certa orientação* num todo vasto e multiforme.

Neste sentido de descentrar para melhor centrar, diga-se que na obra judithiana se levantam perante o nosso olhar atento sinais poéticos cujo correlato metafórico é um conjunto de estelas disseminadas, à espera de atenção. As suas várias direções têm um centro, uma atração poética que é central de energia e fulgor identitário. Como em Segalen, a “direcção não é indecisa” (Segalen 1996: 19), antes exige que nos voltemos para Oriente e nos orientemos.

E aí, nesse lugar encontrado por orientação, convém que entremos sabendo que o conhecimento exótico é a incorporação de que algo é diferente do que se é e que a força dessa diferença radica no segaleniano “poder de conceber outro” (Leys 1996: 147). Habitada pelo sentimento do diferente, Judith Teixeira vai disseminando na sua obra, e não só na poética, lugares que conduzem a linhas de leitura disfóricas e decetivas fortemente significativas de tal isotopia da diferença. E assim, o mundo judithiano é um palco sacrificial coado pelo sonho e pela imaginação onde perpassam singularidades e inaptações, desejos e impossibilidades. E, diga-se, um transbordante gozo de sentir o diferente, a diferença, de se sentir outro (a), na diversidade.

Viajando até ao íntimo de si, a teia poética judithiana assinala diferenças, marca distâncias, rompe e sutura, elevando níveis, intensificando e acumulando. Nessa exaltação, irrompe um sentido novo numa poesia multimoda que é mostração e ocultação. Sem exaustão, e na sequência da abordagem que seguimos em direção a um certo orientalismo ético descortinável na poetisa, diga-se que as análises que têm vindo a lume, nomeadamente nas últimas décadas, preenchem já uma boa paleta de tematizações e perplexidades científicas – por exemplo, relativamente à obra de Judith Teixeira, René Garay inscreve a poetisa como o expoente do modernismo sáfico português (Garay 2002);

Ana Raquel Fernandes fala-nos de uma poética *queer* em Portugal na primeira metade do século XX e refere mesmo que na terceira coletânea poética judithiana existe, desde o título, a remissão dos “leitores para um universo oriental” (Fernandes 2017: 43); por seu turno, António Fernando Cascais exara uma leitura *queer* da conferência *De Mim* e frisa que nela a luxúria é resignificada “como arma de auto-defesa que se vira contra a agressão de que é alvo” (Cascais 2017: 107); já Andrade Moniz exalta as ressonâncias clássicas e bíblicas na obra judithiana defendendo que “a obra desta autora não despreza o legado cultural herdado da Antiguidade, certa do seu valor na configuração de novos horizontes históricos” (Moniz 2017: 129); Isabel Ponce de Leão desvela na obra judithiana uma poética hétero e homoerótica e conclui que “a poesia do corpo de Judith Teixeira releva, antes de mais, a necessidade de alcançar o absoluto poético e amoroso” (Leão 2017: 257); Maria do Carmo Cardoso Mendes destaca o vezo decadentista⁴ em Judith Teixeira e alude a uma atração pelo exotismo oriental, concretizando-se esse fascínio “em imagens e objetos, assim como na omnipresença da cor dourada” (Mendes 2017: 313); e, por fim, tenho eu vincado que a incisão literária de Judith Teixeira dimana de um corpo insólito, teatralizado e significativo que, deflagrando planos de atuação, atinge um nível teratológico como “estratégia semiótica” que convoca “um corpo desvelando-se em alongamentos” (Sousa 2017: 352) e outros movimentos de cisão e interdição (Sousa 2009 a b).

Sob o patrocínio de Aracne, a teia laboriosa e poética de Judith Teixeira estende-se então velada de tonalidades rubras, nesse auspicioso orientalismo que se derrama sem contenção, assinalando, no cromatismo rubro, nesse sínico vermelho, uma tendência insubmissa e exótica. E assim ressumam na obra judithiana, aqui e além, lexias e presenças tais como: ar sensual; cetins de mil cores e veludos; rei de Tule e Shèhèrezade; países distantes; alcovas, salas e sedas orientais, encarnadas e provocantes; ciganos, haréns e paraísos artificiais (heroína, morfina e incensos); oiros, espelhos e fulgências; errâncias (hebreus, Carmelo, Líbano e Cidade Santa).

Mas vamos diretamente para algumas exemplificações do específico orientalismo judithiano. Em *Decadência* (1923), no poema “Conta-me Contos”, tal presença assume uma tonalidade de um exotismo evasivo, instando o sujeito poético em dialogismo com

⁴ Lembro, neste particular, o trabalho que realizei em 1998-1999, no âmbito do Mestrado em Estudos Portugueses na Universidade de Aveiro nas disciplinas de A Língua e as Tecnologias da Comunicação e Hermenêutica e Investigação Avançada, sob a orientação do Professor Doutor Telmo Verdelho, com o título *Do Decadentismo: A palavra obsessiva na obra poética de Judith Teixeira (Contributo para uma edição crítica)*.

um tu a que este aceda ao seu desejo de o ouvir contar: “Conta-me a vida dos ciganos / nómadas, errantes. / Diz-me dos orientais / que têm paixões brutais / e dos seus haréns, / as cenas sensuais” (Teixeira 1923 a: 13). Já a composição “O Meu Chinês”, nessa objetiva e marcada intitulação que não nega o objeto nem tão pouco a efusão lírica, implica, no sentido de Leo Hoek, que olhemos para essa primazia titular já que “le titre est non seulement cet élément du texte qu’on perçoit le premier dans un livre mais aussi um élément autoritaire, programmant la lecture. Cette suprématie de fait influence toute interprétation possible du texte.” (Hoek 1980: 2) Fisicamente determinado possessivamente, assim se apresenta este chinês poético: “Nos olhos de seda / traçados em viés, tem um ar tão sensual / o meu Chinês...” (Teixeira 1923 a: 17) Sobre uma almofada de cetim, esta figura poética é motivo de evasão e escapismo: “fujo levando / o meu Chinês comigo!” (Teixeira 1923 a: 17) E assim, o sujeito lírico evade-se para espaços diferentes e libertadores, nisso cavando a ideia de um real castrador e perturbante: “E lá vamos! / Nem eu sei / para que alcovas orientais, / em que países distantes, / realizar / as horas sensuais, / as horas delirantes / com que eu sonhei!...” (Teixeira 1923 a: 18)

Dos “grãos de incenso” do poema “Porquê?” (Teixeira 1923 a: 29) ao esplendor do exotismo orientalista de “Perfis Decadentes”, com uma ambiência de “sedas orientais / de cores luxuriantes”, “nuvens de incenso” e “ondas vermelhas do cetim” (Teixeira 1923 a: 31), da “seda encarnada” de “Insónias” (Teixeira 1923 a: 37) ao “cetim de mil cores” e ao sânscrito “Radjah” de “O Meu Vestido” (Teixeira 1923 a: 47-48), do desejo “de queimar incenso, / na minha sala oriental / nestes dias de tédio que eu não venço!” de “O Teu Perfil” (Teixeira 1923 a: 57) aos “cetins roçagantes / da minha colcha encarnada!” e “às mãos cheias” de “A Minha Colcha Encarnada” (Teixeira 1923 a: 59), todo o acúmulo prova uma clara tendência que só pode significar.

Ainda no mesmo ano de 1923, sai a lume *Castelo de Sombras*, um livro de poemas mais retraídos e menos explosivos, que um codicioso António Manuel Couto Viana classificará como tendo “uma forma mais perfeita” (Viana 1977: 203). Mas mesmo aqui não deixa de estar presente esse sopro orientalista e, afinal, estrutural numa poética alarmada e subversiva que eticamente colhe as suas ferramentas de eficácia. Veja-se, por exemplo, a concomitância metafórica da geadas como “mostruário dum hebreu” com o exterior onde “refulgem pedrarias” e existe um sol, “fonte doirada e faiscante”, que “incendiou os vidros da janela” no poema “Nostalgia” (Teixeira 1923 b: 49-50) ou aquele “um estranho palhaço de cetim” (Teixeira 1923 b: 55) na composição poética “O Palhaço”.

A revista *Europa*, que Judith Teixeira dirigiu entre abril e junho de 1925, e na senda da temática orientalista, encerra no número inaugural um interessante artigo de Victor Falcão intitulado “Bugigangas - Chinesices” em que se fala de Camilo Pessanha colecionador de arte oriental. Assim diz o autor:

Camilo Pessanha, artista de nascença, autor de versos que têm cintilações de pedrarias raras e que rescendem mil perfumes inebriantes, entreteve-se, há anos, na China das porcelanas de museu e dos brocados de liturgia, a formar carinhosamente uma coleção de preciosidades artísticas orientais. (Falcão 1925: 3)

Sempre louvando o nosso poeta e também de Macau, Falcão critica o descuido do governo português face à oferta da coleção de arte oriental de Camilo Pessanha – a “sua dádiva principesca, obra do seu coração e da sua inteligência, jaz há longos *dez anos*, talvez envolta em bolor e acompanhada de lixo nalguns vulgares caixotes de pinho tosco depositos nos armazéns do Museu de Arte Antiga.” (Falcão 1925: 3) O artigo em causa, lembre-se que editado por Judith Teixeira que dirigia a revista, para além de exaltar as qualidades poéticas e culturais de Camilo Pessanha, bem como o seu caráter despojado, trata a China como “uma civilização milenária que não cessa de maravilhar-nos.” (Falcão 1925: 3)

A última coletânea lírica de Judith Teixeira, de título *Nua. Poemas de Bizâncio* (1926), no despojamento titular anunciante de uma literatura viva e sincera, contém, nesta senda orientalista, os “Amores de Sheherazade” (Teixeira 1926 a: 13) e o poema homónimo (Teixeira 1926 a: 67), o cromatismo rubro das “orquídeas vermelhas / das minhas sensações” (Teixeira 1926 a: 22) e a visão obsessiva da “Loira Salomé / de ritmos esculturais” do poema “Ilusão” (Teixeira 1926 a: 23), o aconchego da “seda esmaecida” na composição “O fumo do meu cigarro” (Teixeira 1926 a: 25), a baudelairiana e cesariana “papoila rubra, / esvoaçando graça, / a sorrir...” do texto “A bailarina vermelha” (Teixeira 1926 a: 29), a comparação vibrante dos braços com “açafates / de rosas vermelhas” e o enlaçamento “num brando afago, doce, de veludo” em “A cor dos sons” (Teixeira 1926 a: 33-34) ou o ardimento que se ergue em rubor “em listrões vermelhos, / subindo ao infinito! (...)// Para abrasar a doce rosa-chá / da tua carne de Outono, / pálida e arrefecida! (...)// em loucas vibrações / de sangue e seda” (Teixeira 1926 a: 44-46), no poema “Domínio” de “Sinfonia do Amor”. Às vezes, tal orientação judhitiana evidenciava-se em objetos, de que são exemplo o gomil no poema “Gomil de graças” (Teixeira 1926

a: 53) ou na divisória titular “O meu gomil de amarguras” (Teixeira 1926 a: 71), quer ainda os aludidos tecidos atrás mencionados.

Face a toda a polémica que a poesia de Judith Teixeira gerou nesse embate com o público da década de vinte do mesmo século, a poetisa viu-se forçada a responder literariamente a acusações e reprimendas com a inteligentíssima conferência *De Mim* (1926). Diligente, a escritora lembra que se a sua obra inquietava “era porque nessa substância ‘alguma coisa’ havia” (Teixeira 1926 b: 11), ela que fora acusada de nada valer. Para a inteção do orientalismo evasivo e ético de Judith Teixeira, existe na conferência um passo bem evocativo da via que perseguimos: conta a conferencista o caso de um conhecido seu aludir às viagens efetuadas e a lugares que ela desconhecia e, no entanto, conhecia através de postais. O caso é muito interessante e, porque também sobre o Oriente, merece lugar de destaque:

Essa pessoa veio um dia falar-me das suas viagens. As suas descrições eram completas, perfeitas, mas eu já as conhecia. Ficou desolado quando lho disse.

Ele tinha visto todo o Oriente. Eu nunca por lá havia perdido os meus passos.

Tive de explicar-lhe que tudo o que ele me descrevera já eu conhecia antecipadamente dos bilhetes postais ilustrados.

Esta pessoa dizia-me ter viajado muito, ter visto meio mundo ou talvez o mundo inteiro – já não me recordo. E terminava por afirmar «ter vivido muito!».

E quanta gente me tem dito o mesmo da vida: «Vivi muito!» dizem.

E afinal só me contam da vida aquilo que a demonstração fotográfica dos bilhetes postais me poderia contar!

E assim ficam dentro da vida estrangeiros até à morte!
(Teixeira 1926 b: 40-41)

O excerto atrás desvela um programa literário e cultural cujo cerne é um vitalismo que faz da vida um marcador diferencial e verdadeira central de energia. Tal orientação, esse mergulho em si, conduz ao conhecimento e à consciência identitária, para que cumpra, nesse caminho vital, a libertação do cárcere corpóreo improdutivo e se instale a necessidade projetiva.

Publicadas em 1927, as novelas de *Satânia* permitem também colher a orientação do exotismo: por exemplo, na novela homónima, colhemos estruturas breves como “hora opienta” (Teixeira 1927: 11) e “nas sedas dos seus kimonos” (Teixeira 1927: 31) ou troços mais longos sobre os lírios, evocadores dos lírios orientais, essa prestigiada espécie da

Ásia Oriental, e dos lírios asiáticos, que passo a transcrever no seu poder vital e sexualizante:

A madrugada acordara morna e luminosa descerrando a carne tenra dos lírios; dos lírios que perdiam a sua candura abrindo as pétalas, distendendo-as num rumor quente, para receberem no seu sexo o pólen doirado e fecundante, espalhado ou trazido nas patas peludas das abelhas que vinham sugar o mel puríssimo do seu sangue. (Teixeira 1927: 17)

Já na outra novela, “Insaciada”, topamos com expressões e palavras como “veludo maravilhoso” (Teixeira 1927: 114), “veludo negro” (Teixeira 1927: 117) e “veludos” (Teixeira 1927: 116; 134), que, ainda assim, desvelam uma poética dos sentidos e da tatilidade, assim como assinalam isotopicamente o vezo orientalista.

Postumamente, em arrolamento que certamente ainda não conheceu o seu fim, incluem-se nesta teia de exotismo orientalista poemas como “Sol do Oriente - Sinfonia branca” (Sousa 2001: 137; 2009: 79; 2016: 204), “O poemeto das sombras” com a envolvente “seda vermelha” (Sousa 2009: 80-81; 2016: 205), “Ao meu amigo António Botto” com o seu “gesto de seda, brando / ... de cetim” (Sousa 2016: 229) ou “Miragem” com as suas “Pétalas de papoilas pelo ar” e as “vestes de cetim” (Sousa 2016: 230).

Pegando no poema de Uberto Stabile “A mulher da China” recolho os seguintes dois versos e dissemino: “Não suponhas que só existem dois mundos / há muitos e há só um” (Stabile 2007: 26). É nesta unidade e nesta diferença que abandono Judith Teixeira à consideração de todos e ao correr fluvial deste orientalismo ético que se entranha.

4. Última estela – a teia judithiana

Na geografia imaginativa que perseguimos em Judith Teixeira chegámos, penso, a uma ideia com realidade, a de estarmos perante um caso poético em que, sem quaisquer laivos de arrogância ou superioridade, o motivo orientalista, certamente que mais evasivo e escapista, é utilizado eticamente em prol da afirmação criativa de uma literatura viva e sentida. E, por isso, a aracnídea teia deflagrada, na sua compósita coreografia, há de na sua proporção fundir-se num bronze comum.

Referências

ALMEIDA, Fialho d' (1890). *Pasquinadas (Jornal d'um vagabundo)*. Porto, Livraria Civilização – Casa Editora de Costa Santos, Sobrinho & Diniz.

ANDRÉ, Carlos Ascenso (2015) «Prefácio». Em *O delta literário de Macau*, José Carlos Seabra Pereira, pp. 5-6. Macau: Instituto Politécnico de Macau.

CASCAIS, António Fernando (2017). «Uma leitura *queer* da Conferência *De Mim* de Judith Teixeira». Em *Judith Teixeira: ensaios críticos. No centenário do Modernismo*, org. por Fabio Mario Silva, Annabela Rita. Maria Lúcia Dal Farra, Ana Luísa Vilela e Ana Maria Oliveira, pp. 85- 115. Viseu: Edições Esgotadas.

DERRIDA, Jacques (2001). *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará. [tradução de Claudia de Moraes Rego]

FALCÃO, Victor (1925). «Bugigangas: chinesices, vícios portugueses, Camões e Cervantes, maravilhas de Lisboa e paradoxos». *Europa Magazine Mensal* 1(1):3-5.

FERNANDES, Ana Raquel (2017). «Judith Teixeira, uma poética *Queer* em Portugal no começo do século XX». Em *Judith Teixeira: ensaios críticos. No centenário do Modernismo*, org. por Fabio Mario Silva, Annabela Rita. Maria Lúcia Dal Farra, Ana Luísa Vilela e Ana Maria Oliveira, pp. 43- 53. Viseu: Edições Esgotadas.

FERREIRA, Lúcia Alexandra (2009). «Viseu». Em *Dicionário do Judaísmo Português*, coord. por Lúcia Liba Mucznik, José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, Esther Mucznik e Elvira de Azevedo Mea, p. 544. Lisboa: Editorial Presença.

GARAY, René P. (2002). Judith Teixeira. *O Modernismo Sáfico Português (Estudo e Textos)*. Lisboa: Universitária Editora.

GIRÃO, Aristides de Amorim, & VELHO, Fernanda de Oliveira Lopes (1944). *Estudos da população portuguesa – I. Evolução demográfica e ocupação do solo continental (1890-1940)*. Coimbra, Publicações do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

HERNANDO, Alberto (1999). *Cunnus – Repressão e insubmissões do sexo feminino*. Lisboa: Antígona. [tradução de Cristina Rodriguez e Artur Guerra]

HOEK, Leo Huib (1980). *La marque du titre – Dispositifs sémiotiques d'une pratique textuelle*. Vrije Universiteit te Amsterdam, Dissertação de Doutoramento.

HOMERO (2005). *Iliada*. Lisboa: Livros Cotovia. [tradução de Frederico Lourenço]

LEÃO, Isabel Ponce de (2017). «Judith Teixeira, uma poética hétero e homoerótica». Em *Judith Teixeira: ensaios críticos. No centenário do Modernismo*, org. por Fabio Mario Silva, Annabela Rita. Maria Lúcia Dal Farra, Ana Luísa Vilela e Ana Maria Oliveira, pp. 247- 258. Viseu: Edições Esgotadas.

LEYS, Simon (1996). «O exotismo de Segalen». [tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo] Em *Estelas seguido de Terra Amarela*. Lisboa: Cotovia – Fundação Oriente.

MAJROUH, Sayd Bahodine (2005). *A Voz Secreta das Mulheres Afegãs – O Suicídio e o Canto*. Lisboa: Cavalo de Ferro [tradução de Ana Hatherly]

MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne, & BELO, Duarte (1997). *Portugal – O sabor da terra*. Lisboa: Círculo de Leitores.

MENDES, Maria do Carmo Cardoso (2017). «Cores ardentes: imagens decadentistas na poesia de Judith Teixeira». Em *Judith Teixeira: ensaios críticos. No centenário do Modernismo*, org. por Fabio Mario Silva, Annabela Rita. Maria Lúcia Dal Farra, Ana Luísa Vilela e Ana Maria Oliveira, pp. 303- 315. Viseu: Edições Esgotadas.

MONIZ, António Manuel de Andrade (2017). «Ressonâncias clássicas e bíblicas na obra de Judith Teixeira ». Em *Judith Teixeira: ensaios críticos. No centenário do Modernismo*, org. por Fabio Mario Silva, Annabela Rita. Maria Lúcia Dal Farra, Ana Luísa Vilela e Ana Maria Oliveira, pp. 117-132. Viseu: Edições Esgotadas.

NAVA, Luís Miguel (1982). *A Inércia da Deserção*. Lisboa: &etc.

PASCOAES, Teixeira de (1942). *O penitente – Camilo Castelo Branco*. Porto: Edição do Autor.

PEREIRA, José Carlos Seabra (2015). *O delta literário de Macau*. Macau: Instituto Politécnico de Macau.

SEGALEN, Victor (1996). *Estelas seguido de Terra Amarela*. Lisboa: Cotovia – Fundação Oriente. [tradução de Pedro Tamen]

SOUSA, Martim de Gouveia e (2009a). *Judith Teixeira e o lugar – uma “irmã de Shakespeare” no modernismo português*. Coimbra: Areias do Tempo.

SOUSA, Martim de Gouveia e (2009b). «Lesbianismo e interditos em Judith Teixeira». *forma breve – Revista de Literatura – Homografias. Literatura e homoerotismo* 7: 47-61.

SOUSA, Martim de Gouveia e (2017). «Judith Teixeira: O corpo insólito». Em *Judith Teixeira: ensaios críticos. No centenário do Modernismo*, org. por Fabio Mario Silva, Annabela Rita. Maria Lúcia Dal Farra, Ana Luísa Vilela e Ana Maria Oliveira, pp. 345-356. Viseu: Edições Esgotadas.

SOUSA, Martim de Gouveia e Sousa (2001). *Judith Teixeira: Originalidade Poética e Descaso Literário na Década de Vinte*. Universidade de Aveiro – Departamento de Línguas e Culturas, Dissertação de Mestrado.

SOUSA, Martim de Gouveia e. (ed.) (2016). *Judith Teixeira – Obras Completas – Lírica*. Viseu: Edições Esgotadas.

STABILE, Uberto (2007). *Só mais uma vez*. Torres Vedras: Livrododia Editores. [tradução de Rui Costa]

TEIXEIRA, Judith (1923a). *Decadência*. Poemas. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva.

TEIXEIRA, Judith (1923b). *Castelo de Sombras*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva.

TEIXEIRA, Judith (1925). *Europa Mensal Magazine* 1, 2 e 3. Lisboa: Tipografia de “O Sport de Lisboa”.

TEIXEIRA, Judith (1926a). *Nua. Poemas de Bizâncio escritos que foram por Judith Teixeira*. Lisboa: J. Rodrigues & C.^a.

TEIXEIRA, Judith (1926b). *De Mim, conferência em que se explicam as minhas razões sobre a vida, sobre a estética, sobre a moral*. Lisboa: Editores Livraria Rodrigues & C.^a.

TEIXEIRA, Judith (1927). *Satânia. Novelas por Judith Teixeira*. Lisboa: Editores Livraria Rodrigues & C.^a.

VIANA, António Manuel Couto (1977). *Coração Arquivista*. Lisboa: Verbo.

**As Semelhanças e Diferenças Semânticas:
Uma Análise contrastiva do Futuro Simples em Português Europeu
e o advérbio temporal “jiang” em Chinês**

**Semantic Similarities and Differences:
A Contrastive Analysis of the Future Simple in European Portuguese
and the Temporal Adverb " jiang" in Chinese.**

Rafael Francisco Lam Cuerva
Universidade da Cidade de Macau
rafaellam@cityu.mo

Resumo:

Este estudo tem por objetivo a descrição das propriedades semânticas que caracterizam o Futuro Simples em Português Europeu - levando em conta a sua natureza complexa, a qual engloba tanto aspetos modais quanto temporais. De forma diversa, na língua chinesa, não se verifica a mesma compatibilidade entre o uso do tempo morfológico e a comunicação interfrásica. Nesse sentido, propomos realizar uma análise contrastiva com o correspondente em chinês, o advérbio temporal "jiāng", baseada na comparação de corpora, a fim de identificar possíveis convergências e discrepâncias, ponderando a hipótese de eventuais alterações no seu comportamento linguístico. Este estudo contribui para a compreensão das nuances semânticas entre as duas línguas, facilitando o ensino e a aprendizagem do português e do chinês.

Palavras-chave: *Análise contrastiva, expressão do futuro, Futuro Simples, Jiang*

Abstract:

This study aims to describe the semantic properties that characterize the Future Simple tense in European Portuguese, considering its complex nature, which encompasses both modal and temporal aspects. In contrast, in the Chinese language, there is not the same compatibility between the use of morphological tense and interphrasal communication. In this regard, we propose to conduct a contrastive analysis with its counterpart in Chinese, the temporal adverb "jiāng" based on corpus comparison, to identify possible convergences and discrepancies, weighting the hypothesis of potential changes in its linguistic behavior. This study contributes to the understanding of semantic nuances between the two languages and to improve the teaching and learning of Portuguese and Chinese.

Keywords: *Contrastive analysis, expression of future, Simple Future, Jiang.*

1. Introdução

Conforme Dowty (1979), as representações de eventos futuros frequentemente apresentam um caráter semântico que se aproxima da modalidade. Essa característica advém do fato de que

situações localizadas em um tempo posterior à enunciação são intrinsecamente invalidáveis, uma vez que ainda não se concretizaram no mundo da referência. Assim, a expressão da futuridade no português europeu adquire um valor epistémico, sugerindo a existência de um futuro epistémico (Cunha 2019). A descrição da situação, nesse sentido, não está necessariamente associada à posterioridade, mas sim a uma interpretação epistémica e conjectural, levando em consideração o pressuposto de uma situação contextualmente estabelecida. Não obstante, Oliveira (1986: 356) afirma que o Futuro Simples não se restringe a uma noção factual, mas implica, primordialmente, uma abertura para mundos ou narrativas possíveis, nos quais o locutor assume o papel de autor da informação e a expressão temporal está sujeita a critérios preferenciais. Nessa perspectiva, a indefinição quanto à localização de uma situação posterior ao momento da enunciação traduz, de certa forma, um grau variável de incerteza. Nesse contexto, o Futuro Simples desponta como um exemplo eloquente dessa natureza, transmitindo, sobretudo, informações modais (Cunha 2022; Marques 2020; Oliveira 1986; Silva 1997).

Importa salientar que, no contexto da língua chinesa, que se enquadra em uma família linguística em que não existe a expressão temporal por meio do tempo morfológico, um estudo de análise contrastiva assume uma relevância significativa, na medida em que investigações desta natureza proporcionam uma compreensão mais aprofundada das diferenças estruturais e funcionais entre os dois sistemas linguísticos, propiciando uma sensibilização em termos gerais e específicos do seu funcionamento.

2. Metodologia

Quanto à natureza contrastiva da nossa análise, a revisão de literatura apoia-se num estudo empírico, no qual a fundamentação teórica é sustentada por meio de exemplos retirados de dois corpora: o *Corpus do Português*, utilizado para ilustrar exemplos em português, e o *Corpus de Chinês Moderno (CCL)*, organizado pelo Centro de Investigação em Linguística Chinesa da Universidade de Pequim, para os exemplos em chinês, a fim de identificar as semelhanças e diferenças semânticas entre as duas línguas.

3. Valores semânticos do Futuro simples em Português Europeu

Ao examinarmos o comportamento linguístico do Futuro Simples no Português Europeu, Giomi (2010: 134), verifica dois valores fundamentais que podem ser atribuídos a este tempo verbal. O primeiro valor é estritamente temporal, utilizado para situar as situações num intervalo ulterior a t_0 ¹. O segundo valor é fortemente epistémico, transmitindo a noção de possibilidade ou hipótese, em que as situações podem ocorrer no

¹ Neste caso, a noção t_0 remete-se ao tempo mais básico a partir do qual se podem localizar as diferentes situações, equivalendo, assim, ao momento da enunciação. (Cunha 2019: 60).

mundo de referência. Esta verificação contribui de forma significativa para a existência de duas representações semânticas autónomas e independentes. O valor puramente temporal permite a localização da situação num intervalo futuro, enquanto o valor epistémico implica a associação de incerteza ou dúvida quanto à realização da situação descrita no momento $w\theta^2$.

Considerando que o tempo verbal, em determinados contextos, possibilita tanto uma leitura temporal quanto uma interpretação modal, compreendemos que estes valores são mutuamente exclusivos. Cada uso da forma verbal permite apenas uma destas interpretações, seja temporal ou modal (Giomi 2010). Tal exemplificação pode ser observada nos exemplos (1) e (2)³:

1) No entanto, a dispensa **será** aplicável aos alunos do ensino básico e secundário já no próximo ano letivo.

2) Já na próxima quarta-feira, 26 de junho, que o Apple Pay, **chegará** a Portugal através do Crédito Agrícola.

Nos exemplos apresentados em (1) e (2), constata-se que o tempo verbal adotado é perfeitamente admissível para estabelecer uma relação temporal, considerando que as situações descritas podem ocorrer num momento subsequente a t_0 . No entanto, Cunha (2019) argumenta que a forma verbal utilizada sugere uma interpretação modal, uma vez que tais exemplos podem ser validados através da oscilação entre os verbos modais "poder" e "dever"⁴. Por outras palavras, os exemplos (1) e (2) podem ser concebidos como hipóteses ou possibilidades, em vez de estarem relacionados diretamente com a sua concretização em $w\theta$. Essa particularidade permite a reformulação desses exemplos utilizando verbos modais, como "pode ser aplicável" e "deve ser aplicável" em (1), cuja construção parafásica também se aplica ao exemplo (2).

Com base no comportamento interfrásico supramencionado da forma verbal, procederemos a uma análise semântica que se divide, inicialmente, em duas categorias distintas no contexto do Português Europeu. A primeira categoria abrange os contextos em que se verifica uma preferência por uma leitura temporal, enquanto a segunda categoria envolve situações em que a conceptualização modal se apresenta mais plausível.

² Neste caso, a noção $w\theta$ refere-se ao mundo de referência. (Cunha 2021: 40).

³ Começando com o exemplo (1), todos os exemplos subsequentes no presente estudo são retirados do Corpus de Português, disponível em <https://www.corpusdoportugues.org/now/>

⁴ Os verbos "poder" e "dever", enquanto têm valores modais, podem prender-se com o verbo pleno transitivo, pelo que não devem ser confundidos como verbos que veiculam valores exclusivamente modais. (Oliveira & Mendes 2013)

3.1. Valores temporais do Futuro Simples

De acordo com as observações de Cunha (2022: 112), é possível identificar pelo menos três contextos distintos nos quais se revela preferível uma interpretação exclusivamente temporal do Futuro Simples no âmbito do português europeu. O primeiro contexto engloba expressões que conferem um elevado grau de certeza, em que o contexto discursivo é acompanhado por locuções adverbiais temporais que explicitamente indicam a ocorrência das eventualidades em w_0 , como em (3). O segundo contexto abarca situações que se apresentam como consequência lógica e previsível de fatos relacionados ao conhecimento comum, bem como resultantes de fenómenos naturais ou até mesmo inevitáveis, como em (4). Por fim, o terceiro contexto compreende frases em que as situações se situam em um intervalo futuro claramente definido, especificado e determinado por advérbios temporais ou outras expressões temporais explícitas, como em (5).

3) A equipa correu muito, desgastou-se, não **estará** {vai estar / ?? deve estar / ?? pode estar} de certeza nas melhores condições para o próximo domingo.

4) Em 20 de Dezembro de 1999, Macau **passará** (vai passar / ?? deve passar / ?? pode passar) a ser uma Região Administrativa Especial da China, com o mesmo estatuto de Hong Kong e também segundo a fórmula “um país, dois sistemas”

5) A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) **realizará** (vai realizar/ ?? deve realizar/ ?? pode realizar), no próximo dia 25, uma oficina para auxiliar os artistas.

Ao procedermos à análise dos três exemplos supracitados, é possível constatar o seguinte: A preferência por uma interpretação estritamente temporal desses exemplos é suscetível por meio de uma reformulação perifrástica com o uso do verbo "ir + Infinitivo". Conforme se verifica no exemplo (3), em que a informação temporal "para o próximo domingo" estabelece uma relação temporal claramente definida, na qual a situação ocorre num intervalo futuro. Além disso, a expressão adverbial "de certeza" intensifica o grau de certeza, o que impede a interpretação modal epistémica e, conseqüentemente, a reformulação dos exemplos com verbos modais como "poder" e "dever". No exemplo (4), o conhecimento comum, especialmente quando o estado da situação descrita é considerado uma eventualidade perfeitamente previsível e logicamente concebível no mundo, pode contribuir para a emergência de uma interpretação predominantemente temporal. No exemplo (5), as expressões temporais e locativas situam explicitamente a situação descrita num tempo posterior a t_0 . Assim sendo, constatamos que, por um lado,

o Futuro Simples revela-se plenamente adequado para estabelecer uma relação de posterioridade, visto que os exemplos podem ser reformulados através da utilização de perífrases verbais.

Por outro lado, importa salientar que, não obstante o Futuro Simples surgir como um exemplo paradigmático de uma forma verbal que ostenta uma ênfase proeminente na sua natureza modal (Cunha 2022; Marques 2020; Oliveira 1986; Silva 1997), a inadequação evidenciada na tentativa de parafrasear tal construção através de verbos modais revela, de forma inequívoca, que uma análise circunscrita a essa forma verbal, exclusivamente no âmbito modal, carece de sustentabilidade e não é recomendada para uma apreensão abrangente do seu comportamento linguístico.

No que diz respeito à reformulação perifrástica de "Ir + Infinitivo" na leitura temporal, Cunha (2019: 42) argumenta que a substituição dessa perífrase verbal não implica uma alteração substancial em termos de interpretação do valor temporal, uma vez que ambas as formas projetam as situações descritas para um intervalo futuro.

Inicialmente, percebemos que o emprego do futuro sintético em (6a) denota claramente que a situação descrita ocorrerá num intervalo temporal posterior a t_0 . No entanto, argumentamos que o exemplo (6a) pode ser concebido como uma hipótese, viabilizando, assim, a sua reformulação através de verbos modais, tais como "pode começar" e "deve começar". Apesar disso, o contexto discursivo de (6a) infere que a situação descrita está condicionada, no sentido de que a premissa circunstancial precisa de ser cumprida para que o sujeito, eventualmente, dê início à realização da ação desejada. Assim sendo, o uso do tempo verbal não se refere diretamente à sua concretização em w_0 , conferindo, dessa forma, uma possibilidade condicionada que abre margem para interpretações modais.

6a) Com isso, ela vai aprender que é uma coisa natural e **começará** a fazer igual.

6b) Com isso, ela vai aprender que é uma coisa natural e vai **começar** a fazer igual.

Ao manipularmos o exemplo em (6b), a estrutura verbal contribui para uma maior certeza em relação à eventualidade, incrementando a probabilidade da sua realização em w_0 e denotando uma noção mais assertiva em termos de expressividade. Deste modo, a construção perifrástica pode levar à exclusão dos valores modais, resultando em projeções futuras que indicam um elevado grau de certeza, o que pode ofuscar, mas não eliminar, os eventuais efeitos semânticos da expressão modal, uma vez que a importância do contexto discursivo é sempre valorizada.

3.2. Valores modais do Futuro Simples

Relativamente aos valores modais, Cunha (2021) postula que o tempo verbal não estabelece uma relação temporal de posterioridade, quando as situações descritas se encontram localizadas numa sobreposição a t_0 , implicando uma leitura conjetural ou hipotética (Laca 2016), como se ilustra em (7) (8):

7) O seu pai sofreu um ataque cardíaco e **estará** (?? vai estar / deve estar/ pode estar) **actualmente** em coma, segundo informações não oficiais avançadas pela imprensa sul-coreana.

8) O corpo nunca foi encontrado e, nos últimos anos, há inúmeros relatos e pistas sobre o eventual paradeiro da menina, que **terá** (?? vai ter / deve ter/ pode ter) **agora** nove anos, se for viva.

Para o exemplo (7), o advérbio temporal "atualmente" apresenta um valor semântico que nos leva a considerar que a função principal da forma verbal não se refere à localização da situação num intervalo futuro, mas sim a uma relação de sobreposição em relação ao momento da enunciação. Consequentemente, é possível inferir que o exemplo em causa veicula uma leitura epistémica, uma vez que é principalmente concebido como um pressuposto da informação. Em outras palavras, a realidade prospetiva de "o pai estar em coma" distancia-se de uma interpretação temporal, na medida em que a relação cotemporal com t_0 estabelece um carácter eminentemente modal, permitindo compreender a situação como hipóteses ou conjeturas que podem suscitar dúvida ou incerteza em relação às proposições a que se aplica. No exemplo (8), a presença do advérbio "agora" contempla uma situação semelhante ao exemplo anterior e o emprego do tempo verbal manifesta um valor modal fortemente marcado, o que permite que a situação coincida com t_0 .

A anomalia verificada na paráfrase com a construção "Ir + Infinitivo" nos exemplos (7)(8) confirma a observação de que, em situações semelhantes, a relação cotemporal com t_0 revela-se inadequada para a projeção das situações num tempo posterior, evidenciando as restrições impostas pelo futuro conjetural. De forma significativa, é possível constatar que o valor modal presente nessas estruturas pode diminuir a relevância do valor temporal das frases, nomeadamente quando o tempo verbal está relacionado a uma situação futura conjetural. Além disso, a combinação possível com verbos modais no Futuro Simples permite compreender, de forma subtil, a razão pela qual o tempo verbal adquire um

caráter modal mais especializado (Rojo & Veiga 1999) e justifica o crescente uso da perífrase verbal "Ir + Infinitivo" na expressão de posterioridade (Oliveira 1986; 2013).

Com o objetivo de aprofundar a análise da dinâmica combinatória do Futuro Simples, é importante salientar a sua capacidade de se articular com outros elementos linguísticos, tais como os verbos modais "poder" e "dever" como em (9), bem como a perífrase verbal "ir + Infinitivo" em (10). Essa combinação permite uma maior flexibilidade na expressão de valores temporais e modais.

9) Além da estátua, os visitantes **poderão** fazer um "tour" pelo novo estádio, que **deverá** ser inaugurado em Dezembro de 2013.

10) Quando chegar a primeira crise, **iremos perceber** os custos do nosso silêncio.

No entanto, é pertinente salientar que, nos exemplos apresentados, o tempo verbal em si não constata uma alteração substancial de sentido. Em vez disso, a sua função reside tanto em reforçar e amplificar os aspetos temporais e modais das frases, como também pode ser resultado de uma atitude adotada pelo falante (Cunha 2019). Nesse sentido, o emprego do Futuro Simples pode decorrer de uma escolha linguística formal e dedicada por parte do próprio falante, em conformidade com a situação em que se insere, o que está relacionado às propriedades pragmáticas do discurso. Essa observação realça a capacidade do Futuro Simples de interagir com outros recursos linguísticos, potenciando a expressão de diferentes nuances de significado. Tal fenómeno contribui para a compreensão da sua funcionalidade e versatilidade na língua portuguesa, contribuindo para uma melhor apreensão dos mecanismos de expressão temporal e modal.

4. Valores semânticos do advérbio “jiāng 將”

A língua chinesa não apresenta evidências sintáticas do uso do tempo morfológico para localizar temporalmente as situações descritas (Ross & Ma 2014). Contudo, esta caracterização não implica necessariamente a inexistência de noções temporais na língua chinesa, mas sim a forma como essas noções são codificadas. Vários linguistas chineses (Lin 2006; Wu 2007; 2009; Huang 1998) argumentam que a língua chinesa é capaz de encontrar soluções sintáticas para a expressão temporal. Assim, Wu e Kuo (2010), afirmam que o advérbio “jiang” pode ser uma das soluções sintáticas, dentro das mais evidentes como os verbos modais “hui” e “yao”.

Ao analisarmos o advérbio temporal "jiang", é pertinente destacar a teoria de Lyons (1977) sobre o "Evidential System" (ou em português, Evidencialidade), cujo enquadramento teórico se baseia na análise da evidência da fonte de informação apresentada, relacionada à confiabilidade, expressando o comprometimento do falante com a veracidade de uma proposição e sugerindo a evidência disponível. Em outras palavras, a atitude ou opinião do falante ou sujeito no momento da enunciação determina o valor semântico em relação à modalidade. Consideremos os seguintes exemplos:

11)⁵ PY⁶: Zhōngguó zhèngquàn háng **jiāng fābiǎo** zībēn shìchǎng yán jiù bàogào

TL⁷: A indústria de valores mobiliários da China **jiang publicar** um relatório de pesquisa sobre o mercado de capitais.

PT⁸: A indústria de valores mobiliários da China **publicará** um relatório de pesquisa sobre o mercado de capitais.

12) PY: Kèlìndùn **jiāng chūfǎng** éluósī hé ōuzhōu.

TL: Kelindun **jiang visitar** Rússia e Europa.

PT: O Clinton **visitará** a Rússia e a Europa.

Para os exemplos (11) e (12), é notável que a presença do "jiang" é coerente com uma interpretação de posterioridade, uma vez que a sua utilização não constitui anomalias na localização temporal ulterior a t_0 , mesmo quando os exemplos estão acompanhados por adjuntos temporais que indiquem a futuridade. Além disso, com base na perspectiva de Lyon, é possível categorizar "jiang", nestes casos, como um elemento [-informativo], transmitindo, assim, uma posição de neutralidade em relação à atitude do falante na enunciação, ou seja, o falante não expressa um comprometimento explícito com as situações descritas, limitando-se a apresentar uma eventualidade puramente futura. Em contraste, o verbo modal "hui", que é mais comumente utilizado para expressar o futuro, pode ser classificado como um elemento [+informativo], uma vez que requer a disposição e o reconhecimento por parte do falante, evidenciando, assim, uma modalidade epistémica (Hsieh, 2006). Dessa forma, no que se refere ao comprometimento do falante

⁵ Começando com o exemplo (11), todos os exemplos subsequentes no presente estudo são retirados do *Corpus de Chinês Moderno* (CCL) disponível em <http://ccl.pku.edu.cn>.

⁶ A sigla que representa a transcrição alfabética e fonética da língua chinesa, designada por Pinyin.

⁷ A sigla que denota a tradução literal do significado da língua chinesa para o português.

⁸ A sigla que designa a tradução apropriada do significado da língua chinesa para o português.

em relação à enunciação, o uso de "jiang" frequentemente tem como objetivo manter uma posição neutra em relação às informações que serão apresentadas, como é comumente observado em discursos formais.

- (13) PY: Zhōng měi liǎng guó **jiāng jǔxíng** xīn yī lún tánpàn.
TL: China e EUA **jiang realizar** uma nova ronda de negociações.
PT: A China e os EUA **realizarão** uma nova ronda de negociações.

Com a utilização do "jiang" em (13), o falante pode expressar uma eventualidade exclusivamente futura, uma vez que o advérbio chinês permite distanciar-se da questão do valor de verdade em $w0$ e de qualquer avaliação subjetiva por parte do falante no momento da enunciação. Através dessa neutralidade posicional, o emprego de "jiang" é privilegiado numa linguagem formal e delicada, como noticiários televisivos e textos jornalísticos, nos quais os apresentadores e jornalistas procuram manter uma postura objetiva e imparcial na transmissão das informações, como observado nos exemplos (11), (12) e (13). Essa abordagem pragmática não se restringe a uma categoria desconhecida no âmbito do Futuro Simples, pois o seu uso em contextos ou situações formais é igualmente valorizado em português europeu, conforme afirmado por Oliveira (2013), que sugere que essa prática decorre com o objetivo de expressar o não comprometimento do falante com as informações apresentadas.

Ao colocarmos o “jiang” em termos dos seus valores modais, Meisterernst (2004: 38) afirma que o “jiang” pode implicar valores epistémicos, porém não desempenha a função de os tornar explícitos, ou seja, por meio do contexto discursivo, pode passar por obter uma leitura epistémica, como se ilustra no seguinte:

- 14) PY: Chuányán réng chēng wú yīng **jiāng lízhí**.
TL: Rumores afirmar wuying **jiang renunciar**.
PT: Os rumores afirmam que wuying **renunciará**.

Constatamos que a utilização do "jiang" expressa a possibilidade de ocorrer a renúncia de Wuying, com base nas informações veiculadas pelos rumores. Essa interpretação é comparável ao valor modal de possibilidade encontrado no Futuro simples em português europeu. Ao empregarmos o futuro sintético, como no exemplo "Ele renunciará", estamos a expressar uma ação futura com uma certa probabilidade em $w0$.

Essa probabilidade está relacionada ao contexto e às informações disponíveis acerca da situação em questão. Da mesma forma, ao utilizar "jiang" em chinês, num contexto discursivo adequado, é possível transmitir uma ideia de possibilidade futura, semelhante ao Futuro simples em português europeu.

Essa semelhança entre o uso de "jiang" em chinês e o Futuro simples em português europeu no valor modal de possibilidade demonstra a versatilidade dessas construções linguísticas na expressão de eventos futuros com um grau de incerteza. Ambas as formas permitem ao falante apresentar informações futuras sem se comprometer explicitamente com a sua veracidade, mantendo uma postura neutra e imparcial.

Apesar disso, importa salientar o facto de que o “jiang” se encontra frequentemente com o emprego de outros dois verbos modais “hui” e “yao”, os quais são admissíveis a uma adoção da futuridade. Contudo, os usos de “jiang hui” e “jiang yao” podem ser aptos a adotar uma eventualidade futura distinta. Consideremos os seguintes exemplos:

- 15) PY: Shèhuì **jiāng hui** duì jiàoyù **jìnxíng** tiáozhěng.
TL: A sociedade **jiang hui realizar** ajustes na educação.
PT: A sociedade **realizará** ajustes na educação.
- 16) PY: Wǒmen **jiāng yào jiǎnyàn** zīběn chéngběn xiàoyìng.
TL: Nós **jiang yao examinar** o efeito do custo de capital.
PT: Nós **examinaremos** o efeito do custo de capital.

Em primeiro lugar, é relevante salientar que ambas as frases não apresentam restrições temporais explícitas em relação à sua localização na posterioridade. No entanto, a natureza das eventualidades futuras descritas é distinta entre elas. No caso do exemplo (15), o emprego do "jiang hui" transmite uma eventualidade futura epistémica, na qual a situação é descrita como uma possibilidade dentro de $w\theta$. Pondo em outras palavras, os ajustes na área da educação podem ser considerados um pressuposto da sociedade, embora a data ou momento exato da sua implementação permaneça incerto ou não especificado.

No exemplo (16), por sua vez, a utilização do termo o "jiang yao" pode remeter a uma eventualidade futura epistémica na qual se examinará o efeito do custo de capital. No entanto, com o verbo modal "yao", a eventualidade prospetiva é expressa de forma relativamente mais assertiva. Isso confere uma maior concretude à eventualidade no $w\theta$,

assemelhando-se, em certa medida, à construção perifrástica “ir + Infinitivo” em português europeu, "vamos examinar o efeito do custo de capital".

Considerando essa análise, afirmamos que tanto o emprego de "jiang hui" quanto o de "jiang yao" são igualmente compatíveis com os exemplos chineses supramencionados, refletindo diferentes perspectivas de eventualidades futuras no mundo de referência. Enquanto "jiang hui" transmite uma eventualidade futura epistêmica, indicando a possibilidade de ocorrência de determinado evento, "jiang yao" confere uma prospectividade relativamente mais concreta e assertiva, sugerindo uma maior propensão à realidade atual. Dessa maneira, ambos os termos são apropriados para expressar eventos futuros, variando principalmente na ênfase atribuída à probabilidade desses eventos no contexto em análise.

Essas distinções verbais refletem nuances subtis no contexto da expressão de eventos futuros e podem influenciar a percepção da probabilidade desses eventos no âmbito da sociedade. Tendo em conta o uso do Futuro Simples no exemplo (9), apresentamos os seguintes exemplos para aprofundarmos mais ainda.

- 17) PY: Gōngrén **jiāng yīnggāi** zài shíyī yuè **shōu dào** suǒyǒu fèiyòng.
TL: Os trabalhadores **jiang dever** em novembro **receber** todos os pagamentos.
PT: Os trabalhadores **deverão receber** todos os pagamentos em novembro.
- 18) PY: Yǒuxiào de gōutōng **jiāng kěyǐ tīchú** zhè zhǒng guānniàn.
TL: Uma eficaz comunicação **jiang poder dissipar** esta noção.
PT: Uma comunicação eficaz **poderá dissipar** esta noção.

Como mencionado anteriormente, "jiang" transmite a ideia de uma eventualidade futura, porém, o que interessa nos exemplos (17)(18) é que o emprego de “jiang” evidencia uma propriedade semântica semelhante à forma verbal em (9), de modo que os verbos modais, quer epistémico quer deôntico, a introdução de “jiang” é permitida. Além disso, a sua presença não implica necessariamente uma alteração substancial na compreensão e serve para reforçar a noção tanto temporal ou modal das situações em que se inserem. À luz dessa semelhança, argumentamos que o uso de “jiang” pode resultar em ser o indicador para a introdução do Futuro Simples em português europeu. No entanto, é crucial considerar o contexto e outros elementos linguísticos presentes na frase

ao interpretar o uso de "jiang". A interpretação pode variar e depender de fatores como o discurso evidencialista, a ênfase comunicativa ou outros elementos gramaticais. Portanto, é importante analisar cuidadosamente o contexto e a intenção comunicativa ao avaliar o uso de "jiang" como um possível indicador para o Futuro Simples na língua chinesa.

Nos exemplos (17) e (18), "jiang" é suscetível de combinar-se com verbos modais chineses, tanto de natureza epistêmica, como "kěyǐ", quanto deôntica, como "yīnggāi". A presença de "jiang" não implica necessariamente uma alteração substancial na compreensão da frase, porém, desempenha um papel de reforçar a noção temporal ou modal das situações em questão, assemelhando-se à propriedade semântica apresentada pela forma verbal mencionada em (9).

Com base nessa semelhança, é possível inferir que o uso de "jiang" pode desempenhar o papel de um marcador indicativo para a expressão do Futuro Simples na língua portuguesa. No entanto, é imperativo levar em consideração o contexto e outros elementos linguísticos presentes na frase ao interpretar o emprego de "jiang". A interpretação pode variar e depender de fatores como o contexto discursivo, a ênfase comunicativa ou outros aspetos gramaticais relevantes.⁹

Em suma, embora o chinês não possua um marcador temporal específico para o Futuro Simples, é possível argumentar que o uso de "jiang" desempenha um papel semelhante, reforçando a noção de eventos futuros. Através de exemplos como (17) e (18), observamos como "jiang" pode indicar ações ou eventos planejados para o futuro, de forma análoga ao Futuro Simples em português.

4.1. Algumas propriedades sintáticas e semânticas de “jiang”

- 19) PY: Jiàoyù *jiùshì* xitǒng de **jiāng** niánqīng yīdài shèhuì huà.
TL: A educação *consistir* de forma sistemática **jiang** a geração mais jovem socializar.
PT: A educação *consiste* em socializar de forma sistemática a geração mais jovem.
- 20) PY: Tā **jiāng** jiàoxué guòchéng *fēnle* wèi lǐjiě, liánxiǎng, xitǒng hé

⁹ Para reforçar essa observação semântica entre as duas línguas, é altamente recomendável realizar estudos empíricos baseados na comparação de corpora gerados por meio da tradução português-chinês. Essa abordagem permitiria uma investigação mais precisa e sistemática das similaridades e diferenças entre as formas verbais utilizadas em ambos os idiomas, fornecendo evidências sólidas para sustentar essa correspondência funcional.

fāngfǎ sì gè jiēduàn

TL: Ele **jiang** o processo de ensino *dividir* **le** em compreensão, associação, sistematização e métodos quatro etapas.

PT: Ele *dividiu* o processo de ensino em quatro etapas: compreensão, associação, sistematização e métodos.

Com o exemplo (19), é possível identificar, em primeiro lugar, que "jiang" desempenha uma função sintática distinta daquela normalmente associada a advérbios temporais, que é comumente atribuída a expressões temporais ou modais. Em vez disso, ele é conceituado como um elemento que introduz uma mudança de foco ou direcionamento da ação para o objeto da frase. Nesse contexto, segundo o livro de *Modern Mandarin Chinese Grammar II* de Ross e Ma em 2014, "jiang" pode ser classificado como "The disposal construction" (ou em português, a construção de disposição), e um exemplo paradigmático dessa construção é "bǎ". Assim, a reformulação do exemplo com o uso de "bǎ" em (19) é considerada válida.

No sentido específico da frase em questão, a presença de "jiang" tem a função de introduzir o objeto direto, indicando que a ação de "socializar de forma sistemática" é direcionada para o objeto "geração mais jovem". Portanto, neste caso, "jiang" não apresenta a intenção de transmitir propriedades temporais ou modais, mas sim de enfatizar a ação direcionada para o objeto em foco.

Para o exemplo (20), é possível identificar a mesma função sintática presente no exemplo anterior. No entanto, é relevante salientar que o "jiang", ao focalizar o resultado de uma ação no objeto, atribui-lhe uma ênfase específica, tornando a combinação de "jiang" com a partícula aspetual do passado "le" igualmente compatível na língua chinesa. Essa combinação reforça a ideia de que o foco da ação está no objeto e de que a ação foi concluída no passado. Desta forma, a presença de "jiang" e "le" permite expressar tanto a ênfase no resultado da ação como a indicação de uma situação passada.

Uma vez que abordamos o tema da sobreposição ao tempo t0, constatamos que o uso do termo "jiang" constitui uma restrição combinatória nesse aspeto. Ao recorrermos às situações exemplificadas em (7), "o pai estará atualmente em coma", e em (8), "a menina terá agora nove anos", o uso do Futuro Simples está permitido nesses contextos em que o tempo verbal deixa de assumir a função temporal e passa a indicar um futuro conjetural, onde as situações descritas são perspectivadas como pressupostos ou hipóteses do falante. No entanto, caso pretendamos utilizar o "jiang" na tradução, os exemplos tornam-se confusos na compreensão, na medida em que o "jiang" não possui propriedades modais que lhe permitam transmitir um futuro conjetural. Em vez disso, é necessário recorrer a verbos modais que expressem possibilidade, como "yīnggāi" no exemplo (17), resultando na seguinte frase em chinês: "Fùqīn mùqíán yīnggāi chūyú hūnmí

zhuàngtài" (ou em português, "o pai **deve estar** atualmente em coma"). A mesma observação aplica-se ao exemplo (8).¹⁰

Com base nos exemplos elaborados neste estudo, a seguinte tabela apresenta de forma concisa as semelhanças e diferenças entre o Futuro Simples no português europeu e o "jiang" no chinês. Nesta análise contrastiva, recorreremos a propriedades semânticas, como os valores temporal-pragmáticos e modais, como critérios para a elaboração da análise. Além disso, apresentamos algumas observações relevantes relativas às duas formas da expressão do futuro, a fim de abordar as questões relacionadas a outras funções linguísticas.

		Futuro Simples em PT	“jiāng” em CH	
Propriedades semânticas	Valor temporal-pragmático	<p>Pode localizar a situação num intervalo ulterior a <i>t0</i>.</p> <p>Tem um papel privilegiado na linguagem delicada e formal. Em contextos informais, é comum dar preferência à construção perifrástica “ir + Infinitivo” na expressão do futuro.</p>	<p>Pode colocar a situação descrita num momento após <i>t0</i>.</p> <p>É favorecido em noticiários televisivos e textos jornalísticos, uma vez que a postura de neutralidade do falante relativa à situação descrita é valorizada.</p> <p>Os verbos modais 'hui' e 'yao' são mais aceites para expressar ações futuras em contextos coloquiais.</p>	
	Valor modal	Futuro epistémico	<p>Quando adota para uma comunicação interfrásica com verbos modais "poder" e "dever".</p>	<p>Deve ser sustentado pelos verbos modais epistémicos ou pelo contexto discursivo que transmite essa propriedade semântica.</p>
		Sobreposição a <i>t0</i>	<p>Remete naturalmente para uma eventualidade epistémica.</p>	<p>Não evidenciar equivalência nesta propriedade.</p>
Observações relevantes		<p>Pode combinar os verbos modais "poder" e "dever" sem interferir na expressão dos valores modais. Em certos contextos, pode desempenhar um papel de reforço nos valores modais e temporais</p>	<p>Pode reforçar os valores temporais e modais dos verbos em causa e do contexto discursivo em que se insere.</p> <p>Pode ter o papel da construção de disposição, sem ter qualquer função temporal ou modal.</p>	

¹⁰ A escolha do verbo modal em chinês pode variar, no sentido de que isso depende, em grande parte, da intenção do falante e do contexto discursivo em que se insere.

5. Considerações finais

Partindo da natureza complexa do Futuro Simples em português europeu, relativamente aos seus valores temporais e modais, o advérbio temporal “jiang” em chinês foi o objeto da análise a fim de identificar as convergências e discrepância nos seus comportamentos linguísticos.

Relativamente ao valor temporal, tanto o tempo verbal do Futuro Simples quanto o "jiang" são igualmente compatíveis com a localização das situações num intervalo posterior ao momento da enunciação. No entanto, quando se considera o grau de comprometimento, o Futuro Simples apresenta um nível relativamente reduzido em comparação com a construção perifrástica "Ir + Infinitivo", o que leva à preferência pela utilização da perífrase verbal na expressão da posterioridade (Oliveira & Olinda, 2017). No caso do "jiang", observa-se um fenómeno semelhante nessa realidade linguística. Com base na abordagem evidencialista de Lyons (1977), conclui-se que o advérbio está associado a uma eventualidade puramente futura resultante da postura neutra do falante relativa à situação descrita no mundo de referência. Essa neutralidade confere ao "jiang" uma conotação de formalidade e cuidado no contexto discursivo. Como resultado, é natural que os falantes recorram a verbos como "hui" e "yao", que não possuem essa restrição pragmática, para expressar o futuro de forma mais direta e precisa. Do mesmo modo, é possível defender que a preferência pragmática por formas alternativas evidencia questões associadas ao não comprometimento do falante do futuro sintético por Oliveira (2013), e ao distanciamento do falante do advérbio temporal apresentado por Wu & Kuo (2010). Esses elementos resultam numa relação semanticamente indeterminada e vaga na compreensão, o que nos leva a refletir sobre a procura por uma comunicação mais clara e pragmática da posterioridade, mesmo em contextos linguísticos distintos.

Para os valores modais, constatamos uma discrepância na forma como as duas línguas expressam o futuro epistémico. O tempo verbal pode adotar um caráter de futuro conjectural, uma vez que é reformulado com os verbos modais "poder" e "dever", relegando assim o papel de indicador temporal a um plano secundário, passando a ser concebido como hipóteses ou possibilidades em $w0$. Quanto ao "jiang", Meisterernst (2004: 38) afirma que este pode implicar valores epistémicos, mas não desempenha a função de os tornar explícitos, resultando na necessidade de expressar esses valores por meio de verbos modais, como nos exemplos (15) e (16), ou pelo contexto discursivo ao qual está submetido em (14). No entanto, em relação à sobreposição com $t0$, deparamo-

nos com outra discrepância, na medida em que a forma chinesa não equivale à interpretação conjectural que o futuro sintético pode transmitir naturalmente. Nesse sentido, argumentamos que a forma chinesa constitui uma restrição nos exemplos (7) e (8).

Para além destas diferenças semânticas, identificamos uma convergência interessante, na medida em que o tempo verbal e a forma chinesa são admissíveis para reforçar os valores semânticos veiculados pelos verbos modais, como podemos observar nos exemplos (9) e (10) para português e nos exemplos (17) e (18) para chinês. Isso leva-nos a refletir sobre a questão do "jiang" como um indicador para a introdução do Futuro Simples em português europeu. No entanto, é importante salientar que essa observação ainda carece de uma análise sustentada em estudos comparativos entre as línguas, o que poderia ser um tema promissor para investigações futuras. Com exceção dessa observação, o "jiang" pode não transmitir quaisquer valores temporais e modais, uma vez que desempenha a função sintática de uma construção de "disposal", que permite expressar tanto a ênfase no resultado da ação em (19), bem como a indicação de uma situação passada em (20).

Com base na análise contrastiva e nas explicações anteriormente apresentadas, evidenciamos que o Futuro Simples em português europeu e o advérbio temporal "jiang" apresentam semelhanças e diferenças no seu comportamento linguístico. Isso indica-nos que, ao ensinar português aos alunos chineses ou realizar tradução do português para o chinês, é importante ter em conta as nuances semânticas que eles veiculam, a fim de aprofundar o conhecimento sobre o seu funcionamento.

Referências bibliográficas:

- CUNHA, L. (2019). O Futuro Simples em Português Europeu: entre a temporalidade e a modalidade. *Revista de Estudos Linguísticos Da Universidade Do Porto*, 14, 35–68.
- CUNHA, L.(2021). Propriedades Temporais do Futuro Simples em Português Europeu. *Estudos de Lingüística Galega*, 29–66. doi: 10.15304/elg.13.6463.
- CUNHA, L. (2022). The expression of futurity in Spanish and Portuguese: similarities and differences. *Borealis – An International Journal of Hispanic Linguistics*, 11(1), 101–139. doi: 10.7557/1.11.1.6195
- DOWTY, D. (1979). *Word meaning and Montague grammar*. Dordrecht: Reidel Publishing Company. <https://doi.org/10.1007/978-94-009-9473-7>

GIOMI, R. (2010). *Para uma caracterização semântica do futuro sintético românico Descrição e análise dos valores do futuro do indicativo em português e em italiano*. Universidade de Lisboa, Lisboa.

HUANG, J. C.-T. (1998). *Logical relations in Chinese and the theory of grammar*. New York: Garland.

HSIEH, C.-L. (2006). Hanyu qingtaici de yuying jieding: yuliaoku wei ben de yanjiu [Semantic definition of modality in Chinese: a corpus-based study]. *Zhonggu Yuwen Yanjiu* [Studies on Chinese languages] 21. 45-63.

LACA, B. (2016). *Variación y semántica de los tiempos verbales: el caso del futuro*. (Documento de trabalho disponível em linha em <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01533046/>)

LIN, J.-W. (2006). Time in a language without tense: The case of Chinese. *Journal of Semantics*, 23(1), 1–53.

MARQUES, R. (2020). *Epistemic Future and epistemic modal verbs in Portuguese*. doi: 10.5334/jpl.243

MEISTERERNST, B. (2004) The Future Tense in Classical and Han-period Chinese. In Takashima, K. -C. & Jiang, S. -Y.,(Org.), *Meaning and Form: Essays in Pre-Modern Chinese Grammar*. Vancouver: Lincom.

OLIVEIRA, F. (1986). O Futuro em Português: alguns aspetos temporais e/ou modais. In *Actas do I Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. (pp. 353–374). Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.

OLIVEIRA, F. (2013). Tempo verbal. Em Eduardo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura & Amália Mendes (orgs.), *Gramática do Português*, Vol I, Cap. 15. 509-553. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

OLIVEIRA, F., Mendes, A. (2013). Modalidade. Em Eduardo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura & Amália Mendes (orgs.), *Gramática do Português*, Vol I, Cap. 18. 623-668. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ROJO, G., Veiga, A. (1999). El tiempo verbal. Los tiempos simples. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (orgs.) *Gramática descriptiva de la lengua española* (pp. 2867–2934). Madrid: Espasa Calpe.

ROSS, C., Ma, J. H. -S. (2014). *Modern Mandarin Chinese Grammar – A Practical Guide*. London and New York: Routledge.

SILVA, A. (1997). *A Expressão da Futuridade na Língua Falada*. Universidade Estadual de Campinas.

WU, J.-S. (2007). Tense as a discourse feature in Mandarin and its implication. In *Proceedings of the 8th Chinese Lexical Semantics Workshop* (pp. 73–78). Hong Kong: Hong Kong Polytechnic University.

WU, J.-S. (2009). Tense as a discourse feature: Rethinking temporal location in Mandarin Chinese. *Journal of East Asian Linguistics*, 18. 145-165.

WU, J.-S., Kuo, Y. -C. (2010). Future and modality: A preliminary study of jiang, hui, yao and yao... le in Mandarin Chinese. In *the 18th International Conference on Chinese Linguistics (eds.)*, volume 2, 54–71.

**The development of materials for teaching Portuguese in East Timor:
an analysis of the manuals produced for the
Anticorruption Committee (CAC)¹**

Susete ALBINO
CHAM - NOVA FCSH / UAc
susetealbino@fcsh.unl.pt
ORCID: 0000-0001-5765-1857

Abstract

Between February 2020 and November 2021, the investigators and specialists of the Anticorruption Committee (CAC) of the Democratic Republic of East Timor benefited from intensive training in Portuguese language, with the aim of strengthening their linguistic proficiency, especially at a technical and legal level. This was carried out within the framework of the Delegated Cooperation Project *PFMO - Osan Povo Nian, Gere Ho Di'Ak*, funded by the European Union and co-financed and managed by Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. The singularities and lack of resources for teaching Portuguese as L2 required the development of specific teaching materials that were appropriate to the context and that responded to the purpose of the courses designed. In this article I analyse the manuals created for levels A2 and B1, giving special relevance to the content produced based on the legal diplomas that govern the institution's activity in the field of preventing and fighting corruption and associated crimes.

Keywords: *East Timor; Portuguese Language Acquisition (L2); Anticorruption Committee (CAC); Materials Production; PFMO Project.*

Resumo

Entre fevereiro de 2020 e novembro de 2021, os investigadores e especialistas da Comissão Anticorrupção (CAC) da República Democrática de Timor-Leste beneficiaram de formação intensiva em língua portuguesa, com vista a reforçar a sua proficiência linguística, em particular a nível técnico e legal. Realizada no quadro do Projeto de Cooperação Delegada *PFMO – Osan Povo Nian, Gere Ho Di'Ak*, financiado pela União Europeia e cofinanciado e gerido pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P, as suas singularidades e a inexistência de recursos para o ensino do português como L2 adequados ao contexto e que respondessem ao propósito dos cursos desenhados, exigiu o desenvolvimento de materiais didáticos específicos. Neste artigo analisamos os manuais criados para os níveis A2 e B1, conferindo especial relevância aos conteúdos produzidos a partir dos diplomas legais que regem a atividade da instituição no âmbito da prevenção e do combate à corrupção e a crimes associados.

Palavras-chave: *Timor-Leste; Aquisição do Português como L2; Comissão Anticorrupção (CAC); Produção de Materiais; Projeto PFMO.*

¹ This article had the support of CHAM (NOVA FCSH / UAc), through the strategic project sponsored by FCT (UIDB/04666/2020) — <https://doi.org/10.54499/UIDB/04666/2020>

1. Introduction

This article starts from the premise that teaching materials², namely manuals³, continue to have a relevant role in learning and teaching languages, and aims to present the development of manuals created for the intensive training in Portuguese language (PL) as L2, of technical level, adapted to the working context and specificities of the Anticorruption Committee (CAC), of the Democratic Republic of East Timor.

These manuals, produced in the scope of a Project of delegated cooperation, sought to reflect the advances in research on the acquisition of a L2 and production of teaching materials based on principles commonly accepted in academia.

My focus is on the creation of contents based on the country's legal framework for preventing and fighting corruption and related crimes. For that, I draw on my experience as scientific and pedagogical coordinator of the set of Project manuals and co-author of CAC's manuals, for proficiency levels A2 and B1. I draw, also, on the work of authors such as Bachman (1990), Bergmans (1987), Desmet (2007), Hymes (1991), Lerat (1995), Tomlinson (1998, 2018), Tomlinson & Mashura (2018) and Wong, Kwok & Choi (1995).

I begin the first section of the article with reference to the context in which these manuals were created. Then I present the component of the Project that contains PL training and training of the Anticorruption Committee. Following that, in the second section, (i) I focus on the stage that preceded the production of materials, which includes the characterization of the sociolinguistic profile and the determination of the proficiency level and critical areas of CAC's trainees; (ii) I identify and reflect on the principles, approaches and perspectives that guided the materials created, namely the relevance given to the legal texts that govern CAC's activity; and (iii) present some of the activities designed to work on the content of the aforementioned regulations.

² In this article I use the definition of teaching materials proposed by Tomlinson (1998): "anything which is used to help to teach language learners. Materials can be in the form of a textbook, a workbook, a cassette, a CD, a video, a photocopied handout, a newspaper, a paragraph written on a whiteboard: anything which presents or informs about the language being learned" (Tomlinson 1998: xi).

³ Here understood as "a textbook which provides the core materials for a course. It aims to provide as much as possible in one book and is designed so that it could serve as the only book which the learners necessarily use during a course. Such a book usually includes work on grammar, vocabulary, pronunciation, functions and the skills of reading, writing, listening, and speaking" (Tomlinson 1998: ix).

2. Context of development of teaching materials for Portuguese Language Acquisition (L2)

2.1. The PFMO Project – Osan Povo Nian, Gere Ho Di’Ak

The PFMO Project was created and funded by the European Union (EU) and Camões, I.P. (the agency for linguistic and cultural cooperation of Portugal), and was managed by Camões, I.P. The Project was a partnership to improve the quality of public service provision by strengthening the management and supervision of public finances in East Timor. It included two components: (i) the first component aimed at improving public finance management mechanisms and instruments with direct EU budget support (worth €17 million); (ii) the second component, worth €12,6 million, aimed at reinforcing the supervision of public finances, strengthening national institutions, and ensuring the building capacity of staff and technicians from eight East Timor partners – Parliament, the Chamber of Accounts, the Office of the Attorney-General, the Anticorruption Committee, the Scientific Criminal Investigation Police and the State General Inspectorate. This component also supported journalism and civil society to strengthen the process of public oversight of state accounts.

The implementation of what was determined for Component 2 of the Project entailed the “reinforcement of the cooperation between national institutions, boosting partnerships with partner entities⁴ and supporting the definition and clarification of the legal and institutional framework” [my translation].⁵ It required, likewise, awareness-raising campaigns to strengthen citizenship and social auditing.

Component 2 presented as direct beneficiaries (i) members and technicians of the National Parliament; (ii) auditors and judges of the Court of Appeal and Chamber of Auditors; (iii) magistrates of the Attorney General’s Office and the Public Prosecutor’s Office; (iv) auditors and inspectors of the General State Inspectorate; (v) investigators and specialists of the Scientific and Criminal Investigation Police; (vi) investigators and specialists of the Anticorruption Committee ; (vii) technicians of Civil Society Organizations, members of the Non-Governmental Organizations Forum of East Timor

⁴ The implementation partners were Portuguese institutions with experience of working with their Timorese counterparts, including the Assembly of the Republic, the Attorney General’s Office/Public Prosecutor’s Office, the Court of Auditors, the Ministry of Justice, the Judicial Police and the Centre for Judicial Studies.

⁵ In the original: “reforço da cooperação entre instituições nacionais, dinamização de parcerias com entidades parceiras e o apoio à definição e clarificação do quadro legal e institucional”. Source: <https://www.osanpovunian.tl/pt/conteudo/o-projeto-enquadramento>

and of the National Auditing Network; and (viii) technicians of the Secretary of State for Social Communication and Timorese journalists.⁶

The PFMO Project, planned initially for five years, met a two-year extension, having been implemented between 1 September 2017 and 28 February 2024.

2.2. Technical training and PL training of the direct beneficiaries

The established in Component 2 materialized in the support given to the institution's capacity building, aiming to strengthen planning, management, auditing, monitoring, accountability, and supervision of the use of public finances in East Timor and thus improve the provision of public services in the country.

In this context, given the weaknesses concerning PL (co-official language), it became necessary to implement intensive training at the technical level of PL across all beneficiary entities, adapted to the sphere of work and specificities of each entity.⁷ In this regard, the PFMO's Interim Report (Year 3)⁸, reads:

Training in Portuguese is very important in the context of the Project and has a dual role: on the one hand, it provides the target audience with a level of linguistic proficiency capable of ensuring that training of an exclusively technical nature can be given in this language without compromising the communication between the interlocutors; on the other hand, given its functional use at an institutional level, Portuguese language also presents itself as another fundamental technical tool for carrying out professional tasks in managing and supervising public finances in East Timor. (Camões, I.P. 2020: 44) [my translation]⁹

For that purpose, a team of five teachers was constituted, with the task of teaching LP courses for specific purposes at partner institutions, under the guidance of a Scientific-Pedagogical Coordinator in East Timor, and with the support of an expert in Portuguese language, based in Lisbon (the author of this article). All the work that was developed had

⁶ Source: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/PFMO_final.pdf

⁷ Source: <https://osanpovunian.tl/pt/conteudo/o-projeto-enquadramento>

⁸ Source: <https://www.osanpovunian.tl/pt/conteudo/o-projeto-relatorios>

⁹ In the original: "A formação em língua portuguesa é muito relevante no contexto do Projeto, assumindo um duplo papel: por um lado, serve para dotar o público-alvo de um nível de proficiência linguística capaz de garantir que a formação de âmbito exclusivamente técnico possa ser ministrada nesta língua sem que a comunicação entre os interlocutores seja comprometida; por outro lado, tendo em conta o uso funcional que lhe é dado a nível institucional, a língua portuguesa apresenta-se, também ela, como mais uma ferramenta técnica fundamental para a prossecução de tarefas profissionais no âmbito da gestão e da supervisão das finanças públicas em Timor-Leste." (Camões, I.P. 2020: 44)

the supervision and validation of highly specialized human resources of the Language Division of Camões, I.P.

The Language Team was responsible for “bringing the beneficiaries to the level of independent user in their professional performance” (Camões, I.P. 2020: 86) [my translation]¹⁰, the beneficiaries being (i) auditors and judges from the Court of Appeal and the Chamber of Accounts; (ii) auditors and inspectors from the General State Inspectorate; (iii) investigators and specialists from the Scientific and Criminal Investigation Police (PCIC); (iv) investigators and specialists from the CAC; (v) technicians from Civil Society Organizations and members of the Forum of Non-Governmental Organizations of East Timor and the National Audit Network.¹¹

The specific nature of the training to be provided and the lack of adequate resources for teaching Portuguese as L2, required the development, by internal and external teams, of materials for teaching technical Portuguese.

For this purpose, seven experts/researchers with experience in creating materials and, in some cases, knowledge of the field were hired. The work was overseen and coordinated by the PL expert, in close contact with the team in Dili, and the respective validation was carried out by the Language Services Directorate of Camões I.P. The materials for levels A2, B1 and B2 were elaborated considering the Common European Framework of Reference (CEFR) for the areas of financial auditing, crime prevention and investigation, economic and financial crime and social auditing, in a total of twelve manuals.

2.3. The Anticorruption Committee (CAC)

CAC’s creation was established with the publication of the law (Law N.º 8/2009, of July 15)¹², aiming to effectively fight corruption and safeguard the integrity of East Timor’s organizations. The diploma intended to provide the Timorese State with a “specialized, independent criminal police body, which, in its actions, would be conducted only by criteria of legality and objectivity, in conjunction with the competent authorities, as is indispensable for its credibility as a mechanism for fighting corruption” (Preamble

¹⁰ In the original: “levar os beneficiários a atingirem o nível de utilizador independente, no seu desempenho profissional.” (Camões, I.P. 2020: 86).

¹¹ The members and technicians of the National Parliament, the magistrates of the Attorney General’s Office and the Public Prosecutor’s Office and journalists did not benefit from Portuguese language training, since they already attended Portuguese courses given by teachers hired by the institutions themselves. However, support was made available to these trainers and “seminars and/or *ad hoc* technical training courses on drafting/editing technical and official texts” were organized and promoted (Camões, I.P. 2020, p. 44).

¹² Lei n.º 8/2009, de 15 de julho.

to Law n.º 8/2009) [my translation].¹³ In this sense, it was determined that CAC is responsible for “proceeding with actions of criminal prevention and investigation of corruption crime in any of its forms, embezzlement, abuse of power, influence peddling and economic participation in business, as defined in criminal law” (Article 4, Law n.º 8/2009) [my translation].¹⁴

Although CAC’s constitution happened in 2009, the institution’s organic structure and the anticorruption expert career approval were decided only six years later, by law decree (Decree-Laws N.º 23/2015 and N.º 24/2015, of July 29, 2015).¹⁵

More recently, during the implementation of the PFMO Project, and in harmony with the existing legal framework for the prevention and fight of corruption and associated crime (namely the Penal Code and the legal framework for preventing and combating money laundering and terrorist financing), new measures to prevent and fight corruption were established with the approval and publication of a new Law (Law N.º 7/2020, of 26 August).¹⁶

These four diplomas, as we will see, were nuclear in conceiving the contents for the teaching manuals developed specifically for teaching Portuguese as L2 to investigators and specialists of the institution.

Focusing, lastly, on what was defined by the PFMO for CAC, it is worth mentioning that activities were planned and implemented aiming to: (i) reinforce the knowledge of PL, in particular on a technical and legal level, for the technicians in the institutions concerned; (ii) enable CAC to investigate economic-financial and computer crime; and (iii) strengthen the coordination and cooperation of PCIC and CAC with the Financial Intelligence Unit, the judicial authorities at national level and the National Police of East Timor (PNTL).¹⁷

¹³ In the original: “órgão de polícia criminal especializada, independente, que na sua atuação se conduz[isse] apenas por critérios de legalidade e objetividade, em articulação com as autoridades competentes, como é indispensável para a sua credibilidade enquanto mecanismo de combate à corrupção” (Preâmbulo da Lei n.º 8/2009).

¹⁴ In the original: “proceder a ações de prevenção e investigação criminal dos crimes de corrupção em qualquer das suas formas, peculato, abuso de poder, tráfico de influências e participação económica em negócio, tal como definidos na legislação penal” (Artigo 4.º, Lei n.º 8/2009).

¹⁵ Decretos-Leis n.º 23/2015 and n.º 24/2015, de 29 de julho de 2015.

¹⁶ Lei n.º 7/2020, de 26 de Agosto .

¹⁷ Source: <https://www.osanpovunian.tl/pt/conteudo/o-projeto-atividades>

3. Developing manuals for teaching PL2 at CAC

3.1. Preliminary stage – establishing the sociolinguistic profile, proficiency level and critical areas of CAC’s trainees

To tailor the training course to the target audience, between March and June 2019, the Language Team in Dili administered questionnaires to define the beneficiaries’ sociolinguistic profile and proficiency.

Analysis of the collected data clarified the needs and expectations in relation to PL and its use and identified critical areas. It also made possible for this Team to plan the implementation of activity, position the beneficiaries at their respective proficiency level and make theoretical-methodological and didactic-pedagogical decisions for the training as well as for the creation of teaching materials.

In this text I only discuss the results obtained through the two instruments applied to CAC’s specialists and investigators (the first to 40 beneficiaries and the second to 50).¹⁸

Thus, in 2019 the average age of respondents was around 40 years, the youngest element being 26 and the oldest 54. It should be said, however, that 36 of the 40 specialists and investigators were between 30 and 49 years old.

Regarding education, it was found that 2 of the participants had a master’s degree, 31 had a licentiate degree and 3 had a bachelor’s degree. 4 respondents did not answer the question.

Concerning their mother tongue(s), as shown in Table 1, 21 of the participants indicated Tetum. The rest indicated one of the national languages as their L1, but *Mambae* stood out (L1 of 6 respondents).

Concerning the learning of PL, only 7 of the respondents learned Portuguese in school.¹⁹ The remaining 33 reported that they had attended Portuguese courses.

Regarding the situation in which Portuguese is used, 20 of CAC’s specialists and investigators indicated that they use Portuguese language at work and 14 in public services. Only 4 of the respondents stated that they use this language at home (Table 2).

¹⁸ The *Diagnostic Evaluation Report of the PFMO Portuguese Language Team* (2019) did a detailed analysis of the data collected in the questionnaires and the positioning tests, and it was sent to the General Coordination of the PFMO and to Camões, I.P., the entity responsible for managing the Project.

¹⁹ This number results from the fact that most respondents graduated during Indonesian occupation or have graduated in Indonesia.

Table 1 – Mother tongue of CAC’s beneficiaries

Mother Tongue (L1)	No. of speakers
Tetum	21
Mambae	6
Fataluku	4
Kemak	1
Makasa’e	2
Bunak	1
Tokodede	2
Makalero	1
Naueti	1
Baikenno	1
TOTAL	40

Source: *Relatório de avaliação diagnóstica da equipa da língua portuguesa do PFMO (2019)* [my translation]

Table 2 – Linguistic characterization – Situations in which Portuguese is used

Context of use	No. of respondents	Percentage
At work	20	50%
At home	5	12,5%
With friends	10	25%
In public services	14	35%
In church	9	22,5%

Source: *Relatório de avaliação diagnóstica da equipa da língua portuguesa do PFMO (2019)* [my translation]

Regarding their needs, 32 of the 40 CAC’s members mentioned the importance of using Portuguese in a professional context. Only 9 said they needed this language to communicate at home. The answers obtained also made it possible to see its importance in public services and in the church (Table 3).

Concerning the importance of Portuguese language in the future, we tried to ascertain the prominence given by CAC’s investigators and specialists to this language and the other languages spoken in East Timor. The data collected (Table 4) showed that Portuguese is a prominent language. In fact, 92.5% of the respondents (37 members) considered the co-official language to be very important. This percentage drops to 65% for English and to 42.5% and 15% for Tetum and Indonesian, respectively.²⁰

Table 3 – Linguistic characterization – Needs for the use of Portuguese

Context of use	No. of respondents	Percentage
At work	32	80%
At home	9	22,5%
With friends	12	30%
In public services	21	52,5%
In church	16	40%

Source: *Relatório de avaliação diagnóstica da equipa da língua portuguesa do PFMO* (2019) [my translation]

Table 4 – Linguistic characterization – Future importance of different languages

Languages	No. of respondents	Percentage
Portuguese	37 (92,5%)	92,5%
English	26 (65%)	65%
Tetum	17 (42,5%)	42,5%
Indonesian	6 (15%)	15%

Source: *Relatório de avaliação diagnóstica da equipa da língua portuguesa do PFMO* (2019) [our translation]

²⁰ This recognition of the importance of Portuguese for the future of East Timor is in tune with the results presented by Australian linguist Michael Leach, who coordinates the TL Studies Association. According to the talk *Changing attitudes to national identity amongst Timor-Leste tertiary students: 2002-2017*,²⁰ presented by the researcher in April 30 2019, at the *Timor-Leste: Politics, policies and prospects 20 years after the independence vote* Conference, which took place at the Australian National University, “whilst in 2002 only about 50% of higher education students considered the Portuguese language as relatively important or very important in shaping the Timorese identity, currently, over 54% consider it very important and 9,5% relatively important. That is, over 90% of respondents recognize the relevance of Portuguese in “being Timorese” (Albino 2020: 179-180).

Focusing now on positioning tests, it is worth mentioning that progressive tests were applied and a test for each of the beneficiary institutions of the Project was elaborated in tune with the respective activity developed. It should also be noted that only reading comprehension (CL), structural competence (CE), written expression (EE) and oral comprehension (CO) were tested.

In the specific case of CAC, the test was taken by 50 elements. The global observation of the classifications obtained (on a scale of 0 to 200) showed that the overall average was around 80.7, placing 45 of the 50 participants at A2 level. The remaining 4 were at level A1 and 1 at level B1.

Looking at the results by competence, explained in Table 5, it was observed that, except for CO, a domain in which better results were achieved, the classifications obtained positioned almost all trainees at the elementary level in the remaining competences.

The written productions were then used to assemble a *linguistic corpus*, which was analysed using the taxonomy used by Isabel Leiria (2001) in *Léxico, Aquisição e Ensino do Português Europeu Língua Não Materna*.

Table 5 – Characterization of proficiency levels by competence

Proficiency levels	Number of trainees	Percentage
Reading Comprehension		
A1	13	26%
A2	36	72%
B1	1	2%
B2	0	0%
Structural Competence		
A1	27	54%
A2	22	44%
B1	1	1%
B2	0	0%
Written Expression		
A1	9	18%
A2	39	78%
B1	2	4%
B2	0	0

Oral Comprehension		
A1	1	2%
A2	19	38%
B1	29	58%
B2	1	2%

Source: *Relatório de avaliação diagnóstica da equipa da língua portuguesa do PFMO (2019)* [my translation]

Therefore, concerning CAC, the total number of deviations was 2296, corresponding to 30,6% of the *corpus*. In relation to the type of errors, formal deviations were the most frequent. However, the high percentage of syntactic and morphosyntactic deviations (26,4%) and deviations in the selection of vocabulary (25,6%) (Table 6) should be highlighted.

Table 6 – Characterization of the ascertained linguistic deviations

TOTAL		
Number of texts analysed	50	
Number of words of the <i>corpus</i>	7500	
Number of total deviations	2296	
Percentage of deviations in the <i>corpus</i>	30,6%	
Ascertained deviations		
Types of deviations	Total	Percentage
Formal deviations ²¹	1037	45,2%
Syntactic and morphosyntactic deviations	607	26,4%
Deviations when selecting vocabulary	588	25,6%
Unavailable vocabulary	33	1,4%
Discursive deviations	21	0,9%
Other lexical deviations	10	0,4%

Source: *Relatório de avaliação diagnóstica da equipa da língua portuguesa do PFMO (2019)* [my translation]

²¹ Types of deviations: spelling, accentuation, contraction, approximate forms, inflexion of nouns and adjectives, verb inflexion, gender assignment and punctuation.

With the former description, it becomes clear that the stage prior to the training and development of teaching materials produced a precise characterization of the sociolinguistic context and determined the objective needs of the beneficiaries. In fact, the responses obtained in the questionnaires, the application of tests and the analysis of the *linguistic corpus* highlighted the persistence of weaknesses in mastering Portuguese, one of the official languages and the most used written language. Thus, the importance of “directing the training activity and respective materials towards the immediate communicational needs of the professionals” (PFMO 2019: 40) [my translation]²² was recognized. Also,

the low proficiency in Portuguese language of most beneficiaries constitutes an obstacle to the comprehension and assimilation of specific knowledge, representing, from the onset, a setback in relation to the objectives of training activities of a technical nature. Furthermore, the proficiency weaknesses are in contrast with the need to use Portuguese language in the professional realm. (PFMO 2019: 41) [my translation]²³

3.2. Principles, approaches and perspectives underlying CAC’s manuals

As previously stated, PL courses appear in the Project to minimize/suppress the weaknesses of the beneficiaries concerning Portuguese proficiency. Those weaknesses could significantly compromise the results of the expected technical training, given that it would be taught in this language by elements of Portuguese peer institutions and that, in some cases, the Timorese elements were to travel to Portugal to receive further training. It was also intended that the PL training should respond to specific communicative needs, i.e. be adapted to the work context and the particularities of each entity.

As such, in CAC’s context, it was decided that the teaching materials would focus on the area of economic and financial crime, which leads me to reflect somewhat on the approaches and perspectives considered in the planning stage of the manuals developed.

²² In the original: “direcionar a atividade formativa e os respetivos materiais para as necessidades comunicativas imediatas dos profissionais” (PFMO 2019: 40).

²³ In the original: “a baixa proficiência em língua portuguesa da maior parte dos beneficiários constitui um obstáculo à compreensão e à assimilação de conhecimentos específicos, representando, desde logo, um constrangimento no que se refere aos objetivos das atividades de formação de âmbito técnico. Para além disso, as lacunas em termos de proficiência contrastam com a premência da utilização da língua portuguesa no domínio profissional” (PFMO 2019: 41).

3.2.1. Developing materials for teaching Portuguese as L2 for specific purposes – Prevention and fight against corruption and correlated crimes purposes

Pierre Lerat (1995), in *Les langues spécialisées*, argues that the categorization of specialty languages as a linguistic subsystem that aggregates the linguistic particularities of a specific domain is misguided, arguing that such classification would lead to observing them as “dialects”. The reflection undertaken leads him to consider the notion of “specialized language” (which he identifies as more pragmatic) to the detriment of “specialty language” (which, as we noted, he sees as a counterintuitive concept). Thus, from his perspective, a specialized language would refer to “the use of a natural language to technically convey specialized knowledge” (Lerat 1995: 11) [my translation].²⁴

Along the same line, linguist researcher Isabel Desmet (2007:3) argues that specialized languages are, first and foremost, “natural languages in their function of communicating specialized knowledge” [my translation]²⁵. Therefore, similarly to what happens with any natural language,

a given language, in its function of transmitting specialized knowledge, is subject to three major types of variation: linguistic variation, identified at the lexical, syntactic, textual and discursive levels; extralinguistic variation, studied in the diachronic, diatopic or geographical, diastratic or diaphasic dimensions; the inherent variation, property of all languages during their textual and discursive actualization. (Desmet 2007: 12) [my translation]²⁶

Tomlinson & Mashura (2018) estimate that the lexical and syntactic singularities intrinsic to specialized languages do not make them distinct from general/common languages. In fact, although they recognize the existence of different objectives to acquire a L2 and various contexts to learn those languages, they argue that what is important is that the students “develop the specific strategies, skills, and competences that they need and want” (Tomlinson & Mashura 2018: 315).

²⁴ In the original: “l’usage d’une langue naturelle pour rendre compte techniquement de connaissances spécialisées” (Lerat 1995: 11).

²⁵ In the original: “des langues naturelles dans leur fonction de communication de savoirs spécialisés” (Desmet 2007: 3).

²⁶ In the original: “une langue donnée, dans sa fonction de transmission de connaissances spécialisées, se soumet à trois types majeurs de variation : la variation linguistique, identifiée aux niveaux lexical, syntaxique, textuel et discursif ; la variation extralinguistique, étudiée dans les dimensions diachronique, diatopique ou géographique, diastratique ou diaphasique ; la variation inhérente, propriété de toutes les langues lors de leur actualisation textuelle et discursive” (Desmet 2007: 12).

Moving on in my reflection, I consider relevant at this point to recover, still, the work of Dudley-Evans (1998) and Dudley-Evans & St John (1998) who, observing the particularities of the English language for specific purposes (henceforth ESP), pointed out four absolute and two variable characteristics in ESP. The absolute characteristics concern the teaching of a language thought to respond to the needs of the learner, the use of methodology and activities specific to each area and to the attention given to the most appropriate language for those same areas (lexicon, grammar, register, discourse, genre, etc.). In relation to the variables, they state that ESP can be circumscribed to the development of very concrete skills and does not have to follow the established methodology for general English.

In agreement with the authors mentioned, it is my understanding that specialized languages coexist in the continuity of general/natural language, being identifiable due to the extralinguistic factors (activity domains, communication situations and communicative intentions) and the fact that they convey specialized knowledge.

3.2.2. Authenticity of texts and tasks

Recovering Tomlinson & Mashura's definition (2018: 32), by authentic text I mean any text that is produced "in order to communicate rather than to teach", and by authentic task I mean any task that "involves the learners in communication in order to achieve a context-based outcome rather than just to practice language or produce output". In relation to the last, I consider also that an authentic task "does not have to be a real-life task but can be a classroom task that involves the learner in replicating real-life Skills in order to achieve a linguistic or non-linguistic outcome" (Tomlinson & Mashura 2018: 32-33).

A significant number of academics that have been studying the relevance of the use of authentic texts and tasks point out that these provide a rich and significative exposure to the target-language, which is observed as a pre-requisite for the acquisition of L2 (Mishan 2005; Rilling & Dantas-Whitney 2009; Tomlinson & Mashura 2018). They also refer the impact that this exposure can have in the motivation of learners, helping them to develop a few communication skills.

Although there are researchers who advocate that, because they are more complex, their use, especially at lower levels, makes the acquisition of L2 more difficult

(Widdowson 1991; Ellis 2003, Day 2004)²⁷, I agree with Wong, Kwok & Choi (1995: 318) when they state, concerning English, that authentic materials can help “to achieve the aims of enriching students’ experiences in the learning and use of English, sensitizing them to the use of English in the real world”.

Thus, considering that the development of communication skills entails the possibility of experiencing how a language is used in a real context, in completing significant tasks²⁸, we sought to provide access to an authentic and diversified *input*, using texts, images, audio and video (i) likely to interest trainees²⁹, (ii) related to the themes and the norms selected and defined for each of the units of the different manuals, and (iii) adequate to the proficiency level (Figures 1 and 2).

Figure 1 – Authenticity of texts and tasks – Example 1

2. Visualize a notícia.



Fonte: <https://www.facebook.com/370048750482193/videos/1460303557501118>

²⁷ On this matter, Day (2004: 111) states: “Materials need to be appropriate in terms of language, both the level and the type or variety or dialect, and in terms of the activities, tasks and exercises that students are asked to do”.

²⁸ We must remember that, in the context of non-native language teaching, “meaningful tasks” are those that involve linguistic activities and that have a *raison d’être* - a meaning - for the learner, within the framework of their real needs for using the non-native language, thus calling for the meaningful application of communicative knowledge and skills.

²⁹ For Tomlinson & Mashura (2018: 33) “materials are only really authentic to learners if they are of value to them”.

2.1. Complete as frases, de acordo com a notícia. Estabeleça a ligação correta.

a) A Lei das MPCC...	_____	1. ...vai insistir no respeito da nova medida.
b) O Parlamento...	_____	2. ...vai ter de apresentar uma declaração de rendimentos.
c) O Supremo Tribunal...	_____	3. ...vai participar na cerimónia de 25 de novembro.
d) Cada um dos órgãos de soberania, _____		4. ...vai enviar um documento para o Tribunal de Recurso.
e) A Comissão Anticorrupção...	_____	5. ...vai ficar responsável pelas ações de fiscalização.
f) Deolindo dos Santos...	_____	6. ...vai supervisionar os rendimentos das instituições.
g) O Chefe de Estado...	_____	7. ...vai permitir uma luta mais eficaz contra a corrupção.

2.2. Fale sobre o papel do Supremo Tribunal de Justiça (Tribunal de Recurso) no cumprimento da Lei “Medidas de Prevenção e Combate à Corrupção”.

Source: Lemos & Albino 2021b: 53-54

Figure 2 – Authenticity of texts and tasks – Example 2

1. Observe as imagens apresentadas e fale sobre o seu significado. Siga as orientações.



- | |
|--|
| <p>a) Descreva cada uma das imagens, associando-as à prática de crimes de corrupção no setor privado.</p> <p>b) Relacione as imagens com as medidas introduzidas pela Lei n.º 7/2020 no que respeita à corrupção no setor privado.</p> |
|--|

Source: Lemos & Albino 2021b: 104

3.2.3. Relevance attributed to the legal text

In the previous sections, as part of the implementation of Component 2 of the PFMO project, it became clear that the Language Team should work with the trainees to strengthen the beneficiaries' knowledge of Portuguese, particularly at a technical and legal level, and to help them clarify and interpret the legal and institutional framework written in this language.

Concerning CAC, this need gained relevance due to the fact that the PFMO Project took place at a very particular time for the institution, since, after many years dormant, the *Anticorruption Bill* (Bill n.º 1/V2019)³⁰ was being outlined and its final wording debated. The weeks-long discussion of the document between Parliament's Commission A and other relevant bodies led to a significant change in the name of the Law itself, which in its final form was renamed the *Law on Measures to Prevent and Fight Corruption* (thus recovering the preventive dimension inherent in CAC's competences since its creation). It should also be noted that with the approval of the new law, the institution has seen its sphere of action widened, both in terms of prevention and investigation (type of crime). As seen in 2.3, the Commission's activity is regulated, since its creation in 2009, among other, by the following documents: (i) Law n.º 8/2009, of 15 July (Law of the Anticorruption Committee), (ii) Decree-Law n.º 23/2015 and n.º 24/2015, of 29 July (Organic chart of CAC and Approval of the career of anticorruption specialist), (iii) Penal Code, (iv) Legal Framework for preventing and fighting money laundering and terrorist financing and (v) Law n.º 7/2020, of 26 August 2020 (Measures to Prevent and Fight Corruption).³¹ This public documentation was thus identified as fundamental, given that, besides being authentic, it included the linguistic content of the texts usually produced and interpreted by the beneficiaries of the institution and allowed materialization of the recommended for Component 2 of the Project.

The themes for the teaching units (Figure 3) and a good part of the texts and contents that guided the proposed sequences of activities emerged from it.

³⁰ Projeto de Lei n.º1/V2019.

³¹ (i) Lei n.º 8/2009, de 15 de julho (...), (ii) Decreto-Lei n.º 23/2015 and n.º 24/2015, de 29 de julho (...), (v) Lei n.º7/2020, de 26 de agosto de 2020 (...).

Figure 3 – Theme organization of manuals’ A2 and B1 units

	Índice geral
Unidade 1 Dados pessoais e profissionais	10
Unidade 2 Comissão Anticorrupção	26
Unidade 3 Orgânica da Comissão Anticorrupção	46
Unidade 4 Responsabilidades profissionais	64
Unidade 5 Investigação, prevenção e sensibilização	80
Unidade 6 Apoio e cooperação	96
Unidade 7 Corrupção passiva e corrupção ativa	114
Unidade 8 Peculato e peculato de uso	132
Unidade 9 Abuso de poder e tráfico de influências	152
Unidade 10 Participação económica em negócio	170

	Índice geral
Unidade 1 Corrupção	10
Unidade 2 Discussão e aprovação da Lei n.º 7/2020	28
Unidade 3 Medidas de prevenção e combate à corrupção	50
Unidade 4 Prevenção da corrupção no setor público	76
Unidade 5 Prevenção da corrupção no setor privado e participação da sociedade	102
Unidade 6 Declaração de rendimentos, bens e interesses	134
Unidade 7 Crimes de corrupção	168
Unidade 8 Proteção de testemunhas, peritos, vítimas e denunciante	204

Source: Lemos & Albino 2021a: 9; Lemos & Albino 2021b: 9

3.2.4. Communicative approach

Language is a communication tool, and communication always occurs in context. Words used in isolation possess generic and abstract meanings, which makes them relatively empty and ineffective. Like Blanchet (2004), I understand that language presents two main functions: a communicative function, which enables the transmission of information/messages, and a social/identity function, which enables the individual/group to exist and relate. Each language proposes a particular vision of the world to the communities of speakers of that language. Therefore, it is important to remember that the acquisition of L2 enables the learner to establish bridges between her or his native language and the language and culture of L2, but, likewise, the integration of a new cultural group.

The way in which acquisition/learning of L2 takes place has been researched in several areas, and there is recognition that the different theories, approaches and perspectives that have been emerging do not overlap or cancel each other, but rather evolve, renew and complement each other. The communicative approach emerged in the second half of the 20th century and changed the paradigm of previous methodological currents by emphasizing communication in its different dimensions: oral and written comprehension and oral and written expression. Anchored in the understanding that L2 is acquired by involving speakers in contextualized communication situations, the teaching-learning process focuses on the learner, their sociolinguistic profile and their needs. As such, it must provide the acquisition of skills that allow her or him to communicate successfully in the target-language in real communication situations (Bachman 1990; Hymes 1991).

From this perspective, as we stressed earlier, the aim was for CAC manuals to be a functional and effective working tool, but also a motivating one. Based on the assumption that the development of communicative competence is not restricted to the appropriation of language knowledge, but includes the ability to put this knowledge to use in a specific context (Bachman 1990), the selection of content and documents was made on the basis of the communication situations in which this audience is involved (namely awareness-raising and investigative actions in the area of economic and financial crime). This does not mean, however, that the linguistic system has been devalued. On the contrary, the linguistic dimension was worked on dynamically and in close connection with the selected texts and communicative situations (Figure 4).

Figure 4 – Unit organization – Example

Unidade 5 | Prevenção da corrupção no setor privado e participação da sociedade

OBJETIVOS GERAIS

Compreensão oral

- Compreender e selecionar informação específica de vídeos e de notícias
- Organizar a informação de uma notícia

Leitura

- Ler, analisar e selecionar informações de notícias, de relatórios e de normativos
- Ler, analisar e comentar afirmações
- (Re)Organizar e topicalizar informação

Produção escrita

- Escrever frases simples, recorrendo a estruturas argumentativas
- Escrever textos de opinião
- Escrever um texto expositivo

Expressão e interação orais

- Expressar e fundamentar uma opinião
- Descobrir imagens e estabelecer relações entre imagens, palavras/expressões e medidas de política
- Falar sobre causas e consequências
- Comentar afirmações e partilhar pontos de vista

COMPETÊNCIAS LINGÜÍSTICA E SOCIOLINGÜÍSTICA

Gramatical

- Pretérito-mais-que-perfeito composto do modo indicativo
- Voz ativa e voz passiva

Lexical

- Pacto Global das Nações Unidas (UNGC)
- Corrupção no setor privado
- Códigos de conduta
- Códigos de governação empresarial
- Compliance e gestão de riscos no setor privado
- Conceito de "Porta Giratória" no contexto da corrupção
- Conflito de interesses
- Participação pública nos processos decisórios e na prevenção da corrupção
- Barómetro Global de Corrupção (GCB)
- Jornalismo de investigação

Sociolinguística

- Registo formal
- Marcadores linguísticos adequados às situações de comunicação

COMPETÊNCIA PRAGMÁTICA

- Apresentar as medidas introduzidas pela Lei n.º 7/2020 para prevenir a ocorrência de crimes de corrupção no setor privado
- Falar sobre o Pacto Global das Nações Unidas
- Explicar a relevância da colaboração entre empresas, governos, agências da ONU e sociedade civil na criação de uma economia global transparente
- Falar sobre o crime de suborno e sobre as suas consequências na opinião pública
- Explicar o impacto da corrupção no setor privado e a importância da adoção de códigos de conduta
- Propor medidas de prevenção da corrupção no setor privado
- Falar sobre a falta de transparência na alternância entre o exercício de cargos públicos e privados
- Interpretar dados numéricos e estatísticos
- Relacionar o jornalismo de investigação com o trabalho desenvolvido pela CAC
- Mostrar a relevância da participação do setor privado e da sociedade na prevenção da corrupção

Prevenção da corrupção no setor privado e participação da sociedade

Source: Lemos & Albino 2021b: 102

3.2.5. Text-driven approach

A text-driven approach places the text at the centre of the sequence of activities in a learning unit and everything that “the learner and teacher do is determined organically by interaction with the text rather than by a syllabus or content map” (Tomlinson & Mashura 2018: 131).

We believe that this approach allows learners to experience the text in a holistic way, leading them to respond based on the connections they establish with their lives, experiences and knowledge of the world. As such, text-driven was favoured in the design of the introductory activities of the units and before the texts to mobilize prior knowledge relating to the themes of the texts and to activate processes such as inference, prediction or even association, which can lead to use of the target language (Figure 5).

Figure 5 – Embezzlement crime – Example of a text-driven approach

1. Visualize o excerto do vídeo.



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=HEX-oM_F30 (0:00-0:30)

1.1. A pares, proponham uma definição para a palavra “peculato” que responda às questões:

O que é o peculato?

Quem pratica o crime de peculato e com que objetivo?

1.1.1. Partilhem e discutam a vossa resposta com os vossos colegas. Em seguida, em conjunto, selecionem e registem a definição mais adequada à palavra.

1.1.2. Continue a visualização do vídeo. Em seguida, no coletivo, confrontem a definição proposta no vídeo com a registada no exercício anterior.



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=HEX-oM_F30 (0:31-1:15)

2. Observe a imagem e comente o seu significado com os seus colegas. Siga as orientações.



- a) Descreva a imagem.
- b) Relacione a imagem com o crime de peculato.
- c) Dê um título à imagem.

3. Leia o artigo 295.º do Código Penal.

Artigo 295.º - Peculato

1. O funcionário que ilegitimamente se apropriar em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou coisa móvel, pública ou particular, que lhe seja entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções, é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos, se pena mais grave não couber por força de outra disposição legal.

2. Se o funcionário der de empréstimo, empenhar ou, por qualquer forma, onerar os valores ou objetos referidos no número anterior, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa, se pena mais grave não couber por força de outra disposição legal.

3. Se os valores ou objetos referidos nos números anteriores ultrapassarem os 5.000 dólares americanos, as penas são, respetivamente de prisão de 4 a 12 anos ou de 2 a 5 anos.

4. Se os valores ou objetos referidos no número 1 forem de valor inferior a 50 dólares americanos o agente é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.

3.1. Sublinhe o significado adequado a cada uma das palavras, de acordo com o artigo.

a) se apropriar	se adaptar	se apoderar	se adequar
b) proveito	benefício	resultado	utilidade
c) acessível	compreensível	alcançável	claro
d) em razão de	por meio de	devido a	por causa de
e) empenhar	dedicar	prometer	obrigar
f) onerar	penhorar	garantir	obrigar
g) por força de	graças a	necessário a	devido a

3.2. Assinale com um X as afirmações verdadeiras, de acordo com o artigo.

O crime de peculato...	
a) é a utilização ilegítima de dinheiro ou de bens públicos ou privados.	<input type="checkbox"/>
b) é praticado por um funcionário para benefício pessoal ou de outros.	<input type="checkbox"/>
c) é, em todas as suas formas, punido com uma pena de 3 a 10 anos de prisão.	<input type="checkbox"/>
d) é punido com pena de prisão até 3 anos quando existe apropriação de dinheiro público.	<input type="checkbox"/>
e) é punido com uma pena de prisão de 3 anos ou com multa quando existe empréstimo de dinheiro público.	<input type="checkbox"/>
f) é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos ou com multa quando o valor dos objetos desviados é igual ou superior a 5.000 USD.	<input type="checkbox"/>
g) é punido com pena de prisão até 3 anos ou com multa quando o valor dos objetos desviados ultrapassa os 50 USD.	<input type="checkbox"/>
h) é sancionado de acordo com o montante ou com o valor dos bens desviados.	<input type="checkbox"/>

3.2.6. Discovery approach

In the acquisition of L2, the discovery approach is inscribed in the inductive perspective of content learning, highlighting those that are determinant in the development of structural skill. This approach developed from the conviction “that what students find out for themselves is more likely to be learned and retained than what they are told by a teacher or book, provided that it is relevant and useful to them and that they have multiple subsequent encounters with similar manifestations of language use to those that triggered the discovery” (Tomlinson & Mashura 1998: 193). The active involvement of learners in learning, which the discovery approach provides, led us to consider it in the manuals produced, especially to work on grammar and spelling. Thus, activities were created that would stimulate the discovery of answers from experimentation (critical analysis and reflection) and the formulation of rules from observing situations of use (Figure 6).

Figure 6 – Orthography – Example of the *discovery* approach

11. Leia o excerto do Programa e do Plano Anual de Atividades da CAC.

Objetivos e Metas da CAC - Objetivos da CAC 2015-2020
As Metas da CAC 2020, nas suas áreas de intervenção são as seguintes:
1. Setor Público: Elevar a integridade e o cumprimento das normas legais por parte de todos os funcionários do Estado.
2. Setor Educativo: Estudantes ativos e promotores de atividades de prevenção de corrupção.
3. Setor Privado: Aumentar o número de empresas qualificadas que utilizam fundos do Estado para fornecer, eficazmente, bens ou serviços.
4. Sociedade Civil: O público e a Sociedade Civil devem ter um papel ativo no combate à corrupção.
5. Cooperação: Cooperação efetiva a nível nacional, regional e internacional (...)
6. CAC: Atuação eficiente e eficaz ao serviço da investigação, prevenção e sensibilização do público.

Objetivo & Meta CAC – Objetivo CAC 2015-2020
Meta CAC 2020 ho ninia área intervensaun sira hanesan tuir mai ne'e:
1. Setór Públiku: Eleva integridade no koprimentu ba normas legál husi Servidór Estadu hotu.
2. Setór Edukasionál: Estudante sira ativiu organiza no sai promotor ba prevensaun korrupsaun.
3. Setór Privadu: Eleva número empreza sira ho kualifikasaun di'ak hodi utiliza fundu estadu nian ba formese bens no halo servisu sira konstrusaun nian ho efikásia.
4. Sosiadade Civil (...): Públiku, sosiadade sivil sira manifesta papel ida efetivu ba kombat korrupsaun.
5. Kooperasaun: Efetividade kooperasaun sira nasional, rejional no internasional (...)
6. CAC: Atuasaun efisiente no efikásia iha servisu sira investigasaun, prevensaun no sensibilizasaun públiku.

11.1. Sublinhe, no texto em português, as palavras terminadas em **-ão**. Em seguida, localize, no texto em tétum, essas palavras e complete a regra.

As palavras do tétum terminadas em **-aun** com origem no português escrevem-se, nesta língua, com - _____.

11.2. Observe, agora, as palavras sublinhadas no texto em português. Em seguida, localize, no texto em tétum, essas palavras e complete a regra.

As palavras em português com **-ca, -co, -cu, cr** ou **-qu** escrevem-se, em tétum, com - _____.

Source: Lemos & Albino 2021a: 41

3.3. Examples of activities developed to work on the legal text

3.3.1. Development of reading skills and lexical competence from legal texts

The performance in the reading comprehension component of the placement test (Table 5), as well as the analysis of the linguistic *corpus* (Table 6), highlighted the need to give special importance to the development of reading and lexical skills.

I believe that more than knowing the diplomas and the specific lexicon of the legal area, CAC's specialists and investigators need to master them and know how to use them. As such, the interpretation of the legal text assumed a central role in the context of PL training (and, inherently, as widely highlighted, in the teaching materials). This option required enormous effort from the trainers, authors and scientific-pedagogical coordinators and the use of jurists and lawyers whenever this proved necessary. In fact, legal language, because of the particular and technical use of the current language and, often, because of the normative function of the discourse, transgresses the boundaries of immediate comprehension of the linguistic community. The existence of words exclusive to the legal sphere (*seclusion, arrest, defendant, incarceration, etc.*), as well as the multiplicity of legal meanings that a specific term can acquire in this area (*public, defence, law, etc.*) illustrate that. In this regard, Bergmans (1987: 90) emphasizes that “even if legal terminology is largely composed of words from everyday language, these receive a particular meaning, a more restricted definition, and technical precision which are essential from the point of view of legal imperatives”.³²

Therefore, well aware of the strong heterogeneity of legal terminology and convinced that, as Tomlinson & Mashura (2018: 206) advocate, (i) “extensive reading can help students to acquire lexical items providing the items are salient and recycled” (ii) “text-based vocabulary teaching can help students to acquire lexical items providing the items are salient and recycled”, we have designed significant tasks around the legal texts selected.

Concerning written comprehension, we have used the text-driven approach seeking to ensure in-depth understanding of the specialist content and linguistic resources present in the texts. Concerning the development of the lexical skill, we have created, for example, activities that would involve the interpretation or discovery of the meaning of

³² In the original: “même si la terminologie juridique est composée largement de mots du langage courant, ceux-ci reçoivent une signification particulière, une définition plus restreinte, une précision technique indispensables du point de vue des impératifs juridiques” (Bergmans 1987: 90).

concepts from the context and the creation of sentences/text with the items that had been worked with (Figure 7).

Figure 7 – Examples of a sequence of activities of written comprehension and development of lexical skills from a text-driven approach

9. Observe a imagem e assinale com um X a opção que melhor completa a frase.



Esta imagem faz alusão...

- a) à participação económica em negócios.
- b) ao tráfico de influências.
- c) à posse de riqueza injustificada.

9.1. Comente com os seus colegas o significado da imagem anterior. Utilize frases completas.

10. Visualize o vídeo.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=wefcY5mYeY0&t=2s> (0-0:53)

10.1. Tendo como suporte a informação do vídeo e as palavras dadas, complete a definição de "Enriquecimento Ilícito".

Enriquecimento Ilícito

Situação em que um (1) _____ apresenta um aumento de (2) _____ incompatíveis com o (3) _____ que recebe e cuja origem não foi (4) _____ nem é (5) _____.

**agente público | rendimentos e/ou património
declarada | salário | justificável**

11. Leia o artigo 98.º da Lei n.º 7/2020, de 26 de agosto.

<p>TÍTULO III DISPOSIÇÕES CRIMINAIS CAPÍTULO II DOS CRIMES DE CORRUPÇÃO</p> <p>Artigo 98.º Posse de riqueza injustificada</p>
<p>1. Quem, sujeito por lei a declarar rendimentos, bens e interesses em razão de exercício de cargo público, não justificar a origem da sua riqueza, instado a fazê-lo pela autoridade competente, quando esta invocar e fizer prova de que a riqueza na sua posse, durante o exercício do cargo e até três anos após a sua cessação, é significativamente superior aos seus rendimentos lícitos conhecidos, é punido com pena de prisão até 5 anos, se pena mais grave não couber por força de outra disposição legal.</p> <p>2. Para efeitos do presente artigo entende-se que a riqueza é significativamente superior aos rendimentos lícitos conhecidos quando os excede no mínimo em 25%.</p> <p>3. Equipara-se a acréscimo de património a liquidação de dívidas.</p> <p>4. O tribunal decreta obrigatoriamente a perda a favor do Estado dos bens que excederem os seus bens lícitos conhecidos.</p> <p>5. Quem, tendo relações de parentesco ou de amizade próximas, ou de associação, com as pessoas indicadas no n.º 1, não justificar a origem dos seus bens, instado a fazê-lo pela autoridade competente, quando esta tiver razões para crer que possui esses bens por conta ou em nome da pessoa sujeita a declaração de rendimentos, bens e interesses tem os bens perdidos a favor do Estado.</p>

11.1. Procure, no artigo 98.º, as palavras ou expressões que significam:

<p>a) Chamado; convocado (ponto 1): _____</p>	<p>b) Justificar; alegar (ponto 1): _____</p>
<p>c) Supera; ultrapassa (ponto 2): _____</p>	<p>d) Assemelha-se; compara-se (ponto 3): _____</p>
<p>e) Aumento; acréscimo (ponto 3): _____</p>	<p>f) Privação; confisco (ponto 4): _____</p>
<p>g) No lugar da (ponto 5): _____</p>	<p>h) Obrigada a (ponto 5): _____</p>

11.1.1. Complete as frases com as palavras encontradas no exercício anterior.

- a) O Senhor João Dias é proprietário de dois imóveis _____ atual chefe de gabinete de um membro do Governo, que é sua filha.
- b) O marido da Ministra da Saúde foi _____ a fazer a sua declaração rendimentos, bens e interesses.
- c) Esta semana, ficou provado o _____ injustificado de rendimentos do embaixador que estava a ser investigado há vários meses.
- d) A _____ dos bens a favor do Estado deste agente público foi decretada pelo tribunal, esta manhã.
- e) O suspeito está a _____ o desconhecimento da lei em vigor para justificar o facto de não ter declarado o imóvel herdado.
- f) O valor declarado _____ os rendimentos lícitos em mais de 40%.
- g) A decana da Faculdade de Direito é uma das pessoas _____ apresentar a declaração de rendimentos, bens e interesses.
- h) A situação analisada hoje _____ à observada na semana passada.

11.2. Leia o artigo 98.º e assinale com um X as afirmações verdadeiras.

- a) O ponto 1 aplica-se apenas às pessoas sujeitas a declaração de rendimentos, bens e interesses em exercício de cargos públicos.
- b) De acordo com o ponto 1, a posse de riqueza injustificada pode ser punida com uma pena de prisão superior a 5 anos.
- c) O ponto 2 estipula o montante da multa aplicável a todos aqueles que não declararam um aumento de bens.
- d) O ponto 2 determina que os rendimentos não declarados podem ser superiores aos rendimentos lícitos em 25%.
- e) O ponto 3 refere que a liquidação de dívidas é considerada um aumento de património do agente público.
- f) Segundo o ponto 4, em caso de prova de enriquecimento ilícito, todos os bens do infrator passam a ser propriedade do Estado.
- g) De acordo com o ponto 5, os familiares e amigos dos agentes públicos incorrem numa pena de prisão de 5 anos se ocultarem os bens deles.

Source: Lemos & Albino 2021b: 142-145

3.3.2. Development of writing skills and communication competence from legal texts

The results of the positioning tests and the analysis of the linguistic *corpus* that took place in the stage that preceded the production of materials, shaped, similarly to what happened with the written comprehension, the elementary mastery that CAC's specialists

and investigators had in this competency. Data obtained from questionnaires applied to define the sociolinguistic profile of the target audience showed that, outside the work context or public services, PL is rarely used. Thus, taking as reference what Tomlinson & Mashura (2018: 315) recommended concerning materials created for teaching and learning a language for specific purposes, namely that those materials

should not differ significantly in pedagogical approach but should differ in topic and linguistic content so as to be relevant, meaningful, and potentially useful to their specific target learners (...) [w]hat they should share is a concern with helping their target students to do what they want to do in the L2 both whilst learning it and after their courses.

We have also used legal texts to work on oral and written expression of PL.

Activities were planned to develop a series of communicative skills and provide the greatest number of experiences possible using the target language (Figures 8 and 9).

Figure 8 – Example of written expression activities

4. Tendo como suporte os elementos da unidade, escreva um pequeno texto (100 a 120 palavras) sobre a realidade timorense, no qual:

- a) Indique quais são os crimes da secção III dos Crimes de corrupção, da Lei n.º 7/2020, mais comuns em Timor-Leste;
- b) Indique qual(ais) era(m) a(s) instituição(ões) responsáveis pela investigação desses crimes antes da aprovação da Lei das Medidas de Prevenção e Combate à Corrupção;
- c) Identifique os desafios que estes crimes colocam à CAC do ponto de vista da investigação criminal.

Source: Lemos & Albino 2021b: 46

Figure 9 – Example of a sequence of activities of oral expression

1. Leia o ponto 8 do código de conduta internacional para agentes públicos⁶ e observe a imagem apresentada.

Código de conduta internacional para agentes públicos
III – Declaração de bens

8. Os agentes públicos devem, de acordo com sua posição e com o permitido ou exigido por lei e pelas políticas administrativas, concordar com a obrigação de declarar ou divulgar bens e dívidas pessoais, assim como, se possível, aqueles do seu cônjuge e/ou dependentes.



- 1.1. Oralmente, relacione os elementos anteriores e as medidas introduzidas pela Lei n.º 7/2020 no que respeita à prevenção da corrupção. Utilize frases completas.

2. Observe as imagens apresentadas.



- 2.1. Descreva, oralmente, as imagens anteriores e associe-as às competências da CAC no que se refere ao regime de declaração de rendimentos, bens e interesses.

⁶ Fonte: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/projects/UN_Standards_and_Norms_CPCJ_-_Portuguese1.pdf

Source: Lemos & Albino 2021b: 136

4. Final considerations

With this article, I have sought to present and discuss the contents created for CAC's manuals, created for Portuguese language training as L2, which integrated Component 2 of the PFMO Project, implemented in East Timor between 2017 and 2024.

Even if briefly, I have clarified the importance given by the Project to strengthening the beneficiaries' knowledge of PL, mostly of a legal nature. I also explained the relevance that determining the sociolinguistic profile, the proficiency level and the critical areas of

the trainees had in taking theoretical-methodological and didactic-pedagogical decisions for PL courses as well as for producing the manuals. I have referred and debated the principles, approaches and perspectives underlying the production of materials, having highlighted the pertinence given to communicative, text-driven and discovery approaches, and the centrality of the legal text. Lastly, I presented examples of activities developed based on those assumptions.

I believe that this article provides valuable clues for the development of materials for teaching and learning PL as L2, adapted to specific contexts and audiences with specific needs.

References

Scientific articles, books and other publications

.....

BACHMAN, Lyle F. (1990). *Fundamental considerations in language testing*. Oxford: Oxford University Press.

BERGMANS, Bernhard (1987). «L'enseignement d'une terminologie juridique étrangère comme mode d'approche du droit comparé: l'exemple de l'allemand». *Revue internationale de droit comparé* 39(1): 89-110. Available in <https://www.persee.fr/doc/ridc_0035-3337_1987_num_39_1_2610>. Access at: July 01, 2024.

BLANCHET, Phillipe (2004). *Didactiques des langues: Définitions générales*. Available in <<https://www.youtube.com/watch?v=PX27W1POOAE&t=1097s>>. Access at: July 03, 2024.

CAMÕES, I.P. (2020). *Relatório Intercalar N.º 3 do PFMO – Componente 2*. Lisboa: Camões, I.P. Available in <https://www.osanpovunian.tl/storage/app/media/uploaded-files/Camoes_IP_PFMO_C2_Relatorio_Intercalar_III_2019_2020.pdf>. Access at: July 01, 2024.

DAY, Richard R. (2004). «A critical look at authentic materials». *The journal of Asia TEFL*, 1(1): 101-114. Available in <<https://www.proquest.com/openview/f9a936fb81c1e33d7173abfb5c659156/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4424407>>. Access at: July 01, 2024.

DESMET, Isabel (2007). «Terminologie, culture et société. Éléments pour une théorie variationniste de la terminologie et des langues de spécialité». *Cahiers du RIFAL*, 26: 3-13.

- DUDLEY-EVANS, Tony (1998). «An overview of ESP in the 1990s». *The Japan Conference on English for Specific Purposes Proceedings*. Fukushima, Japan, November 8, 1997.
- DUDLEY-EVANS, Tony & Maggie Jo ST JOHN, M. J. (1998) *Developments in ESP. A multi-disciplinary approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ELLIS, Rod (2003). *Task-based language learning and teaching*. Oxford: Oxford University Press.
- GASPAR, Sofia Fernandes (2021). *Língua para fins específicos em Timor-Leste – Criminalidade económico-financeira – Nível B2*. Díli: Camões, I.P.
- HUTCHINSON, Tom & Alan WATERS (1987) *English for Specific Purposes, A learning-centered approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HYMES, Dell H. (1991). *Vers la compétence de communication*. Paris: Éditions Didier [Translated by France Mugler Franklin & Marshall College].
- LERAT, Pierre (1995). *Les langues spécialisées*. Paris: PUF.
- LEMOS, Ana Sofia & Susete ALBINO (2021a). *Língua para fins específicos em Timor-Leste – Criminalidade económico-financeira – Nível A2*. Díli: Camões, I.P.
- LEMOS, Ana Sofia & Susete ALBINO (2021b). *Língua para fins específicos em Timor-Leste – Criminalidade económico-financeira – Nível B1*. Díli: Camões, I.P.
- LEIRIA, Isabel (2006). *Léxico, aquisição e ensino do português europeu língua não materna*. Lisboa: FCG & FCT.
- MISHAN, Freda (2005). *Designing authenticity into language learning materials*. Bristol: Intellect.
- PFMO (2019). *Relatório de avaliação diagnóstica da equipa da língua portuguesa do PFMO* [Documento não publicado].
- RILLING, Sarah & Maria DANTAS-WHITNEY (Eds.) (2009). *Authenticity in the language classroom and beyond: Adult learners*. Virginia: TESOL.
- TOMLINSON, Brian (1998) (Ed.). *Materials development in language teaching*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TOMLINSON, Brian (2018). «Text-driven approaches to task-based language teaching». *Folio* 18(2): 4-7. Available in <https://www.matsda.org/samples/Folio_sample_1.pdf>. Access at: July 10, 2024.
- TOMLINSON, Brian & Hitomi MASHURA (2018). *The complete guide to the theory and practice of materials development for language learning*. Oxford: Wiley Blackwell.

WIDDOWSON, Henry G. (1991). *Une approche communicative de l'enseignement des langues*. Paris: Éditions Didier [Translated by Katsy & Gérard Blamont].

WONG, Viola, Peony KWOK & Nancy CHOI (1995). The use of authentic materials at tertiary level. *ELT Journal*, 49(4): 318-322. Available in <<https://academic.oup.com/eltj/article-abstract/49/4/318/498127>>. Access at: July 02, 2024. DOI: 10.1093/elt/49.4.318

Legislation and regulations

DECRETO-LEI N.º 23/2015, de 29 de julho (2015). Aprova a estrutura orgânica da Comissão Anticorrupção. *Jornal da República*, Série I, n.º 28, 8096-8100.

DECRETO-LEI N.º 24/2015, de 29 de julho (2015). Aprova a carreira de especialista anticorrupção. *Jornal da República*, Série I, n.º 28, 8101-8107.

LEI N.º 8/2009, de 15 de julho (2009). Lei sobre a Comissão Anticorrupção. *Jornal da República*, Série I, n.º 25, 3308-3326.

LEI N.º 17/2011, de 28 de dezembro (2011). Regime jurídico da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. *Jornal da República*, Série I, n.º 46, 5555-5565.

LEI N.º 7/2020, de 26 de agosto (2020). Medidas de prevenção e combate à corrupção. *Jornal da República*, Série I, n.º 36, 669-723.

XIMENES, Cláudio (2010) *Código Penal* (2.^a ed.). Díli: Tribunal de Recurso.

Webliography

Projeto PFMO: <https://www.osanpovunian.tl/pt/conteudo/o-pfmo-o-projeto>